

Henrique de La Rocque

GRANDES VULTOS

QUE HONRARAM O SENADO

Henrique Arthur de Souza

SENADO FEDERAL



Henrique de La Rocque

GRANDES VULTOS

SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2013 – 2014

Senador Renan Calheiros
PRESIDENTE

Senador Jorge Viana
PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Senador Romero Jucá
SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

Senador Flexa Ribeiro
PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Senadora Ângela Portela
SEGUNDA-SECRETÁRIA

Senador Ciro Nogueira
TERCEIRO-SECRETÁRIO

Senador João Vicente Claudino
QUARTO-SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senador Magno Malta

Senador Jayme Campos

Senador João Durval

Senador Casildo Maldaner

Henrique de La Rocque

GRANDES VULTOS

QUE HONRARAM O SENADO

Edição do Senado Federal
Diretora-Geral: Doris Marize Romariz Peixoto
Secretária-Geral da Mesa: Cláudia Lyra Nascimento

Impresso na Secretaria de Editoração e Publicações
Diretor: Florian Augusto Coutinho Madruga

Produzido na Coordenação de Edições Técnicas
Coordenadora: Anna Maria de Lucena Rodrigues

Revisão: Thiago Adjuto
Editoração eletrônica: Jussara Shintaku
Ficha catalográfica: Vanessa Oliveira Pacheco
Projeto gráfico: Lucas Santos de Oliveira

Souza, Henrique Arthur de.
Henrique de La Rocque / Henrique Arthur de Souza. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.
196 p. – (Grandes vultos que honraram o Senado)

ISBN: 978-85-7018-503-7

1. Senador, Biografia, Brasil. 2. Política e governo, Brasil. 3. Almeida, Henrique de La Rocque, 1912-1982. I. Título. II. Série.

CDD 923.281

Coordenação de Edições Técnicas
Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III
CEP: 70165-900 – Brasília, DF
Telefones: (61) 3303-3575, 3576 e 4755
Fax: (61) 3303-4258
E-mail: livros@senado.leg.br

APRESENTAÇÃO

La Rocque: o homem bom

NA INTRODUÇÃO DA *GALERIA DOS Brasileiros Ilustres*, obra em que, no século XIX, se lançou ao desafio de construir um discurso fundador e difusor da memória e da identidade da nação brasileira, o francês Sebastién Auguste Sisson argumenta que, nas relações dos feitos e dos trabalhos das figuras eminentes, “está encerrado o segredo dos grandes acontecimentos políticos, do progresso moral e material, das provações, dos triunfos, da glória” de uma nação.

Para Sisson, as biografias são, ao mesmo tempo, “um tesouro precioso reservado para a posteridade, além de um incentivo poderoso, que convida os filhos a seguir os exemplos dos pais, e que faz suceder por novos os antigos beneméritos”.

A presente biografia, obra de fôlego e dedicação do ilustre escritor Henrique Arthur de Souza, ocupa-se da trajetória, dos feitos e contribuições para a vida nacional de um dos mais íntegros, honrados e beneméritos homens públicos do Brasil, o Senador maranhense Henrique de La Rocque Almeida. Assim como a obra do biógrafo francês, constitui este livro contributo inestimável para os pósteros e um exemplo para as novas gerações de brasileiros.

La Rocque, de quem tive o privilégio da mais profunda amizade, foi um dos homens mais admiráveis que conheci na vida. Era uma unanimidade, por todos reconhecido, inclusive pelos adversários, como um homem incomum, por sua modéstia e simplicidade, por sua tolerância e bondade, qualidades associadas a uma inteligência brilhante e a um grande espírito público. Era um praticante da ética cristã e um escravo das leis e da justiça. Um homem bom, como poucos.

Com o incentivo de Tancredo Neves, disputou a primeira eleição. A partir de 1957, exerceu cinco mandatos na Câmara dos Deputados e um no Senado Federal, para o qual se elegeu em 1974, consagrando-se como um grande democrata, um conciliador, um homem do diálogo.

Foi Tancredo, aliás, quem, da tribuna da Câmara dos Deputados, lhe dirigiu a seguinte saudação, quando da integração de La Rocque aos quadros do Tribunal de Contas da União: “Jamais Vossa Excelência, pelo seu prestígio e posição, se colocou em superioridade a qualquer um dos nossos, embora seu prestígio e seu conceito fossem muitas vezes maiores que o de muitos dos que aqui vivemos”.

Um de seus mais conhecidos gestos de desprendimento e desapego ao poder foi o da recusa à sugestão para ser candidato único ao governo do Maranhão. Recusou por não aceitar a eleição indireta do regime de exceção.

No discurso comemorativo do centenário de La Rocque, o Ministro Raimundo Carreiro, do TCU, definiu muito bem o seu perfil político, ao afirmar que ele “sempre recusou a violência, a concentração do poder político e as práticas persecutórias que levaram muitos ao exílio e à restrição dos direitos e das garantias constitucionais vigentes”.

Henrique de La Rocque Almeida era, segundo Petrônio Portela, “o melhor homem do mundo”, expressão que, para quem, como eu, o conheceu tão bem, não constitui nenhum exagero.

A grandeza de La Rocque ficará evidenciada neste livro, oportuno, útil e necessário, como a obra de Sisson, às atuais e futuras gerações de brasileiros.

Edison Lobão, Senador e Ministro de Estado de Minas e Energia.

Brasília, 19 de fevereiro de 2013.

PREFÁCIO

ALÉM DE SER UM ESTADISTA, Henrique de La Roque Almeida foi um pensador político. Aliás, o fato de, quarenta anos após sua morte, as pessoas – homens públicos, estudiosos da memória brasileira, o homem do povo – e a imprensa continuarem ocupando-se, detalhadamente, de sua pessoa representa a alta apreciação de seu espírito.

Foi um homem que, por sua conduta irreparável, não só verbalizou o humanismo, mas vivenciou-o por inteiro, em todos os seus dias, e tornou-se um paradigma. Nem mesmo os adjetivos proferidos a respeito da pessoa de Henrique de La Roque são suficientes para dizer, por inteiro, sobre seus gestos e sobre suas atitudes, sobre as normas e regras de conduta que adotava como elementos basilares a serem seguidos.

Jamais se esqueceu de suas origens, e sua casa, na Rua dos Afogados, representava um porto seguro. O Maranhão foi privilegiado por ter, entre seus filhos, um homem dessa envergadura. Sua projeção transpôs as fronteiras do Estado e do País e permanece incólume no panteão daqueles que dignificam o gênero humano, no que de mais sublime isso possa significar.

Reverencia-se, aqui, a grandeza da humildade de Henrique de La Roque, o brilho de sua fé e do apostolado que soube distribuir ao próximo, por meio do amor incondicional. A propósito, lembra Dante, o mestre do milênio, que “a reta estrada a todos indigita”.

Destemido, enfrentou todas as lutas de peito aberto; jamais se utilizou de sofismas ou de subterfúgios na defesa de seus ideais, mantendo-se sempre transparente, conciso, pragmático, contido e forte.

Seu exemplo continua a nos apontar o caminho da sabedoria e da integridade e o modo correto de atuar como representante do povo. Seu semblante sereno deixa transparecer o perfil de um mestre, cioso dos valores sagrados que poucos têm o privilégio de assumir, na defesa do cidadão e do Brasil.

Representou a nobreza no superlativo, em sua dignidade. Sua produção literária é incontestável, pois seus discursos e suas outras manifestações, além de reflexões profundas, estavam impregnados de poesia, distinguindo-o na tribuna do Parlamento Nacional.

Neste volume, expõem-se algumas atuações, entre as miríades que compõem a vida dessa personalidade, arauto, poeta e guardião da liberdade.

Henrique de La Roque foi um clássico. Sobre sua lápide deveria estar escrito: “Aqui jaz um homem que dignificou a humanidade”.

Hermes Brasil de Souza, arqueólogo, historiador e museólogo.

SUMÁRIO

13 Capítulo 1 — Vida e obra

- 15 Abordagem da vida e da obra de Henrique de La Rocque sob a perspectiva dos registros históricos
- 18 Síntese cronológica: do primeiro La Rocque ao Senador Henrique de La Rocque Almeida
- 23 Resumo dos dados biográficos de Henrique de La Rocque Almeida

27 Capítulo 2 — Discursos e outras manifestações em exaltação e homenagem a Henrique de La Rocque Almeida

- 29 Discurso proferido pelo Senador Dirceu Cardoso no Senado Federal, em 10/8/1978
- 34 Henrique de La Rocque e a justa homenagem da nação
- 55 Discurso proferido pelo Deputado José Ribamar Machado, em agosto de 1983
- 74 Homenagem a La Rocque no Senado Federal (*Gazeta de Notícias*, edição de 23/8/1983)
- 79 Nome de La Rocque não será esquecido (*Jornal de Hoje*, São Luís, Maranhão, edição de 19/8/1990)
- 81 Depoimento de Neiva Moreira (*Jornal Pequeno*, São Luís, Maranhão, edição de 7/4/1982)
- 82 La Rocque era um semeador de bondade (*Jornal Pequeno*, São Luís, Maranhão, edição de 18/8/1982)
- 84 Palavras do Ministro Luciano Brandão na posse de Henrique de La Rocque como Ministro do TCU
- 87 Palavras proferidas pelo Dr. Ivan Luz, Procurador-Geral, ao saudar o Dr. Henrique de La Rocque Almeida, recém-empossado no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União

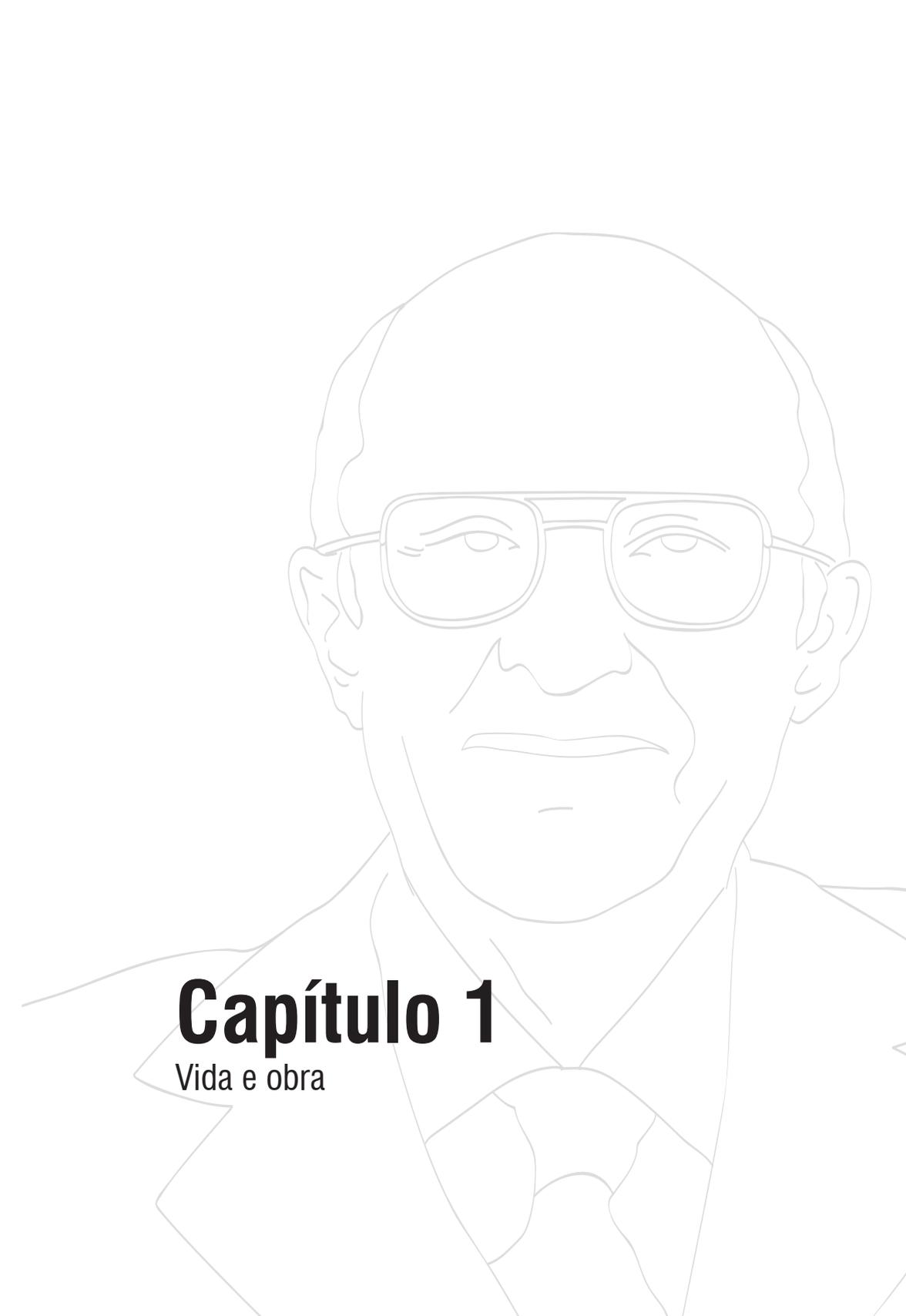
- 89 Palavras proferidas pelo Sr. Presidente do TCU, Ministro Gilberto Monteiro Pessôa, em acolhida ao Dr. Henrique de La Rocque, recém-empossado no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União
- 91 Saudação a La Rocque feita pelo Vice-Presidente do TCU, Ministro Mário Pacini (*Jornal Pequeno*, São Luís, Maranhão, edição de 18/8/1982)
- 94 La Rocque homenageado na Assembléia do Estado (*Jornal Pequeno*, São Luís, Maranhão, edição de 18/8/1982)
- 96 Exaltação a La Rocque (*Jornal Pequeno*, São Luís, Maranhão, edição de 18/8/1982)
- 97 Pronunciamento de Alexandre Costa, no Senado, sobre a morte de La Rocque (*Jornal Pequeno*, São Luís, Maranhão, edição de 19/8/1980)
- 99 O último encontro com La Rocque (*Jornal Pequeno*, São Luís, Maranhão, edição de 19/8/1982)
- 106 Projeto de Lei nº 1.007/90-CI
- 108 Diário do Congresso Nacional, 22 de agosto de 1985
- 110 Depoimento de Osvaldo Salas, o fiel e diligente secretário de Henrique de La Rocque Almeida (excertos)

115 Capítulo 3 — Discursos e outras manifestações proferidos por Henrique de La Rocque Almeida

- 117 Discurso publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 26/4/1975
- 126 Discurso publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 3/5/1975
- 130 Discurso publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 27/5/1975
- 131 Discurso publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 23/8/1975
- 133 Discurso publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção 2, de 8/10/1975
- 137 Discurso publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 23/10/1975

- 143 Discurso publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 21/11/1975
- 148 Discurso publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 27/11/1975
- 150 La Rocque despede-se da Câmara após vinte anos de legislatura (*O Imparcial*, São Luís, Maranhão, edição de 8/12/1974)
- 159 Discurso de La Rocque no Senado em homenagem à posse do Governador Dr. Osvaldo da Costa Nunes Freire
- 160 Discurso publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 3/4/1975
- 184 Palavras proferidas pelo Dr. Henrique de La Rocque na sessão especial realizada em 27/8/1980, após haver tomado posse no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União
- 186 Discurso de La Rocque ao ser homenageado na Câmara de São Luís (*Jornal de Hoje*, São Luís, Maranhão, edição de 18/8/1980)
- 191 Discurso de La Rocque na Câmara dos Deputados

195 Bibliografia e outras fontes de pesquisa



Capítulo 1

Vida e obra

Abordagem da vida e da obra de Henrique de La Rocque sob a perspectiva dos registros históricos

OS SUMÉRIOS, OS EGÍPCIOS E quase todos os povos, quando começaram a utilizar a escrita, passaram a registrar o concreto e o abstrato. Assim nasceu a memória, em sua versão mais aperfeiçoada.

Essa necessidade do homem de registrar mergulha no tempo, remontando aos pictogramas e às inscrições rupestres, guardiãs da memória humana. Sem esses registros, ficaria difícil continuar, pois a memória é a base da pirâmide da história. Ela possibilita ao homem refletir, comparar e criar.

Sob essa ótica, a narrativa da vida e da obra do insigne brasileiro, notável homem público, político emérito e figura ímpar que foi Henrique de La Rocque Almeida tem substrato nos registros históricos, que atestam toda uma existência dedicada ao trabalho sério e persistente, minucioso e acadêmico, com a trajetória de uma linhagem que, através dos tempos, cresceu e se entrelaçou com outras, formando uma grande árvore que permeia a história política do Brasil.

O núcleo central da vida e da obra de Henrique de La Rocque leva-nos a refletir sobre a vida nacional. Nesse contexto, sua figura ressalta pela erudição, pela coragem, pelo carisma e, sobretudo, pelo humanismo. Foi advogado, Deputado Federal, Senador da República, Ministro, chefe de família e amigo, destacando-se no universo de outros eminentes homens públicos brasileiros.

Retomando-se o viés histórico, é interessante realçar que o Senado romano (*senatus*) é considerado

“a mais remota assembléia política da Roma antiga, com origem nos ‘Conselhos de Anciãos’ da Antiguidade Oriental (surgidos após o ano 4000 a.C.). Daí a origem de seu nome, de *senex*, ‘velho’, ‘idoso’. Era uma assembléia de notáveis – o conselho dos *patres* (pais) ou chefes das famílias patrícias – que provinha já dos tempos da monarquia romana. O Senado Romano pode ser dividido em duas fases, uma que vigorou de 509 a.C. até o ano de 27 a.C., sendo este o período em que o grande senado era, rigorosamente, hierarquizado e constituía as bases da república, e outra que vai dos anos de 27 a.C. a 476 d.C.” (EM CRÔNICAS..., 2011).

No Senado romano, portanto, destacaram-se vultos que, na defesa do interesse do povo e da República, por meio de sábias atuações, enriqueceram o espírito humano e, até hoje, regem o pensamento ocidental. No Senado brasileiro, alguns herdeiros intelectuais desse legado perpetuaram o legítimo espírito republicano, destacando-se, entre eles, Henrique de La Rocque Almeida, que,

por toda a sua obra, com certeza é um desses que permanecerão orientando o universo político brasileiro.

A propósito, ilustra a importância de Henrique de La Rocque Almeida e de seu significado para o Maranhão e para o Brasil (em sua atuação como Senador da República, como Deputado Federal e como Ministro do Tribunal de Contas da União) o que disse o Ministro Edison Lobão em discurso proferido no Congresso Nacional, cujo excerto é a seguir transcrito:

“Cidadão que o Maranhão soube doar generosamente ao Brasil, o senador Henrique de La Rocque, que jamais pensou em si mesmo, passou a ser um patrimônio sentimental da Nação, obtendo o milagre da unanimidade de evocação de amor e admiração à sua personalidade, de irradiante grandeza. Esse filho da Atenas brasileira fundamentou a sua alma compassiva com um curso vivencial de quase quatro séculos de civilização.”

Estado do Maranhão e Estado do Brasil

Não se poderia validamente falar sobre Henrique de La Rocque sem remissão, ainda que breve, ao Estado em que nasceu e que tanto amou: o Maranhão.

Sob o prisma histórico, é de ressaltar que os governadores-gerais exerceram autoridade sobre todo o Estado do Brasil até 1573, quando D. Sebastião (1554-1578) o dividiu em Repartição do Norte e do Sul, com capitais em Salvador e Rio de Janeiro, respectivamente. O objetivo era o de melhor defender o litoral contra as investidas dos franceses, em Cabo Frio e no Nordeste.

Em 1578, restabeleceu-se a unidade, novamente rompida em 1608, por outra divisão semelhante àquela. Essa medida, determinada pela exploração do ouro de lavagem em São Vicente, permaneceu até 1612, quando se comprovou a pequena importância econômica daquela atividade extrativa.

Em 1621, Filipe III (1578-1625) separou o Estado do Maranhão, unidade administrativa que englobava a área compreendida entre o Ceará e o Peru atuais. Essa criação foi determinada pelo isolamento do extremo Norte, cujas comunicações terrestres ou marítimas com o Estado do Brasil eram precárias. Isso favoreceria a invasão francesa, de 1612 a 1615, à Ilha do Maranhão e a frequência de comerciantes holandeses e ingleses na embocadura do Amazonas.

De modo semelhante ao Estado do Brasil, o Estado do Maranhão compreendia capitânias hereditárias e reais até o século XVIII. Em 1737, a capital do Estado do Maranhão passou de São Luís para Belém, alterando-se para Grão-Pará e Maranhão o título da unidade administrativa, cujos limites permaneciam os mesmos.

Na segunda metade do século XVIII, o descobrimento de salinas e a expansão pecuarista articularam, por meio do Piauí e do Maranhão atuais, o extremo Norte com o resto do Brasil. Além disso, a Amazônia era então objeto de um planejamento econômico destinado a implantar uma atividade agrícola-

-exportadora baseada no regime das grandes propriedades escravistas. Esses elementos determinaram a extinção do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1774, que passou a integrar o Estado do Brasil, sob a autoridade dos vice-reis, no Rio de Janeiro.

Formação intelectual, familiar e acadêmica de Henrique de La Rocque Almeida

A trajetória de Henrique de La Rocque já estava definida em seus genes pois, em seu sangue, já corria a miscigenação de valores que lhe foram transmitidos hereditariamente, somente pelo fato de seu nascimento.

Seus antepassados, personagens de uma época de nobreza e fidalguia, atuaram em todas as áreas da complexa formação de seres que têm uma preparação – moral, intelectual, administrativa, profissional, ética e religiosa – adequada para a constituição de um verdadeiro estadista direcionado para ser um Homem do Bem, da Paz, do Amor ao Próximo. Henrique de La Rocque foi um verdadeiro “Fidalgo da boa política”, ressaltando-se que fidalgo significa “o filho de alguém, ou a sucessão genealógica dos filhos da nobreza”.

Apesar de, provavelmente, não ter conhecido a fundo suas origens, La Rocque sempre enfrentou os grandes desafios que lhe foram apresentados com a maestria e a garra de um grande Desbravador. Aliás, em sua família, não faltaram desbravadores e pioneiros.

A propósito, as pesquisas realizadas, para o presente estudo, sobre as raízes de Henrique de La Rocque permitiram confirmar que sua ascendência, no Brasil e na Europa, é realmente permeada por desbravadores e pioneiros, conforme se constata do quadro-resumo seguinte, em que esses antepassados são destacados.



Brasão de Armas-Família La Roque

Síntese cronológica: do primeiro La Roque ao Senador Henrique de La Roque Almeida

O NOME LA ROCQUE TEVE origem em Gascone, no sudoeste da França, e surgiu, no Brasil, por meio de uma importante família que, procedendo de Portugal – onde exercia o comércio na Região do Porto –, estabeleceu-se, primeiramente, na Capitania de São Luís, Maranhão, e, posteriormente, no Grão-Pará.

Cronologia – antepassados do Senador Henrique de La Roque Almeida	
1409	<i>Bernard</i> , Senhor do Feudo de La Roque. Primeiro La Roque na Península Ibérica, era Senhor de “Arzens et Armissan”. Foi proclamado Senhor do Feudo de La Roque. O Rei da França, Charles VIII, confiou-lhe a tarefa de reprimir os assaltos à mão armada, operados por guerreiros vindos do rio da Sicília, ou de outros lugares, para lá dos montes.

1499	<i>Manaud de La Rocque.</i> Senhor de La Rocque-d’Ordan, nasceu no castelo senhorial, em 1499. Foi encarregado, pelo Rei Francisco I, da França, de organizar os exércitos para combater os huguenotes.
1500	<i>Jean-François de La Rocque</i> , o Desbravador do Canadá. Filho de Bernard. Nasceu por volta de 1500, em Carcassonne, França. Tornou-se Senhor de Roberval, tendo vivido na região onde está localizado o castelo atual, de Rémy, Moé-Saint-Martin. Foi “cavalheiro, cortesão, porta-insígnia, cavaleiro, Primeiro-tenente-general da Nova França”. Era amigo de juventude do Rei da França, Francisco I, o qual fez publicar, em seu favor, cartas patentes nomeando-o “Tenente-General, Chefe, Condutor e Capitão da Tomada do Canadá”, juntamente com Jacques Cartier. Foi o primeiro La Rocque a sair da França para desbravar o Canadá, em 15 de janeiro de 1541.
1644	<i>Pierre de La Rocque.</i> Foi quem introduziu o café no Ocidente, por meio da França. Seu filho, João de La Rocque (nascido em 1661 e falecido em 1745), foi o célebre viajante da Arábia Feliz.
1790	<i>Luíza de La Rocque</i> , primeira La Rocque a chegar a Portugal. Primeira pessoa da família La Rocque a chegar a Portugal, foi a <i>quarta-avó</i> do Senador Henrique de La Rocque Almeida.
1790	<i>Antônio Teixeira de Mello</i> , “Governador do Castelo de Matozinhos”. Era natural da Freguesia de Tamegar de Santa Maria da Villa de Canavezes. Foi o <i>quarto-avô</i> do Senador Henrique de La Rocque Almeida.
1799	<i>João Ferreira dos Santos Silva Junior</i> , “Barão de Santos”. Nasceu em 5 de novembro de 1799, em Lordelo do Ouro, Portugal, e faleceu em 5 de dezembro de 1858. <i>Tio-bisavô</i> de Henrique de La Rocque, o Barão de Santos foi Cônsul da Bélgica na cidade do Porto, Portugal, e Adido Honorário à Legação de Madrid. Foi, também, do Conselho de Sua Majestade, além de Commendador das Ordens de Christo, da Conceição e das Ordens da Rosa do Brasil e de Izabel, a Catholica, de Hespanha. Negociante e banqueiro, matriculado nas praças do Porto e de Lisboa, morreu a 5 de dezembro de 1858.
1800	<i>João Luiz de La Rocque</i> , primeiro La Rocque a nascer em Portugal. <i>Terceiro-avô materno</i> do Senador Henrique de La Rocque Almeida, foi o primeiro La Rocque a nascer em Portugal.
1812	<i>Carolina Augusta de La Rocque</i> , “Baronesa de Santos”. Nasceu em 4 de agosto de 1812, na Freguesia de São Nicolau, Distrito e Bispado do Porto, Portugal. Foi <i>tia-bisavó</i> do Senador Henrique de La Rocque Almeida.
1817	<i>Henrique de La Rocque.</i> Nasceu em 30 de janeiro de 1817, na Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Massarelos, Distrito e Bispado do Porto, Portugal. Foi <i>bisavô</i> do Senador Henrique de La Rocque Almeida.

1829	<p><i>Tito Franco de Almeida</i> (Conselheiro do Imperador D. Pedro II). Nasceu em 4 de janeiro de 1829, em Belém, Estado do Pará. Foi <i>bisavô paterno</i> do Senador Henrique de La Rocque Almeida.</p> <p>É interessante ressaltar, em relação ao Conselheiro Tito Franco, uma história curiosa e novelesca que tem como personagem <i>Ana Augusta de Almeida, avô paterna</i> do Senador Henrique de La Rocque Almeida.</p> <p>O Deputado e depois Conselheiro do Império Tito Franco de Almeida, antes de se casar, quando esteve estudando em Olinda, Pernambuco (onde se formou a 25 de outubro de 1850, aos 21 anos de idade), teve um relacionamento afetivo com uma índia, estabelecida em um mosteiro local.</p> <p>Desse relacionamento nasceu, em Pernambuco, uma filha, Ana Augusta de Almeida.</p> <p>Os pais de Tito Franco, seis anos após, ao saberem do nascimento de Ana Augusta, ficaram estupefatos e houve um grande “escândalo” familiar.</p> <p>Com o objetivo de amenizar a situação, a mãe de Tito Franco resolveu mandar Ana Augusta (então contando aproximadamente 6 anos de idade) para Portugal. Imaginava, talvez, que pudesse mudar o destino... Passaram-se os anos. Tito Franco tornou-se Conselheiro do Imperador Dom Pedro II, um personagem de grande destaque no Império.</p> <p>Entretanto, do outro lado do Atlântico, em um mosteiro em Portugal, comemoravam-se os 18 anos de uma jovem brasileira: Ana Augusta. Nessa oportunidade, uma freira contou-lhe a história de sua vida.</p> <p>Sabedora de sua origem, Ana Augusta resolveu regressar ao Brasil e foi para o Maranhão, em busca de sua mãe, a índia Joanna Baptista de Souza.</p> <p>Pouco tempo após sua chegada, o jovem e rico português Marcelino Gomes de Almeida (que viera a serviço – militar – do Reino de Portugal) estabeleceu-se no norte do Brasil. Fixou-se na Capitania do Maranhão, onde abriu uma grande loja de louças finas trazidas da Europa.</p> <p>Marcelino encantou-se com a jovem Ana Augusta, cortejou-a e foi por ela correspondido.</p> <p>Após conhecer a história de Ana Augusta, Marcelino dirigiu-se com ela ao Pará, a fim de exigir – do então poderoso Conselheiro do Império Tito Franco – seu reconhecimento como filha. Ana Augusta foi legitimada.</p> <p>Retornando ao Maranhão, Marcelino e Ana Augusta casaram-se. Marcelino e Ana Augusta deixaram geração, com o sobrenome Gomes de Almeida. O jovem e persistente Marcelino, talvez com a finalidade de tornar pública a ancestralidade de sua esposa para a aristocrática sociedade maranhense, batizou um de seus filhos (teve seis) com o nome de Tito e outro com o de Joaquim Inácio, nome do pai de Tito Franco de Almeida, avô paterno de Ana Augusta.</p>
1830	<p><i>João Luiz de La Rocque II</i>, primeiro La Rocque a chegar à Capitania do Maranhão.</p> <p>Foi o primeiro La Rocque a chegar (em 7 de novembro de 1830) à Capitania do Maranhão. Foi <i>tio-bisavô</i> do Senador Henrique de La Rocque Almeida.</p> <p>REGISTRO DA CHEGADA DO 1º LA ROCQUE AO BRASIL: “LIVRO DE REGISTRO DE ENTRADA DE IMIGRANTES DE SÃO LUÍS</p>

1830	DO MARANHÃO. CADASTRAMENTO FEITO DE 1831 A 1855. Registro nº 203. Sou abaixo assignado declaro que sou Portugues, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem, filho de João Luís de La Rocque e de Rosa Albertina Mello de la Rocque chegado a esta Provincia em 7 de novembro de 1830. (ass.) João Luís de La Rocque.”
1834	<i>Luís de La Rocque</i> , segundo La Rocque a chegar à Capitania do Maranhão. Segundo La Rocque a chegar (em 12 de setembro de 1834) à Capitania do Maranhão, foi <i>tio-bisavô</i> de Henrique de La Rocque. REGISTRO DA CHEGADA DO 2º LA ROCQUE AO BRASIL: “LIVRO DE REGISTRO DE ENTRADA DE IMIGRANTES DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO. CADASTRAMENTO FEITO DE 1831 A 1855. Registro nº 1030. Eu abaixo assignado declaro que sou Frances nactural da Cidade do Porto filho ligitimo de João Luís de La Rocque e Rosa Albertina Mello La Rocque chegado a esta Cidade em 12 de Setembro de 1834. Maranhão 10 de junho de 1837. Luís de La Rocque.”
1836	<i>Guilherme La Rocque</i> , terceiro La Rocque a chegar à Capitania do Maranhão. Terceiro La Rocque a chegar à Capitania do Maranhão (em 14 de março de 1836), foi <i>tio-bisavô</i> do Senador Henrique de La Rocque Almeida. REGISTRO DA CHEGADA DO 3º LA ROCQUE AO BRASIL. “LIVRO DE REGISTRO DE ENTRADA DE IMIGRANTES EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO. CADASTRAMENTO FEITO DE 1831 A 1855. Registro nº 1259. Eu abaixo assignado declaro que sou Frances natural da cidade do Porto Portugal filho ligitimo de João Luís de La Rocque e Rosa Albertina Mello de La Rocque, tendo chegado a esta Cidade em 14 de março de 1836. Maranhão 15 de junho de 1837. (ass.) Guilherme La Rocque.”
1848	<i>Henrique de La Rocque, bisavô materno</i> de Henrique de La Rocque Almeida. Casou, em Belém do Pará, com Mathilde Izabel da Costa.
1849	<i>Henrique de La Rocque Junior</i> . <i>Avô materno</i> do Senador Henrique de La Rocque Almeida, nasceu em Belém, Pará, em 1849. Construiu o “Mercado do Ver-o-Peso”, considerado o “cartão-postal” mais importante da Cidade de Belém, Estado do Pará. O nome teve origem na época colonial, quando, na área, funcionava a “Casa do Haver-o-Peso”, onde era pesada a mercadoria vinda do interior, para a cobrança de impostos devidos à Coroa. Esse mercado, projetado por Henrique La Rocque, foi fabricado por uma empresa estrangeira (França). Sua estrutura é composta por ferros perfilados, tendo como características suas quatro torres com escamas de zinco. Foi inaugurado em 1º de dezembro de 1901.
1834	Os <i>La Rocque</i> fizeram parte do grupo dos primeiros alunos brasileiros a estudarem Educação Física no famoso colégio “Philantropinium” (Escola Modelo de Educação Física na Europa), em Schnepfenthal, Alemanha, no período de 1834-1924.

1861	<i>Henrique de La Rocque</i> , nascido no Pará, em 1849, <i>avô materno</i> do Senador Henrique de La Rocque Almeida: estudou no período de 1861 a 1864.
1861	<i>Jean de La Rocque</i> , nascido no Pará, em 1850, <i>tio-avô materno</i> do Senador Henrique de La Rocque Almeida: estudou no período de 1861 a 1866.
1861	<i>Auguste de La Rocque</i> , nascido no Pará, em 1851, <i>tio-avô materno</i> do Senador Henrique de La Rocque Almeida: estudou no período de 1861 a 1866.
1861	<i>Guilherme de La Rocque</i> , nascido no Pará, em 1853, <i>tio-avô materno</i> do Senador Henrique de La Rocque Almeida: estudou no período de 1861 a 1869.
1865	<i>Luiz de La Rocque</i> , nascido no Pará, em 1856, <i>tio-avô materno</i> do Senador Henrique de La Rocque Almeida: estudou no período de 1865 a 1871.
1865	<i>Carlos de La Rocque</i> , nascido no Pará, em 1857, <i>tio-avô materno</i> do Senador Henrique de La Rocque Almeida: estudou no período de 1865 a 1871.
1879	<i>Américo Ferreira dos Santos Silva</i> torna-se Cardeal. Nasceu em 16 de janeiro de 1830, em Portugal. Foi nomeado pelo Papa Leão XIII, no Consistório de 12 de maio de 1879, Cardeal Presbítero, com o título dos Santos Quatro Coroados. Foi confessor de Suas Altezas Imperiais, o Príncipe D. Carlos e o Infante D. Afonso. Dom Américo era <i>filho de Carolina Augusta de La Rocque</i> , <i>tia-bisavó</i> do Senador Henrique de La Rocque Almeida, e de João Ferreira dos Santos Silva Junior.
1881	<i>Marcelino Gomes de Almeida Junior</i> . <i>Pai</i> do Senador Henrique de La Rocque Almeida, nasceu em 1861.
1887	<i>Marieta de La Rocque</i> . <i>Mãe</i> do Senador Henrique de La Rocque Almeida, nasceu em 1879.
1912	<i>Henrique de La Rocque Almeida</i> . O Senador Henrique de La Rocque Almeida nasceu em 8 de agosto de 1912, em São Luís, Maranhão.
1982	Falece <i>Henrique de La Rocque Almeida</i> em 16 de agosto de 1982. Foi sepultado em 17 de agosto de 1982, às 15 horas, no Cemitério São João Batista, na cidade do Rio de Janeiro.

Resumo dos dados biográficos de Henrique de La Rocque Almeida

HENRIQUE DE LA ROCQUE ALMEIDA nasceu em 8/8/1912, em São Luís, Maranhão. Casou-se com a Sra. Maria Amélia Marinho, em 27/9/1949. Henrique e Maria Amélia não deixaram descendentes.

Faleceu em 16/8/1982 e foi sepultado em 17/8/1982, às 15 horas, no Cemitério São João Batista, na cidade do Rio de Janeiro.

Era filho da Sra. Marieta de La Rocque (nascida em 16/2/1887, em Belém, Pará, e falecida em 6/5/1920, em São Luís, Maranhão) e de Marcelino Gomes de Almeida Junior (nascido em 1881, em São Luís, Maranhão, e falecido em 8/1/1953, no Rio de Janeiro). Marcelino era filho de Marcelino Gomes de Almeida e Anna Augusta de Almeida. Os pais de Henrique de La Rocque Almeida casaram-se em 11/6/1910, em Lourdes, França.



*Primeira Comunhão de Henrique de La Rocque Almeida e de seu irmão José de La Rocque Almeida, realizada em Belém, Pará, em 15/8/1921
(Fonte: arquivo pessoal de Diná de La Rocque Almeida)*

Henrique de La Rocque Almeida estudou, no curso primário, na Escola Modelo, em São Luís; no curso secundário, no Colégio Antônio Vieira, também em São Luís; e graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.



No que se refere à vida profissional de Henrique de La Rocque Almeida, anteriormente a seu ingresso na vida política, destacam-se suas atuações como (BRASIL, 2008): Técnico em Administração do Ministério da Fazenda (1934); Parecerista-Chefe da Câmara de Reajustamento Econômico; Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes (de 1951 a 1953).

Representando o povo e o Estado do Maranhão, na qualidade de Deputado Federal e de Senador, exerceu Henrique de La Rocque Almeida, no Congresso Nacional, 6 mandatos eletivos, que perfizeram 29 anos de atuação legislativa (BRASIL, 2008):

- Deputado Federal, nas legislaturas correspondentes aos períodos de: 1954-1958; 1959-1962; 1963-1966; 1968-1971; 1971-1974;
- Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, por cinco anos;
- Segundo-Secretário da Câmara dos Deputados, por dois anos;
- membro da Comissão de Trabalho e Legislação Social;
- Presidente da Comissão de Redação da Câmara dos Deputados.
- Senador, eleito em 1974 para as legislaturas correspondentes ao período de 1975-1983;
- membro efetivo das Comissões do Distrito Federal; de Finanças; e de Legislação;
- Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura, de 1975 a 1976;
- Terceiro-Secretário da Mesa Diretora, eleito em 1977, no Senado Federal;
- Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e membro efetivo das Comissões de Legislação Social e de Serviço Público, de 1979 a 1980.

Após suas atividades no Congresso Nacional, Henrique de La Rocque Almeida exerceu o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, a partir de 1980.

Participou, ainda, de vários cursos, congressos e outros eventos, nos quais se destacaram suas atuações como (BRASIL, 2008):

- membro da delegação brasileira na Conferência Anticolonialista, em Londres, em 1975;
- membro da Comissão Especial do Senado para Reformulação do Tribunal do Júri, em 1980;
- membro da Sociedade de Direito Militar e de Guerra;
- membro da delegação que representou o Tribunal de Contas da União no XI Congresso de Tribunais de Contas, realizado em Florianópolis, SC, em 1981.

Publicou diversos trabalhos, entre os quais (BRASIL, 2008):

- *Atividades Parlamentares* – 1975, 1976, 1977, 1978, 1979 e 1980;
- *Reforma da Magistratura Nacional*, Brasília, 1980;
- *Anistia*, Brasília, 1979;
- *Instituição do Júri Popular*, Brasília, 1980.

Foi autor de vários projetos convertidos em leis, entre as quais são citadas (BRASIL, 2008):

- Lei nº 6.497/77, que reformulou pensões a serem concedidas aos Deputados Federais e Senadores pelo IPC;
- Lei nº 6.544/77, que altera dispositivos do Código Penal Militar e do Código de Processo Penal Militar, e dá outras providências;
- Lei nº 6.810/80, que inclui entre os beneficiados pela Lei nº 6.555/78 os Ministros Togados, os Juízes Auditores e os Auditores Substitutos da Justiça Militar.

Foi relator, no Senado Federal, de vários Projetos de relevo nacional, dos quais se destacam (BRASIL, 2008):

- PL nº 411/77, hoje Lei nº 6.439/77, que instituiu o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social;
- PL nº 435/75;
- Lei Complementar nº 437/79, que reformou a Lei Orgânica da Magistratura Nacional;
- PL nº 29/75 ou Lei nº 6.312/75, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional da Arte (FUNARTE);
- Lei nº 6.750/79, que organizou e regulou toda a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e o funcionamento de seus serviços auxiliares.

Homenagens recebidas por Henrique de La Rocque

Entre as diversas homenagens prestadas ao Senador Henrique de La Rocque Almeida, destacam-se as seguintes:

- no Estado do Maranhão, em 1997, o Município de Mucuíba passou a se chamar Senador La Rocque;
- o Fórum de Justiça da Cidade de Imperatriz, no Estado do Maranhão, é denominado Fórum Ministro Henrique de La Rocque;
- o Palácio do Governo do Estado do Maranhão, no governo do Senador Edison Lobão, passou a se chamar Palácio Henrique de La Rocque.

Condecorações recebidas por Henrique de La Rocque

Henrique de La Rocque foi agraciado com várias condecorações, destacando-se, entre elas, as seguintes (BRASIL, 2008):

- Grande Oficial da Ordem do Congresso Nacional;
- Medalha Comemorativa do Sesquicentenário da Instalação dos Trabalhos do Senado Federal;
- Ordem do Mérito Judiciário Militar, no Grau de Grã-Cruz, do Superior Tribunal Militar;
- Comendador da Ordem do Mérito Militar;
- Comendador da Ordem do Mérito da Marinha e da Aeronáutica;
- Grande Oficial da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho;
- Grande Oficial da Ordem do Mérito de Brasília;
- Medalha Cidade de São Luís, conferida pelo Governador do Estado do Maranhão;
- Medalha Cívica e Cultural Diogo Antônio Feijó, Regente Feijó, na Classe Ouro, do Instituto Nacional de Heráldica e Genealogia;
- Membro da Associação Brasileira de Criminologia;
- Titular da Academia Brasileira de Previdência e Assistência Social;
- Membro Honorário da Ordem dos Auditores Independentes do Brasil;
- Ordem Mérito Legionário, concedida pela LBA;
- Grande Oficial da Ordem do Rio Branco, em 1981.



*Henrique de La Rocque (de camisa azul), Lobão e José Sarney, em inauguração na cidade de Imperatriz (Maranhão)
(Fonte: acervo pessoal do Ministro Edison Lobão)*

A minimalist line drawing of a man's face and upper torso. He is wearing glasses and a suit jacket. The drawing is composed of simple black outlines on a white background.

Capítulo 2

Discursos e outras manifestações em exaltação
e homenagem a Henrique de La Rocque
Almeida

Discurso proferido pelo Senador Dirceu Cardoso no Senado Federal, em 10/8/1978

SR. PRESIDENTE E SRS. SENADORES:

Truncamos a hora solene das discussões de nossa pauta, para uma palavra amiga, para uma palavra saída do coração, para uma palavra de reconhecimento.

É inusual, na Casa, essa manifestação, mas a pessoa que a merece exige que a prestemos, porque se trata de uma das figuras mais singulares, mais simples, mais modestas, mais queridas desta Casa.

Quero referir-me a que anteontem foi aniversário do ilustre Senador Henrique de La Rocque, a quem o Senado deve assinalados serviços, pela sua maneira vertical, pela sua independência, pela sua inteligência, pela sua maneira afável e boa de tratamento para com os seus colegas. E mais do que isso, a quem o Senado e a Câmara dos Deputados devem um inestimável serviço prestado, e mais do que o Senado e a Câmara – as famílias dos parlamentares do nosso País devem a Henrique de La Rocque uma homenagem, um reconhecimento e um tributo de gratidão.

Ele e o Senado sabem o ponto que estamos versando, e, por isso, não em nome dos que estão aqui sentados, dos que estão ausentes, mas em nome das famílias dos parlamentares da Câmara e do Senado, estamos prestando esta homenagem de reconhecimento a Henrique de La Rocque, querido Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas.

Pelo que S. Exa. já fez por nós todos durante o exercício do seu mandato...

O Sr. OTTO LEHMANN – Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. DIRCEU CARDOSO – Pois não.

O Sr. OTTO LEHMANN – Pedi licença para interromper as palavras oportunas de V. Exa., para trazer a solidariedade da ARENA, cuja liderança exerce neste momento. Pois em nome de nosso Partido, desejo associar-me a essa manifestação de simpatia e de congratulações que V. Exa. presta ao ilustre Senador Henrique de La Rocque, um companheiro, realmente dedicado não só às suas atividades parlamentares, mas também, como V. Exa. acaba de ressaltar, à vida futura dos componentes do Senado. É muito justa, muito oportuna a manifestação de V. Exa. e nos associamos, com todo o carinho, à sua iniciativa. Ademais, ligam-me ao Senador Henrique de La Rocque laços de bem antiga amizade e sempre só ouvi palavras de respeito e admiração à sua ilustre pessoa.

O Sr. HEITOR DIAS – Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. DIRCEU CARDOSO – Concedo o aparte ao nobre Senador Heitor Dias.

O Sr. HEITOR DIAS – V. Exa. ocupa a tribuna para elogiar o trabalho e a atuação do Senador La Rocque à frente do Instituto de Previdência dos Congressistas. Não posso silenciar, seja porque me solidarizo sempre com homenagens que se façam a um homem do porte, do gabarito, do espírito público

do Senador Henrique de La Rocque, seja porque sou testemunha direta, como seu companheiro de Conselho Diretor, do trabalho que ele vem realizando à frente dessa entidade. É um dedicado. Procura sempre os meios que possam tornar cada vez mais objetiva a assistência aos associados do IPC, e ele o faz com o mais elevado espírito público e ainda inspirado pelo seu espírito de companheirismo e de fraternidade. Por isso é que me congratulo com V. Exa., dando este testemunho e expressando, também, a minha solidariedade.

O Sr. RUY SANTOS – Permite-me V. Exa.?

O Sr. DIRCEU CARDOSO – Concedo o aparte ao nobre Senador Ruy Santos.

O Sr. RUY SANTOS – Não sei se devo apartear V. Exa. a propósito das providências tomadas pelo Presidente do IPC. Como sabe V. Exa. e a Casa, estou completando 33 anos de mandato. Deixando o Congresso, iria ter do IPC uma aposentadoria que talvez pouco significasse. Hoje, com a reforma feita na gestão de Henrique de La Rocque e para que, vale o dito, não mexi uma pena, não tomei uma providência, a minha situação é melhor. E não só a minha, a de inúmeros outros companheiros que estão deixando o Congresso Nacional. É que há em La Rocque, além da bondade, da formação moral, esse espírito público e essa compreensão de vida que todos nós lhe invejamos. V. Exa. faz muito bem em fazer o elogio desse companheiro que antontem completou mais um ano de vida.

O Sr. ADALBERTO SENA – Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. DIRCEU CARDOSO – Com todo o prazer.

O Sr. ADALBERTO SENA – Fui sempre cumpridor do Regimento e não deveria apartear V. Exa. em uma comunicação pessoal. Porém, venço essa resistência de infração ao Regimento, para solidarizar-me inteiramente com as palavras de V. Exa. com referência ao nosso nobre colega Henrique de La Rocque.

O Sr. DIRCEU CARDOSO – Agradeço o aparte de V. Exa.

O Sr. NELSON CARNEIRO – Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. DIRCEU CARDOSO – Concedo o aparte ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O Sr. NELSON CARNEIRO – Nobre Senador Dirceu Cardoso, V. Exa. faz muito bem em focalizar a atividade do nobre Senador Henrique de La Rocque na Presidência do Instituto de Previdência dos Congressistas. Estou ligado à vida desse Instituto desde a sua fundação. Quando Monsenhor Arruda Câmara imaginou o IPC, fui eu o Relator por S. Exa. escolhido na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Tenho acompanhado a trajetória do Instituto e há vários anos integro o seu Conselho Diretor. Posso dizer que essa era preocupação constante dos Presidentes que antecederam ao Sr. Senador Henrique de La Rocque – o ilustre Senador Cattete Pinheiro e o Deputado sergipano Passos Pôrto. Todos tiveram essa preocupação: convocaram o atuário, buscaram elementos para a concretização de um projeto que fizesse justiça ao esforço e à dedicação de quantos se disponham à vida pública e à vida parlamentar. Por felicidade, foi confiada a Presidência daquele Instituto ao Sr. Senador Henrique de La Rocque, que, contando – vale referir, em bem da ver-

dade – com a boa vontade e com a colaboração de Petrônio Portella, conseguiu tornar realidade o projeto que encomendara ao Deputado Laerte Vieira, de tal sorte que, sob a Presidência de Henrique de La Rocque, o Instituto dá grande passo para assegurar a todos os parlamentares brasileiros, os que passam por esta e pela outra Casa do Congresso e aqui deixam muito do seu tempo de vida, do seu esforço, da sua saúde, a gratidão e o reconhecimento a que devem ter direito. Esta homenagem a Henrique de La Rocque é, assim, o coroamento de uma obra a que ele se dedicou de corpo e alma, desde que assumiu a Presidência do IPC, ou melhor, desde que integrou o seu Conselho Diretor.

O Sr. MAURO BENEVIDES – Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. DIRCEU CARDOSO – Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. MAURO BENEVIDES – Nobre Senador Dirceu Cardoso, ocupando, como o faz, com o brilhantismo habitual, a tribuna desta Casa para prestar uma homenagem ao nosso eminente companheiro Henrique de La Rocque, de certa forma V. Exa. inibe o Presidente Mendes Canale de cumprir o Regimento dentro da rigidez de sua letra. Tanto assim, que até estamos ultrapassando os instantes que lhe seriam destinados, para também juntar a nossa voz a essa homenagem justíssima que V. Exa. presta, nesta tarde, ao 3º Secretário da Casa. Neste momento, também posso dar nosso testemunho – e já agora focalizando especificamente a atuação de Henrique de La Rocque como Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas, o empenho de S. Exa., o seu interesse na aprovação desse projeto que abriu melhores perspectivas para os contribuintes do nosso IPC. Designado Relator da matéria da Comissão Diretora, recebíamos constantemente solicitações daquele ilustre amigo, daquele ilustre colega, no sentido de que diligenciássemos a expedição do respectivo relatório, a fim de que o Plenário tivesse condições de examinar a matéria dentro da diretriz preconizada pela Comissão Diretora. Somente esse fato poderia dimensionar a preocupação, a dedicação de La Rocque com o Instituto de Previdência dos Congressistas, esse La Rocque que todos nós já conhecíamos pela imensurável bondade, que é o traço marcante de sua personalidade inconfundível.

O Sr. OTAIR BECKER – Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. DIRCEU CARDOSO – Com prazer.

O Sr. OTAIR BECKER – Eminente Senador Dirceu Cardoso, dispensável dizer da tentação de nossa associação a tão oportuno pronunciamento de V. Exa. É com prazer imenso que nos associamos a esta justa e merecida homenagem ao extraordinário cavalheiro Henrique de La Rocque pela passagem do seu aniversário. Os nossos cumprimentos por sua brilhante, extraordinária e das mais elogiáveis administrações à frente do Instituto de Previdência dos Congressistas. E peço permissão a V. Exa. para deixar aqui este registro, dizendo-lhe que, para nós, o fato representa motivo de grande satisfação.

O Sr. DINARTE MARIZ – Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. DIRCEU CARDOSO – Ouço o nobre Senador Dinarte Mariz.

O Sr. DINARTE MARIZ – Ao me congratular com V. Exa. pela homenagem que tomou a iniciativa de prestar ao nosso eminente colega Henrique de

La Rocque, devo apenas dizer, em poucas palavras, que S. Exa. é merecedor de todas as homenagens que o Senado possa prestar a um homem público de carreira brilhante e, sobretudo, de grande espírito público. La Rocque, no nosso meio, é merecedor não só pela atuação que tem tido à frente de nosso Instituto, mas, sobretudo, pela sua dedicação ao Senado e pela presteza e correção com que vem exercendo o mandato que lhe foi conferido pelo povo maranhense.

O Sr. DIRCEU CARDOSO – Muito grato pelo aparte de V. Exa.

O Sr. CUNHA LIMA – Permite-me um aparte?

O Sr. DIRCEU CARDOSO – Com prazer.

O Sr. CUNHA LIMA – Senador Dirceu Cardoso, sendo eu um dos mais recentes a ingressar nesta Casa, fui de logo tomado pela admiração que devoto ao Senador Henrique de La Rocque. Figura humana de parlamentar, sempre soube receber os seus companheiros com fidalguia; parlamentar e jurista, cresceu de logo e cedo na nossa admiração. Por isso quero incorporar-me, também, ao pronunciamento de V. Exa., levando as minhas felicitações e congratulações ao emérito e ilustre Senador Henrique de La Rocque, pelo seu aniversário.

O Sr. DIRCEU CARDOSO – Agradeço o aparte do nobre Senador Cunha Lima.

O Sr. ALEXANDRE COSTA – Permite-me V. Exa. um aparte?

O Sr. DIRCEU CARDOSO – Pois não.

O Sr. ALEXANDRE COSTA – Sr. Senador, a Liderança da ARENA já falou por todos nós, mas aqui presente eu não poderia deixar de juntar a minha palavra à justa homenagem que V. Exa. presta a um dos homens públicos mais valorosos do Congresso Nacional, e não homenageio apenas ao Presidente do IPC, mas ao congressista, ao bom congressista que ele sempre foi, e ao homem que no Executivo prestou reais serviços à Nação brasileira. Ao concluir, direi que não falo só em meu nome, mas também no da Bancada do Maranhão e de todos os maranhenses para, solidarizando-me com a homenagem que V. Exa. presta, homenagem tão expressiva e tão brilhante, dizer que o Maranhão se orgulha do representante que tem no Congresso Nacional.

O Sr. DIRCEU CARDOSO – Agradeço as palavras de V. Exa.

O Sr. EVANDRO CARREIRA – Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. DIRCEU CARDOSO – Pois não, nobre Senador.

O Sr. EVANDRO CARREIRA – Nobre Senador Dirceu Cardoso, é impossível uma omissão, nesta hora, quando V. Exa. homenageia não o nosso Senador, mas o nosso Frei Henrique, este homem dotado de qualidades extraordinárias, quase que evangelizadoras em decorrência da sua bondade. Muito justa homenagem, à qual me associo com prazer.

O Sr. DIRCEU CARDOSO – Agradeço o aparte de V. Exa.

O Sr. BENJAMIM FARAH – Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. DIRCEU CARDOSO – Com muito prazer.

O Sr. BENJAMIM FARAH – Também quero dar a V. Exa. a minha solidariedade. Tenho a satisfação de dizer que o Senador Henrique de La Rocque honra-me com a sua amizade aproximadamente há uns trinta anos. Nós já militamos

na política da antiga Guanabara. Naquela época, a Guanabara era a Capital da República, era o Distrito Federal e o povo do Rio de Janeiro nos elegeu para a Câmara Federal. Então, no Rio, eu, como representante da antiga Guanabara e hoje representante fluminense, não podia deixar de dar o meu depoimento sobre a estima, o carinho do povo carioca e, vale dizer, do povo fluminense pelo nobre Senador Henrique de La Rocque, cuja bondade, cujo coração, cuja inteligência exortam essa figura que o Maranhão elegeu como Deputado e também como Senador, além de ter sido ele um bom administrador no Instituto dos Comerciantes, onde deixou a marca de sua capacidade de trabalho e da sua profunda compreensão pelos problemas sociais. Tenho-lhe uma estima muito grande e nós também militamos na Escola da Comunidade, onde sou membro do conselho e ele, figura de relevo, pois já foi o presidente. De modo que temos muitos contatos, tenho muitos motivos para admirá-lo, para querer-lhe bem e para aplaudi-lo sempre com o mais profundo sentimento de amizade, esse grande representante maranhense que é o Senador Henrique de La Rocque.

O Sr. DIRCEU CARDOSO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na seqüência dos discursos que o Senado ouviu, de todos os Senadores presentes neste plenário, o pronunciamento não é mais meu, Sr. Presidente, e seria até uma limitação; este é o discurso de elogios, de reconhecimento e de gratidão do próprio Senado da República, feito ao Senador Henrique de La Rocque.

É este homem, Sr. Presidente, que nos habituamos a ver à porta dos nossos tribunais, a ser o campeão dos *habeas corpus* e da luta pelos Direitos.

Assim, Sr. Presidente, ontem, na homenagem que o seu gabinete lhe prestou, anonimamente, quietamente, nós, ao entrarmos naquele gabinete, vimos, sobre a sua mesa, um mimo, Sr. Presidente, que seus admiradores chilenos lhe mandaram, como uma homenagem e um preito de gratidão ao ilustre brasileiro que aniversariava no dia de ontem. Mas aquele brinde, Sr. Presidente, aquele mimo, tinha na eloqüência das suas palavras, da sua inscrição, a bondade, a alta eloqüência daquela gente do Chile, desse Chile de Gabriela Mistral e de Pablo Neruda, que mandou a Henrique de La Rocque também a sua mensagem de amizade e de reconhecimento. Essas palavras, Sr. Presidente, eu leio e desejo que se inscrevam nos Anais do nosso Senado, como a retribuição também do Brasil a estes ilustres chilenos que tanto homenagearam Henrique de La Rocque no dia de ontem:

“Ao Senador Henrique de La Rocque a mais viva e fiel imagem de nobreza, generosidade, amizade, fidalguia e fraternidade humana do povo brasileiro homenagem singela do povo chileno. Santiago do Chile, 1978.”

Sr. Presidente, estas palavras tocam a todos nós Senadores, a todos nós brasileiros, na espontaneidade e na eloqüência de sua significação (Muito bem! Palmas.).

Henrique de La Rocque e a justa homenagem da nação

Homenagens prestadas ao Senador Henrique de La Rocque Almeida na Câmara dos Deputados, em razão de sua nomeação para o Tribunal de Contas da União. Consta também o parecer do Senador Cunha Lima na Comissão de Finanças do Senado

GÊNIO DE BONDADE, EXPOENTE DE compreensão, Henrique de La Rocque Almeida emergiu no cenário nacional como força de um determinismo histórico, e, do elenco de nobres deveres que iria cumprir, teria de destacar-se o sentido de uma irretratável solidariedade em relação ao Maranhão e à Pátria.

Valor notável surgido em meio a uma floração de sonhos e idéias, foi-lhe o berço amoroso a vetusta e venerável cidade de São Luís. E ele, menino, buscou as veredas claras do futuro, como prematuro semeador de virtudes de uma beleza quase bíblica.

Cintilantes recordações, advindas das legiões armadas de um aventureiro europeísmo, vieram carregar-lhe o espírito enquanto o sereno estadista contemplava um mosaico de povos e costumes, sob a moldura daquele heroísmo centenário.

E de todas as cenas episódicas resultaram o estoicismo e a clássica armadura de um guerreiro da paz.

Evitando os traços oblíquos que jamais conviriam a este apóstolo da comunhão do País, preferiu Henrique de La Rocque a linha de uma excelsa peregrinidade, em seu largo mapa existencial.

E a voz do político, ilustre e digno, é a própria manifestação dos fracos e dos humildes, de cuja intimidade jamais se afastou.

Deputado Federal e Senador da República, os mandatos de que se desincumbiu são prazos de apaixonante claridade ética, cujo legado enriquece os Anais do Congresso. Agora, Ministro do Tribunal de Contas da União, não houve qualquer ruptura no linear comportamento desse grande homem.

Os depoimentos políticos que aqui se agrupam formam o testemunho de nosso tempo, para a avaliação das gerações novas, sobressaindo os reflexos de uma lição de cultura e majestade.

Aí está um símbolo permanente de dignidade, guardado pelo respeito da Nação.



Senador Edison Lobão, Senador Henrique de La Rocque e Sarney filho

Discurso proferido pelo Deputado Edison Lobão na Câmara dos Deputados, em Brasília, em 1980

O Sr. EDISON LOBÃO (PDS-MA. Como Líder.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a vida reserva aos homens momentos de transcendente emoção quando somos levados ao registro de fatos que se cobrem com as molduras do sentimento de fraternidade. Porque é assim que se exerce o culto do respeito às individualidades, tão vastas em sua dimensão humana.

Falo de Henrique de La Rocque Almeida. Falo do intelectual. Do jurista. Do Deputado. Do Senador. Do homem-símbolo. Do amigo incondicional da Humanidade, cuja existência reflete os lances estóicos do místico que aglutinou no espírito uma extraordinária reserva de virtudes.

Renunciando, agora, ao mandato de Senador da República, Henrique de La Rocque Almeida toma assento no Tribunal de Contas da União, por nobre designação do Presidente João Figueiredo. Trata-se de um gesto alto do Chefe do Governo, em homenagear um homem público e um apóstolo das causas nacionais, depois de ter esse preclaro brasileiro prestado serviços relevantes à Pátria.

Cidadão que o Maranhão soube doar, generosamente, ao Brasil, o Senador Henrique de La Rocque, que jamais pensou em si mesmo, passou a ser um patrimônio sentimental da Nação, obtendo o milagre de uma unanimidade de evocação de amor e admiração à sua personalidade, de irradiante grandeza. Esse filho da Atenas brasileira fundamentou a sua alma compassiva com um curso vivencial de quase quatro séculos de civilização. Parece-me, assim, que o calor do corredor equatorial aqueceu-lhe toda uma estrutura de nobreza, circunstância irrecusável que distingue e cristaliza a figura do estadista, prudente e sábio, que nunca soubera catalogar a maldade como recurso político

ou pessoal contra adversários, que jamais os teve ou pretendeu adquiri-los, fossem quais fossem os fatores passionais, quase sempre antepostos a todos os postulantes da vida pública.

Ao deixar o Congresso – após dignificar com irrepreensível equilíbrio ambas as Casas Legislativas –, La Rocque manteve-se ileso e incólume, na límpida cintilação de uma estrela.

Tipo humano aparentemente introspectivo, com raras manifestações de sorriso, esse notável patricio expõe uma doce aparência na humilde postura de um varão bíblico, com as vertentes do espírito a gerar a mais fecunda bondade.

Concedo o aparte ao nobre colega, Deputado Edson Vidigal.

O Sr. EDSON VIDIGAL – Deputado Edison Lobão, a força substantiva de todas as palavras será sempre insuficiente para definir, com a justiça que merece, a invulgar personalidade de Henrique de La Rocque Almeida. Nesta oportunidade, V. Exa. presta àquele grande brasileiro a homenagem de todos nós, maranhenses e integrantes do Poder Legislativo. Em testemunho da contribuição que o então Deputado de La Rocque deu ao Maranhão, desde as lutas antigas do tempo das Oposições Coligadas, em que éramos uma união de todos os partidos políticos contra uma estrutura do poder então vigente e dominante, a figura pacata, quase franciscana, de Henrique de La Rocque praticamente contrastava com a dos outros integrantes, no elenco da luta. Seu espírito igualmente indômito, o espírito de quem nunca fugiu à luta, conseguiu dar uma contribuição efetiva e eficaz para manter acesa a chama que não se apagou, que se fez vitoriosa nas urnas, depois de 20 anos de sufoco da luta do caciquismo, da fraude, da coação policial, dessas coisas todas que, infelizmente, depois daquela vitória, estão de volta ao Estado do Maranhão. La Rocque, o advogado, o precursor dos direitos humanos neste País, em pleno calor do movimento que levava brasileiros ao exílio e às prisões, que arrancava estudantes das salas de aula para levar às grades das cadeias, estendia a sua ação, ora como Parlamentar, no socorro, no apoio moral, na visita a todos aqueles brasileiros, ora como advogado, erguendo a sua voz na barra dos tribunais, para fazer com que a Justiça, pela contribuição do seu talento, pudesse chegar aos injustiçados. Não diria que me solidarizo com V. Exa., porque seria uma redundância imperdoável, mas V. Exa. faz muito bem nesta tarde em prestar uma homenagem, que não é apenas de V. Exa., nem de nós, integrantes da Bancada do Maranhão, mas toda uma geração de maranhenses que pode sentir-se feliz por ter sido contemporânea de Henrique de La Rocque Almeida. Muito obrigado.

O Sr. EDISON LOBÃO – Agradeço a V. Exa. a contribuição que é valiosa, sobretudo quando lembra, Deputado Edson Vidigal, a passagem do Deputado Henrique de La Rocque pelas Oposições Coligadas. Ele realmente foi um braço dos integrantes daquele grupo formidável que, no Maranhão, levantou e sustentou uma bandeira de lutas durante muitos anos. E na Oposição, como no Governo, La Rocque se manteve sempre o mesmo. Era o homem querido de todos, amado por todos, respeitado pelos seus concidadãos, pelos seus conterrâneos.

Ouçó o eminente Líder ISRAEL DIAS NOVAES.

O Sr. ISRAEL DIAS NOVAES – Deputado Edison Lobão, permita V. Exa. que, entre dois Edsons, se manifeste um Parlamentar apagado. Mas V. Exa. trouxe a plenário hoje um assunto alusivo a um homem de paz. É assim que vejo o seu coestaduoano Henrique de La Rocque Almeida. Conheço-o de há muito. V. Exa., tão jovem, não é obrigado a conhecer as coisas pequenas do Parlamento, mas, há quase 20 anos, eu o tive como colega e companheiro nesta Casa. E aí vi o trato ameno de que ele era capaz, o seu espírito gentil, o seu caráter cordato. Nós não estamos de maneira nenhuma louvando um homem que se despede para sempre. Ao contrário, nós estamos definindo e descrevendo um homem que continua. Ele foi convidado para servir a outro Poder. E nós temos certeza de que, no Tribunal de Contas da União, Henrique de La Rocque exibirá as mesmas qualidades que o marcaram como homem público e como Parlamentar. Deputado, ele era, nesta Casa, o apaziguador; no Senado, a sua conduta não poderia ser diversa. Nós sabemos que nenhum Estado é polêmico como é o Maranhão – polêmico mercê de Deus, porque ai dos Estados sem polemistas e sem polêmicas – estes são amassados mais facilmente pela ditadura. O Maranhão tem-se marcado por divergências que, não há dúvida, significam vitalidade. Um Estado singular do País. Imagine V. Exa. que, num tempo em que, por exemplo, o pensamento e a literatura do Brasil eram incipientes, o Maranhão era plena maturidade. Vinham de lá os maiores romancistas. E V. Exa. tem presente que, quando Aluísio Azevedo publicou, ainda em São Luiz, o seu livro revolucionário *O Mulato*, com que instalou e inaugurou no Brasil a Literatura Naturalista, um crítico do Rio, Urbano Duarte, o anunciou nestes termos: “Romancista ao Norte”. Depois tivemos os irmãos Azevedo em geral, Coelho Neto, Graça Aranha, cuja mansão de nascimento ainda hoje se ostenta em São Luís. Enfim uma plêiade fantástica de pensadores, iluminados e de artistas. Então, o Maranhão sempre presente a contribuir para a grandeza comum. Henrique de La Rocque brotou nesse meio, mas trouxe para o Sul um surpreendente espírito de tolerância e de superioridade ante as coisas emergentes e episódicas. Um homem capaz de uma visão geral, um homem de espírito e de mentalidade filosófica. Num Estado em que tantos se armaram ao longo da vida, apresenta-se este homem de paz, inteiramente desarmado e armado apenas da sua vontade de desarmar. Vejo na carreira de Henrique de La Rocque apenas uma falha e uma frustração: ele nunca dirigiu o seu Estado natal. Ele foi recrutado para as tarefas as mais penosas e desempenhou-as com exemplar devotamento e discernimento. Então, era a vez de algum dos cinco reinados do império revolucionário tê-lo convocado para dirigir o seu Estado Natal, para ser o seu Governador, já que era tão fácil fazer governadores, governador passou a ser um produto químico e não físico, resultante do povo. Mas em instante nenhum, nenhum dos cinco generais de plantão se lembrou de chamar Henrique de La Rocque: “Você, que desarma os espíritos, venha por quatro anos desarmar os espíritos mais afervorados do Maranhão”.

Então, esse homem passou, como diria Camões, a servir durante outros 7 anos, dizendo: “Mais servira, se não fora, para tão longo amor, tão curta vida”.

De sorte que, agora, no instante em que ele se despede do Legislativo, poder desarmado, que representou exemplarmente e até fisicamente, para servir ao Poder Executivo num dos seus principais órgãos de fiscalização, devemos esperar que ainda venha um governo suficientemente generoso e lúcido para oferecer a esse maranhense o cargo que ele nasceu para desempenhar, o de Governador do Maranhão. Aí, sim, teremos um grande Estado com um grande homem à sua frente.

O Sr. EDISON LOBÃO – Deputado Israel Dias Novaes, V. Exa., grande líder político, dotado de larga cultura, associa os acontecimentos históricos da minha terra à solidariedade que traz de São Paulo a este exemplo de homem público, Henrique de La Rocque. Gostaria apenas, neste passo, de fazer uma ligeira observação ao que acaba de declarar V. Exa. O Senador Henrique de La Rocque foi, sim, convidado para o Governo do Estado do Maranhão. Mas sua humildade, a sua profunda humildade, não lhe permitiu aceitar o convite. Eu próprio, certa vez, fui acionado pelo Senador José Sarney, que me pedia fosse demover o Senador Henrique de La Rocque de sua posição, que ele considerava de intransigência, porque não desejava aceitar o convite do Presidente da República para ser Governador do Maranhão. Nem eu, considerado um filho do Senador Henrique de La Rocque, para honra minha, consegui que aquele homem notável, extraordinário, um exemplo raro na vida pública brasileira, concordasse em aceitar o convite que lhe fizera o Presidente da República. Mas agradeço emocionado o aparte de V. Exa. ao tempo em que o concedo ao Deputado José Machado.

O Sr. JOSÉ MACHADO – Meu caro Deputado Edison Lobão, congratulome com V. Exa. pelo magnífico discurso que agora profere, ressaltando a personalidade invulgar do nosso queridíssimo conterrâneo, o ex-Senador e atual Ministro Henrique de La Rocque Almeida. Considero Henrique de La Rocque Almeida um monumento vivo da bondade humana e merecedor, de todos nós desta Casa, que ele tanto dignificou, pelo exemplo e pela cultura, da mais carinhosa homenagem. Felicito V. Exa. pela oportunidade desta iniciativa, a que me associo com muita alegria e o maior afeto.

O Sr. EDISON LOBÃO – Nobre Deputado José Machado, V. Exa. fala com grande autoridade sobre Henrique de La Rocque. Quantas vezes, emocionado, contou-me Henrique de La Rocque passagens de sua vida e nelas incluindo V. Exa. Ainda há pouco ele dizia, em São Luís do Maranhão, que o Deputado José Machado, seu amigo de tantos anos, algumas vezes retornou do exterior, do Canadá, uma delas, apenas para depositar seu voto ao candidato a Deputado Federal Henrique de La Rocque, nas urnas do Maranhão. Aí está um gesto de grandeza, de nobreza, de V. Exa., que eu registro por um dever de justiça. O Deputado La Rocque é um irmão de V. Exa. E lhe será eternamente grato, muito mais do que pelo voto em si mesmo, pelo gesto grandioso de vir do exterior para sufragar o nome do grande amigo.

Ouço o Deputado Luiz Rocha, meu colega do Maranhão.

O Sr. LUIZ ROCHA – Nobre Deputado Edison Lobão, sei que para nós, maranhenses, desnecessário seria qualquer palavra, qualquer sentença, qualquer

oração para louvar a pessoa de Henrique de La Rocque, porque La Rocque é parte integrante das nossas vidas, porque La Rocque representa tudo para nós, maranhenses – e, por que não dizer, para muitos brasileiros. Toda vez que nos encontramos perto dele, ou vivendo a sua figura, sentimos-nos ao lado da paz e da tranquilidade, dada a demonstração de amor que La Rocque personaliza. No entanto, devo dizer, nesta hora e neste instante, como político do Maranhão que sou, desta nova geração de políticos da nossa terra, que aprendi muita coisa com Henrique de La Rocque, mas não consegui jamais aproximar-me de um terço das suas virtudes. Nesta hora, o que mais me tocou no pronunciamento que V. Exa. está a fazer nesta tarde sobre Henrique da La Rocque foi a reafirmação, a todos os brasileiros, daquela condição que bem caracteriza V. Exa., como político maranhense: a sua declaração de lealdade. A lealdade é uma das coisas mais importantes do homem público; é um atributo raro entre as criaturas e, sem dúvida alguma, muito raro de ser encontrado na vida pública. Lealdade foi o que V. Exa. manifestou aqui, fazendo justiça e dizendo à Nação inteira que, se existe paternidade política, V. Exa. é um filho de La Rocque. Pois bem, Deputado Edison Lobão, filho de La Rocque, V. Exa. o é, em termos de vida pública. Mas V. Exa. tem muitos irmãos – que somos todos nós, maranhenses, todos nós, brasileiros, porque La Rocque é uma criatura humana amada por todos.

O Sr. EDISON LOBÃO – Agradeço a V. Exa. o aparte, acrescentando: se não bastasse a minha palavra para expressar o pensamento político do Estado do Maranhão, aqui está também a palavra do Coordenador da nossa bancada, neste aparte, generoso quanto a mim, mas modesto, talvez, quanto a La Rocque, porque ninguém será suficientemente justo com La Rocque a ponto de dizer aquilo que ele merece, em toda a sua extensão. Refiro-me aos apartes de José Machado e de Edson Vidigal. Também V. Exa., Coordenador de nossa bancada, traz a sua solidariedade valiosa no curso desta tarde, nesta homenagem que rendemos ao grande homem público, o Senador Henrique de La Rocque.

Ouçõ o nobre colega do Estado do Rio de Janeiro, Celso Peçanha.

O Sr. CELSO PEÇANHA – Quero dizer que o Senador Henrique de La Rocque não é um patrimônio tão-somente da bancada do Maranhão. Conheci-o desde 1950, advogado no Rio de Janeiro e depois como Presidente do Instituto dos Comerciantes. Fui Deputado Federal naquela época e tive oportunidade de saudar a administração de Henrique de La Rocque no Instituto dos Comerciantes, das mais eficazes, das mais produtivas e construtivas. Henrique de La Rocque construiu, no Estado do Rio de Janeiro, várias casas para os comerciantes daquele Estado; construiu casas para os jornalistas. Foi um nome que ficou, a partir de 1950, bem fixado em minha memória, não só pelo espírito sereno de um estudioso profundo dos problemas brasileiros, mas por ser sobretudo um administrador humano e correto. Quando ele ascendeu ao Parlamento brasileiro – à Câmara, depois ao Senado –, senti que aquele amigo, o então presidente do IAPC que recebia os elogios do Deputado da época, era efetivamente um homem de valor. Agora, quando ele ascende a uma posição de destaque no cenário nacional, quero saudar não apenas a bancada do Maranhão, mas todo

o povo maranhense, que mandou para essa posição de destaque um homem de real valor.

O Sr. EDISON LOBÃO – Agradeço a V. Exa. esta contribuição e devo dizer – trazendo mais um testemunho sobre La Rocque – que, ainda há pouco, participava eu de uma solenidade, aqui em Brasília, com alguns artistas do rádio e da televisão que para cá vieram prestar uma homenagem especial a Henrique de La Rocque. Faziam questão de que essa homenagem não se prestasse num clube com mil pessoas. Eram 15 grandes cantores nacionais, que queriam cantar apenas para Henrique de La Rocque, numa atitude até certo ponto estranha porque eram 15 cantores num palco e apenas uma pessoa ouvindo-os. Ali estava uma homenagem do fundo da alma que os artistas brasileiros desejavam prestar a Henrique de La Rocque, que construía a “Casa do Artista”, no Rio de Janeiro, a que V. Exa. se referiu, e a “Casa da Comerciária”. E quantos hospitais se ergueram neste País pelas mãos generosas desse homem notável!

V. Exa. trouxe um fato novo, que enriquece o meu pronunciamento nesta tarde.

Ouçó, com muito prazer, o Deputado Cristiano Lopes, do Estado do Espírito Santo.

O Sr. CRISTIANO LOPES – Meu caro Deputado Edison Lobão, eu não poderia deixar de juntar a minha palavra às homenagens que V. Exa. e esta Casa prestam a Henrique de La Rocque. Não quero prestar este tributo ao Parlamentar; quero homenagear o Henrique de La Rocque que conheci há 28 anos, em circunstâncias excepcionais, quando, ao lado de Felipe Thiago Gomes e outros jovens, tentávamos implantar neste País a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos, que depois se transformou na Campanha Nacional das Escolas da Comunidade. As portas das repartições deste País estavam fechadas àquela idéia louca de dar ensino gratuito a uma Nação como o Brasil, pobre de recursos e pobre de gestos daquela natureza. Aquele movimento, que nascera no Recife havia pouco mais de 10 anos – porque em 43 surgira –, estava para morrer porque, lá no Rio de Janeiro, todas as portas estavam fechadas, os ouvidos, mocos, e os corações, insensíveis àqueles apelos da minha geração. Pois bem, Henrique de La Rocque, Presidente do IAPC, recebeu a todos, separou uma salinha ao lado do seu gabinete para sede da então nascente campanha, colocou uma funcionária do seu gabinete à nossa disposição, para ajudar-nos nos trabalhos administrativos da nova entidade – cujo nome recordo com reverência e saudade: D. Dulce de Oliveira Vermelho, que acabou sendo a autora da letra do hino da campanha. Henrique de La Rocque estendeu-nos a mão naquela ocasião e, graças a esse gesto, a essa colaboração, a idéia de Felipe Thiago Gomes, da criação da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, conseguiu transformar-se na esplêndida realidade de hoje, abrindo e mantendo colégios em quase todos os Estados da Federação e levando a oportunidade de ensino a milhares de brasileiros. É a este Henrique de La Rocque que eu quero referir-me; é a este Henrique de La Rocque que eu quero trazer a expressão da minha homenagem e do reconhecimento de quantos um dia receberam dele um gesto de ajuda, uma expressão de solidariedade e uma mão estendida de apoio.

O Sr. PRESIDENTE (Nosser Almeida) – A Mesa lembra ao nobre orador que dispõe de 3 minutos para concluir o pronunciamento.

O Sr. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir o aparte do nobre Líder Marcondes Gadelha e também de agradecer ao nobre Deputado Cristiano Lopes a intervenção oportuna. A CNEC foi uma das obras que receberam realmente a grande ajuda do Senador Henrique de La Rocque. Ainda agora mesmo, S. Exa. presidia essa instituição notável, que tantos serviços tem prestado à Nação brasileira.

Ouçó o nobre Deputado Marcondes Gadelha.

O Sr. MARCONDES GADELHA – Meu caro Deputado Edison Lobão, quero também associar-me às homenagens justíssimas que aqui são prestadas ao Senador Henrique de La Rocque pela enorme contribuição que deu ao processo político brasileiro, pelo esforço, pela colaboração, pelo descortino, pela coragem de apontar caminhos e concorrer com o melhor do seu trabalho para um início de abertura democrática. Quando cheguei ao Congresso, nobre Deputado Edison Lobão, Henrique de La Rocque já tinha uma imagem consolidada. La Rocque já era uma espécie de unanimidade e de consenso, o que não me impediu de também acrescentar a minha achega, de ter também a minha opinião pessoal, a minha imagem sobre os traços marcantes, sobre as características maiores daquele eminente homem público. A mim, me parece, Deputado Edison Lobão, que o traço fundamental da personalidade de Henrique de La Rocque é a tolerância, é o respeito à opinião alheia, esse sentimento que realmente forma o homem público de espírito democrático. La Rocque, como Parlamentar, era flexível no debate; respeitava o interlocutor; acolhia cada opinião por mais fora do contexto que ela se situasse, e a trabalhava, e a melhorava, e lhe dava um sentido útil à causa que porventura estivesse defendendo. É um homem abnegado, um ardoroso defensor da arte política em si. Daí por que, Deputado Edison Lobão, acho que caberia aqui uma ressalva àquela sua observação, de que La Rocque teria declinado de aceitar o convite para o Governo do seu Estado por mera humildade. Indiscutivelmente, é um homem humilde; muito humilde, mas não tão humilde a ponto de abdicar ao chamamento, de renunciar à hora de ser útil ao seu povo, ao seu Estado, à sua gente e ao seu País. Nesta hora, ele não media sacrifícios. Nesta hora, ele se jogava todo porque era essencialmente um animal político, porque a ele interessava a discussão dos problemas da sua terra. Daí, então, não aceito que, por mera humildade, La Rocque tenha desistido do Governo. Também não quero impor a V. Exa. uma responsabilidade histórica de que, por precariedade de argumentação, não tivesse arrancado La Rocque da sua humildade. Não. Creio que mesmo o atirado Deputado Edison Lobão não merece este peso histórico. Prefiro admitir, Deputado Lobão, que nem V. Exa. nem La Rocque tivessem condições de determinar sobre aquele momento. Acho que o estoque de argumentações de V. Exa. naquela hora era pequeno, que os seus alforjes não estavam bem repletos, que o poder arbitrário instalado no País não lhe fornecera suficiente munição para convencer o Senador La Rocque. Assim, nobre Deputado, prefiro considerar como um ato falho na ordem revolucionária vigente a não-indicação de Henrique de La Rocque.

O Sr. PRESIDENTE (Nosser Almeida) – A Mesa lembra ao nobre orador que o seu tempo está esgotado.

O Sr. EDISON LOBÃO – Peça a V. Exa. que tenha um pouco de tolerância para com este colega, para que eu possa ouvir os apartes solicitados, os quais terei muito prazer em adicionar ao meu discurso. Digo apenas ao meu estimado amigo e colega Marcondes Gadelha que fico feliz com o seu aparte. Ouço o meu eminente Líder Djalma Bessa.

O Sr. DJALMA BESSA – Deputado Edison Lobão, permita-me que me invista da qualidade de Líder em exercício do PDS para hipotecar solidariedade à homenagem que V. Exa. houve por bem, num momento feliz, render a Henrique de La Rocque. Conheci S. Exa. como delegado da antiga ARENA junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Também delegado, senti mais de perto as qualidades e as virtudes de Henrique de La Rocque. S. Exa., ontem, recebeu uma homenagem consagradora. Foram mais de mil pessoas aplaudindo, homenageando um homem só. Contou S. Exa. com a presença de amigos, de correligionários, de admiradores de vários segmentos da sociedade, numa demonstração de que a sua amizade, de que o seu prestígio não se cinge única e exclusivamente à área política. É um homem-bondade, um homem-coração, um homem sem mancha, um homem sem pecado, que tem conquistado a admiração e o apreço de todos aqueles que o conheceram pelas suas virtudes, pela sua generosidade, pela sua simpatia.

O Sr. EDISON LOBÃO – Agradeço a V. Exa. a solidariedade. Ouço o aparte do eminente Líder Célio Borja.

O Sr. CÉLIO BORJA – Serei breve, apenas para dizer a V. Exa. que me indago a mim mesmo de que homem público se pode falar, na despedida da atividade parlamentar, louvando quase que exclusivamente as virtudes do coração. Quantos de nós, nos embates da vida pública, deixamos os traços duros da personalidade no meio do caminho, impressionamos muitas vezes pela rudeza do tratamento e quando nos retiramos ouvimos palavras amáveis a respeito dos dotes efetivos? Mas o que é notável em Henrique de La Rocque é que todos unanimemente lhe reconhecemos essa riqueza extraordinária, o que é raro nesse meio agressivo em que vivemos. É um homem que agiu de acordo com o impulso do seu coração, não deixou inimigos aqui neste meio, deixou apenas amigos.

O Sr. EDISON LOBÃO – Muito grato a V. Exa., nobre Deputado Célio Borja. Ouço o nobre Deputado Ruben Figueiró.

O Sr. RUBEN FIGUEIRÓ – Honra-me intervir no caloroso discurso de V. Exa., Deputado Edison Lobão, para juntar-me à sua e às inúmeras manifestações de apreço à figura exponencial do ex-Senador La Rocque. Conheci-o pessoalmente aqui nos corredores do Congresso e a abertura do seu coração logo conquistou-me. Devo-lhe admiração pelo que ele é de homem público: devo-lhe gratidão pelo que ele, através de sua sábia orientação jurídica, fez para reafirmar a ordem política e constitucional em meu novel Estado de Mato Grosso do Sul, em episódio ocorrido em 1979. La Rocque, por ter servido a todos, tem o

privilégio – talvez único deste Congresso – de ser considerado um Parlamentar da Nação brasileira. Minhas homenagens a La Rocque e meus cumprimentos a V. Exa., Deputado Edison Lobão, pela oportunidade e justiça de seu discurso.

O Sr. EDISON LOBÃO – Agradeço a V. Exa. o aparte, nobre Deputado Ruben Figueiró. Ouço, agora, o nobre Deputado Ricardo Fiúza.

O Sr. RICARDO FIÚZA – Nobre Deputado Edison Lobão, o discurso de V. Exa. sobre a personalidade do político Henrique de La Rocque dá-nos a oportunidade de demonstrar que o maniqueísmo não pode ser um axioma a comandar esta nobre atividade. La Rocque, sendo um homem apenas, dele se pode dizer que é plural. Lutou enquanto político, em todas as frentes, desde que cada qual delas conduzisse a nobres resultados. Receba, pois, minha solidariedade e permita o registro de minha homenagem a esse grande homem.

O Sr. EDISON LOBÃO – Muito obrigado a V. Exa., nobre Deputado Ricardo Fiúza.

Concluo, Sr. Presidente.

Estimulando-me a que me iniciasse na vida pública, ele foi, neste aspecto, o meu credor humano, sem que me facultasse o dever de resgatar-lhe pesada dívida sentimental. A largueza desse gesto criou-me uma situação insusceptível de reexame, legando-me apenas o imperativo de praticar, por toda a vida, a filosofia da gratidão a esse eminente mandatário do povo.

Andarilho, iluminado pelos ingentes sertões maranhenses, quando pregava lições de fé e de luta diante do futuro de nossa terra, a palavra de Henrique de La Rocque Almeida nada perdia, em altitude ou altruísmo, para os aforismos penetrantes e radiosos de um Gandhi. E eu constatava a força de um egrégio orientalismo, que o transformava em verdadeiro mestre de paciência. Pacificador de excelsas idéias, La Rocque – o político – acostumara-se a transferir para si mesmo a carga de tormento de vítimas históricas do subdesenvolvimento e da pobreza. Neste caso, um outro atributo evangélico afluía-lhe nas faces: a do antigo missionário de sandálias, a revelar condescendência e piedade a todos os irmãos privados da alegria e da fortuna. Pervagando aldeias e cidades, a massa humana o aplaudia e ouvia-lhe as palavras, que compunham hinos de concórdia e esperança.

Se não fôssemos uma sociedade juridicamente organizada, se não houvesse leis, se inexistissem bases reguladoras para o comportamento do homem, o Senador Henrique de La Rocque teria estruturado o seu próprio código de ética, de modo a unir grupos desavindos, na formação de uma aliança de imbuível compreensão social. E, por tanto haver convivido com os desventurados, ele aprendeu a amá-los e defendê-los, com as suas energias de divindade mitológica.

Pergunto-me a mim mesmo, e respondo à minha própria consciência, sobre como pode um homem ser tão superior e tão avesso a todos os estilos de iniquidade.

Toda a sua escalada existencial está embasada no ouro da dignidade e na vocação cristalina do perdão e do esquecimento, em face de críticas equívocas que, porventura, tenham sido acionadas contra o seu porte intangível, como criatura humana.

Dados informativos de nosso tempo já mostram a amorosa formação desse cidadão que, no Governo de Getúlio Vargas, desempenhara o cargo de Presidente do antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes – o IAPC – e então teremos de lembrar-nos do benfeitor, tão querido pelos jornalistas, intelectuais e artistas, a quem ele concedeu o direito de moradia, virtualmente em quase todos os quadrantes do País. No Rio de Janeiro, a respeito, está o Jardim de Alá – um primor de habitação –, destinado notadamente aos profissionais de imprensa, de escassa renda e arrostando sérias dificuldades diante do direito de morar e viver.

Passando, logo mais, a integrar a nossa mais alta Corte Fiscal, o Ministro Henrique de La Rocque levará fértil acervo de experiência e dedicação. É evidente que, entre os seus ilustres pares, continuará a sua missão de enobrecer a República, com a sua capacidade de inatacável patriota.

O Ministro La Rocque pôde – com rara prudência – sobrepair as tempestades políticas, sem questionar a nova ordem social estabelecida e preservando a integridade de seu enorme valor humano.

Experimento um estado de felicidade, ao inclinar-me diante da personalidade desse grande brasileiro do Maranhão, cujo passado configura o texto de um livro sagrado.

Rendo-lhe este preito de admiração, estendo a presente homenagem ao povo do Maranhão e à comunidade do País, reconhecendo no Ministro Henrique de La Rocque um expressivo expoente de humanismo de nossa época.

O Sr. EDSON VIDIGAL (PP-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, sou daqueles que têm grande dificuldade no exercício do elogio, mas que procuram ser justos no fazê-lo e severos na crítica. Este sentimento, porém, não anula em mim o que tenho de reconhecimento e gratidão por todos quantos, no exercício do seu dever cívico, souberam levar a bom termo a sua função.

Nesta Casa, não só na Câmara, como no Senado, já se tem a certeza de que seremos desfalcados de uma presença que nos tem sido muito grata ao longo de tantos anos e tantas legislaturas. Refiro-me à anunciada nomeação do Senador Henrique de La Rocque para o Tribunal de Contas da União, que, se de um lado constitui o coroamento de sua carreira pública, de outro, desfalca esta Casa, a representação do Estado do Maranhão e as alegrias de todos nós, quando o vemos, como o temos visto, voltado inteiramente para seus deveres de representante do povo no Congresso Nacional. O Senador Henrique de La Rocque é dessas figuras raras e, como Deputado que foi, nesta Casa, em várias legislaturas, não apenas no exercício de funções executivas da Mesa, mas também como parlamentar de Oposição, naqueles idos – e aí não se sabia até onde agia o Deputado e até onde agia o advogado, o profissional de Direito –, jamais permitiu qualquer lesão aos direitos humanos neste País.

Quando ouvimos, recentemente, tanto falar-se em direitos humanos, no mundo inteiro, parece termos esquecido da figura de Henrique de La Rocque, que tanto se empenhou e que, em tantas ocasiões difíceis, desafiando pressões,

desafiando poderosos de instantes, atreveu-se a agir na defesa das imunidades parlamentares, de direitos mínimos de cidadãos que, em momentos difíceis, neste País se viam ameaçados.

Assim, aqui estou, para, neste registro, sugerir aos líderes dos partidos que integram a representação do povo brasileiro nesta Casa, sem prejuízo dos trabalhos normais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, reservem um dia de cada sessão, em horário que lhes é destinado por força do Regimento, para as lideranças, porque assim, também, não teremos prejuízo no andamento normal dos trabalhos, a fim de que possa cada um dos partidos aqui representados prestar ao Senador Henrique de La Rocque as homenagens que ele bem merece e que lhe são as mais justas, não na despedida do convívio do Congresso Nacional, mas na certeza que temos todos nós de que, enquanto ele vive, nós somos privilegiados por ter a sua companhia.

O Sr. JOÃO ALBERTO – Senhor Presidente, Senhores Deputados: o indiscutível mérito de um dos mais ilustres homens públicos maranhenses, as sólidas qualidades morais, intelectuais e humanas que adornam o caráter e a personalidade de Henrique de La Rocque Almeida, Senador da República e recentemente empossado no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, foram exaltados pelo Deputado Sarney Filho na Assembléia Legislativa do Maranhão, em pronunciamento que alcançou ampla repercussão nos meios políticos e sociais do Estado.

Com uma vida cristalizada no sentimento único da justiça e do patriotismo, dentro de parâmetros éticos claramente definidos, Henrique de La Rocque representa, efetivamente, para toda a comunidade maranhense, o exemplo cabal do homem que, com a virtude da devoção e a inspiração da inteligência, vem lutando, há mais de três décadas, para dar ao Maranhão a moldura de nossas esperanças e de nossas aspirações.

Foi, destarte, como fiel intérprete do sentimento do povo do Maranhão que a Assembléia Legislativa daquele Estado houve por bem homenagear, a 11 de agosto corrente, em sessão solene, o ilustre homem público, por motivo de sua investidura no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

Seja-me permitido ler, Senhor Presidente, para que conste dos Anais desta Casa, texto do brilhante pronunciamento feito pelo Deputado Sarney Filho durante a referida sessão:

“Falar de Henrique de La Rocque Almeida é fácil, mas não em termos de despedida. Tão grande é a sua presença, tão próximo é o seu convívio, tão altos são os valores que ele encarna, que jamais poderemos excluí-lo do nosso universo, das preocupações e das esperanças do nosso dia a dia. Mesmo que as suas atividades o distanciem do nosso âmbito de ação, de nossas lutas incertas, não há como prescindir do seu exemplo, do seu estímulo, do seu conselho, pois precisamos da certeza de que está sempre conosco, participando dos nossos problemas, para encorajar-nos em nosso labor.

Esta homenagem que ora presta a Assembléia Legislativa do Maranhão ao ínclito Senador Henrique de La Rocque Almeida, por motivo de sua nomeação

para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, não tem, portanto, o tom de despedida ao político militante, ao companheiro de jornadas cívicas, ao amigo prestante e insubstituível. Esta homenagem tem o sentido de uma celebração: a celebração da amizade, da dignidade, da altivez e do imenso amor ao Maranhão, que sempre marcaram a sua vida. Deixa ele as lides partidárias, as pugnas eleitorais e o paciente ofício de ouvir e cuidar das aflições e dos apelos que lhe afluem de todos os recantos do Estado, para recolher-se à vida reservada da magistratura de contas, onde continuará a exercitar a sua vocação de homem público. Mas essa mudança de roteiros em nada altera a imagem do homem, do Dr. La Rocque bom e atencioso, de olhos semicerrados e braços abertos para quantos o procuram, que todos nós acostumamos a admirar.

Para definir a presença de Henrique de La Rocque Almeida na vida política, tanto nas bases eleitorais como na esfera parlamentar, basta dizer-se que ele é um homem sem adversários. Opositores, teve-os ao longo de suas campanhas, no jogo normal das pugnas eleitorais. Mas opositores que nunca lhe votaram aversão, nunca foram seus inimigos, nunca o quiseram mal. Ao contrário, os seus opositores não só o respeitam, mas o admiram e o louvam, porque ele jamais os molestou, jamais levou a concorrência política aos extremos da disputa pessoal, jamais desmarginou do estilo cordial que sempre timbrou sua conduta, mantendo num plano elevado a sua atuação, em todas as áreas a que foi convocado por suas obrigações políticas.

Mas Henrique de La Rocque Almeida realizou mais, como político: todos os seus eleitores são seus amigos. Nunca obteve ele o voto ideológico, o voto como expressão dos radicalismos regionais ou mesmo o voto de protesto, pois sempre foi sufragado pelo que é, por sua figura humana e o que nela se concentra e se identifica com as camadas mais amplas do eleitorado. O voto para o candidato La Rocque não teve, em momento algum, apenas um conteúdo político-partidário, porque sempre foi eminentemente pessoal, diria mesmo quase afetivo.

E o depoimento da história daqueles anos diz que perdeu apenas uma eleição discutida. E foi exatamente na altivez com que recebeu a derrota, na dignidade com que suportou a afronta a todos os princípios que julgava intangíveis, na serenidade com que viu se frustrarem as esperanças de tantas mãos levantadas nos seus comícios, que ele cresceu, avultou e tornou-se legenda e aspiração de todo o povo maranhense.

Talvez seja esta uma das maiores dificuldades da opção do Senador La Rocque Almeida pela magistratura de contas, interrompendo sua carreira parlamentar em pleno fastígio da força eleitoral que amealhou: a de deixar o voto da simpatia, o voto dos humildes, dos que o abraçam nas ruas das cidades ou nos caminhos dos povoados, o voto dos necessitados, dos que o recebem no seio de suas casas e no fundo dos seus corações, dos que não o têm apenas como candidato, mas como um companheiro estimado e querido. Esse voto confortador, que é quase uma dádiva íntima, sem outro compromisso senão o da confiança, certamente ficará na lembrança de seus eleitores, todas as vezes

que comparecerem às urnas. Porque a vinculação deles ao Senador La Rocque de Almeida não está apenas no momento de votar, no calor dos comícios e das seções eleitorais, mas se estende por toda a vida, num relacionamento amável, que o torna um candidato sempre em campanha – a campanha maior da amizade.

Raros políticos que, ao se afastarem da militância política, como o faz Henrique de La Rocque Almeida, deixariam essa impressão do irmão, do parente que sai em viagem, mas que será sempre esperado, no retorno aos seus pagos, aos seus amigos, às suas fontes. Ninguém aqui pensa em despedida, porque o seu lugar está guardado no coração de todos.

Se esta é a imagem do homem e do político no âmbito provinciano, não menos marcante é a sua presença nos altos escalões da República.

Funcionário do Ministério da Fazenda desde 1934 e depois parecerista-chefe da Câmara de Reajustamento Econômico, Henrique de La Rocque Almeida sempre gozou de largo conceito nos meios político-administrativos da época. Era um servidor dedicado e um cidadão exemplar, impondo-se à consideração de quantos com ele privavam.

Em 1951, o presidente Vargas o nomeou presidente do Instituto dos Comerciantes. Aí teve ele uma atuação fecunda, desenvolvendo os serviços médico-assistenciais, ampliando a aplicação de recursos na construção de moradias para os segurados, dinamizando os benefícios da previdência social. Era, então, um homem poderoso, mas o exercício do poder não lhe roubava a simplicidade e a modéstia com que ouvia desde as mais eminentes personalidades, dos representantes de classes influentes, até o obscuro doente das enfermarias dos hospitais. Ele transformou o alto cargo numa expressão de sua bondade.

Em 1953, deixou a Presidência do Instituto para engajar-se na luta política do Maranhão. Sua figura mansa e cordial foi escolhida pelas então Oposições Coligadas para enfrentar o sistema dominante no Estado, nas eleições para preenchimento de uma cadeira no Senado Federal. Foi uma missão áspera e de sacrifício, a que ele se prestou por amor à sua terra. E saiu dela quase sem tostão, sem o mandato que postulara, mas com o prestígio eleitoral que o tornou, desde aí, uma força individual nas campanhas políticas entre nós.

Eleito deputado federal em 1955, exerceu cinco mandatos consecutivos. O Deputado La Rocque passou a ser uma das figuras de maior projeção no Congresso, estimado por seus colegas, respeitado pela oposição, ouvido pelo Governo, procurado por quantos na área político-administrativa se relacionam com o Poder Legislativo. Ali foi ele, por dois anos, segundo-secretário e, por cinco anos, primeiro-secretário, participando intensa e ativamente da direção dos trabalhos legislativos e dos acontecimentos políticos que agitaram nosso País neste quartel do século. Foi também membro atuante das Comissões de Trabalho e Legislação Social e de Redação.

Em 1974, elege-se Senador da República. Sua eleição não foi propriamente uma disputa, mas uma consagração: Henrique de La Rocque Almeida atingiu o ápice de sua carreira política, recebendo de todos os recantos do Estado a comovedora manifestação de apreço e carinho de todos os maranhenses.

No Senado, integrou várias Comissões e foi terceiro-secretário de sua Mesa Diretora. Eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça para o biênio 1979/1980, houve-se com o apurmo que o colocou à altura das tradições da alta investidura, coroando uma vida parlamentar brilhante e fecunda.

Mas não só nos cargos administrativos ou na vida parlamentar se distinguiu Henrique de La Rocque Almeida. O que ele talvez mais goste de ser, e o que sempre foi em sua vida, foi advogado. Advogado dos desvalidos, dos condenados, dos que apelam em última instância e dos que só têm a última esperança. Quem não o terá visto, ao mesmo tempo brando e aflito, a correr de ministro a ministro, nos Tribunais Superiores do País, levando memoriais urgentes e súplicas derradeiras, empenhando-se pela causa de um amigo, defendendo interesses de outrem, com a modéstia e a segurança de quem pede e confia na Justiça? Quem, dentre os que dele se socorreram, não recebeu o apoio, o conforto, a dedicação do causídico, para quem qualquer causa é uma grande causa, desde que signifique um serviço ao próximo?

Esse empenho e essa dedicação não revelam apenas um grande e incansável postulante, mas um profissional distinguido, que dá à missão do advogado as dimensões verdadeiras de um serviço público. Não é gratuitamente que ele é detentor das medalhas de Mérito Judiciário do Trabalho e de Mérito Judiciário Militar. Elas lhe foram conferidas precisamente como reconhecimento da vivência, da longa experiência e da profunda seriedade com que ele trata as coisas da Justiça. Na verdade, elas representam um preito de admiração da própria magistratura ao advogado probo e competente. O seu nome está ligado à vida judiciária do País por toda uma gama de amizade e fidelidade, que o torna acolhido em qualquer Tribunal como um profissional amigo e respeitado.

Este é o homem a quem hoje tributamos nossa homenagem, em nome de todos os maranhenses.

Nascido nesta São Luís de nossos encantos, filho de família tradicional de nossa terra, mas formado no Rio de Janeiro, Henrique de La Rocque Almeida, tão logo lhe foi possível, voltou à sua antiga casa, na Rua dos Afogados, e a reabriu para todos os conterrâneos – a comprida sala cheia de gente, todas as horas do dia, como em romaria.”

Era o que tinha a dizer.

O Sr. MILTON BRANDÃO (PDS-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, tivemos, na semana anterior, notícia da feliz escolha, pelo Presidente João Figueiredo, do nome do nosso eminente companheiro, Senador Henrique de La Rocque, para ocupar o elevado cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

Por certo, naquela egrégia Corte de controle, julgamento e decisão das finanças do País, pontificam outras destacadas figuras, também com muita honra para nós, oriundas desta augusta Casa, as quais formam lado a lado com outros valores nacionais, colocando seus notáveis conhecimentos a serviço da Nação.

Henrique de La Rocque, filho da cidade de São Luís, Capital do grande Estado do Maranhão, advogado brilhante, ocupou, entre outros, o cargo de

Presidente do Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Comerciários, no Governo do saudoso Presidente Getúlio Vargas, ocasião em que revelou sua capacidade no campo da economia, tendo organizado as finanças daquela meritória instituição.

Em 1955, foi eleito, pela primeira vez, para a Câmara Baixa do País, sendo reeleito, sucessivamente, até 1974.

Em 1975, foi distinguido com mandato de Senador da República, onde ainda permanece, após ter tomado parte em importantes Comissões ordinárias e especiais da Câmara Alta, tendo, inclusive, integrado a Mesa Diretora.

Em todos esses postos ofereceu abalizados pareceres e pronunciamentos elaborados com inteligência, equilíbrio e espírito público. À sua conduta irrepreensível e austera somam-se outros notáveis dotes, que ornaram sua personalidade marcante, sempre merecedora do respeito e admiração de parte de seus pares. Sem arrogância, sem vaidade, aparência tranqüila e gestos de fidalguia para com seus colegas, sempre desenvolveu no Parlamento Nacional uma atividade patriótica e construtiva.

Dotado de extraordinário bom senso, pautando suas atitudes pela lealdade e discrição, conceituado, honrado, sincero, granjeou a amizade e a estima dos seus colegas, amigos e de todos quantos o conhecem.

Juntos ingressamos na Câmara, em 1955, ocasião em que integrávamos o Partido Social Progressista, chefiado pelo saudoso Governador Adhemar de Barros. Formávamos um grupo cordial, solidário e todos tínhamos pelo colega La Rocque a maior consideração e apreço.

Sr. Presidente, deixa o Parlamento Nacional, com a renúncia do Senador Henrique de La Rocque, de contar com uma de suas maiores figuras do homem público, do político, do companheiro e amigo. Em reconhecimento aos seus méritos, expressamos as nossas felicitações ao Presidente João Figueiredo pela feliz escolha, ao tempo em que parabenizamos os membros do Egrégio Tribunal de Contas da União e nos congratulamos com o bravo povo maranhense e com sua ilustre família (Palmas.).

O Sr. ANTÔNIO AMARAL (PDS-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, nestes tempos turbulentos da sociedade, está-se tornando rara e difícil a oportunidade de parar e, numa visão do presente e do passado, erguer vozes em homenagem a um herói do cotidiano. Nem são muitos os que hoje se destacam para merecer os louvores de seus colegas. Há atos de heroísmo que se revestem de tal simbolismo que um só deles basta para imortalizar, às vezes, sem outros resultados que um profundo impacto emocional sobre as pessoas. Já o trabalho do herói do cotidiano precisa repercutir por anos a fio, repetir-se indefinidamente, espalhando seus efeitos benéficos sobre muitas gerações, com persistência e eficácia, até que, em seu conjunto, seja notado – é o trabalho do homem público; é o trabalho que hoje queremos louvar na pessoa do Senador Henrique de La Rocque.

Dele podemos dizer que seu brilho, persistência e eficácia estão vencendo os tempos e conquistaram nossa gratidão com o mérito do seu valor. Quando

ele troca a agitação da vida parlamentar, à qual dedicou 25 dos seus mais de 60 anos de lutas pela causa do interesse público, não se retira da arena para descansar. Pelo contrário, debruça-se agora no exame circunspeto da eficiência da instituição pública, aproveitando o cabedal de sua experiência ímpar.

O brilhante jurista, jornalista, homem público e parlamentar admirável, Henrique de La Rocque torna-se Ministro do Tribunal de Contas da União. O jovem de La Rocque iniciou sua carreira preparando-se nas letras iniciais com a clara pronúncia do Maranhão, para então buscar, na Capital da República, o bacharelado em Direito pela Faculdade Nacional.

Dedicando-se ao jornalismo, fazia, já nos primeiros anos de sua vida profissional, a cobertura das notícias do Supremo Tribunal Federal. Iniciou, a seguir, sua carreira de administrador público no Ministério da Fazenda, onde chefiou os Estados da Câmara de Reajustamento Econômico, na época encarregada do controle de divisas da lavoura.

Em 1951, presidiu o IAPC e marcou sua presença naquela autarquia por destacados feitos. Sua ação na previdência foi abrangente e ampla, desde a construção de hospitais no Rio de Janeiro, São Paulo e Maranhão até à assistência social mais extensiva, construção de moradias, como o Conjunto Residencial do Jardim de Alah. Já então sua visão objetiva dos problemas sociais atingia mesmo as áreas menos discutidas da ocasião. Foi pioneiro no provimento de condições de trabalho à mulher, fazendo construir no Rio de Janeiro a Casa da Comerciária.

De administrador público, com profunda experiência dos problemas e necessidades de todas as Unidades da Federação, qualificação adquirida na presidência de uma instituição tão ampla como o IAPC, elegeu-se parlamentar. Não poderia, aliás, optar por melhor forma de aproveitamento de seu enorme potencial de recursos intelectuais, que passou a combinar com rara habilidade à sua avidez de prestar serviços à coletividade.

Desdobrou-se em 5 Legislaturas consecutivas, de 1955-1959, 1959-1963, 1963-1967, 1967-1971, 1971-1975, na Câmara dos Deputados, em intensa atividade diversificada, deixando nesta Casa um rastro de entusiasmo e equilíbrio, colaboração e bom senso em cada oportunidade de atuação parlamentar.

Da sua primeira eleição pelo PSP, deixou a Câmara só para ir para o Senado, mantendo-se, portanto, congressista. Só no plenário da Câmara, registram-se, nos Sumários de Pronunciamentos publicados de 1957 a 1974, 236 discursos de La Rocque.

Nas Comissões, seu trabalho profícuo era constante em todos os âmbitos e setores dos negócios públicos, tanto que sua evidente eficiência o levou a administrar vários subsistemas da Instituição legislativa: a Comissão de Redação, de 70 a 71, a Segunda-Secretaria da Mesa, de 62 a 66, e a Primeira-Secretaria da Mesa, de 66 a 69.

Em toda parte, defendia, como ainda defende no Congresso, com equanimidade, cada causa em debate nesta Casa, sem se omitir mesmo nos temas mais controversos, firmando sempre sua opinião política de social-democrata.

É sempre com energia que repele as manifestações extremistas de esquerda ou de direita, combatendo, no entanto, o bom combate da Democracia, do direito à representação, da autodeterminação dos povos e do progresso com paz.

Como Senador, nosso homenageado tem-se havido ainda com mais brilho e sua atividade, extraordinariamente intensa, foi registrada nos anais até o início do mês de junho com nada menos que 140 discursos, 159 apartes, 48 projetos, 410 relatórios de Comissões e 792 interferências em trabalhos de Comissões.

Merecidamente os Ministérios Militares lhe concederam honrarias de condecorações: a do Ministério da Aeronáutica e a do Mérito Jurídico Militar, do STM.

No momento em que deixa este Congresso para dar continuidade à sua carreira num estágio de concentração de esforço junto ao Tribunal de Contas da União, que também é um órgão do Legislativo, reunindo a experiência de tantos ex-legisladores, queremos registrar nossa homenagem e reconhecimento ao Deputado, Senador e sobretudo homem público extraordinário que tem sido Henrique de La Rocque. Aproveitamos a oportunidade para fazer votos, que certamente são partilhados por todos os seus ex-colegas, pela sua felicidade pessoal e continuidade de sucesso na nova etapa de serviços à Nação.

O Sr. PIMENTA DA VEIGA (PMDB-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejo expressar, hoje, sentimentos opostos sobre o mesmo fato, sem com isso atingir o paradoxismo. Quero externar a alegria e a tristeza simultâneas que me assomam pela recente indicação do Senador Henrique de La Rocque para o Tribunal de Contas da União.

Contentamento enorme por ver que o seu trabalho profícuo no Congresso foi reconhecido não somente pela sua nomeação para o Tribunal, mas também pela aprovação de seu nome, de forma extremamente honrosa, pelo Senado Federal; regozijo por saber que o Tribunal de Contas da União estará engrandecido e valorizado pela presença de tão ilustre, dedicado e laborioso ministro.

Entristecido pela ausência de Henrique de La Rocque da política brasileira, na qual milita há mais de trinta anos, inicialmente como Presidente do antigo IAPC e depois como parlamentar durante vinte e cinco anos.

O equilíbrio, a experiência e, sobretudo, a bondade são qualidades desta invulgar figura humana que é o Senador Henrique de La Rocque, motivo por que a sua ausência do Parlamento deixa na política um grande vácuo.

Nesta quadra de inusitadas dificuldades políticas, o bom senso e o livre acesso a todas as facções, que sempre caracterizaram o Senador La Rocque, seriam extremamente valiosos. Homem de caráter e extraordinariamente leal aos seus amigos, La Rocque não hesitou, no auge da repressão, nos dias mais duros do arbítrio, em interceder a favor daqueles atingidos pelos atos de exceção, entre os quais estavam alguns dos nomes mais visados pelo regime militar. Mesmo nos dias mais difíceis e incertos, La Rocque não teve um instante de hesitação na busca da justiça e na proteção aos punidos sem culpa, chegando mesmo a expor-se pessoalmente, em visitas aos presos e perseguidos. Era um trabalho discreto, sem alardes, que visava apenas a minorar as angústias dos cassados, presos e exilados. Esta talvez seja uma das passagens mais belas da

vida de La Rocque, este homem magnífico, que até agora só fez o bem, porque só o bem procurou.

Enternecido por sua ausência da política, que espero não seja definitiva, cumprimento o Tribunal de Contas da União por contar, entre os seus ilustres membros, a partir desta semana, com um dos mais notáveis homens públicos do País e um dos melhores cidadãos brasileiros.

O Sr. SIQUEIRA CAMPOS (PDS-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, não conheço, em minha vida pública, mais longa do que eu desejara e tão fértil das melhores relações humanas, apesar dos espinhos de incompreensões adversas, mais de um homem que tenha conseguido, durante cerca de quatro décadas, exercer cargo de confiança do Executivo, mandatos populares na Câmara e no Senado, sem fazer um inimigo sequer.

É o caso do Senador Henrique de La Rocque de Almeida, recentemente nomeado, por ato do Presidente João Baptista Figueiredo, membro do Tribunal de Contas da União.

Esse nordestino, da melhor cepa, lembra algumas figuras célebres daquela região adusta: tem a vocação condoreira da oratória romântica, que marcou o paraibano Alcides Carneiro, tanto como Deputado Federal, enchendo o Plenário do Palácio Tiradentes para aplaudi-lo, como quando, naquele alto Pretório Castrense, proferia votos que eram verdadeiros hinos à liberdade; tem a vocação jurídica de um Eptácio Pessoa, pois, aos dezoito anos, como estudante de Direito provisionado para a advocacia, conseguia reformar, num feito célebre, a Jurisprudência do Supremo, citando o voto que o consagrou na Suprema Corte dos Estados Unidos.

Na presidência do Instituto dos Comerciantes, foi um verdadeiro ídolo dos jornalistas cariocas na década de cinquenta e nunca deve ter lido, da pena de um cronista político responsável, qualquer restrição ao seu desempenho.

Seu trabalho nas Comissões Técnicas, tanto da Câmara como do Senado, revelava o mesmo talento com que sempre soube comportar-se na magistratura postulante: legislador emérito, sempre lhe confiaram as tarefas mais difíceis, como, na última legislatura, a de relatar a lei de que resultou a unificação dos serviços médicos da Previdência Social, quando, apesar da resistência dos tecnocratas do Executivo, conseguiu inserir-lhe cerca de vinte emendas, de Deputados e Senadores, graças à habilidade diplomática com que conseguia aplacar os cérebros mais recalcitrantes.

Quem perlustrar uma seleção dos seus pronunciamentos parlamentares descobrirá, ali, além do seu talento verbal, na palavra clara, precisa e concisa, desprovida de enfeites, mas de exemplar fidelidade ao vernáculo, a predominância de discursos exaltando grandes vultos da nacionalidade, ou homenageando o desempenho dos seus amigos nas mais diversas funções do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e da vida castrense, das cátedras e dos sindicatos.

Esse o traço predominante do seu caráter sem jaça: a fidelidade aos amigos, a lealdade aos colegas, sobretudo um invencível amor à liberdade e um culto permanente aos ideais democráticos.

Veremos, no banquete que lhe oferece hoje a família Jorge Chammas Neto, pela sua ascensão ao Tribunal de Contas da União, a nata da inteligência brasileira, as figuras mais eminentes dos Três Poderes e das Forças Armadas, das classes produtoras, da imprensa, dos sindicatos e das universidades, também do funcionalismo, ao qual tanto serviu, para ouvir as justas palavras que homenagearão esta nobilíssima figura, que deixa um claro impreenchível no Parlamento brasileiro.

Associando-me a essa homenagem, quero dizer ao Ministro Henrique de La Rocque, ao legislador brilhante, ao tribuno parlamentar de estilo castiço, ao orador forense que sempre exibiu na tribuna a mais clara cultura jurídica, ao meu amigo, os votos mais sinceros de que, no Tribunal de Contas da União, sua palavra brilhe como sempre e seus pareceres e decisões revelem a melhor contribuição que o Parlamento brasileiro e o Estado do Maranhão podiam dar àquela alta Corte, cuja importância vem crescendo no contexto da nossa vida pública, pela excelência dos seus nobilíssimos componentes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Publicado no Diário do Congresso Nacional de 2/9/1980.

Parecer da comissão de finanças sobre a indicação de Henrique de La Rocque para Ministro do Tribunal de Contas da União

(Relator: Senador Cunha Lima)

Mensagem nº 132, de 1980 (nº 223, de 1980, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Sr. Henrique de La Rocque Almeida para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro João Batista Ramos

No uso de prerrogativa regimental, na qualidade de Presidente desta colenda Comissão de Finanças pela generosidade dos eminentes colegas que a integram, avoquei a relatoria desta Mensagem para ter a satisfação de ser o primeiro, nesta oportunidade, a compor um hino de louvor ao distinto amigo, dedicado colega e preclaro Senador Henrique de La Rocque Almeida.

Fugindo, talvez, à praxe, este parecer será praticamente uma declaração de voto. Não importa. A personalidade em evidência é tão singular que não temo fugir à tradição e não me limitarei a um simples encaminhamento do seu *curriculum*.

Não sei se a indicação oriunda do Excelentíssimo Senhor Presidente da República é, na realidade, uma homenagem.

O mandato de Senador da República é uma das mais elevadas honrarias que um homem público pode alcançar em nossa Pátria.

Prefiro classificar a designação como o coroamento e a complementação de uma vida pública que começou na área do Poder Executivo, teve realce no Legislativo, através da Câmara dos Deputados e nesta Casa, e continuará na relevante responsabilidade de julgar e fiscalizar cometida aos Ministros do Tribunal de Contas da União.

Se, para aquele órgão, o ingresso de Henrique de La Rocque Almeida é um fator de engrandecimento, assim me permitam entender seus ilustres membros, para o Senado Federal sua saída se constitui numa perda.

A oportunidade e o idealismo de Henrique de La Rocque começaram a se evidenciar na Presidência do IAPC, de 1951 a 1953, se acentuaram na Câmara dos Deputados, onde foi atuante no plenário, nas Comissões e na Mesa, pois esteve durante 7 longos anos como 1º e 2º Secretário da outra Casa do Congresso, e refulgem no Senado Federal desde 1975.

Quando aqui cheguei, já o encontrei. Logo nos primeiros contatos com os eminentes membros da Alta Casa do Congresso, o escolhi para um dos paradigmas de meu comportamento. Sua honradez, seu patriotismo, sua preocupação com os problemas do País, sua honestidade de propósitos, seu senso de ética e seu companheirismo me impressionaram sobremaneira, entre outras virtudes que exortam o exemplar caráter de Henrique de La Rocque Almeida.

Se tivesse direito a optar, sem ser injusto ou egoísta, preferia tê-lo conosco, permanentemente no nosso convívio, no âmbito do Senado Federal, na Comissão de Justiça, no plenário, enfim, nas atividades do Congresso Nacional, onde ele tem brilhado até agora e maiores contribuições poderia trazer ao equacionamento dos problemas do País.

Mas o Chefe do Executivo deseja ver o nosso eminente colega oferecendo as luzes de sua inteligência e o exemplo dignificante de seu caráter noutra setor da superior administração de nossa Pátria.

Para as formalidades da espécie, faço anexar o *curriculum vitae* do Senador Henrique de La Rocque Almeida, o qual passa a integrar este relatório.

Publicado no Diário do Congresso Nacional de 2/9/1980.

Discurso proferido pelo Deputado José Ribamar Machado, em agosto de 1983

O SR. PRESIDENTE (FLÁVIO MARCÍLIO) – Pelo Partido Democrático Social, para homenagem ao ex-parlamentar Dr. Henrique de La Rocque, tem a palavra o Deputado José Ribamar Machado.

O Sr. JOSÉ RIBAMAR (PDS-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso homenageado de hoje tinha a alma grande, aberta, luminosa, dos verdadeiros filósofos, que são como uma espécie de anjos sem asas ou de poetas sem versos, passeando despreocupadamente pela vida, como pássaros entre os espinhos.

“O melhor homem do mundo” – foi a expressão usada pelo saudoso Líder Petrônio Portella para referir-se ao Senador Henrique de La Rocque, desaparecido aos setenta anos, quando se aposentara como Ministro do Tribunal de Contas da União, vítima de insidiosa moléstia.

Natural de São Luís do Maranhão, filho do comerciante Marcelino Gomes de Almeida Júnior e de Dona Marieta La Rocque de Almeida, casou-se, em 1949, com Dona Maria Amélia Marinho La Rocque de Almeida.

Nascido a 8 de agosto de 1912, formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e, ainda estudante, trabalhava como solicitador, ganhando, certa vez, uma causa no Supremo Tribunal Federal, em que reformava a jurisprudência da Alta Corte, ainda estagiário.

Aos 22 anos, já bacharel em Direito, foi Técnico de Administração do Ministério da Fazenda, depois Parecerista-Chefe da Câmara de Reajustamento Econômico.

No Governo do Presidente Getúlio Vargas, em 1951, foi nomeado Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, realizando invejável administração, quando conquistou a simpatia de toda a imprensa, atendendo aos justos pleitos dos jornalistas e construindo vários hospitais no País. Instado pelo seu grande amigo ex-Senador Clodomir Millet, aceitou seguir para o Maranhão e participar efetivamente da política maranhense.

Candidato pelo antigo Partido Social Progressista, elegeu-se Deputado Federal pelo Maranhão em 1955, na Terceira Legislatura, e, graças à sua brilhante atuação, no Plenário e nos órgãos técnicos, foi reeleito, sucessivamente, em 1958, 1962, 1966 e 1970, as duas últimas vezes pela Aliança Renovadora Nacional.

Exerceu, na Câmara, as funções de 1º e 2º Secretário e membro das Comissões de Trabalho e Legislação Social e de Redação.

Em 1974, candidato único do Maranhão, elegeu-se Senador ainda pela ARENA, e essa mesma circunstância, de não ter tido opositores, revela um importante aspecto da sua vida pública: nunca criou arestas profundas em

relação aos adversários, mas, homem subretudo cordial, estava sempre aberto ao entendimento e à compreensão.

Tomando posse no Senado, em 1975, integrou, como membro efetivo, as Comissões do Distrito Federal, Finanças, Legislação Social, Segurança Nacional, tendo exercido a Vice-Presidência da Comissão de Educação e Cultura.

Confiaram-lhe também a difícil função de relator das mais variadas Comissões Mistas, destacando-se o seu trabalho quando da discussão e votação do projeto, de iniciativa do Poder Executivo, que se transformou na Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977, instituindo o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social.

Os técnicos do Ministério da Previdência Social, então dirigido pelo jurista Nascimento e Silva, inicialmente pretendiam que a proposição fosse aprovada praticamente sem emendas.

Entretanto, mais de uma centena delas foram apresentadas.

Coube a Henrique de La Rocque negociar, com a tecnoburocracia, a aprovação de algumas delas, aperfeiçoando a proposição e atendendo ao princípio da necessária colaboração do Congresso Nacional no encaminhamento das grandes proposições de iniciativa Governamental.

Foi um largo e estrênuo debate, atento a todos os detalhes o grande relator.

Havia matérias das mais controvertidas, como, principalmente, a prática extinção do FUNRURAL, que vinha exercendo uma fecunda atividade em todo o interior do País. Embora menos polêmica, a integração do IPA-SE no INAMPS provocou acirrados debates.

Contornando as imensas dificuldades do encaminhamento da proposição, o Senador Henrique de La Rocque conseguiu ver aproveitadas cerca de vinte emendas do Plenário, e o processo foi, finalmente, aprovado, sem necessidade do decurso de prazo, que o relator quis evitar a qualquer custo.

Sempre desfrutando largo prestígio nos meios administrativos, nos diversos governos, a partir de 1950, tinha várias condecorações, entre elas a Ordem do Mérito Militar, a Ordem do Mérito da Marinha, a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, a Ordem do Mérito de Brasília e a Medalha de São Luís do Maranhão, cidade que tanto amou e que ele se ufanava de cognominar de “azulejo lavado de luz, à sombra das palmeiras boiando nas águas”.

Radicado no Rio de Janeiro desde os 17 anos de idade, sempre devotou grande afeto à cidade que generosamente o hospedara e, quando presidente do IAPC, lá construiu, no Jardim de Alá, o conjunto residencial dos jornalistas, classe a que sempre demonstrou o maior apreço. Também fez construir os dois hospitais no Rio de Janeiro, um deles para os radialistas, ampliando a rede hospitalar do IAPC, que sempre ostentou os nosocômios mais bem aparelhados naquele tempo, na antiga Capital da República, em São Paulo e no Maranhão.

Jornalista profissional, trabalhou em vários órgãos da imprensa carioca, cobrindo o setor do Supremo Tribunal Federal.

Na sua vida administrativa, chefiou um dos departamentos da Câmara de Reajustamento Econômico, com a função específica de examinar as dívidas da lavoura.

Uma das suas mais afanosas tarefas no Poder Legislativo, além das já citadas, foi na Comissão Especial encarregada de estudar a federalização da justiça, proposição que recebeu centenas de emendas, destacando-se também o seu trabalho na Comissão de Inquérito que investigou irregularidades nos Institutos de Previdência, na 4ª Legislatura.

Doutrinariamente, era partidário do intervencionismo econômico, apoiou o monopólio estatal do petróleo, das telecomunicações, da eletricidade e dos minérios atômicos, considerando que esse quadro poderia ser ampliado por interesses de segurança nacional.

Concedo o aparte ao Deputado Cid Carvalho.

O Sr. CID CARVALHO – Como sempre, nós, do Maranhão, estamos acostumados a ouvir as brilhantes orações de V. Exa.

O Sr. JOSÉ RIBAMAR MACHADO – Muito obrigado.

O Sr. CID CARVALHO – E está claro, na hora em que o tema se chama Henrique de La Rocque, V. Exa. ainda se acrescenta a si mesmo. Mas tenho um dado a lamentar: é que, na hora em que se presta esta homenagem a uma figura que, pelo seu lado humano, ultrapassa as fronteiras da nossa luta partidária e – aqui estou falando como homem do PMDB – na hora em que presta esta homenagem a um conterrâneo ilustre, só V. Exa., na tribuna, o nosso companheiro Edison Lobão e, lá atrás, o Senador Alexandre Costa estejam presentes. A ausência é a marca da homenagem do PDS do Maranhão ao Sr. Henrique de La Rocque.

O Sr. JOSÉ RIBAMAR MACHADO – Registro, com muito prazer, o aparte com que V. Exa. me honra, nobre colega. Dizia eu que La Rocque sustentou todas essas teses, como membro da Frente Parlamentar Nacionalista, com a sua proverbial tolerância, que, na verdade, foi a maior de todas as virtudes: sempre encontrava um palmo de chão limpo, em que pudesse entender-se com os adversários. Cordialíssimo, não teve inimigos, e sua atuação nos debates sempre se marcava pela mais completa compostura parlamentar, pelo dom de ouvir, pela habilidade em solucionar controvérsias.

Segundo quantos lidaram com ele, dentro e fora do Parlamento, a prestabilidade era uma das suas características: **gostava de servir e não havia dificuldades que não vencesse**, com aquela mansuetude de ânimo, aquela tolerância e a exemplar dedicação com que enfrentava os problemas alheios, para obter a sua solução.

Foi justamente a exemplar prestabilidade de Henrique de La Rocque Almeida que lhe valeu a definição que citamos de Petrônio Portella, indicando, a alguém que o procurava, o Senador maranhense:

“Procure o Senador La Rocque, que ele resolverá o seu problema. É o melhor homem do mundo!”

Sabia pedir, convencer, deprecar e costumava ser atendido.

Sua casa em Brasília, como antes no Rio de Janeiro, sempre esteve aberta aos seus conterrâneos, como sua residência em São Luís do Maranhão, mesmo na sua ausência, estava autorizada a hospedar quem o procurasse.

Assim foi Henrique de La Rocque Almeida, vitimado por insidiosa moléstia, quando, apesar da idade provecta ou por isso mesmo, poderia, pelos seus talentos, pela sua cultura, sobretudo pela sua vocação de servir, prestar, ainda, os mais relevantes serviços ao País e ao nosso Estado, o Maranhão.

Foi uma perda nacional.

E o Senado Federal, que ele tanto dignificou, por iniciativa do eminente Senador Alexandre Costa, renderá comovida homenagem a sua memória no dia 16 do corrente, data em que, a exemplo de seu fraternal amigo Presidente Getúlio Vargas, deixou a vida para ingressar na História.

Mas é justamente a terra que lhe serviu de berço e que aqui representamos quem mais lamenta essa perda irreparável, homenageando, na minha palavra, um dos maiores homens públicos do Maranhão em todos os tempos: jurista eminente, jornalista exemplar, com uma das mais profícuas atuações parlamentares, político sem jaça, figura que serve de modelo, neste País, às gerações futuras.

Assim será sempre lembrado pela posteridade Henrique de La Rocque Almeida.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Palmas. O orador é cumprimentado.).

O Sr. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) – Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, para homenagem ao ex-Parlamentar Dr. Henrique de La Rocque, tem a palavra o Sr. Deputado Epitácio Cafeteira.

O Sr. EPITÁCIO CAFETEIRA (PMDB-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, por honrosa determinação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, venho à tribuna desta Câmara, no dia de hoje, para homenagear nosso saudoso colega e amigo Henrique de La Rocque Almeida. E me perguntei: o que será possível acrescentar ao que já foi dito sobre La Rocque pelos seus contemporâneos na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e no Tribunal de Contas da União?

O que sempre me impressionou em La Rocque foi sua permanente tranquilidade.

La Rocque viveu e morreu com a tranquilidade que caracteriza os justos, os que sabem ser bons por convicção, os que amam seus semelhantes como a si próprios.

Jamais faltou a La Rocque uma palavra de conforto ou um gesto de solidariedade aos que, aflitos, o procuravam.

Na defesa dos mais fracos, agigantava-se pela multiplicação de suas forças e do seu talento.

Em sua trajetória de homem, jamais buscou os píncaros da glória e do mando. Buscou sempre, todavia, um lugar que lhe permitisse defender e socorrer os seus semelhantes, fossem eles maranhenses ou não.

Como conciliar esse homem, que nasceu para defender os fracos, com o Movimento de 1964, que acusava, julgava e punia partindo de meras suspeitas? Como poderia La Rocque situar-se em um movimento que pretendeu estabelecer que alguns homens eram bons e outros maus, admitindo, assim, que aqueles continuassem a representar o povo e estes fossem punidos com cassações, a que se seguiam prisões e exílios?

O franciscano La Rocque, apóstolo da concórdia, se houve de forma ímpar, assistindo sem temor às famílias de presos políticos ou exilados. Visitava ainda os presos políticos nos quartéis, libertando-os, quando podia, junto à Justiça.

O Procurador-Geral, Dr. Ivan Luz, em nome do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, na sessão de homenagem póstuma a La Rocque, assim retratou sua atuação:

“Foi paciente, humilde com os poderosos, e sua paciência e humildade quantas vezes detiveram o gesto rude, e amansaram a soberba, e suavizaram o castigo, e desviaram a vingança, e abrandaram a justiça.”

Um homem com essas virtudes necessariamente teria de exercitar a vida pública, e La Rocque o fez sem o apadrinhamento de nenhum cacique. O Maranhão teve a honra de ser por ele representado em seis mandatos sucessivos, sendo cinco nesta Casa e um no Senado.

Nenhum dos seus mandatos nasceu de posições polêmicas, pois jamais polemizou, jamais agrediu, jamais ofendeu, até mesmo quando ofendido. Os votos que La Rocque sempre recebeu do povo maranhense nasceram da amizade, do amor, da gratidão.

Ouço o aparte do nobre Deputado Cid Carvalho.

O Sr. CID CARVALHO – Nobre Deputado Epitácio Cafeteira, V. Exa. representa o nosso partido nesta homenagem a Henrique de La Rocque. Não sei se V. Exa. fará referência a um aspecto sobre o qual não poderia deixar de dizer algumas palavras: La Rocque representava enorme patrimônio humano, mas era fundamentalmente um político e como tal teve uma grande aspiração: governar o seu Estado. Reunia todos os títulos para isso. Mas não era um serviçal. E, porque não era um serviçal da chefia do PDS maranhense, teve frustrada essa possibilidade, como tantos eminentes correligionários seus no PDS também têm sido frustrados em sua trajetória política porque possuem um defeito, o de não serem serviçais. E a página sobre La Rocque estampa essa lacuna: um homem que tinha todos os títulos, mas que não era do agrado do cacique; e, sendo assim, não pôde ser Governador do seu Estado.

O Sr. EPITÁCIO CAFETEIRA – Agradeço ao nobre Deputado Cid Carvalho o aparte, que enriquece este meu discurso. Na realidade, não pretendia tratar desse assunto, exatamente pela posição que hoje ocupo na política do Maranhão. Quero que meu Estado julgue seus filhos na medida em que o valor que possuem seja a moeda forte desse julgamento.

Ressaltei que La Rocque exercitou todos esses mandatos sem nenhum apadrinhamento político porque, quando os exercia, mantinha a independência do homem La Rocque, daquele que se permitia frequentar os quartéis para visitar os presos políticos, sem se importar se com isso agradava ou desagradava a quem quer que fosse, porque, para ele, acima de tudo, o importante era estar em paz com a sua consciência, era transmitir a tranquilidade de quem cumpriu seu dever, ele, que, como nas palavras de Cristo, amava o próximo como a si próprio.

Ouço o Deputado Pimenta da Veiga.

O Sr. PIMENTA DA VEIGA – Deputado Epitácio Cafeteira, nesta tarde, de homenagem a Henrique de La Rocque, não poderia estar ausente. Por isso, trago minha saudade e o meu depoimento. Dentre as inúmeras qualidades de Henrique de La Rocque – a sua honestidade, o seu aspecto humano –, gostaria de destacar, sobre todas elas, sua extraordinária solidariedade. Ainda há pouco, o Deputado Freitas Nobre salientava também este aspecto. Henrique de La Rocque, com quem convivi política e profissionalmente, foi das figuras mais solidárias que conheci. Recordo-me de inúmeras pessoas – talvez até antigos adversários políticos seus – que foram por ele socorridas em momentos difíceis, de infortúnio. La Rocque nunca teve medo de expor o seu conceito pessoal, até a sua própria segurança para manifestar solidariedade a companheiros ou adversários, muitas vezes presos, banidos ou exilados, mas que precisavam do apoio daquele irmão que foi Henrique de La Rocque. Assim, acrescento a minha saudade e a minha dor à homenagem que V. Exa. vem prestando a essa extraordinária e inesquecível figura de homem público que foi Henrique de La Rocque.

O Sr. EPITÁCIO CAFETEIRA – Agradeço ao nobre Deputado Pimenta da Veiga o aparte.

Prossigo, Sr. Presidente.

Quis o destino que o homem que viveu para defender fosse concluir sua vida pública julgando como Ministro do Tribunal de Contas da União.

Ao assumir sua cadeira naquele Tribunal, La Rocque prestou perante si mesmo o seguinte compromisso, ao qual se manteve fiel:

“Este Tribunal cumpre o seu dever sem o rigorismo que tantas vezes leva à injustiça. O acerto do veredito consiste no seu equilíbrio intrínseco. Ele não deve jamais descambar para a indulgência que compromete, sem, contudo, se deixar desviar para o excesso que não enobrece.”

Esta frase define quem foi Henrique de La Rocque.

La Roque pertence àquela plêiade de homens que transcenderam a sua morte, porque ele está vivo no coração e na lembrança de todos, principalmente das pessoas simples de minha terra.

Considero a mensagem de confraternização que sempre teve para com todos e para com cada um a marca mais importante da personalidade desse grande maranhense. Ele cresceu na humildade, ele se acrescentava no aperto de mão que distribuía e no carinho que tinha ao entrar nas palhoças dos subúrbios de São Luís. E são exatamente essas camadas pobres do Maranhão, não os áulicos, não os que dele se aproveitaram, que mantêm a sua presença viva na história do Maranhão.

O exemplo de La Rocque é profundamente rico, principalmente nos atuais dias que atravessa o nosso País. Ele não se alimentava, nem se lustrava nas vaidades do poder. Usava-o como instrumento de relações humanas.

Por isso, quero louvar aqui, acima do político que ascendeu a diversas posições, o homem que é querido e cultivado no coração daqueles que são carentes de afeto e injustiçados pelos poderosos (Palmas. O orador é cumprimentado.).

O Sr. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) – Para a homenagem ao ex-Parlamentar Dr. Henrique de La Rocque, tem a palavra o autor do requerimento de homenagem, Sr. Deputado Edison Lobão.

O Sr. EDISON LOBÃO (PDS-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, deveríamos, hoje, estar comemorando mais um aniversário do homem que teria sido o melhor do mundo. Todavia, há uma lei natural que se sobrepõe às leis dos homens. E, em razão dela, La Rocque não está mais em nosso meio. Por isso, esta Casa cumpre, hoje, o dever de homenageá-lo, a ele que, com tanta dignidade e tanta altivez, representou o seu Estado, o nosso Estado do Maranhão. Henrique de La Rocque nunca saiu da nossa memória, porque foi daqueles homens que nasceram para se eternizarem.

A morte do Ministro Henrique de La Rocque criou um clima de pesar em toda a Nação, porque o impacto do trauma decorre do desaparecimento de um dos homens públicos mais nobres e honrados que esta República conheceu e com ele privou no exame e na solução de complexos problemas ligados à vida brasileira.

Este fato me coloca em nível de perplexidade e me traz aos olhos a projeção de uma eternidade, em cujo vale insondável foi lançado este grande homem. E, embora se trate de um designio supremo, no plano dos mortais se registra uma compreensível inconformação diante das leis sumárias de Deus, cuja análise escapa às evidentes limitações dos homens.

Nascido em São Luís, Capital do Maranhão, a 8 de agosto de 1912, o menino Henrique já era possuidor de dotes superiores, qualidades que lhe armaram com uma lúcida perspectiva da História, como se o painel do futuro fosse um território ensolarado que ele sulcaria como missionário da Pátria e do povo. Cedo se deslocou para o Rio de Janeiro para instaurar o primeiro estágio das batalhas existenciais.

Exerceu o jornalismo, cursando simultaneamente a Faculdade de Direito, pela qual se fez bacharel, tornando-se, a seguir, atuante e brilhante advogado, oportunidade em que se dedicou quase que exclusivamente a clientes privados de recursos financeiros. Este conceito direcional, compartilhado por sua esposa, D. Maria Amélia Marinho de La Rocque Almeida, veio a prevalecer por toda a sua vida.

Presidente do antigo Instituto de Assistência e Previdência dos Comerciantes – IAPC – na última gestão de Getúlio Vargas, pôde La Rocque desenvolver um plano de ajuda de largas proporções, enfatizando, como fator prioritário, a questão da casa própria. Nesta desenvoltura de trabalho, o titular do IAPC esteve presente em todo o País, sobressaindo-se, igualmente, por seu empenho no desenvolvimento à política médico-hospitalar do órgão.

La Rocque, mesmo deixando cedo a cidade de São Luís, jamais esqueceria aquele erudito vilarejo euro-americano. E os castelos de azulejos, e os templos barrocos, e as nostálgicas ladeiras, que vão confessar saudades na borda do Atlântico, e a doce sonoridade do bumba-meu-boi teriam de compor um dourado universo de recordações, que faria do grande maranhense um eterno inspirado. Inspirado no povo, como um egrégio símbolo do passado e um silencioso benfeitor do futuro.

Ainda sem deter às mãos qualquer título de representatividade popular, e residindo no Rio, La Rocque autodefinia-se como delegado político de sua

gente, prestando-lhe toda uma série de gentilezas, favores, atenções, além de formular e executar agendas de ajuda substancial à terra do Maranhão.

Certa vez, ocorrida a vacância de um mandato senatorial, embora lhe sobrasse um breve saldo de oito meses e dias, o cidadão La Rocque, sob a pressão sentimental dos amigos, dispôs-se a pleitear o Monroe. Perdeu, todavia, para o adversário, Dr. Antônio Carvalho Guimarães, um homem público igualmente digno, lançado pelo situacionismo local.

Mesmo em tal circunstância, La Rocque não alterou o seu estilo de vida, seguindo um já consagrado lema, que é o da fraternidade e da compreensão diante de todos os semelhantes. Anos depois, voltando a disputar um mandato de Deputado Federal, desta vez pelo povo carioca, chegou a conquistar suplência de grau expressivo, que lhe permitiu assumir, por certo período, o posto nesta Casa do Congresso, quando a Capital da República ainda era o Rio de Janeiro.

Depois, candidato à Câmara Federal pelo Maranhão, foi eleito por votação consagradora. E sucederam-se esses êxitos políticos sem qualquer interrupção, ensejo em que pôde o notável político armar um belo perfil de decisão e ação no interesse das causas do Estado e da Nação. E para coroar o seu êxito, foi eleito Senador, como candidato único, pois seu nome era considerado imbatível mesmo no instante em que, em outros Estados, o seu partido, a ARENA, sofria pesadas derrotas para o Senado. Ao mandato de Senador renunciou em 1980, para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nomeado pelo Presidente João Figueiredo, movido por um ato de justo apreço a este notável patricio. Acentue-se que, submetido o nome do Dr. La Rocque ao exame do Senado, obteve S. Exa. a aprovação unânime da Câmara Alta, merecendo do então Líder do PMDB a observação de que, no Senado, Henrique La Rocque era a única expressão de unanimidade.

Ouço o nobre Deputado Humberto Souto.

O Sr. HUMBERTO SOUTO – Nobre Deputado Edison Lobão, quero cumprimentar V. Exa. pela feliz lembrança de homenagear, na tarde de hoje, a figura extraordinária do Senador Henrique de La Rocque. Político ameno, homem doce no trato, mas de personalidade e comportamento altivos, tinha nas questões básicas nacionais a sua afirmação principal, a afirmação principal do seu caráter. Político inteligente, jurista brilhante, honrou o Parlamento nacional e a vida jurídica brasileira. No momento em que o político brasileiro sofre tantas restrições, no momento em que buscamos tanto a nossa afirmação como Poder, nada mais apropriado que a lembrança que V. Exa. traz nesta tarde, ao homenagear essa figura que soube, como ninguém, honrar a vida pública brasileira.

O Sr. EDISON LOBÃO – Deputado Humberto Souto, agradeço a V. Exa. o aparte, sobretudo porque sei do seu relacionamento com aquele homem extraordinário. V. Exa. lembra que ele foi um grande jurista e, quando o faz, traz também à minha memória um documento que, certa vez, vi nas mãos de Henrique de La Rocque, escrito por Victor Nunes Leal, Ministro do Supremo Tribunal Federal. Victor Nunes Leal encaminhava ao Senador Henrique de La Rocque uma jurisprudência da Corte Suprema dos Estados Unidos. Dizia

que aquela jurisprudência fora tomada na Corte Suprema com base numa tese do advogado Henrique de La Rocque, ainda nos seus primeiros instantes de advogado, junto ao Supremo Tribunal Federal do Brasil.

Por aí se vê o talento desse homem raro, desse homem notável, dessa figura pinacular que tanto honrou esta Casa e tanto honrou a vida pública em seus momentos maiores. Era nos instantes da crise que Henrique de La Rocque mais crescia, era com relação aos mais humildes que ele se tornava mais dedicado.

Esta é a figura que procuro seguir e não consigo, tão grande ele era, tão pequeno eu sou.

O Sr. CELSO PEÇANHA – Nobre Deputado Edison Lobão, agiu V. Exa. muito bem quando convocou esta Casa para reviver, nesta hora, a vida e a obra de Henrique de La Rocque. Conheci-o como advogado, militando no Rio de Janeiro ao lado de seu irmão, o advogado Antônio de La Rocque. Depois, privei de suas relações de amizade, vivendo intensamente um período parlamentar no Rio de Janeiro, quando ele foi Presidente do Instituto dos Comerciantes. Na verdade, era uma figura amável, cordial, um homem que sabia granjear amigos, mas, sobretudo, que mergulhava no estudo das leis e advogava intensamente. Quando ele faleceu, aparteei um orador para reviver todo aquele período agitado da vida brasileira em que Henrique de La Rocque surgia como uma das figuras mais destacadas na administração central, mas amigo e tendo, em torno de si, inúmeros parlamentares. Henrique de La Rocque foi o primeiro homem público a construir um conjunto para jornalistas, no Rio de Janeiro. Por isso, seu nome é muito lembrado no meio da classe jornalística. Foi uma figura que transbordou do Estado do Maranhão, extravasou pela Pátria e há de ser sempre lembrado pelo seu trabalho jurídico, pela sua atuação como parlamentar, pela sua advocacia intensa.

O Sr. EDISON LOBÃO – Deputado Celso Peçanha, recolho o aparte de V. Exa., em nome do seu partido, o PTB, com muita honra e alegria. V. Exa. lembra o que ele fez pelos jornalistas brasileiros, construindo um conjunto, no Rio de Janeiro, para aqueles profissionais da imprensa que não poderiam, de outro modo, adquiri-lo.

Mas lembro-me de que, quando cheguei ao Rio de Janeiro, sendo do Maranhão, como ele, comeci a receber pedidos de algumas comerciárias, que disputavam uma vaga num edifício em Laranjeiras, chamado Casa da Comerciária. Tive a curiosidade de ir ver esse edifício imenso, que abrigava comerciárias pobres que iam para o Rio de Janeiro, provenientes de outros Estados. La Rocque também se preocupava com as comerciárias pobres e não somente com os jornalistas. E, lá, muitas delas puderam ter um abrigo digno, que, de outro modo, não teriam.

Era esse homem que se preocupava com os mais pobres, com os que sofriam. Também os artistas tiveram no Senador Henrique de La Rocque, no Ministro Henrique de La Rocque, no Deputado do povo Henrique de La Rocque, o seu grande protetor. Recordo-me de que, quando ele deixou o Senado Federal, aqui vieram cerca de quinze cantores da maior projeção nacional e o convidaram para

assistir a um show num determinado clube da cidade. Henrique de La Rocque convidou-me para ir com ele. Fui, e lá nos espantamos ao ver que, no palco, estavam uns quinze artistas formidáveis e, na platéia, duas pessoas: Henrique de La Rocque e seu acompanhante. Esses artistas aqui vieram para prestar homenagem a Henrique de La Rocque. Assim, não queriam que ali houvesse mais ninguém, porque, de outro modo, a homenagem não seria para ele. Houve desfile, durante mais de três horas, de grandes cantores nacionais, cantando para um homem só. É o retrato da gratidão a quem, mais do que ninguém, a mereceu. É o retrato de Henrique de La Rocque.

Ouço o Deputado Milton Brandão.

O Sr. MILTON BRANDÃO – Ilustre Deputado Edison Lobão, permita-me inserir no seu pronunciamento modestas palavras de homenagem à memória de Henrique de La Rocque, em meu nome e no da bancada do Piauí. Eu o faço pelo respeito que sempre tive à figura daquele eminente homem público, com o qual convivi durante muitos anos. Fomos companheiros no Palácio Tiradentes desde quando fui eleito, em 1955. Antes já o conhecia como Presidente do Instituto dos Comerciantes. Fizemos também parte do Partido Social Progressista, chefiado pelo saudoso Adhemar de Barros. Durante esse convívio longo e demorado, pude admirar a personalidade marcante daquele vulto da nacionalidade. Os seus exemplos ficaram registrados em nossa memória. Pelas manifestações de todos os que já se pronunciaram, temos certeza de que o brilho, a coragem cívica e moral de Henrique de La Rocque, a sua amizade, a sua afeição por todos e o seu espírito público representaram qualidades que marcaram a sua passagem por todos os postos da vida pública. S. Exa. os exerceu com dignidade, fortalecido pela sua cultura, pelo seu grande valor. De modo que, no dia do seu aniversário, quando é homenageada a memória de S. Exa., quero registrar este preito, que significa uma grande saudade, uma grande recordação, não só por aquela grande amizade do passado, como pelos feitos memoráveis que realizou. S. Exa. foi tudo para nós, e esta Casa se eleva ao homenageá-lo nesta hora.

O Sr. EDISON LOBÃO – Agradeço a V. Exa. o aparte, Deputado Milton Brandão. Sei o quanto V. Exa. foi amigo desse homem extraordinário e o quanto conhece de sua vida, do seu passado, das suas lutas de cidadão honrado e de homem de bem.

Ouço, com muito prazer, o Deputado Fernando Lyra.

O Sr. FERNANDO LYRA – Deputado Edison Lobão, o que dizer mais sobre Henrique de La Rocque? Os Deputados e os apartantes que me antedeceram, assim como V. Exa., já disseram tudo sobre esse ilustre homem público. Gostaria de falar como um amigo de La Rocque, que aqui chegou e já o encontrou, depois de ter S. Exa. feito parte da Mesa por quatro anos, vendo ser coroada a sua vida pública. O meu contato com S. Exa. foi informal. Pela primeira vez, La Rocque, depois de dezenas de anos de vida pública, conhecia o exterior, a Europa. E tive a felicidade de ser seu companheiro de viagem, de com ele conversar e conhecer o homem La Rocque. E, a partir de 1975, exatamente quando viajamos juntos, travamos um conhecimento que nos proporcionou

um contato quase permanente. Henrique de La Rocque, além de ser agradável, como bem frisou o Deputado Pimenta da Veiga, era um homem solidário, um homem que se interessava pela vida dos seus amigos mais do que pela sua própria. Acompanhei-o na doença. Quantas vezes encontramos-nos, V. Exa. e eu, e nos perguntamos como seria esta Casa e o mundo político, como seria Brasília sem a convivência de La Rocque. Ele saiu da Câmara para o Senado e continuou Deputado; foi Senador, depois Ministro do Tribunal de Contas da União e continuou Parlamentar. Hoje é um símbolo do Congresso Nacional. Foi Deputado, Senador e membro do órgão que tão bem auxilia o Congresso Nacional, que é o Tribunal de Contas da União. Eu poderia dizer que La Rocque é a síntese do homem público. Nesta hora em que V. Exa. e nós, seus companheiros, o homenageamos, Henrique de La Rocque está presente, continua sendo o nosso colega, o nosso companheiro, o nosso amigo. Há momento em que os adjetivos nos fogem exatamente porque não há nenhum que possa qualificá-lo, já que ele está muito acima de todos. A prova disto é que aparteio um dos mais ferrenhos adversários da Oposição, que é V. Exa. La Rocque une todos nós neste momento de saudade e de lembrança, mas, fundamentalmente, pela presença de sua grande figura humana.

O Sr. EDISON LOBÃO – Nobre Deputado, tem toda a razão V. Exa. La Rocque era um território neutro, acima do mal e acima de todos. Ele não tinha inimigos, nem entre companheiros, nem entre adversários. A todos tratava bem e por igual. E V. Exa. é o testemunho exato daquilo que ele tinha de melhor: o seu coração. Eu o acompanhei em seu leito de enfermo e sei o quanto sofreu resignadamente, como sofrem os anacoretas. Quantas vezes eu o vi – estão ali o Dr. Luciano Brandão e tantos outros companheiros seus do Tribunal –, quantas vezes eu o vi no seu leito de dor preocupado com os outros, alguns dos quais poderosos, mas em dificuldades quanto a seus interesses. Pois bem, La Rocque preferia esquecer a sua doença, a sua dor para se dedicar àqueles que, mesmo no leito de doença, dele precisavam. E ele se dedicava totalmente aos interesses daqueles que o procuravam. Eis o retrato de um homem excepcional. Homens iguais a ele o mundo produz escassamente, raramente. Por isso La Rocque era diferente de todos nós.

Ouçó o nobre Deputado Adhemar Ghisi.

O Sr. ADHEMAR GHISI – Sr. Deputado, aproveitou a oportunidade da sua presença na tribuna para homenagear também o seu conterrâneo, o nordestino Henrique de La Rocque, nordestino por ter nascido no Estado do Maranhão, mas possuidor da dimensão do verdadeiro e do grande homem público, que, pela sua presença nesta Casa e no Senado, soube dar uma resposta à altura do grande espírito de que era possuidor, da sua marcante personalidade. Henrique de La Rocque surpreendeu-me desde o primeiro momento em que aqui cheguei, nos idos de 67. Encontrei-o já firmado, liderando, sendo ouvido, comandando, mas marcando seus passos, sua presença pela mansidão, pela tranquilidade. Jamais o vi alterar-se e não foi jamais necessário que o fizesse, pois o que dizia, as suas advertências, os seus conselhos eram sempre recebidos com respeito, com

consideração, com apreço. Homens como Henrique de La Rocque marcam-nos, quase que se impregnam em nós mesmos, e o seu exemplo – é claro e é natural, porque é humano – haverá de nos acompanhar até o final da nossa existência. Como já se marcou, Deputado Edison Lobão, naquele encontro de homens do Legislativo, do Judiciário, do Executivo, quando Henrique de La Rocque deixou o Congresso Nacional para iniciar uma nova e vitoriosa atividade no Tribunal de Contas da União e conseguiu, mercê de todas as qualificações e méritos que aqui já foram destacados, reunir em torno de uma mesa homens de todas as tendências, culturas de todas as procedências, espíritos de toda formação. É a figura desse homem que eu, Deputado do Sul, quero destacar e homenagear, porque nele homenageio e destaco o Congressista brasileiro.

O Sr. EDISON LOBÃO – Muito obrigado a V. Exa., Deputado Adhemar Ghisi, que foi companheiro do Deputado Henrique de La Rocque e que com ele conviveu. Sabe V. Exa. que esse homem extraordinário algumas vezes competiu com companheiros por posições na Mesa da Câmara. Venceu sempre a competição. E uma coisa curiosa: sempre obteve mais votos do que os seus companheiros eleitos, isto porque era capaz de unir Deputados de todos os partidos, do Norte e do Sul do País, porque era ele uma figura diferente, era um homem extraordinário, um homem como poucos que passaram por esta Casa. Recordo-me também de que, certa vez, Deputado Adhemar Ghisi, houve uma crise neste Parlamento, com revólveres sacados e tiros disparados, e a Câmara decidiu tomar uma atitude: nomear um corregedor, um homem que fosse capaz de desarmar os mais valentes. E, para minha surpresa, Henrique de La Rocque foi o escolhido. Foi nomeado corregedor, e eu me perguntava: mas por que Henrique de La Rocque? Por duas razões: sendo o homem mais pacato da Câmara, era o único capaz de desarmar os mais valentes. Mas ele era também valente. Conheço episódios, nos instantes de maior dificuldade da vida política deste País, em que o seu valor e a sua valentia estiveram acima das próprias crises. Por isto foi ele convidado e cumpriu com rigor e eficiência o seu papel.

Ouçõ o Deputado Rondon Pacheco.

O Sr. RONDON PACHECO – Deputado Edison Lobão, como velho companheiro e colega de Henrique de La Rocque, venho associar-me às homenagens merecidamente prestadas à sua memória. La Rocque foi, efetivamente, um representante do Estado do Maranhão. Desde o momento em que S. Exa. aqui chegou, ganhou dimensão nacional. Seu perfil era de bondade, de coragem, era um ateniense na Acrópole, era um conciliador. Nas diversas funções que aqui exerci de liderança, de Líder partidário, sempre tive em La Rocque um aliado para promover a conciliação. Acho que nesta hora ele está promovendo a última conciliação entre os homens.

O Sr. EDISON LOBÃO – Muito obrigado, Deputado Rondon Pacheco. De fato, a conciliação era quase que uma obsessão desse homem notável. Ele nunca conviveu com aqueles que cultivavam a intolerância. Tolerante por excelência, sempre gostou de pacificar as pessoas desavindas e teve êxito. Mas o teve porque estava espiritualmente preparado para a missão singular de conciliador.

Ouço o Líder Jorge Arbage.

O Sr. JORGE ARBAGE – Nobre Deputado Edison Lobão, venho a esta tribuna não tanto para apartear, mas para registrar um depoimento. Ouvi V. Exa. afirmar que Henrique de La Rocque se preocupava muito com a situação dos outros, e eu desejo abonar a afirmação de V. Exa., porque seu companheiro de legislatura, de quando em vez, era procurado para solucionar algum problema de amigos do Senador Henrique de La Rocque, no meu Estado. Numa das vezes, talvez quando a morte já lhe acenava, preso ao leito de dor, telefonou-me, pedindo-me que acompanhasse o pleito de um amigo que me procuraria em Belém do Pará. E é à memória desse homem extraordinário que V. Exa. e tantos outros oradores fizeram as mais elogiosas e justas referências. Concluo, Deputado Edison Lobão, lembrando aquele episódio bíblico quando os fariseus indagavam de Jesus por que não fazia calar os seus discípulos e Jesus, serenamente, respondeu-lhes: “Se eles calarem, as pedras falarão por eles”. Se esta Casa silenciasse sobre a memória de Henrique de La Rocque, os seus alicerces falariam por nós.

O Sr. EDISON LOBÃO – Muito obrigado, Deputado Jorge Arbage. V. Exa., que participou também de alguns episódios ligados ao eminente Ministro e Senador Henrique de La Rocque, sabe do quanto ele era capaz. Ele sempre reunia em sua casa ou em seu gabinete aqueles que vinham do Sul – de São Paulo, do Rio Grande do Sul – e necessitavam de seus serviços. De poucos cobrou alguma coisa e, daqueles que cobrou, acabou transferindo para os pobres de sua terra. La Rocque, ao longo da vida, deve ter sido patrono pelo menos de quinhentas causas de maranhenses pobres. De nenhum deles jamais cobrou um único centavo. Ao contrário, em relação a muitos deles, ainda teve que despender algum de seus poucos recursos, pois sempre foi pobre. Era ele uma espécie de sentinela dos desvalidos, uma espécie de ganso do Capitólio daqueles que mais necessitavam. Era o homem bom que sempre foi. Por isso, sempre foi um homem feliz.

Ouço o nobre Deputado Inocêncio Oliveira.

O Sr. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Nobre Deputado Edison Lobão, como representante do Estado de Pernambuco, nordestino como o ilustre homem público Henrique de la Rocque, não poderia deixar de me associar às homenagens póstumas que a Câmara dos Deputados, através de requerimento de V. Exa., presta nesta tarde. Tive a grande felicidade de conviver com Henrique de La Rocque. Eu poderia dizer, nesta hora, com minha experiência de médico, que nenhum homem foi tão forte na sua doença como o ex-Deputado Henrique de La Rocque. Tentou vencer a sua enfermidade, lutou. Infelizmente, porém, o destino, que levará todos nós ao mesmo lugar, não permitiu que, nessa luta, fosse ele vitorioso. No entanto, eu poderia afirmar, ainda, que nenhuma criatura humana foi tão boa como o ex-Senador e ex-Ministro do Tribunal de Contas da União Henrique de La Rocque. Sua vida serve de exemplo a todos nós. Portanto, nada mais justo que a Câmara dos Deputados prestar uma homenagem à memória de um homem público da estirpe do ex-Deputado, ex-Senador e ex-Ministro Henrique de La Rocque.

O Sr. EDISON LOBÃO – Nobre Deputado, é o testemunho que nos chega de Pernambuco. V. Exa. fala por todos os parlamentares daquele grande Estado nordestino. Sei que La Rocque sempre teve grandes amigos em Pernambuco, amigos que ele amou, como amou a humanidade inteira. Homem bom que sempre foi, correto, decente e leal. Recolho, por isso, com muito prazer, as palavras de V. Exa., ao tempo em que ouço o aparte do Deputado Siqueira Campos, do Estado de Goiás.

O Sr. SIQUEIRA CAMPOS – Deputado Edison Lobão, venho à tribuna de apartes para, não somente em meu nome, mas no da bancada do PDS de Goiás, solidarizar-me com V. Exa. e com a Câmara nesta iniciativa que sobremodo nos dignifica, a de homenagear a memória de Henrique de La Rocque neste dia em que completaria 71 anos se vivo fosse. Aquela figura extraordinária não morreu e não morrerá jamais, porque os seus exemplos de vida e a sua obra continuarão, certamente para que todos possam, na tarefa nobilitante da política, defender, como ele defendeu, os interesses nacionais. Ele defendeu os humildes. Todas as causas boas foram magnificamente defendidas por aquele homem, que foi um exemplo de bondade, que foi, sobretudo, um homem ameno, amigo dos seus amigos; solidário com todos nós, principalmente nas nossas dificuldades; que soube honrar sobremaneira a atividade política, a representação de seu Estado e também a sua participação tão importante no Tribunal de Contas da União e em largos setores da vida pública. Está V. Exa. – e não poderia haver voz mais autorizada que a sua – prestando uma homenagem à memória de um homem que há de merecer, enquanto existirem as instituições republicanas, o respeito de cada pessoa que nasça com as aspirações e os anseios pelos quais tanto lutou Henrique de La Rocque, para serem atendidos principalmente aqueles mais humildes, que muito tiveram de sua parte e, certamente, muito terão de todos aqueles que seguirem o edificante exemplo de vida, de trabalho e de amor ao próximo que nos legou o grande homem público do Estado de V. Exa., o grande homem público que a Nação sempre reverencia. Congratulo-me, pois, com V. Exa. por esta iniciativa e pelas belas palavras que profere no discurso em que homenageia uma figura ímpar da nacionalidade: Henrique de La Rocque.

O Sr. EDISON LOBÃO – Deputado Siqueira Campos, as instituições republicanas, em verdade, sempre tiveram em Henrique de La Rocque um defensor intransigente. E, porque não era um intolerante, quando chegava o momento de ceder, ele cedia. Não cedia os espaços contra a sua honra pessoal nem contra a sua dignidade, mas como faz todo bom político. Por isso, sempre soube dosar entre as posições que deveriam ser mantidas a qualquer título e outras que deveriam ser também cedidas, para que conquistas maiores fossem realizadas. Foi assim a vida política de Henrique de La Rocque. Por isso mesmo ele pôde prestar, mais que tantos outros, excelentes benefícios, servindo sempre à causa da democracia em nosso País.

O Sr. AUGUSTO FRANCO – Deputado Edison Lobão, desejo nesta hora associar-me à homenagem que ora se presta à memória do ilustre maranhense que foi Henrique de La Rocque. Quando estudante em Salvador, na Bahia, no

Colégio Antônio Vieira, dos Jesuítas – onde havia muitos sergipanos e maranhenses procurando aprender o saber desde as primeiras letras –, um dos meus colegas foi Henrique de La Rocque. E lá estava como bom colega, sempre, essa figura, que depois pontificou no Brasil, no Parlamento nacional. Também como seu colega nesta Câmara, no Senado, eu não podia deixar de dizer uma palavra de solidariedade nesta homenagem póstuma que prestam à figura do ilustre maranhense, do ilustre brasileiro.

O Sr. EDISON LOBÃO – Deputado Augusto Franco, V. Exa. conviveu com Henrique de La Rocque também no Senado e sabe como conquistou ele a simpatia dos Senadores. Ele lá esteve e, por muito tempo, conviveu com esses ilustres representantes da Pátria, a tal ponto que, quando foi indicado Ministro do Tribunal de Contas da União, foi aprovado por unanimidade. Recordo-me de que o Senador Paulo Brossard declarou, da tribuna do Senado, que Henrique de La Rocque era a única figura, no País, que conseguiu unanimidade no Senado Federal. Mas, no Maranhão, ele também era unânime, sempre foi. Companheiros e adversários com ele sempre conviveram muito bem. Alexandre Costa, um dos mais antigos, teve excelente relacionamento com Henrique de La Rocque. Muita gente dizia que, ao lançar o meu nome na vida pública, procurava ele fazer uma simbiose entre o seu temperamento e o de Alexandre Costa. E ouvi o Senador José Sarney dizer que *La Rocque, na nossa Casa, é santo de altar*. É este o pensamento do Maranhão sobre Henrique de La Rocque, cuja memória hoje aqui homenageamos.

Agora quero ouvir o aparte do Deputado João Alberto de Souza.

O Sr. JOÃO ALBERTO DE SOUZA – Deputado Edison Lobão, o meu aparte é uma homenagem que presto ao Senador Henrique de La Rocque. Conheci Henrique de La Rocque no Rio de Janeiro, quando estudante. Foi ele suplente de Deputado Federal pela Guanabara, mas era um verdadeiro Deputado, ajudando os maranhenses que o procuravam. Após 1964, quando voltávamos para o Maranhão, lá encontramos La Rocque. Voltando para o nosso Estado, sob a liderança do então Governador José Sarney, encontramos La Rocque defendendo aqueles que, na época, eram considerados os comunistas do Estado. E, com a sua simplicidade, com a sua amizade junto ao Governo, La Rocque procurava dar sua parcela de colaboração para que não fossem encarcerados aqueles maranhenses. Depois, numa convenção estatal, Henrique de La Rocque, quando, postulando sua candidatura a Senador, preterido, ele dizia que aguardaria sua vez. Na eleição seguinte, o Senador José Sarney levantava os braços do então Deputado La Rocque, lançando-o candidato a Senador pelo Estado do Maranhão e elegendo-o para que representasse o nosso Estado no Congresso Nacional. Lembro também de uma passagem de Henrique de La Rocque, quando, com lágrimas nos olhos, dizia que as palavras mais lindas que tinha ouvido eram as de uma criança, numa solenidade. Chegava a criança com flores e se dirigia a La Rocque dizendo: “Flores para um homem bom” – o homem bom que foi sempre Henrique de La Rocque. Eu não poderia aqui também deixar de prestar minhas homenagens ao ilustre conterrâneo.

O Sr. EDISON LOBÃO – Agradeço ao nobre Deputado João Alberto o testemunho que também traz lá do nosso Maranhão sobre essa figura ímpar

na vida política do País. Mas creio que o valioso testemunho a que me refiro necessita ser complementado com mais alguns dados para que possa ser melhor entendido. Após a convenção estadual de 1970, em que competiu para o Senado e não foi bem-sucedido no partido, as coincidências da vida pública – e apenas elas – acabaram por criar um certo vazio entre três grandes líderes do Maranhão: José Sarney, Alexandre Costa e Henrique de La Rocque. Eu, àquela época, já residia em Brasília, mas ainda não era político; exercia o jornalismo político. Amigo de ambos, percebi que nada de concreto os afastava, senão um mero equívoco. Dispus-me, então, à tarefa de reaproximá-los, reunindo-os num almoço em minha residência, por volta de 1972. Não foi difícil. Todos desejavam a mesma coisa, ressurgindo daquele encontro uma amizade retemperada em sua força e já o compromisso de que Henrique de La Rocque seria o próximo candidato ao Senado, até porque esta era a vontade translúcida do povo. E tanto era que La Rocque, dois anos depois, tornava-se candidato único no País, sem competidores no seu partido ou no partido adversário. Era a força do povo conduzindo-o a uma situação assim tão privilegiada.

Sr. Presidente, quando o nome de Henrique de La Rocque foi oferecido ao Senado Federal, indicado pelo Presidente da República para o Tribunal de Contas da União, o Senador Cunha Lima, Relator na Comissão de Finanças, emitiu um parecer muito interessante, do qual aqui recolho alguns trechos. Faço-o inspirado pela presença amiga aqui de quase todos os Ministros do Tribunal de Contas da União, dos Procuradores e Auditores, presença honrosa, que agradeço, em nome da Câmara dos Deputados.

La Rocque, que amava a vida pública, não queria encerrar sua carreira sem antes pertencer a um dos Tribunais Superiores deste País. Ele, que, ao longo de sua vida, tantas defesas fizera do Poder Judiciário – era raro o mês em que não se ouvia a palavra do Senador Henrique de La Rocque ou, antes, do Deputado Henrique de La Rocque, enaltecendo o Judiciário ou defendendo alguns de seus membros de injustiças; eles também as sofrem –, ele desejava pertencer ao Poder Judiciário. Foi convidado para alguns deles, mas acreditava que o instante não havia chegado, até que o Presidente João Figueiredo, esse grande estadista, seu amigo, ofereceu-lhe uma vaga no Tribunal de Contas da União. Ele aceitou. O Senador Cunha Lima, examinando a proposta do Presidente da República, começou por dizer o seguinte:

“Fugindo, talvez, à praxe, este parecer será praticamente uma declaração de voto: não importa a personalidade, e a evidência é tão singular que não temo fugir à tradição e não me limitarei a um simples encaminhamento do seu currículo.”

E mais adiante:

“Logo nos primeiros contatos com os eminentes membros da Alta Casa do Congresso Nacional, escolhi La Rocque para um dos paradigmas de meu comportamento. Sua honradez, seu patriotismo, sua preocupação com os problemas do País, sua honestidade de propósitos, seu senso ético e seu companheirismo me impressionaram sobremaneira, entre outras virtudes que exornam o exemplar caráter de Henrique de La Rocque.”

“Se tivesse direito a optar” – dizia o Senador Relator – “sem ser injusto ou egoísta, preferiria tê-lo conosco, perm anentemente em nosso convívio, no âmbito do Senado Federal, na Comissão de Justiça, no plenário, enfim, nas atividades do Congresso Nacional, onde tem brilhado até agora e maiores contribuições poderia trazer ao equacionamento dos problemas do País”.

Esse era o Henrique de La Rocque que todos aprendemos a conhecer. Um homem que chegara ao Congresso Nacional pouco antes já tinha Henrique de La Rocque por paradigma e dava esse depoimento, dizendo que, se não fosse uma atitude egoísta, preferiria até manifestar-se contrariamente à proposta do Presidente da República para continuar tendo em sua companhia a figura extraordinária de Henrique de La Rocque.

Henrique de La Rocque desprezava, por vocação, as fórmulas convencionais de adquirir votos, quando tantas vezes os políticos não deixam escapar as medidas de natureza publicitária! Mas o nosso eminente homenageado, a começar pela cidade de São Luís, visitava a casa dos amigos, numerosos, uma a uma; ou telefonava; ou fazia uma carta ou telegrama; ou aproveitava a viagem de um compadre a um lugar onde apenas tinham acesso os frágeis barcos a vela, para pedir a outro amigo que votasse em seu nome. Desta forma, o grande maranhense pôde formar um tal sistema de comunicação que raro seria o Município do Estado onde não fosse ele sufragado, porque ele era a própria expressão da vontade e do fascínio evangélico.

A universalidade pessoal de La Rocque envolvia, também, de modo pitoresco e abrangente, os meios de comunicação, tanto que, ao descer no aeroporto da Capital do Estado, os repórteres, ou os intérpretes de uma estrutura jornalística quase heterogênea, lhe formulavam perguntas sobre o quadro político, e ele, sem qualquer dificuldade de ordem lógica, montava um diagnóstico segundo o qual a compreensão e a tolerância são soluções curativas para todos os impasses estabelecidos pela sociedade política.

Sem dúvida, essa peregrinidade de viver e agir abriu, para La Rocque, flancos éticos em todas as latitudes da vida pública. E a imprensa, fosse qual fosse o seu gênero ou tipo, não o acusava. Ao contrário: sobre o Dr. La Rocque tecia um hino com as fibras morais do amor e da bondade.

Político cuja personalidade estava assentada sobre sólida estabilidade emotiva, foi amigo e de larga influência de Getúlio Vargas, Adhemar de Barros e outros. E vários foram os momentos importantes em que a mediação de Henrique de La Rocque foi reclamada.

O seu ecumenismo era o de um monge. O seu ecletismo, de uma alma cândida, sem os pressupostos da malícia.

Mas é imperioso que se dê a devida relevância à cintilante trajetória parlamentar de Henrique de La Rocque em ambas as Casas do Parlamento, para que os autores da história contemporânea se capacitem das potencialidades de seu humanismo de estadista, e fique assim meridianamente conhecida esta personalidade perante o juízo da posteridade. Cumpre observar nele a figura extraordinária de um místico que sabia sobrepor-se às discórdias e às crises, de

modo a promover pacificação das partes conflitantes, mediante intervenções tipicamente salomônicas.

Sem qualquer vínculo com os diferentes posicionamentos ideológicos, dispunha, no entanto, do gênio tático do negociador com todos os setores políticos.

Vitoriosa a Revolução de 1964, logo estabeleceu linhas de entendimento com os expoentes da nova ordem social, vislumbrando que as revoluções nem sempre deixam de incidir em erros. O humanista Henrique de La Rocque jamais faltou aos que lhe batiam à porta nessa busca de palavra sábia e balsâmica, ou da sua intercessão pessoal para sanar eventual injustiça.

Era-lhe intrínseca a vocação para empobrecer, fazendo diluir os seus subsídios, que se transformavam em fagulhas de solidariedade e misericórdia diante de tantos quantos buscavam a *vertente de sua bíblica grandeza*.

Creio que jamais o grande morto terá saído frustrado em suas gestões de humanidade. Se pudesse, teria devolvido o sorriso aos lábios de todos os semelhantes, porque a concórdia era a sua doutrina, e o amor, a sua lei.

Escritores, poetas, pintores, cineastas, atores, comediantes, servidores menores, todos os operários da arte, enfim, dele fizeram um estuário perante o qual expunham as suas angústias. E, como gênio da bondade, a compreensão foi para este apóstolo da política uma excelsa virtude.

Falta hoje ao quadro dos valores nacionais a figura invulgar de Henrique de La Rocque Almeida, exemplo que adoto e procuro seguir, meu amigo e meu irmão mais velho, o guia iluminado que me fez político, passando às minhas mãos todo o legado de um povo situado em amplas áreas do Maranhão, que o seguia e admirava.

Correndo nas faces as lágrimas de minha saudade, sei que, comigo, sofre toda a alma brasileira, porque o Ministro morto era um paladino da dignidade e da misericórdia.

É o que tenho a dizer.

O Sr. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) – Ao associar-me, em meu nome e em nome da Mesa, às justas homenagens prestadas à memória de Henrique De La Rocque, destaco um dos seus pronunciamentos:

“A sociedade, organismo vivo, tem que se autodefender, empregando todos os recursos de que dispõe, necessários à própria sobrevivência. Todo aquele que integra uma coletividade responde pelas suas próprias ações, e estas revelam a sua personalidade, expondo-a ao crivo da apreciação dos seus julgadores” (setembro de 1976).

Esta Casa, com esta homenagem prestada justamente a Henrique de La Rocque, faz, neste instante, o seu julgamento, mas é um julgamento em que ressaltam a bondade excessiva que ele possuía, a grandeza de seu coração, constantemente aberto ao acolhimento, o seu elevado espírito humano, a alta correção de todos os atos de sua vida.

La Rocque, um paradigma para todos nós.

A lição que citei, simples em sua retórica, mas rica e profunda em alcance e significado, passa para os Anais da História como uma dentre muitas do imenso

legado moral e cultural que nos deixa o ex-Deputado, ex-Senador e Ministro do Tribunal de Contas da União, o inesquecível e particular amigo Henrique de La Rocque – *uma das mais ilustres personalidades do País. Personalidade que hoje recebe a homenagem de saudade desta Casa*. Casa que ele tanto honrou e tanto engrandeceu.

Para nós, Parlamentares, a homenagem que ora vem de ser prestada à sua saudosa memória reveste-se de sentimento profundamente especial. É o reconhecimento de atuante presença na vida legislativa brasileira, que representou um avanço de decisivas e delicadas etapas do gradual revigoreamento do sistema representativo de poder.

Vinte e cinco anos consecutivos de vigorosa e produtiva participação legislativa, somados à investidura do cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, por indicação do Presidente João Figueiredo, Henrique de La Rocque acumulou, assim, ao longo de invulgar carreira, experiências as mais diversas, que ampliaram e enriqueceram o temperamento afável e acolhedor do homem justo e ponderado, voltado para os arraigados valores da fé cristã e profundamente fiel à sua crença por uma sociedade brasileira autenticamente democrática.

“A luta contra o sistema não deve percorrer os caminhos da subversão ou mesmo da contestação convicta e provocativa, mas se configurar em um antagonismo ideológico que possa permitir a convivência política.”

Esta e outras afirmações deste porte é que o tornaram admirado e respeitado, inclusive por adversários políticos. A figura deste homem, sabidamente tranqüilo, marcou para sempre, entre nós, o estilo e a sobriedade inconfundíveis do persistente mensageiro da paz e da concórdia em assuntos os mais complexos e controvertidos, que exigiam a intermediação de sua privilegiada inteligência.

O exemplo de vida que nos legou, para orgulho e admiração particularmente daqueles que tiveram a oportunidade e a honra de privar de sua amizade, representa muito mais do que apenas a inscrição nos Anais da História da vida e obra de um valoroso brasileiro. Representa, sobretudo, a grandeza do patrimônio moral e intelectual a serviço das futuras gerações de homens públicos de que a Nação precisa.

À digníssima Sra. Maria Amélia Marinho de La Rocque e às demais pessoas ligadas à ilustre família do homenageado aqui presentes, Hélio de Sá Almeida, Luzia Suzana de Sá Almeida, Diná de La Rocque Almeida, Guilherme Henrique de La Rocque Almeida, apresento, em meu próprio nome e no dos membros da Mesa e dos integrantes desta Casa, a expressão do imenso pesar de nossa saudade.

Com os Senadores José Sarney, Alexandre Costa e aos Ministros do Tribunal de Contas da União, cujas presenças assinalo e que aqui vieram integrar-se a esta solenidade, pranteamos, também, a ausência de seu ilustre companheiro, associando-nos à homenagem prestada à memória do inesquecível Henrique de La Rocque.

O Sr. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) – Está findo o tempo destinado ao Expediente. Vai-se passar à Ordem do Dia.

Homenagem a La Rocque no Senado Federal (Gazeta de Notícias, edição de 23/8/1983)

O SENADOR ALEXANDRE COSTA, POR intermédio de Osvaldo Salas, secretário particular e ex-assessor parlamentar do eminente homem público maranhense Henrique de La Rocque Almeida, enviou para nosso Jornal uma cópia do seu pronunciamento oficial em homenagem ao primeiro ano do falecimento do grande brasileiro que foi Henrique de La Rocque.

A justa e merecida homenagem prestada ao ex-Deputado Federal, Senador e Ministro do Tribunal de Contas da União, por requerimento do Senador Alexandre Costa, que teve o apoio dos demais senadores, por tudo o que o homenageado foi em vida, como exemplo de bondade, humanismo, simplicidade e humildade

O Senador Henrique de La Rocque Almeida, a cuja memória houve por bem o Senado dedicar esta Sessão, não foi apenas um político do Maranhão, mas um eminente maranhense que, com muito brilho, dedicação e amor à causa pública, ilustrou as duas Casas do Congresso Nacional, o Executivo e, ultimamente, a Magistratura das Contas, no Tribunal de Contas da União. Muitas são as figuras da vida pública, mas nem todas permanecem na memória do povo e na admiração de seus pares.

O valor de La Rocque é confirmado pelo apreço que dedicam todos quantos acompanharam a trajetória de sua vida pública, mormente pelo carinho, respeito, saudade e amizade que à sua lembrança mantêm todos os parlamentares. De tradicional família maranhense, muito jovem foi para o Rio de Janeiro. Lá, bacharelou-se em Direito e, em seguida, ingressou no funcionalismo público. Iniciava-se, assim, uma carreira vitoriosa.

De Técnico em Administração, no Ministério da Fazenda, na década de trinta, passou a Parecerista-Chefe na Câmara de Reajustamento Econômico. Era ainda pouco para um homem que reunia tantas qualidades. Seu saber jurídico e sua dedicação, aliados ao equilíbrio e bom senso, que sempre o marcaram em toda a vida, chamaram as atenções de todos, colegas e superiores hierárquicos. A projeção adquirida, como era natural, lhe propiciou o convite do Presidente Getúlio Vargas para presidir o IAPC, função que exerceu de 1951 a 1953. Foi aí, nessa função, que La Rocque se confirmou como homem público, devotado ao bem comum e interessado na solução dos grandes problemas humanos da jurisdição daquela autarquia. Era o homem certo para o lugar certo.

Com aquela tranqüilidade, calma, tolerância e sabedoria, que todos nós viríamos mais tarde conhecer e admirar, a todos se impôs na solução dos graves problemas administrativos e políticos. Falava pouco o nosso homenageado. Preferia ouvir e, ouvindo, ia equacionando e dando soluções aos problemas dos

comerciários. Cumpria sua destinação, pois sempre foi um homem dedicado aos problemas dos outros.

Oferecia-se para prestar ajuda, até mesmo para pessoas desconhecidas com as quais nunca tivera contato. Gostava e ficava feliz quando podia ajudar, e frustrava-se quando, por motivos que superavam o seu trabalho e a sua boa vontade, não lograva êxito.

Embora naquele tempo ainda não estivéssemos a braços com a explosão demográfica, nas proporções da de hoje, tínhamos, no entanto, problemas de habitação nos grandes centros, para onde afluíam, já àquela época, as populações do interior. Lançou-se à construção de milhares de casas para os comerciários, atendendo às necessidades da classe. Admirador dos jornalistas (ele era um deles) e dos artistas, construiu o “Jardim de Alá”, a “Casa dos Artistas” e a “Casa da Comerciária”, instituições de grande mérito e reconhecida atividade.

Quando Edison Lobão, jornalista e Deputado Federal, seu querido e dedicado amigo, falava na Câmara em razão de sua nomeação para o Tribunal de Cantas da União, recebia, num aparte do Deputado Cristiano Lopes, o testemunho, que vale transcrever:

“O Sr. CRISTIANO LOPES – Meu caro Deputado Edison Lobão, eu não poderia deixar de juntar a minha palavra às homenagens que V. Exa. e esta Casa prestam a Henrique de La Rocque. Não quero prestar este tributo ao Parlamentar; quero homenagear o Henrique de La Rocque que conheci há 28 anos, em circunstâncias excepcionais, quando, ao lado de Felipe Thiago Gomes e outros jovens, tentávamos implantar neste País a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos, que depois se transformou na Campanha Nacional das Escolas da Comunidade. As portas das repartições deste País estavam fechadas àquela idéia louca de dar ensino gratuito a uma Nação como o Brasil, pobre de recursos e pobre de gestos daquela natureza. Aquele movimento, que nascera no Recife havia pouco mais de 10 anos – porque em 43 surgira –, estava para morrer porque, lá no Rio de Janeiro, todas as portas estavam fechadas, os ouvidos, moucos, e os corações, insensíveis àqueles apelos da minha geração. Pois bem, Henrique de La Rocque, Presidente do IAPC, recebeu a todos, separou uma salinha ao lado do seu gabinete para sede da então nascente campanha, colocou uma funcionária do seu gabinete à nossa disposição, para ajudar-nos nos trabalhos administrativos da nova entidade – cujo nome recorro com reverência e saudade: D. Dulce de Oliveira Vermelho, que acabou sendo a autora da letra do hino da campanha. Henrique de La Rocque estendeu-nos a mão naquela ocasião e, graças a esse gesto, a essa colaboração, a idéia de Felipe Thiago Gomes, da criação da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, conseguiu transformar-se na esplêndida realidade de hoje, abrindo e mantendo colégios em quase todos os Estados da Federação e levando a oportunidade de ensino a milhares de brasileiros. É a este Henrique de La Rocque que eu quero referir-me; é a este Henrique de La Rocque que eu quero trazer a expressão da minha homenagem e do reconhecimento de quantos um dia receberam dele um gesto de ajuda, uma expressão de solidariedade e uma mão estendida de apoio.”

Quanto desses atos de grandeza terá praticado La Rocque? Muitos, por certo. Servir foi uma constante na sua vida. No Governo Getúlio Vargas foi um dos homens mais poderosos e mais influentes do Brasil. Privava da amizade do então Presidente e desfrutava de sua confiança. Nada disso, porém, abalou a sua humildade, sua modéstia e sua tranqüilidade. Parecia que quanto mais subia, no conceito dos poderosos do dia, mais se apequenava na sua modéstia de homem simples. Sempre dava aquela impressão aos que lhe cercavam de personalidade forte, mansa, gentil e enérgica, amiga enfim, dando a todos a sensação de bonança e paz que convidava à amizade e estima.

Embora afastado do Maranhão, vivia o Maranhão, suas dificuldades, seu desenvolvimento e suas lutas políticas. Vivendo o Maranhão, mantinha contatos permanentes com os homens que faziam política, principalmente com os que faziam oposição.

Eram seus amigos diletos e com eles conspirava na luta pelo Poder: o eminente Senador Clodomir Milet, quer pelos trabalhos por ele prestados, quer pela luta sem tréguas na moralização dos costumes eleitorais; Neiva Moreira, Deputado Federal brilhante e lutador; Senador Clodomir Cardoso, jurista que marcou época pela sua cultura; Lino Machado, um grande líder na política do Maranhão, um grande batalhador, que deixou registrado nos anais da Câmara dos Deputados a eloqüência de sua oratória e seu elevado espírito público no trato dos interesses maiores do Maranhão; Genésio Rego, médico ilustre e generoso, inflexível na sua conduta e nos seus ideais; General Colares Moreira, expoente de honradez e de princípios. Para citar apenas o Estado-Maior, pedindo desculpas pelas omissões, pois tantos foram os maranhenses ilustres, políticos e apolíticos que compunham esse grupo.

Desses contatos e dessas lutas, despontou-lhe a vocação política. Um homem com aquelas qualidades é sempre um político. Se o político é aquele que se interessa pelos problemas da coletividade, o que cogita da “finalidade” do homem e da Nação, do bem-estar social e do bem comum, sem egoísmos, nem interesses mesquinhos, La Rocque já àquela época era um político nato.

De alma generosa e de preocupações cristãs sobre a felicidade humana, faltava-lhe apenas ingressar na política partidária. Sobre o fundo negro da política partidária de então, veio, em 1953, o seu Estado de origem, o Maranhão, buscá-lo no Rio de Janeiro para a vida pública representativa. As oposições coligadas do Maranhão o apresentaram candidato a Senador.

Não era ainda figura conhecida do eleitorado, pelo que não obteve êxito. Mas voltou em 1958 como candidato a Deputado Federal. Lembro-me bem, vice-governador do Estado àquela época, ofereci-lhe o meu jornal “Jornal do Dia” para sua campanha.

Escrevendo crônicas diárias naquela folha, sua cordialidade, sua figura tranqüila, a modéstia e o valor pessoal conquistaram o povo maranhense. Sua vitória foi fácil. Iniciava-se aí uma brilhante carreira legislativa, com 5 mandatos consecutivos na Câmara dos Deputados.

Membro de Comissões as mais importantes na Câmara, foi Segundo-Secretário por dois anos, e Primeiro-Secretário por 5 anos. O exercício desses cargos atesta o prestígio de que gozava junto aos seus pares.

Nada o alterava, nem cargos, posições, nem as condecorações que recebeu. A simplicidade era a tônica da sua personalidade. E, por isso, quanto mais subia, mais era estimado.

Da Câmara, veio para o Senado em 1975. Nesse pleito para o Senado, houve o consenso sonhado por muitos.

La Rocque não teve concorrentes. Era desejo de todos, políticos e povo, vê-lo representando o Maranhão no Senado da República.

Aqui, entre nós, foi membro de todas as Comissões importantes e depois Terceiro-Secretário da Mesa Diretora, onde continuou o mesmo trabalho, modesto e eficiente.

Foi um político singular. Dos partidos de que fez parte, utilizava apenas a legenda para cumprir as exigências da Lei.

Nenhum partido o ajudou e nenhum político contribuiu para que se elegeisse nos seus 28 anos de mandato. Fazia política a seu modo. Não polemizava, não agredia e nem respondia a agressões.

Os votos que coroaram tão longa vida pública foram frutos da admiração que por ele nutria o povo maranhense, votos de carinho, de amizade e gratidão, contrapartida natural ao representante ilustre que amava sua terra, adorava e servia seu povo.

Era assim o La Rocque. Não se interessava pela vida partidária. Não fundava diretórios e nem pleiteava compô-los ou neles tomar parte. Fugia sempre das lutas intestinas. Creio mesmo que nem nelas sabia como tomar parte. Nem os acenos para os píncaros o faziam mudar a sua trajetória. Sabia que tinha um lugar cativo na representação maranhense e tinha convicção de como o havia conquistado.

Tive a honra de privar da sua amizade e desfrutar da sua confiança. Acompanhei seus passos durante grande parte desses longos anos de vida pública. Disse atrás que La Rocque falava pouco e ouvia muito. Mas havia uma predileção que fazia com que invertesse essa conduta – a justiça. Tinha admiração pela justiça e pelos Ministros que a compunham.

Quem desejasse agradá-lo, bastaria procurá-lo para comentar sobre feitos julgados ou em julgamento. Aí, então, falava muito. Repetia voto a voto dos julgadores e tecia comentário do brilho e sapiência de cada um, mesmo quando os votos eram contrários às causas que defendia. Detalhava tudo. Sabia até mesmo as posições que ocupavam os julgadores no plenário da Suprema Corte.

Sentia-se bem agindo permanentemente junto aos tribunais, como patrono desinteressado, como amigo das partes, pedindo, esclarecendo, intercedendo, recorrendo extra-autos, para conseguir justiça, aplacar perseguições e ajudar pessoas que, muitas das vezes, lhe eram estranhas.

Tinha o senso da justiça *“Just est Bônus”*, por isso era conciliatório, pacífico e digno. Quando do advento da Revolução, e, com ela, das injustiças que culminaram com prisões de humildes e cassações de mandatos de lideranças expressivas da Política Nacional, La Rocque demonstrou coragem nas ações e fé junto à justiça. Não era fácil àquela época nutrir fé numa justiça que também sofrera punições semelhantes e injustas.

Ostensivamente assistiu a muitos dos presos políticos, dos cassados, dos aposentados, dos exilados e às suas famílias.

Visitava os cárceres onde se encontravam, e, com seu espírito de conciliação junto aos militares, conseguiu a liberdade de muitos. Quando não muito bem compreendido, recorria à justiça.

Foi exemplar, forte e solidário com os Injustiçados naquele episódio, e tinha convicção dos riscos que corria ao se expor no cumprimento de uma missão que era inerente ao seu caráter e à sua formação.

Valho-me da descrição de sua ação e personalidade no discurso pronunciado pelo nosso ex-colega de Câmara, Deputado Ivan Luz, hoje Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas da União, na sessão em homenagem a La Rocque.

“Foi paciente, humilde com os poderosos, e sua paciência e humildade quantas vezes detiveram o gesto rude, e amansaram a soberba, e suavizaram o castigo, e desviaram a vingança e abrandaram a justiça.”

Não foi simplesmente o homem bom que muitos pregam. Foi sim um homem ilustre, culto e generoso, que durante 70 anos conduziu um imenso acervo de qualidades e virtudes que procurei realçar nas minhas palavras, e, mais ainda, outras tantas que a deficiência do orador não permitiu oferecer o brilho desejado.

Esse o homem que o Senado homenageia hoje, quando completa um ano de sua morte. Honrou todos os cargos e funções que exerceu. Honrou todos os mandatos que representou com brilho. Honrou o Maranhão – sua terra natal.

La Rocque deixou amigos, e deixando amigos, deixou SAUDADES...

Nome de La Rocque não será esquecido (*Jornal de Hoje*, São Luís, Maranhão, edição de 19/8/1990)

SEXTA-FEIRA PASSADA, DIA 16, FOI assinalado o oitavo aniversário de morte de Henrique de La Rocque, reverenciado no Congresso Nacional como conciliador emérito, democrata autêntico e abnegado defensor dos direitos humanos.

“Ele tinha como normas de conduta o exercício da prudência, da humildade e do amor ao próximo, com sua inesgotável bondade” – disse dele o Senador Dirceu Cardoso, com a unanimidade dos aplausos de seus colegas de Senado.

Referências Biográficas

Henrique La Rocque de Almeida nasceu em São Luís do Maranhão a 8 de agosto de 1912. Teria completado 78 anos de idade, com as homenagens de sua legião de amigos dedicados, se não tivesse falecido em 16 de agosto de 1982, após haver assumido o cargo de ministro vitalício do Tribunal de Contas da União.

Filho do comerciante Marcelino Gomes de Almeida e Marieta de La Rocque Almeida, “nasceu menino rico, mas, da riqueza só conheceu a história. Os bons tempos da família acabaram tão logo ele iniciou sua vida – disse a seu respeito o empresário Nilo José Sírio, diretor do grupo ‘Moinho Santista’, seu grande amigo. Por isso, nascido rico, teve que viver o drama da pobreza. Mas, com tal altivez e dignidade que pôde atravessar os setenta anos de seu tempo entre nós, como verdadeiro milionário da generosidade neste país e nesta sociedade que de regra, excluem de sua consideração maior os despojados da fortuna”.

Como tantos outros maranhenses, Henrique de La Rocque Almeida foi obrigado a deixar a terra natal em busca de horizontes mais amplos, no Rio de Janeiro, onde se formou bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil.

Como funcionário público, ele exerceu a chefia da seção de estudos da Câmara de Reajustamento do Ministério da Fazenda, até que, após a vitória de Getúlio Vargas, em 1950, foi convidado pelo grande estadista para assumir a presidência do extinto Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes – IAPC, cargo que exerceu de 1951 a 1953, quanto pediu exoneração para ser candidato ao Senado, pelo Maranhão, sonho que não conseguiu realizar, mas que equivaliu a um desafio histórico ao caciquismo vitorinista que imperava na política maranhense. Aquele sonho de ser representante de nosso povo, no Congresso Nacional, viria a se concretizar a partir de 1954, quando ele se candidatou à Câmara Federal, merecendo ainda a consagração do nosso eleitorado, em 1958, 1962, 1966 e 1970, desempenhando cinco mandatos consecutivos, sobressaindo-se sempre, entre seus pares, como parlamentar dos mais notáveis

na defesa dos interesses nacionais e, sobretudo, da terra maranhense, de quem se tornou o mais devotado representante, no Palácio Tiradentes e em Brasília.

O prestígio pessoal de La Rocque era tão grande que seus colegas o elegeram titular da 2ª Secretaria da Câmara dos Deputados, de 1963 a 1965, assim como 1º Secretário, a partir de 1966, cargo em que La Rocque se notabilizou como um dos mais dinâmicos administradores daquela casa do nosso Parlamento.

Atuação Benemérita

Nos primeiros anos da Revolução de Março, Henrique de La Rocque Almeida transformou-se em anjo da guarda e advogado de companheiros de vida pública, perseguidos pelo autoritarismo que tomou conta da Nação. Sua coragem moral e a dignidade da conduta ilibada lhe valeram como trunfo para desempenhar um papel de grandeza incomparável em favor de seus colegas presos e submetidos à desgraça do exílio. Muitos deles foram salvos pela intervenção de La Rocque.

Os anais do Congresso Nacional documentam a ação desmedida e generosa do inesquecível homem público maranhense.

“Extremamente polido, humilde e prestativo, ele conservou por toda a vida os fundamentos filosóficos cristãos que lhe vieram de berço” – salienta Nilo José Sório, ao retratar-lhe a personalidade ímpar, de homem total.

Somente em 1974 La Rocque seria conduzido ao Senado pelo povo maranhense, do qual se tornara um dos líderes mais queridos de todos os tempos, especialmente em São Luís, onde sempre recebeu votações consagradoras.

Inúmeras e justas forem as homenagens prestadas na Câmara dos Deputados e no Senado ao ilustre homem público maranhense. Quando o então presidente João Figueiredo enviou ao Congresso o projeto da Anistia, La Rocque esteve enfermo em São Paulo. Mesmo assim, em carta ao senador Alexandre Costa, ele fez questão de credenciá-lo seu porta-voz na discussão de tão importante iniciativa, entregando-lhe emendas que lograram o consenso do Parlamento Nacional. Na época ele era presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, “sempre sensível ao sofrimento de seus semelhantes”, enfatizava o senador acriano Jorge Kalume.

Naquela oportunidade, assim se referiu o senador Leite Chaves, do MDB do Paraná, a Henrique de La Rocque Almeida:

“No tempo em que nem sequer se podia falar no termo anistia, La Rocque fazia uma advocacia de ouvido, nos tribunais superiores, para a defesa de estudantes, de pessoas conhecidas ou outras que estavam respondendo por constrangimentos insuportáveis. Ele se valia de sua amizade com ministros das cortes superiores, amizade sadia, formada ao longo de sua convivência com eles como Advogado e político, honrado nesta casa, para amenizar as privações, amenizar as fúrias e obter libertações justas.”

Henrique de La Rocque Almeida foi, assim, um dos mais virtuosos homens públicos do Maranhão: o apóstolo da bondade.

Depoimento de Neiva Moreira (*Jornal Pequeno*, São Luís, Maranhão, edição de 7/4/1982)

AS ÚLTIMAS ELEIÇÕES DE QUE participei foram as de 1962, quando o povo maranhense me confiou o quarto mandato parlamentar: um para a Assembléia e três para a Câmara Federal.

Depois veio o golpe de 1964. Cassaram o meu mandato e me suspenderam por dez anos os direitos civis. Fui preso, injuriado, algemado, maltratado, perseguido e obrigado ao exílio.

Nem para os piores adversários desejo o exílio. Uma pessoa obrigada a viver fora da Pátria, da família, dos amigos, privada de sua ação política e profissional, obrigada a falar a língua dos outros, comer a comida de outros países, vestir roupas que não são as nossas, ouvir músicas que não são nem o samba, o baião, nem tudo aquilo de que gostamos.

Felizmente, este pesadelo passou e nunca me canso de agradecer a todas as pessoas que, no Maranhão e no Brasil, se empenharam em favor da anistia que me trouxe de volta à Pátria.

Logo que retornei ao Brasil, compareci, com Franklin de Oliveira e João do Vale, à inauguração de uma Placa no Conjunto dos Jornalistas, no Rio, em homenagem a seu construtor, Henrique de La Rocque. Nossas discrepâncias partidárias nunca me impediram de reconhecer as qualidades de homem bom e justo que é La Rocque. Nem arrefeceram nossa mútua amizade.

Quando eu estava preso na Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói – um dos nove ou dez quartéis onde estive recolhido –, ele fez o possível e o impossível para me visitar, rompendo a incomunicabilidade a que estava submetido. Naquela reunião, no Rio, La Rocque fez, no seu discurso, uma referência a mim, que transcrevo por expressar corretamente o meu estado de espírito ao voltar ao país: “Quando muitos esperavam que meu amigo Neiva regressasse dominado pelas frustrações e rancores, ele volta sem ressentimentos e ódios, mas, sim, cheio de um imenso desejo de trabalhar nosso Maranhão e o Brasil”, disse ele.

La Rocque era um semeador de bondade

(*Jornal Pequeno*, São Luís, Maranhão,
edição de 18/8/1982)

LOURIVAL FALOU DO RIO CONTANDO como decorreu o sepultamento do Senador:

Rio de Janeiro, 17/08/1982 (Lourival Marques Bogéia, via Embratel):

– Sepultamento do Senador Henrique La Rocque de Almeida ocorreu às 15 horas de hoje, no Cemitério São João Batista, com a presença de 600 a 800 pessoas, muitas das quais figuras de destaque da administração pública do País.

Anotamos a presença das seguintes personalidades:

Ministro Evandro Lins e Silva, Senador Nélson Carneiro, Senador Lourival Batista, Senador Amaral Peixoto, Senador Benjamim Farah, Governador Ivar Saldanha, Senador Sarney e filho, Ex-Governador João Castelo, Cantor Carlos Galhardo, Deputado Luiz Rocha, Ex-Governador Eugênio Barros, Deputado Edison Lobão, Médico Benedito Metre; O Presidente do TCU e representantes de todos os Ministros do Tribunal de Contas da União; O Diretor-Administrativo do “Jornal Pequeno”; Osvaldo Salas (Secretário do Ex-Senador La Rocque) e outras pessoas de destaque, cujos nomes escaparam das nossas anotações.

Por ocasião do sepultamento, disse, entre outras coisas, o jurista Evandro Lins e Silva: “La Rocque era um verdadeiro semeador de bondade”.

Exemplares do “Jornal Pequeno”, edição de hoje, que trouxemos de São Luís, foram disputadíssimos na Capela do Cemitério São João Batista, antes da hora do enterro.

Homenagem de Zé Pequeno

Às 4:33 horas, pela Rádio Globo do Rio, no Programa “Luciano Alves”, nosso Zé Pequeno fez a leitura do seguinte comentário a La Rocque: “Sim, era um líder popular no Maranhão. Não necessitava de votos fraudados ou barganhados para se eleger. Sempre contou com a simpatia do povo desta terra, graças ao trabalho que prestou à nossa gente, desde a época em que foi presidente do extinto IAPC”.

Alusivo à morte de La Rocque: “A morte do Senador Henrique La Rocque de Almeida provocou profunda tristeza em São Luís do Maranhão, onde o estimado homem público que dá o último suspiro na Santa Casa de Misericórdia, no Rio de Janeiro, sempre gozou de alto conceito popular”.

Temos na capital timbira um órgão de comunicação que foi criado e mantido pelo povo desta boa terra. E como La Rocque muito fez em favor da comunidade ludovicense, granjeou a admiração e o carinho dos que trabalham nesta “Folha”.

Uma caravana de maranhenses ilustres, amigos do senador extinto, está deixando São Luís ao amanhecer de hoje, a fim de participar das homenagens

fúnebres que serão prestadas ao Senador do Povo no Cemitério São João Batista, aí no Rio, às 15 horas.

Fazem parte desta comitiva o Governador Ivar Saldanha, o ex-Governador João Castelo Ribeiro Gonçalves, a Professora Lia Varela, o Deputado Edison Lobão e o afillado do bondoso La Rocque de Almeida, Jornalista Lourival Marques Bogéa, Diretor Administrativo do “Jornal Pequeno”, além de outras pessoas amigas do ilustre maranhense.

Esperamos que os bons amigos, domiciliados no Grande Rio, participem dos funerais de La Rocque, levando a ele o nosso adeus, com pedidos ao Divino Mestre no sentido de que o coloque em bom lugar no novo mundo, no mundo dos justos, no mundo das pessoas honestas e dignas do respeito e da admiração da coletividade.

No Congresso Nacional

Alexandre Costa, no Senado Federal, fez um bonito discurso sobre a morte de Henrique de La Rocque, com apartes de Jorge Kalume, Aderbal Jurema e Bernardino Viana, todos eles exaltando a figura do ilustre maranhense.

Publicaremos o referido discurso com os respectivos apartes na nossa edição de amanhã.



*Posse do Senador La Rocque como Ministro do Tribunal de Contas da União
(Fonte: arquivo pessoal de Diná de La Rocque Almeida)*

Palavras do Ministro Luciano Brandão na posse de Henrique de La Rocque como Ministro do TCU

Palavras proferidas pelo Sr. Ministro Luciano Brandão Alves de Souza na Sessão Especial realizada em 27 de agosto de 1980, ao saudar, em nome do Tribunal, o Dr. Henrique de La Rocque Almeida, após este haver tomado posse no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União

REJUBILA-SE O TRIBUNAL DE CONTAS da União com a posse, como Juiz Permanente desta Corte, de Vossa Excelência, eminente Ministro Henrique La Rocque.

O jovem maranhense, fiel às tradições de cultura de sua ilustre Província, desde logo afirmou-se pelo amor ao Direito e o culto à Justiça, a que associou o gosto pelos temas da Economia e das Finanças Públicas.

O itinerário de suas predileções, hoje longo e fecundo, percorreu-o de ponta a ponta, com seu extraordinário caráter e intensa formação espiritual.

A decorrência justa de uma vivida e sempre atuante atividade nas tarefas absorventes do Executivo seria seu ingresso nos prélios cívicos da política.

A política, intrinsecamente, estava no seu destino.

Disputou, mercê dos títulos que lhe ornaram a personalidade marcante – entre eles os muitos serviços já prestados à sua terra natal –, o voto de seus coestaduanos. E a gente maranhense, por seis mandatos consecutivos – cinco de Deputado Federal e um de Senador –, fê-lo seu representante, delegação que exercitou com brilho e dignidade.

O administrador, o advogado, o jornalista iria mudar de posto, sem abandonar jamais suas convicções.

No Senado Federal e na Câmara dos Deputados – onde, diuturnamente, convivi com Henrique La Rocque, que ali exerceu, com proficiência e brilhantismo, o comando administrativo da Casa –, foi Sua Excelência iniludivelmente o mesmo: sempre a cordialidade e a mansidão, a bondade e a cordura como estado de espírito e de coração, sem nunca abdicar da firmeza e intrepidez de suas convicções, nem olvidar que o bem da Pátria e o interesse do povo eram seus objetivos supremos e permanentes.

Parlamentar respeitado e acatado, de invulgar talento e sólida cultura, não o seduzia a linguagem agressiva, nem a oratória dramática. Competência e capacidade, eficiência e bom senso, trabalho e honradez, todos esses predicados devotou à redação de lúcidos pareceres, aos estudos minuciosos, à elaboração de votos cristalinos, a oportunos pronunciamentos.

Sua Excelência, o Ministro Henrique La Rocque, inclui-se, inegavelmente, entre aqueles homens públicos que têm seguido a estuenda lição do Evangelho:

“A pregação deve ser reta, de modo que as obras do pregador não destoem daquilo que se disse no sermão, porque se perde a autoridade no falar, se a voz não for coadjuvada pelas obras.”

Não é precisamente assim, Senhores, o eminente colega que, nesta data, se empossa, para maior fulgor da Casa, como Ministro desta Corte de Contas? Certamente que sim!

Um dos postulados básicos da Democracia é o de que a receita e a despesa de uma nação devem se processar segundo as leis vigentes, e anteriores ao fato. O controle do dever e do haver, da arrecadação e dos gastos dos dinheiros públicos há de ser, necessariamente, deferido ao povo, em cujo nome todo o poder é exercido. A decisão final, por isso mesmo, toca ao Parlamento, o mais alto tribunal popular, e cujo voto pode ser, ou deixar de ser, técnico para ser político.

Não assim o Tribunal de Contas da União, onde cada Juiz vota segundo o alegado e provado. A missão da Corte de Contas é dizer, especificamente, da legalidade ou ilegalidade da aplicação dos dinheiros que fluem do povo para o Tesouro e que daí partem para o atendimento das necessidades e dos interesses públicos. Isso faz do Tribunal de Contas da União uma instituição apolítica, fora e acima das paixões partidárias.

É para essa tarefa alteada e patriótica, de oferecer à representação do povo e dos Estados os elementos rigorosos para seu veredicto definitivo e irrecorrível, que aqui recebemos o novo companheiro, onde conviverá com Vossas Excelências, Srs. Ministros, que enobrecem esta Casa quase centenária e que sempre pautaram suas ações por exemplar comportamento ético, por inexcedíveis padrões de isenção, dignidade e honradez, postos a serviço da causa pública.

Nessa elevada missão, contará o Ministro Henrique La Rocque, a exemplo de nós outros, com a douta Procuradoria, com o devotado e eficiente apoio das equipes técnicas do TCU, de todos os seus abnegados servidores.

Estou certo de não errar em atribuir a honrosa e fidalga indicação com que me distingui o Presidente desta Casa, ilustre Ministro Gilberto Monteiro Pessôa, qual a de receber, em nome do colegiado, o ínclito colega, às minhas profundas ligações sentimentais e funcionais com Henrique La Rocque, cuja amizade e simpatia só têm feito crescer com a já longa passagem do tempo.

A escolha de Sua Excelência pelo Sr. Presidente da República, consoante preceito constitucional, e a ratificação consagrada que lhe deu o Senado da República atestam, de sobejo, os méritos comprovados do ministro Henrique La Rocque. Mas o esplendor desta festa de posse, que transcende do usual, reside na nossa convicção coletiva de que estão todos participando de uma apoteose da amizade.

Fazer amigos não chega a ser muito difícil. Dificílimo é conservá-los, é estar a seu lado, solidário, nas horas amargas.

É pelo milagre da bondade e pelo privilégio da doçura que o Ministro Henrique La Rocque nunca perdeu um amigo!

Receba Vossa Excelência, em nome do Tribunal de Contas, a saudação fraterna de seus Pares e de quantos aqui convivem.

Esta Corte se dignifica e engrandece com sua presença, Ministro Henrique La Rocque, que passa a integrá-la exclusivamente pelo mérito pessoal de quem sempre se empenhou, sem jamais reconhecimento pretender, na tarefa nobilitante de bem servir.

Bem-vindo, pois, à nossa Casa, caríssimo Ministro Henrique La Rocque.

Publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 17/9/1980, p. 18608-18615.

Palavras proferidas pelo Dr. Ivan Luz, Procurador-Geral, ao saudar o Dr. Henrique de La Rocque Almeida, recém-empossado no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União

Na sessão especial realizada em 27 de agosto de 1980, em nome do Ministério Público junto ao colegiado

O MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO A este Egrégio Tribunal de Contas saúda Vossa Excelência, Sr. Ministro, no belo instante de sua vida em que toma posse e assento no Plenário desta Casa, expressando os melhores votos de exitoso desempenho nas altas funções que agora assume.

O ingresso do Senador Henrique La Rocque nesta instituição provocou um fato inusitado nestes tempos indigitadores: o aplauso de toda a Nação, nesta cerimônia tão bem testemunhada, a um homem que fluiu, através de longos anos de vida pública, em períodos tormentosos, sem derramar-se, todavia, em inundações estreptosas; sem despenhar-se em escachoantes catadupas quando as borrascas da história engrossavam e entumeciam de cólera as hidrografias políticas; sem altear-se como divisor de águas; sem trovejar no embate das pororocas, eriçado na crista do conforto fatal... Entretanto destacou-se na linha do horizonte com a operosidade e a paciência do coral, construindo-se hora a hora, tenaz, persistente, igual a si mesmo, arquiteto de sua própria identidade.

E, quando logo emergiu, revelou-se em simplicidade e modéstia com amena firmeza, em conciliador por índole e por método.

Se é questionável a afirmação da cordialidade do homem brasileiro, La Rocque não deixa qualquer dúvida a favor da afirmativa...

Diria que realiza, com inteligência superior e sutilezas de artesão, na vida pública, o papel que a morfologia de sua terra natal desempenha na totalização dos equilíbrios regionais do território brasileiro.

Prolonga, o Maranhão, as densas matas amazônicas que se infiltram, nos últimos esforços de conquista, pelos vales do Mearim, Gurupi, Pindaré, Grajaú e, de outro lado, prolonga o Nordeste pelos cerrados que encobrem as chapadas e os chapadões do planalto.

Terra de transição e caldeadora imigração, um dia destacada do Estado do Brasil, retomou sua vocação de ser convergência e união. Ambicionada pelos Barros, Andrades, Aires da Cunha, Meios, entram em sua história nomes de sonoridade novelesca, um pouco a gascão, como Charles des Vaux, Riffault, De La Touche, senhor de La Ravardière, para não me referir aos capuchos de Saint'Honoré...

A toponímia de suas cidades e serras inspira os La Rocque de hoje. Se lá está a Serra da Desordem, lá, também, está a Serra dos Penitentes...

Se lá se desenrolaram as rebeldias do Bequimão, a estabelecer governo de três Estados e “procuradores do povo”; a Balaiada e a conseqüente revelação pacificadora de Lima e Silva; o liberalismo republicano, o abolicionismo; lá estão as cidades de Caxias e, soberana e afirmativa, a cidade de Imperatriz...

Falei um pouco de sua terra, eminente Ministro e caríssimo amigo, para honrá-la, honrando-o, e honrá-lo, honrando-a.

Ambos, mãe e filho, constituem uma tentação a que cometamos um discurso...

Não sucumbirei a ela. Encerro minhas palavras e abro meus abraços para recebê-lo, em meu nome pessoal e da Instituição que dirijo nesta Casa.

Sabemos todos que contaremos, d’ora em diante, com alguém que, outrossim, saberá, nesta Corte, usar da aspereza da lei sem exasperá-la com a lei da aspereza.

E, com a serenidade nunca perdida, afirmar, ante os creontes eventuais, a censura de Antígona: os deuses não abonam o seu procedimento.

Tenho dito.

Publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 17/9/1980, p. 18608-18615.

Palavras proferidas pelo Sr. Presidente do TCU, Ministro Gilberto Monteiro Pessôa, em acolhida ao Dr. Henrique de La Rocque, recém-empossado no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União

No final da sessão especial realizada em 27 de agosto de 1980, ao associar-se às manifestações dos oradores que o haviam antecedido

EM NOME DO TRIBUNAL E por designação da Presidência, falou, com propriedade e brilho, o Ministro Luciano Brandão.

Também o Procurador-Geral, Ivan Luz, pelo Ministério Público, pronunciou belas e adequadas palavras, homenageando o nosso novo companheiro de trabalho.

Antes de encerrar esta consagrada Sessão de posse, talvez bastasse à Presidência da Corte valer-se da oportunidade para se associar às manifestações desses autorizados oradores, que souberam magistralmente captar os nossos sentimentos, usando inteligência, coração e sensibilidade política.

Sinto-me, todavia, no dever de ir um pouco além, contando, para tanto, com a indulgência do ilustre auditório.

Senhor Ministro Henrique de La Rocque Almeida,

Permita-me acrescentar que recebo V. Exa. com muita honra, grande alegria e fundadas esperanças.

Honra porque teremos neste Colegiado um homem que, depois de representar o seu Estado no Congresso Nacional por tantos anos, incluindo um período difícil da vida republicana, é alvo de tão expressivas homenagens, não somente agora, mas a partir do momento em que o seu nome foi indicado para Ministro do Tribunal de Contas da União. Isso valoriza a Casa onde hoje ingressa V. Exa., porque de certa forma a ela chegam essas homenagens, na medida em que é considerada lugar adequado para coroamento da sua notável carreira de homem público.

A alegria se justifica, porque participamos da extraordinária festa, onde um número incomum de brasileiros de todos os níveis e todas as origens dá mostras de felicidade, ao ver o caro amigo alcançar mais uma vitória, ocupando cargo que lhes parece à altura dos seus inegáveis méritos.

E as esperanças se acendem, quando percebemos o que é de se esperar do convívio e da sábia colaboração de quem tantos êxitos acumulou ao longo de uma bela carreira, partindo da sua gloriosa Província e chegando a posições das mais altas da República.

Não gostaria de encerrar estas breves palavras sem dar especial destaque a um dos aspectos da personalidade notável do novo Ministro. Muitos dos

presentes não de se lembrar de certo livro que pode até não merecer maior atenção no seu conteúdo, mas cujo tema é bastante significativo, propondo-se o autor a ensinar a arte de fazer amigos e influenciar pessoas.

O que temos assistido nos últimos meses, e está sendo agora magnificamente coroado, em torno da figura singular do Ministro La Rocque, é uma demonstração completa, convincente, definitiva de que Sua Excelência é um perfeito mestre naquela arte nada fácil, da qual tanto precisamos, num mundo de conflitos e incompreensões. Creio devamos todos nos inscrever como discípulos seus. De minha parte, procurarei, desde já, ser um deles.

Senhor Ministro La Rocque,

A Presidência do Tribunal, dando-lhe as boas-vindas, apresenta a V. Exa. efusivas congratulações e expressa a certeza de que, no labor aqui iniciado, como na vida particular, a felicidade continuará sua fiel companheira. Estou convicto de que foi um privilégio presidir esta Sessão. Agradeço o comparecimento de todos quantos honraram e abrilhantaram a solenidade.

Será feito registro em ata da presença das autoridades que aqui vieram ou se fizeram representar. O Ministro La Rocque receberá cumprimentos no Salão Nobre, onde os presentes serão recepcionados.

Solicito a todos a fineza de permanecerem em seus lugares, até que os membros da Corte se retirem do recinto.

Está encerrada a Sessão.

Publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 17/9/1980, p. 18608-18615.

Saudação a La Rocque feita pelo Vice- Presidente do TCU, Ministro Mário Pacini (*Jornal Pequeno*, São Luís, Maranhão, edição de 18/8/1982)

SENHOR PRESIDENTE,

Por honrosa designação de V. Exa., peço vênia para falar de um ilustre brasileiro, natural da encantadora cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão.

Refiro-me ao insigne Ministro Henrique de La Rocque Almeida, casado com Dona Maria Amélia Marinho de La Rocque Almeida, sua dedicada companheira de todos os momentos.

Este pronunciamento vem a propósito de sua aposentadoria e na oportunidade em que V. Exa., Sr. Presidente, dá conhecimento a este Egrégio Plenário do inteiro teor da carta que lhe foi enviada pelo nobre e querido, cujos termos bem retratam os sentimentos puros e sinceros de seu autor.

Quem neste País, com um mínimo de conhecimento, já não ouviu falar de Henrique de La Rocque ou desconhece o acervo de serviços prestados pelo admirável homem público? Do advogado dos aflitos e dos oprimidos? Do antigo Deputado ou do incansável Senador da República?

Na verdade, muito tempo seria necessário para enumerar os vários títulos ou as inúmeras e relevantes atividades desse grande brasileiro ao longo de sua vida pública: Técnico de Administração, Chefe da Câmara de Reajustamento Econômico, Membro destacado das Mesas Diretoras e das principais Comissões Técnicas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes, dentre outras.

Autor de vários projetos hoje convertidos em leis de alta relevância no setor da Administração Pública ou no campo social.

Foi distinguido, no Grau de Grande Oficial, com a Ordem do Congresso Nacional, com a Medalha do Sesquicentenário de Instalação dos Trabalhos do Senado Federal, com a Ordem do Mérito Judiciário Militar, Comendador da Ordem do Mérito Militar da Marinha, da Aeronáutica e várias outras importantes condecorações nacionais.

Nesta Corte de Contas, o eminente Ministro Henrique de La Rocque, com o grande acervo de conhecimentos e experiências acumulados ao longo de uma trajetória admirável, sempre a serviço da causa pública, através do exercício de relevantes funções no Poder Executivo e no Poder Legislativo, pôde realmente repetir, sem dificuldade, num oferecimento integral, brilhante e abnegado, a mesma especial contribuição que antes apresentara à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

A marca de sua passagem nesta Casa e em toda a sua vida aí está. Entendo, porém, dever indeclinável estender-me um pouco mais e especificamente sobre a grandiosa contribuição do Ministro de La Rocque através desta Corte.

Como relator das contas do Governo Federal, exercício de 1981, seu trabalho mereceu não só a consagração unânime deste Egrégio Plenário, mas as mais desvanecedoras referências de todos aqueles que tomaram conhecimento de sua admirável obra. A imprensa especializada não lhe regateou encômios, particularmente na parte em que, como relator, houve por bem deter-se sobre o momentoso problema da Previdência Social, quando nos brindou com verdadeira aula.

Relembrando apenas alguns trechos de seu pronunciamento, registro o que diz ele: “Previdência é, sobretudo, bom senso. Previdência é contato com o povo. Previdência é a presença do Estado, com aquilo que arrecadou do contribuinte, dizendo-lhe, na hora da necessidade, sem recorrer a explicações difíceis de serem compreendidas: o dinheiro recebido aqui está para lhe ajudar e lhe recuperar”; mais adiante, pontifica La Rocque: “Previdência não é sonho; ela é a busca constante, ininterrupta, perseverante e firme de um nivelamento social que a vida não deu a todos, o que o Estado pode fazer por intermédio de instrumentos adequados e eficazes, propiciados pelos recursos e meios de que dispõe”.

Em outras assentadas, também através de judiciosos e fundamentados pronunciamentos, deixa bem marcada sua participação sempre sincera, ponderada e conciliadora, seja em seus apartes ou na condição de relator.

Em todas essas oportunidades, jamais deixou de se mostrar por inteiro, correto, franco, leal, com teses de tal relevância que muita coisa foi alterada na jurisprudência desta Egrégia Corte de Contas em decorrência de seus posicionamentos.

Notável pelo seu saber jurídico, com várias obras publicadas, dentre elas: “Atividades Parlamentares (1975/1980)”, “Reforma da Magistratura Nacional (1980)”, “Anistia (1979)”, “Instituição do Júri Popular (1980)” etc. La Rocque, na verdade, de corpo e alma, é um humanista. O que lhe toca o coração e a alma, o que lhe alcança os sentimentos, é tudo aquilo que diga respeito às dificuldades do próximo. Para ele, sempre está em plano de relevância o problema social.

Permanentemente acessível, bondoso e conciliador, não sabe, no entanto, transigir em matéria de princípios. Na defesa do direito dos menos afortunados, La Rocque se agiganta, para dizer com firmeza, como o foi ao relatar o processo referente à Legião Brasileira de Assistência (LBA):

“É necessária a postura imparcial ante os contrastes e os choques da vida, traçando os limites do justo com mão segura, sendo intérprete não da palavra, mas do espírito da inspiração da lei, na certeza de que à nossa disposição está o futuro da própria vida de nossos semelhantes.”

Quando da discussão neste Plenário sobre processo de pensão, dentre outras oportunidades, tivemos ocasião de ouvir o relatório e voto do Ministro La Rocque. Destaco apenas pequeno trecho de seu judicioso trabalho, que

melhor do que eu fala de seu senso de justiça, de sua sensibilidade, de sua inconformidade, de sua firmeza e até obstinação quando, a seu ver, a justiça se fazia necessária ser refeita. Disse ele então:

“O adicional por tempo de serviço é uma gratificação em estado permanente de expectativa e seria lastimável se essa benesse, que serve em vida ao funcionário, fosse sepultada com ele na hora em que a matemática fria dos cálculos decide a pensão que deixa para o sustento de sua família.

O que o poder público concede em vida jamais deveria retirar na morte, ainda mais que, como já dissemos, a gratificação adicional, por quinquênio de efetivo serviço, integrou o seu vencimento, e, em nosso entender, este é uno e indivisível

Não nos atreveríamos a afirmar, de forma genérica, que o esquecimento dos mortos, por parte dos vivos, é a tônica dos dias que atravessamos.

Não é bem assim, talvez seja quase assim. Mas se não é bem assim, estamos imbuídos de razões fortes para sustentar que esse olvido não deve amortilhar a todos nos desvãos escuros de uma insensibilidade deformante. A preocupação dos que ficam deve ser exatamente a de, lembrando quem foi, amparar o máximo quem, sendo seu, ficou.”

Conta-nos a literatura francesa que Jacques Maritain dissera que, se tivesse que optar entre o homem bom e o homem erudito, preferiria o primeiro. Henrique de La Rocque Almeida, pelo seu passado, pelos seus serviços, pela sua contribuição ao País, pela sua bondade, pela sua sensibilidade, evitaria a necessidade da difícil opção, pois nele conseguiu reunir invulgar personalidade, o homem bom e o homem erudito, de que nos fala Maritain.

Na verdade, Sr. Presidente, em minha convivência com Henrique de La Rocque Almeida neste Tribunal, eu aprendi, confesso humildemente, que as lições da vida – mesmo em decorrência de injustiças, de erro de apreciação e até de crueldade de alguns – não devem nos induzir ao ceticismo, à descrença, mas ao aprofundamento de nossa lucidez, ao fortalecimento de nossa razão, em que o ódio e a injustiça não podem encontrar guarida.

Sr. Presidente, muitos são os que vêm a este mundo para colher e poucos os que vêm para servir; Henrique de La Rocque Almeida, que conquistou o respeito e a veneração de todos os que aqui trabalham, sem dúvida está entre poucos abnegados servidores; dos poucos iniciados que, ao longo da vida, chegaram a saber a diferença que existe entre o ideal das coisas e as coisas ideais.

É a esse notável homem que, em nosso nome, na hora em que se afasta por motivo de sua aposentadoria, rendo sinceras homenagens. Sei, Sr. Presidente, que, ao fazê-lo, também eu me engrandeço, também todos nós nos dignificamos, porque La Rocque só tem sabido servir, *porque La Rocque é um SEMEADOR, um SEMEADOR DO BEM. Obrigado!*

La Rocque homenageado na Assembléia do Estado (*Jornal Pequeno*, São Luís, Maranhão, edição de 18/8/1982)

OS DEPUTADOS HAROLDO SABOYA (LÍDER do PMDB) e Sálvio Dino (PDS) ocuparam, ontem, a tribuna do plenário da Assembléia Legislativa e enalteceram as qualidades de Henrique de La Rocque, que, anteontem, faleceu no Rio de Janeiro.

O líder do PMDB e o parlamentar pedessista lembraram o devotamento e dedicação de La Rocque na defesa dos interesses do Maranhão e o carinho e a atenção que dispensava a todos os maranhenses que o procuravam no Sul do País, tendo sempre nos lábios palavras de conforto e esperança, procurando sempre resolver os problemas de cada um.

Sessão Solene

O deputado Sálvio Dino requereu à mesa uma sessão solene para “honrar o ilustre maranhense”, que, ontem, foi sepultado no Rio de Janeiro.

O requerimento de Sálvio foi aprovado por unanimidade. Eis, na íntegra, o seu teor.

Assembléia Legislativa. Requerimento nº 163/82

Sr. Presidente,

Na forma regimental requero a V. Exa. que, depois de ouvido o Plenário, seja manifestada aos familiares do ilustre maranhense Henrique La Rocque a profunda consternação dos seus conterrâneos pelo falecimento deste inolvidável homem público, ocorrido ontem no Rio de Janeiro.

O inestimável amor de Henrique La Rocque pelo Maranhão e sua gente foi, ao longo de várias décadas, uma fonte inexaurível de bondade, compreensão e solidariedade. Marcando sua passagem na vida pública como Presidente do ex-IAPC, pelos grandes benefícios realizados, à época, em prol dos comerciários; e como político foi o lutador tenaz em defesa dos direitos básicos da liberdade, principalmente nos idos de 1964, quando defendeu a quantos pôde, sem nunca temer qualquer tipo de represália, angariando, assim, o respeito e a admiração até mesmo dos seus adversários políticos. Atuando em sucessivas legislaturas na Câmara Federal e no Senado da República, por força da vontade popular, Henrique La Rocque retirou-se da vida política para assumir o alto posto de Ministro do Tribunal de Contas da União, em cujo cargo aposentou-se, recentemente.

Hoje, resta apenas a grande lembrança desse egrégio maranhense, lembrança que jamais se apagará dos nossos corações, numa forma de cultuar a quem tanto fez por nós.

Requeiro, ainda, que seja convocada uma Sessão Solene a fim de que esta Casa Legislativa possa homenagear o ilustre maranhense Henrique La Rocque
Sala das Sessões do Palácio “Manoel Beckman”, em 17 de agosto de 1982.

Sálvio Dino (Deputado Estadual)



Enterro de Henrique de La Rocque, realizado no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, em 17 de agosto de 1982. À direita, acima, de costas, o Senador Edison Lobão e, ao lado do caixão, o ex-Presidente e hoje Senador da República José Sarney e seu filho Sarney Filho. Vê-se também, acima de Sarney Filho, o ex-Ministro do Superior Tribunal de Justiça Edson Vidigal (Fonte: “Jornal Pequeno”, edição de 17/8/1982)

Exaltação a La Rocque (*Jornal Pequeno*, São Luís, Maranhão, edição de 18/8/1982)

O DEPUTADO LUÍS ROCHA, CANDIDATO a Governador pelo PDS, compareceu, ontem, aos funerais do Ministro do Tribunal de Contas da União Henrique de La Rocque Almeida, numa última homenagem ao extinto político, que prestou os mais significativos serviços ao povo do Maranhão. Luís Rocha, ao tomar conhecimento da morte de La Rocque, assim se expressou:

“O Maranhão perde um dos seus filhos mais ilustres, admirado e querido por todo o povo maranhense. Cria-se, com o falecimento do ilustre conterrâneo, uma lacuna na vida política do Estado. Como político, La Rocque soube imprimir o seu estilo próprio de se contatar pessoalmente com os seus eleitores, transformando-os, todos, em amigos fraternos.”

“Correto e sempre solidário com todos os colegas do Congresso, transformou-se, de representante, em patrimônio próprio do Poder Legislativo Nacional. O Brasil sofre consternado o seu passamento. O Maranhão inteiro chora a sua morte. Eu, pessoalmente, sinto perder um grande companheiro, um conselheiro sempre prestimoso e um amigo dileto.”

O Deputado Luís Rocha chega hoje a São Luís e, ao seu desembarque, no Aeroporto do Tirirical, deverá fazer uma análise do encontro dos candidatos a Governador dos Estados com o Presidente João Figueiredo.

Pronunciamento de Alexandre Costa, no Senado, sobre a morte de La Rocque (*Jornal Pequeno*, São Luís, Maranhão, edição de 19/8/1980)

O SR. ALEXANDRE COSTA (PRONUNCIA o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho o amargo dever de registrar nos anais desta Casa o falecimento do ilustre maranhense, Henrique de La Rocque Almeida, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro. Estou encaminhando à Mesa requerimento para designação de homenagem especial a esse querido amigo, que, como feito em todos os órgãos a que serviu, tanto dignificou o Senado Federal, onde representou nosso Estado natal, o Maranhão, depois de, por cinco mandatos consecutivos, representá-lo na Câmara dos Deputados, de 1954 a 1974.

Destá Casa foi para o Tribunal de Contas da União, por onde se aposentou, depois também de, ali, ter confirmado o alto conceito que adquiriu no Congresso Nacional, pela sua inteireza de caráter e firmeza de princípios e fineza de trato, bondade de coração, cultura intelectual e integridade moral. Todos aqui éramos seus amigos e o admirávamos. Como todos estimavam e o admiravam na Câmara dos Deputados, como foi admirado e querido no Tribunal de Contas, como era admirado e querido por todos quantos com ele privaram. A grandeza dos homens não se mede pelas energias do corpo, mas pelas faculdades da alma. É por isto que Henrique de La Rocque foi grande em vida e é maior após a morte.

O Sr. JORGE KALUME – Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. ALEXANDRE COSTA – Concedo o aparte a V. Exa.

O Sr. JORGE KALUME – Gostaria de dizer a V. Exa. que esta é das mais justas homenagens que V. Exa. presta a essa figura de colega, de companheiro leal, que foi Henrique de La Rocque.

Posso fazer assim um paralelo: Henrique La Rocque era bom como São Francisco de Assis e paciente como Jó. Era uma verdadeira figura bíblica; e puro como uma figura de Catão. Portanto, tem V. Exa. a minha inteira solidariedade a esse companheiro, que morreu, para mim, apenas ideologicamente, mas irá continuar vivo na nossa Casa e na nossa memória. Muito obrigado.

O Sr. ALEXANDRE COSTA – Eu agradeço o aparte de V. Exa., que, apesar de acriano, parece um maranhense, porque é esse justamente que V. Exa. descreve o conceito que tem o povo do Maranhão a respeito do falecido Senador Henrique La Rocque de Almeida.

O Sr. ADERBAL JUREMA – V. Exa. me permite um aparte?

O Sr. ALEXANDRE COSTA – Concedo o aparte a V. Exa.

O Sr. ADERBAL JUREMA – Eu não queria ser o primeiro a interromper esta fala de V. Exa., que nos deixa a todos nós profundamente emocionados.

Ainda há pouco assisti ao nobre Senador, pelo Rio Grande do Sul, Tarso Dutra, sair em prantos do Plenário, quando V. Exa. começou a se referir àquela criatura admirável que foi Henrique de La Rocque. Mas, como Presidente do Conselho Nacional das Escolas da Comunidade, não poderia deixar de me associar, como já o fiz no meu escrito, à moção de V. Exa., porquanto Henrique La Rocque, na Campanha Nacional das Escolas da Comunidade, como seu Presidente Executivo, deixou a sua marca de bondade, acompanhada de uma atividade ímpar, porque Henrique La Rocque sabia aliar aquela ternura humana a uma capacidade realizadora admirável. Por isso estamos diante de um personagem mais poético que humano. Henrique La Rocque, diria, parodiando Joaquim Cardoso, o poeta morto de Pernambuco: Era um menino, Henrique La Rocque; mais do que um menino, era um anjo.

O Sr. ALEXANDRE COSTA – Agradeço, muito honrado, o aparte de V. Exa.

O Sr. BERNARDINO VIANA – Nobre Senador, quer me conceder também um aparte?

O Sr. ALEXANDRE COSTA – Com muita honra, nobre Senador Bernardino Viana.

O Sr. BERNARDINO VIANA – Quero associar-me às suas dignas palavras, dignas porque enaltecem um dos homens públicos mais bondosos com que já convivi. Na Comissão de Constituição e Justiça, ele sorria quando cometíamos uma gafe, quando não desempenhávamos a contento uma missão que ele nos confiava, como Presidente daquela comissão. Ele sofria conosco nas nossas decepções e sorria conosco nos nossos sucessos. Henrique La Rocque era um homem bom, homem digno de estar no céu. Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. ALEXANDRE COSTA – Muito obrigado, nobre Senador Bernardino Viana.

A grandeza dos homens não se mede pelas energias do corpo, mas pelas faculdades da alma. É por isso que Henrique de La Rocque foi grande em vida e é maior após a morte, quando nos lembramos dele para reverenciar as imensas grandezas de sua alma intrépida, que adornaram uma personalidade ímpar.

Os seus 70 anos de vida marcaram uma trajetória de bondade, aliada ao trabalho constante e eficiente. Feliz dele, que não semeou arestas nem criou desavenças. Foi sempre a mão protetora para aqueles que dele precisaram e a palavra confortadora em todas as crises.

Por isso, já hoje dele temos saudade. E essa saudade vai aumentar com o tempo porque sua presença faz falta, principalmente na área política, em que as divergências são inevitáveis.

Que seu exemplo de homem bom, de homem leal, de homem íntegro seja sempre seguido por nós outros, que fomos seus amigos. Sr. Presidente, Srs. Senadores, está de luto o Maranhão.

O último encontro com La Rocque (*Jornal Pequeno*, São Luís, Maranhão, edição de 19/8/1982)

EMBORA ESPERADA, EM FACE DA implacabilidade da doença que o acometeu, diante da qual a medicina é totalmente impotente, a morte, no Rio de Janeiro, no Hospital dos Servidores do Estado, de Henrique de La Rocque Almeida causou profundo abalo emocional entre os seus amigos, conterrâneos e admiradores. Com o desaparecimento de Henrique La Rocque, o Maranhão perde uma de suas maiores e melhores figuras humanas. Não se lamenta apenas a perda do político que jamais soube cultivar o ódio ou semear a discórdia e a malquerença entre os seus patrícios. Do parlamentar que quase por trinta anos honrou, primeiro na Câmara Federal e depois no Senado da República, as mais altas e nobres tradições do civismo maranhense ao membro do Poder Judiciário que, como Ministro do Tribunal de Contas da União, revelou-se o mesmo dedicado e brilhante cultor do Direito que como jurista firmara nome de prestígio na advocacia carioca e paulista. Sente-se, sobretudo, a perda do homem excepcional, do cidadão exemplar que foi Henrique de La Rocque Almeida. Um homem que nunca disse a palavra NÃO a quem lhe pedisse ajuda ou socorro. O homem que sabia o que é a solidariedade cristã e a cultivava com zelo verdadeiramente religioso. O homem que, ferido pelos invejosos, os despeitados ou que simplesmente temiam o seu prestígio, nunca respondeu à mesquinharia, à vileza, à felonía. Leal, fiel, as suas armas de combate eram a tolerância, a generosidade, o perdão. Amigo de seus amigos, não media sacrifícios no cumprimento dos deveres da amizade. Aos adversários, respondia com a benevolência, a compassividade e a compreensão das falhas e das misérias humanas. Henrique foi um apóstolo do bem, essa forma de santidade laica, cada vez mais ausente no mundo de hoje, precisamente num mundo tão ferozmente carente de bondade, de piedade, de misericórdia. Um mundo sem compaixão, feito de duro egoísmo, dominado pela ganância e o desmedido apego às vantagens materiais da vida, mesmo que a sua conquista custe o sacrifício de todas as virtudes humanas. Henrique foi, por isso, um ser de exceção, na sua missão de só praticar o bem. Tendo ocupado os mais altos cargos da vida pública brasileira, nunca deixou de ser simples, modesto, quase humilde. Não alteava a voz. Não se entregava a exibicionismos e ostentações. A sua passagem como presidente do ex-IAPC diz bem o que ele foi. Ali se preocupou em dar casa às famílias dos comerciantes e, sobretudo construindo hospitais como o de São Luiz, que ele concluiu e inaugurou, levar a assistência médica permanente a todos os que dela careciam. No Rio construiu a Casa do Jornalista e a Casa dos Comerciantes, e ajudou a criar o ex-Hospital dos Radialistas, hoje Instituto de Cardiologia. Aos perseguidos políticos de depois de 64 prestou a sua infatigável assistência de curista e de parlamentar, sem medo de se comprometer com os poderosos do

dia. Onde houvesse um sofrimento, uma dor, um desespero, aí estava ele, com a sua bondade atuante. Foi o grande campeão dos direitos do coração humano.

Difícil dizer o que foram as últimas homenagens prestadas a esse grande maranhense. Na noite de seu velório, na Capela do Cemitério de São João Batista, no Rio, onde foi sepultado, a atmosfera emocional era de inconformismo com o seu desaparecimento. Os amigos, desnorreados, não escondiam a sua emoção. E gente simples, gente humilde foi vê-lo para, entre lágrimas, lhe dar o último adeus. Estas cenas sucederam-se até à hora do enterro, quando todos tomaram consciência exata e real do grande golpe que a crueldade do destino lhes dava.

Entre centenas e centenas de pessoas que compareceram aos funerais de La Rocque, a reportagem não teve como humanamente registrar o nome de todos os presentes. Mas lá estava o sr. Ivar Saldanha, governador do Maranhão. E mais dois ex-governadores de nossa terra: os srs. João Castelo e Eugênio Barros. O presidente do PDS, Senador José Sarney. Os senadores Amaral Peixoto, representando o Senado Federal, Lourival Batista e Benjamim Faraht. Os representantes do Tribunal de Contas da União. Os deputados Luís Rocha, candidato ao governo do Maranhão, Sarney Filho e Edison Lobão, o representante do senador Jarbas Passarinho, presidente do Senado Federal. Os ex-ministros Evandro de Lins e Silva e Vítor Nunes Leal. A cantora Alcione, delegações de artistas, o cantor Carlos Galhardo, o ex-radialista Luís Brunini, o dr. Benedito Metre, fraternal amigo de La Rocque e seu médico particular, o dr. Elmar Campos, juiz federal, os escritores maranhenses Franklin de Oliveira, Josué Montello e Manuel Caetano Bandeira de Mello. Os jornalistas Neiva Moreira, a dra. Verediana Campos de Almeida, professora da Faculdade Cândido Mendes, o casal Osmair Pereira da Costa, e, como não poderia deixar de ser, a presidente da LBA, Dra. Léa Leal, que, quando esteve em S. Luís pela última vez, prestou uma bela homenagem a La Rocque, chegando a classificá-lo como o “MELHOR HOMEM DO MUNDO”. E Osvaldo Salas, o dedicadíssimo assessor de La Rocque por quase trinta anos e que considera Henrique um símbolo de bondade humana.

A lista é incompleta. Não havia como compô-la com todos os nomes. Mas não é possível deixar de registrar a presença da colônia maranhense no Rio. Enorme, também, o número de coroas, enviadas por amigos, por entidades públicas e privadas, homenageando o grande morto.

La Rocque já não está neste mundo. Já não o veremos nas ruas de São Luís ou nas cidades do interior do Estado, levando a sua presença comunicativa e generosa aos seus conterrâneos. Mas ele continuará vivo na nossa lembrança, eterno na nossa saudade, na do Maranhão inteiro e, em particular, na deste JORNAL PEQUENO, que reverencia, nesta página, a sua memória como o mais luminoso exemplo de homem de boa vontade entre os homens.

O melhor homem do mundo

Era a época em que o vitorionismo exercia o controle absoluto do poder no Maranhão. A oposição não contava com uma só prefeitura no interior. Os

magistrados eram quase todos venais, submissos às determinações palacianas. Os cartórios, as coletorias e delegacias de polícia funcionavam como agências de ameaças e coações. Nem as professoras primárias podiam discordar da política governista, sob pena de serem transferidas para o cafunfundo do Judas. No quadro descrito por José Sarney, em seu conto Brejal dos Guajas, a ficção não foi além da realidade: irmãos, cunhados e primos disputavam entre si as rédeas do mando, as bênçãos do todo-poderoso senador com influência de grão-duque medieval no Palácio dos Leões e no Catete. Não que Vitorino Freire fosse um homem mau; ruins eram muitos daqueles que abusavam da cobertura de seu prestígio para o cometimento de revoltantes arbitrariedades.

Admira que um cidadão pacato, Henrique La Rocque de Almeida, então presidente do extinto IAPC – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, conhecedor do trânsito fácil do senador Vitorino Freire no gabinete do presidente Getúlio Vargas, tivesse ousado candidatar-se ao Senado, renunciando à direção daquele importante órgão da Previdência Social. Mas foi o que ele fez.

Eu devia meu primeiro emprego federal a La Rocque, no IAPC. Devotava-lhe gratidão e grande simpatia, sentimentos que se robusteceram quando lhe fui apresentado em São Luís. Ele era um perfeito cavalheiro, amável, bondoso e simples. Conquistou-me a admiração logo à primeira vista. Como locutor da Rádio Timbira, emissora oficial do Estado, eu iria encontrar séria dificuldade para apoiar publicamente sua candidatura. Terminaria perdendo o emprego – disseram-me os amigos. Mas não mudei de propósito. Estava decidido a ir fazer campanha aberta no interior, onde me seria mais fácil angariar maior quantidade de votos para meu candidato.

Era diretor da Rádio Timbira o jovem Raimundo Bacelar, recém-chegado de sua terra natal, Coelho Neto, homem de confiança do governador Eugênio Barros, de quem se encarregava até dos negócios particulares. Já então nos aproximava uma certa afinidade, mais tarde responsável pela nossa amizade fraternal. De sorte que não ficaria bem comprometer o prestígio de Raimundo Bacelar no Palácio dos Leões, expondo-o a manter em seu quadro de servidores um ativista político contrário ao situacionismo implacável. Foi por isso que lhe entreguei meu pedido de exoneração da emissora. Lembro-me de que ele passou a vista no papel e guardou-o na gaveta da escrivaninha, para só então indagar o motivo de minha atitude. Disse-lhe que iria ao interior com a missão de trabalhar em favor da candidatura de Henrique La Rocque. Ele perguntou: “a troca de quê?”. Respondi-lhe: “de nada, em especial”. Era um caso de pura simpatia, apenas isso. E justifiquei-me: os vitorinistas de minha região eram de um sectarismo a toda prova; tão logo me vissem em campanha eleitoral do candidato opositor fariam denúncia ao governador, exigindo-lhe minha degola. Com o pedido em mãos, Raimundo Bacelar estaria a cavaleiro do constrangimento de demitir-me sumariamente. Ele sorriu, a cofiar o bigode, e disse-me: “Vai. Deixa comigo”.

Minha primeira filha completava ainda 6 meses de idade quando a retirei do seio materno para levá-la a São Bernardo. Ali, na visita de La Rocque, este

seria seu padrinho de batismo. Era como eu pretendia homenagear meu candidato, seguindo uma tradição que significa grande prova de amizade. Minha mãe, viúva há pouco mais de um ano, conhecia o primeiro neto e terminou de tal forma apaixonada pela menina que me cobrou adotá-la, pelo menos até a época de seus estudos na Capital. Tudo aconteceu em decorrência da campanha eleitoral de La Rocque ao Senado, em 1953. Ele não foi eleito. Mesmo que tivesse obtido votos suficientes, estes teriam sumido dos mapas de apuração, por obra e graça da fraude que campeava em todas as regiões do Maranhão.

Com meu regresso do interior, Raimundo Bacelar contou-me que fora procurado pelo deputado Edson Freitas Diniz, o qual, mostrando-lhe um telegrama de seus correligionários, pedira-me a cabeça para o cutelo da demissão na Rádio Timbira. Meu futuro melhor amigo exibiu-lhe o pedido deixado por mim em seu poder, como prova de minha hombridade. O acusante, mais tarde patrocinador, com o mesmo Raimundo Bacelar, de minha primeira eleição como deputado estadual, em 1962, preferira deixar o dito pelo não dito, em sinal de admiração a meu altivo gesto. Só larguei o emprego porque precisava dedicar-me aos pesados estudos para o concurso à carreira de agente fiscal do Imposto de Consumo.

O destino tem projetos somente executáveis por nós se soubermos dar tempo ao tempo. Houve um período de minha existência em que, derrotado e sem a confiança de meu pai, homem cuidadoso com os filhos, fui obrigado a passar longa temporada recluso em minha terra, sentindo-me com isso deveras humilhado. A situação teria sido pior, não fosse o amor que meu avô Felipe me dedicava. Ele vivia num casarão antigo, de amplos aposentos sombrios, em companhia apenas da governanta Donana, feita, no limiar de sua velhice, aquela personagem do conto de Somerset Maugham sobre um excêntrico londrino: a serviçal devotada que lhe cuidava da casa, sem deixá-lo solitário no leito, e com a vantagem de não lhe cobrar obrigações de esposo. Pois bem, a balançar-se pra lá e pra cá, numa alva rede de algodão, meu avô Felipe contava casos da Balaiada e do tempo da escravidão negra, frutos da tradição oral. Sabia de cor lições e sentenças do Bom Homem Ricardo, de Benjamim Franklin. Dizia-me sempre que eu nada tinha a perder sendo paciente como Jó, pois só assim Deus nos permite a felicidade de realizarmos nossos sonhos. Ele me falava, muitas vezes, de Frederico Figueiras, o qual, na mocidade, em Grajaú se não me engano, teria sido considerado um caso perdido; bebia de cair embriagado pelas calçadas; no entanto, chegara a assumir, mais tarde, a chefia do Governo do Maranhão. Aquilo me parecia uma lenda, de sorte que jamais procurei averiguar-lhe a veracidade da informação. Ocorre, porém, que Frederico Figueiras existiu, realmente; deram-lhe o nome a uma das ruas do centro de São Luís.

Meu amigo Henrique La Rocque de Almeida não percorreu senda de transviado. Sempre andou em linha reta, com a vantagem de saber esperar, dando tempo ao tempo. Foi assim que, em 1958, estava ele de volta ao Maranhão como candidato a deputado federal.

Procurei-o, outra vez, na casa de Teresinha Almeida, na rua da Paz, onde se hospedava, para oferecer-lhe meus humildes préstimos. Disse-lhe que estava

disposto a cerrar fileiras com sua candidatura. Não iria mais a São Bernardo, pois ali assumira compromissos para trabalhar por José Sarney. Atuaria mesmo em São Luís com o veículo de comunicação de que dispunha. Ele ficou satisfeíssimo. Àquela altura eu já contava com o apoio indireto de Raimundo Bacelar, dono da Rádio Difusora, na qual me cabia a função de diretor artístico e administrativo.

Algumas pessoas se recordam do golpe sofrido por La Rocque como candidato a senador. A Rádio Ribamar era então a emissora que transmitia a mensagem oposicionista ao eleitorado maranhense. Conta-se que Raimundo Bacelar, com o apoio do técnico Edson Browne, teria dado um jeito de atraparilhar as transmissões daquela emissora, colocando sinais clandestinos em cima de sua frequência, para que ela não fosse ouvida, sobretudo a longa distância. A verdade é que isso aconteceu. O som da Rádio Ribamar não ultrapassava o estreito dos Mosquitos. Acho que em reparação pelo mal causado a La Rocque, anteriormente, Raimundo Bacelar resolvera dar-me condições de ficar à vontade para executar meu plano de campanha eleitoral em favor do simpático candidato da oposição.

Nossa estratégia era simples, mas infalível, ia implantar o profundo alicerce em que ficaria edificada, em definitivo, a hegemonia política de La Rocque na capital maranhense, cidade visceralmente dominada pela influência carismática de Neiva Moreira, seu companheiro do PSP, ademais editor-proprietário do *Jornal do Povo*, o matutino local de maior circulação. Minha admiração a Neiva Moreira sempre foi sincera, a exemplo de outros jornalistas da mesma geração. Mas não relutei em executar nosso plano maquiavélico. Era a maneira de subirmos a cotação de La Rocque com base numa campanha persuasiva para incutir na cabeça do eleitor de São Luís que Neiva tinha absoluta condição de ser eleito somente com os votos recebidos no interior, sem depender dos da Capital. De fato ele detinha forte liderança em Balsas, assim como em Arari, com o padre Brandi, e por aí afora. Não deixaria de conquistar uma cadeira na Câmara Federal. Tal certeza me deixava de consciência tranqüila. Quanto a La Rocque, não havia a menor dúvida, sem votação maciça em São Luís, estaria perdido.

Foi essa a tônica de nossa mensagem, dali em diante, quase todo dia, no comentário *A Difusora Opina*, escrito por mim e lido, ao meio-dia, ao microfone da emissora que mantinha audiência nos mais longínquos confins do Maranhão, com influência equivalente ou maior do que a da TV Globo, nos dias atuais. Uma tarde La Rocque mandou chamar-me. Estava apreensivo. Neiva Moreira estivera com ele e queixara-se, amargamente, da campanha da Rádio Difusora. Dera-lhe a entender que era feita com sua conivência. Quem o conheceu de perto sabe que La Rocque era incapaz de uma deslealdade; a ética sempre foi apanágio de sua conduta; pediu-me para pôr um fim ao esquema conduzido à sua revelia, mas aplaudido por sua equipe. É claro que lhe dei ouvidos de mercador, até porque, se a campanha fosse interrompida, Neiva veria confirmada sua suspeita. No frígir dos ovos, La Rocque foi eleito.

E só deixou de receber a votação preferencial e consagradora dos eleitores de São Luís quando, já enfermo, decidi renunciar ao mandato de senador para

assumir o cargo vitalício de ministro do Tribunal de Contas da União, por ele exercido até que a morte o arrebatou de nosso convívio. O destino, cujos desígnios só Deus sabe, aprontava mais uma das suas surpresas: La Rocque cedia lugar, beneficiando-o com dois anos de mandato, ao filho de Vitorino Freire, o político que o impedira de chegar ao Senado em 1953.

Desde a sua primeira campanha eleitoral, La Rocque dignou-se distinguir-me entre seus amigos prediletos, embora fosse eu, mais tarde, do MDB, e ele da Arena. Sei que pessoas maldosas de sua falange procuraram intrigar-nos. Só que ele era infenso a maledicências, assim como sempre fui. Um dia pude levá-lo ao gabinete de Raimundo Bacelar, na Rádio Difusora, para que os dois fizessem as pazes e se tornassem bons amigos.

Quando minha filha veio morar comigo, resolvi interná-la no Colégio Assunção, no Rio de Janeiro, não só para proporcionar-lhe boa educação, como para aliviar a natural ciúmeira de minha irmã Teresinha, que lhe acompanhara todos os passos da infância, em casa de minha mãe. La Rocque passou a cuidar da garota com ternura paterna. Mandava apanhá-la no colégio para que passasse os domingos com ele e dona Nely, em Copacabana, ou, se estava em Brasília, recomendava a um de seus irmãos para que fosse buscá-la no internato, em fins de semana. Ele fez-se de uma dedicação a toda prova com a Carmencita. Seu secretário particular, Osvaldo Salas, tinha carta branca para atendê-la no que fosse preciso. Tudo isso me tornava cativo de La Rocque, a quem nunca pedi um favor de ordem política.

Muitos outros maranhenses receberam, também, as manifestações de sua bondade inesgotável. Quantos foram internados em hospitais do Rio e São Paulo, graças ao seu prestígio junto à classe médica, que lhe devia, entre tantas atenções, a construção do Hospital de Ipanema? De sua breve passagem pela presidência do IAPC, têm-se notícias dos grandes favores prestados aos artistas brasileiros, através da ABR, dirigida por Manoel Barcelos, da Rádio Nacional; foram dezenas de financiamentos de casa própria. Elizeth Cardoso, Clara Nunes e toda essa gente do rádio brasileiro, em sua fase áurea, o adoravam, por isso vinham apresentar-se de cortesia em São Luís, nos bailes de formatura de turmas de concludentes paraninfadas por ele. Diz-se que Dolores Duran compôs *A Noite do Meu Bem* inspirada no amigo Henrique. Não é de duvidar.

De tudo, porém, o ponto alto da vida desse nobre ser humano foi sua atuação em favor das vítimas da Revolução de Março. A caça aos políticos de esquerda teria sido mais terrível não fosse a intervenção providencial do generoso homem público maranhense. Seu passado limpo e respeitável, a conduta exemplar e a simplicidade da ação desprovida de segundas intenções deram-lhe a liberdade e a coragem para advogar a causa de companheiros levados ao cárcere ou submetidos a interrogatórios humilhantes. Somente certos casos, em que o rigor e as necessidades imperiosas do regime de exceção não poderiam deixar de prevalecer, a bem de sua própria sobrevivência, ficaram-lhe fora do alcance da benemérita atuação. Naqueles dias de medo e desconfiança, nenhum outro jamais teria conseguido abrandar a fúria de alguns militares radicais,

desprovidos dos sentimentos de justiça, perdão e amor ao próximo, senão o nosso amável La Rocque.

Afinal, honra ao mérito de uma bela lição de vida, vale ressaltar que somente quem não o apreciasse em razão de algum motivo pessoal poderia ter-se sentido no direito de discordar do juízo emitido a seu respeito pela então presidente da LBA, Léa Leal, com o aval irrecusável do senador Petrônio Portela: “Henrique La Rocque de Almeida era o melhor homem do mundo”. O elogio não foi gratuito. Ele fez por merecê-lo.

O homem total

Nasceu menino rico, mas da riqueza só conheceu a história. Os bons tempos da família acabaram tão logo ele iniciou sua vida. Por isso, nascido rico, teve que viver o drama da pobreza. Mas com tal altivez e dignidade que pôde atravessar os setenta anos de seu tempo entre nós como autêntico milionário, quanto à aceitação e à respeitabilidade generalizadas, neste país e nesta sociedade que de regra excluem da sua consideração maior os despojados da fortuna.

Rico de bondade e de cultura, esbanjou trabalho e esforços em favor dos outros, sempre dos outros, jamais dele próprio. Político por imposição social, em nenhum momento pessoal, fez, nos últimos trinta anos de consagrados mandatos populares, na Câmara Federal e no Senado da República, a mais bela das figuras de parlamentar e, certamente, a única unanimidade em termos de benquerença nacional.

Extremamente polido, humilde e serviçal, conservou por toda a vida os fundamentos filosóficos cristãos que lhe vieram do berço e desenvolveu nos seus profícuos anos de seminário. Servir a todos, em qualquer tempo, ainda que às vezes isso lhe custasse sacrifícios de toda sorte, inclusive financeiros, era seu lema permanente.

Os pobres, os sofridos e injustiçados, viessem de onde viessem, fossem quem fossem, encontravam nele o protetor, o amigo, o defensor destemido. Santificado pela vida e pelos atos, esse gigante da bondade acaba de tombar, ante a vontade de Deus, de quem ele tanto se esforçou para ser instrumento.

Morreu o corpo desse notável e incomparável Henrique La Rocque. Seu espírito eterno ficará como um exemplo maravilhoso de Homem. Do Homem-total, que, além dele, só se encontra na fantasia dos sonhos.

Nilo José Sírrio, em nome dos amigos do Ministro Henrique La Rocque.

Projeto de Lei nº 1.007/90-CI

“Dá o nome de Dr. Henrique de La Rocque Almeida a um logradouro público.”

Autor: Vereador Wilson Leite Passos

Fonte: Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

(Ano XIV, Nº 153, Pág. 3, de 21 de agosto de 1990)

Despacho: A imprimir e às Comissões de Justiça e Redação; Educação, Cultura, Meio-Ambiente, Turismo e Esportes; Assuntos Urbanos. Em 16 de agosto de 1990.

CARLOS ALBERTO TORRRES, PRESIDENTE EM EXERCÍCIO.

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

DECRETA:

Art. 1º – O Poder Executivo dará o nome de Dr. Henrique de La Rocque Almeida (Administrador Público – 1912-1982) a um logradouro público do Município, desta Cidade.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 1990.

Vereador WILSON LEITE PASSOS.

JUSTIFICATIVA

Pelos relevantes serviços prestados ao Município do Rio de Janeiro, pelo saudoso e eminente homem público maranhense, Dr. Henrique de La Rocque Almeida, que faleceu no dia 16 de agosto de 1982, se justifica o Projeto de Lei dando o seu nome a uma Avenida ou Rua de nossa Cidade. Nasceu no dia 8 de agosto de 1912, em São Luís, Capital do Estado do Maranhão.

Advogado, filiação Marcelino Gomes de Almeida Júnior e Marieta de La Rocque Almeida, era casado com Maria Amélia de La Rocque Almeida, já falecida.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no Governo do Presidente Getúlio Vargas, em 1950, foi nomeado Presidente do ex-Instituto do IAPC e considerado o melhor Presidente da Autarquia, por ter sido o que mais construiu Conjuntos Residenciais em todo o País. No Rio, na sua gestão, foram construídos Conjuntos nos Bairros Del Castilho, Quintino, Bangu, Irajá, Coelho Neto, Campo Grande, Botafogo, na Rua Voluntários da Pátria, também o Conjunto Residencial para

Jornalistas no “Jardim de Alá”, no Leblon, a “Casa dos Artistas”, em Jacarepaguá, e a “Casa da Comerciária”, em Laranjeiras (hoje Hospital de Cardiologia de Laranjeiras – do INAMPS).

Também foram construídos vários Ambulatórios, como o de Nossa Senhora das Vitórias, na Rua Voluntários da Pátria, o Hospital do IAPC (hoje Hospital Modelo de Ipanema) e outras importantes obras no Rio, na sua eficaz e dinâmica administração.

Em 1958 foi eleito Deputado Federal pelo Estado do Maranhão, sendo reeleito até 1974, quando foi eleito Senador, como candidato único, pois o MDB não apresentou outro candidato, como uma merecida homenagem ao grande líder querido e respeitado por todos os maranhenses.

No Governo do Presidente Figueiredo foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União. Ostensivamente deu assistência a muitos dos presos políticos, aos cassados, aposentados, exilados e às suas famílias.

Visitava os cárceres onde se encontravam, e com seu espírito de conciliação, junto aos militares, conseguiu a liberdade de muitos. Quando não muito bem compreendido, recorria à Justiça.

Diário do Congresso Nacional, **22 de agosto de 1985**

O SR. BAYMA JÚNIOR (PDS-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, há três anos, mais precisamente no dia 16 de agosto de 1982, perdeu o Congresso Nacional uma das figuras mais ilustres desta Casa. Trata-se do Senador Henrique de La Rocque Almeida, que não só foi Senador mas também Deputado Federal.

Assim sendo, peço que se transcreva, nos Anais da Casa, matéria com o título “Henrique de La Rocque de Almeida”, assinada por Franklin de Oliveira e publicada no Jornal do Povo, em São Luís, em 13 de dezembro de 1952.

Henrique de La Roque

(Franklin de Oliveira)

Só os primários podem aceitar como verdadeiro o esquematismo dos que definem os homens pelas categorias estanques do bem e do mal. Aqueles que vêem com pupilas lúcidas o tumultuoso espetáculo humano, aqueles que acompanham com inteligência isenta a conduta do homem, sabem que é falsa e perigosa a tentativa de definir o ser humano através das categorias clássicas, das quais fugimos pelas nuances de que se compõe nossa personalidade. As cambiantes tonais da individualidade humana recusam essa catalogação por incapaz de fixar temperamentos e caracteres.

Mas Henrique de La Rocque é uma exceção viva a esta norma da psicologia humana. Na limpidez de seu caráter, é exato e luminoso como um cristal. Nenhuma definição lhe cabe melhor que esta: o homem bom. Ele se volta, para a bondade como a planta para a luz, o pássaro para o espaço, a criança para o seio materno – tudo isso sob o impulso de uma enorme força irresistível, de misteriosa essência e mágica feição. As angústias humanas repercutem na sua sensibilidade com a violência de um uivo no silêncio sagrado de uma catedral. É que, para Henrique de La Rocque, a dor humana constitui, por si mesma, uma violência e um crime. Um crime contra a disponibilidade para a alegria, que deve existir em todo ser humano. E o seu é um mandamento para a alegria. Em sua volta, a felicidade humana constitui um halo, uma aura, uma legenda de paz e tranquilidade. Se adivinha que alguém sofre – e não precisa que este alguém seja um amigo –, ei-lo pronto para animar, ajudar, socorrer, solidarizar-se. É o homem sensível, por excelência. Todas as formas de vida o emocionam, tocam o seu ser, tangem o seu coração. As suas inesgotáveis reservas de bondade humana

estão sempre em ponto de mobilização. Convocáveis a toda hora. Esse homem, La Rocque, nutrido pelo *the milk Paradise*, realiza o destino raro, a vocação suprema: viver a vida religiosamente, porque sabe que a vida é uma dádiva sagrada, um dom divino outorgado ao homem uma só vez e que ele não pode jamais desperdiçar ou perder. Por isto, Henrique está sempre pronto a dar sua ajuda para que a harmonia se restabeleça, a paz se restaure, a concórdia desça suas asas angelicais sobre os homens. Perto de si, nem confusão nem desordem. Nem desespero, nem angústia. Tão só a ordem como expressão de segurança, de estabilidade, de certeza, de paz de espírito. A ordem e a lucidez. A lucidez e a serenidade. A serenidade e a alegria. A alegria e a felicidade humana.

Para o Maranhão, a aquisição que esta terra faz, incorporando o nome de La Rocque aos seus valores humanos em ação, é conquista de importância que excede a qualquer perspectiva. Porque Henrique não é um simples político, um mero administrador – é um ser humano estruturado com a substância mais luminosa, aquela de que participam somente os raros e os eleitos.

O Brasil inteiro, através de seus representantes no Parlamento Nacional, consagrou há poucos dias, o nome e a ação política de Henrique de La Rocque. Constituiu essa consagração em espetáculo até então inédito no Congresso: o espetáculo magnífico de todos os partidos apressando-se indistintamente a louvar um administrador, do qual não dependem. Mas louvaram um homem como muitos não existem hoje, neste País, tão pobre de corações altos, de espíritos de permanente aurora.

O Maranhão te recebe, Henrique, com a simplicidade de casa paterna que acolhe os filhos ausentes. Não, simplicidade mais simples, mas também mais majestosa. Porque a mais verdadeira: nela há a saudade, a alegria de rever, a sinceridade, a verdade do coração mais sensível e do espírito mais vigilante. Esta cidade é a tua casa. Repara como em cada abraço há um desejo de felicidade por ti e um recôndito motivo de orgulho pela grandeza humana que em ti tão pacífica e gloriosamente se realiza.

Depoimento de Osvaldo Salas, o fiel e diligente secretário de Henrique de La Rocque Almeida (excertos)

AGRADEÇO ANTECIPADAMENTE AOS NOBRES E estimados amigos do nobre e estimado amigo Dr. Henrique de La Rocque Almeida, esse saudoso, inesquecível, destacado e digno homem público maranhense, que tão relevantes e importantes serviços prestou ao Maranhão e ao Brasil, nos destacados e dignos cargos que ocupou na Administração Pública.

Ele se destacou como grande advogado e jurista e sua brilhante e elevada carreira pública começou como Presidente do ex-Instituto dos Comerciantes (IAPC), nomeado que foi pelo saudoso, inesquecível e grande Presidente Getúlio Vargas, em 1950, instituto no qual realizou uma gestão administrativa inesquecível, abrangendo todo o Brasil.

Essa administração foi a mais importante e destacada naqueles tempos. Construiu o Hospital-Modelo de Ipanema e a Casa da Comerciante, hoje Hospital de Cardiologia de Laranjeiras. Construiu, também, o Conjunto Residencial dos Jornalistas, no Jardim Alah, no Leblon, como identicamente inúmeros conjuntos residenciais aqui no Rio e em todo o Brasil. Construiu também outros hospitais, em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, em Recife, em Pernambuco, na Bahia e no Maranhão (como o Hospital Presidente Dutra, em São Luís). Sua devotada, humana e cristã obra é ainda lembrada pelos funcionários que já se aposentaram e pelos que ainda continuam trabalhando.

Entre outras ações, também importantes, destaca-se, no governo do saudoso e inesquecível Presidente João Goulart, o apoio do Dr. La Rocque para a nomeação de concursados, que estava sendo inexplicavelmente postergada, em várias carreiras no Maranhão, em São Paulo, na Bahia, em Pernambuco, no Estado do Rio e em outros Estados. Entre esses concursados, nos vários Estados, havia mais de cinco mil maranhenses, cujo direito não estava sendo respeitado.

Em vida, o Dr. Henrique de La Rocque foi um verdadeiro e devotado Missionário e Apostólo e, em sua continuada, dedicada, abnegada e brilhante carreira pública, foi consagrado e reconhecido pelo bom, digno e generoso povo maranhense, tendo sido eleito Deputado Federal em cinco legislaturas, portanto, vinte anos.

Em 1974, *foi candidato único a uma só vaga*, por consenso de todos os partidos políticos do Maranhão, atendendo ao chamado, ao desejo e à vontade do reconhecido povo, com total apoio de mulheres, jovens e crianças, povo em cujo seio o Dr. La Rocque era considerado um verdadeiro líder. Sua eleição foi uma verdadeira homenagem que o povo maranhense prestou ao grande estadista, bondoso, simples, humilde e pastor, como era considerado pelo povo humilde, em especial pelos mais carentes, e pela classe média do Maranhão.

São poucos os homens políticos que, com tantos anos de destacada e brilhante carreira, morrem pobres, como foi o caso do Dr. La Rocque.

Entre tantos trabalhos importantes por ele realizados, pode-se destacar, ainda, *a assistência, devotada e repleta de calor humano, aos exilados políticos que foram cassados e presos. Esse trabalho era feito com tanta abnegação e tão alto e altruístico espírito, em benefício desses brasileiros e de suas famílias, que passaram a chamá-lo de “Anjo da Guarda dos Exilados”*. E HENRIQUE DE LA ROCQUE fazia isto por puro amor fraternal e com grande desprendimento, características que já eram inerentes à sua personalidade. Imbuído de grande força cristã, como verdadeiro missionário, *visitava todos os presos políticos em vários quartéis das Forças Armadas, quer do Exército, Marinha ou Aeronáutica, onde era sempre muito bem recebido e atendido com toda a atenção e compreensão pelos altos chefes militares, que sabiam entender o importante e abnegado trabalho em prol de companheiros, ex-congressistas e de suas famílias*.

Entre os altos chefes militares que prestaram toda a ajuda e assistência ao prestativo e distinto Dr. HENRIQUE DE LA ROCQUE, para alcance dos objetivos de sua elevada missão, destaca-se o ex-Presidente Emílio Garrastazu Médici, que atendeu a vários pedidos de La Rocque. Assim também o fez o General Dilermano Monteiro, Comandante do 2º Exército, além de outros.

Em consequência, mais de 20 presos políticos foram soltos, a pedido de LA ROCQUE, pelo então General Souza Aguiar, contando, ainda, com a importante ajuda do Capitão Areias.

Os Comandantes Militares, entre os quais o Presidente eleito Costa e Silva, o General Muniz de Aragão, os Coronéis Rui Castro, Tancredo Jubert, Meira Mattos, Montana e tantos outros oficiais superiores, compreenderam o alto sentido humanitário do trabalho de LA ROCQUE e facilitaram seu acesso a todos quantos se achavam sob a custódia das Forças Armadas.

O digníssimo Ministro Néelson Sampaio, na Vice-Presidência do Superior Tribunal Militar, no Rio de Janeiro, o nobre Brigadeiro Faber Cintra e, identicamente, o Brigadeiro Carlos Huet de Oliveira foram Juizes do mais alto porte, que sempre souberam honrar e dignificar a nossa Justiça Militar aqui no Rio de Janeiro e, depois, com a transferência daquela Corte para Brasília, continuaram mantendo elevada e humana conduta como Magistrados.

Em um só processo, procedente do Maranhão, havia mais de quarenta indiciados, e, no dia do julgamento, aqui no Rio de Janeiro, o plenário do Superior Tribunal Militar estava lotado. A responsabilidade do Deputado HENRIQUE DE LA ROCQUE era ainda maior pela difícil defesa e, ainda, pelo fato de que quatro dos indiciados lhe haviam dito que, se viessem a ser condenados e obrigados a permanecer na prisão, se matariam. Ele respondeu com toda a sua doce autoridade: “Não fale mais esta loucura... Tenha fé em Deus e em Nossa Senhora”.

E veio a absolvição.

Foi um dos momentos mais emocionantes. A metade do público que assistia ao julgamento era constituída por parentes dos presos e choravam de

contentamento pela vitória alcançada pelo deputado e grande jurista, como o Dr. LA ROCQUE era por todos considerado. Ele, em sua humildade, respondia aos cumprimentos, dizendo que a “vitória era de seus amigos Ministros”.

Na importante e histórica Mensagem enviada ao Senado Federal pelo Exmo. Senhor Presidente da República sobre a Anistia, o Senador HENRIQUE DE LA ROCQUE foi escolhido o Relator. Entretanto, como se encontrava doente e internado em São Paulo, não lhe foi possível atender, pessoalmente, ao chamado.

Em decorrência disso, o também saudoso e inesquecível nobre Senador Alexandre Costa (ARENA-MA), a pedido do Senador La Rocque, assumiu o mister.

Leitura da apreciação recebida do Senador Henrique de La Rocque, que se encontra hospitalizado, referente ao projeto de anistia enviado ao Congresso Nacional pelo Presidente da República

Sr. ALEXANDRE COSTA (ARENA-MA. Lê o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Cumpro uma missão aliás muito honrosa para mim. Nosso eminente companheiro e colega Senador Henrique de La Rocque encontra-se em São Paulo, hospitalizado. Membro da Comissão incumbida de estudar a Mensagem Presidencial sobre Anistia, uma ligeira enfermidade privou-o de aqui se encontrar não somente para pronunciar seu próprio discurso como também para tomar parte dos trabalhos da Comissão.

Deus haverá de ajudar que, muito em breve, S. Exa. aqui esteja para continuar emprestando ao Senado da República, que tanto honra, seu elevado espírito público, sua capacidade de trabalho, sua cultura jurídica, seu afeto, seu carinho, seu grande coração, que todos nós conhecemos – traço marcante de uma longa carreira pública representando o Maranhão e servindo ao Brasil.

Escreveu-me S. Exa. uma carta, que não me autorizou fosse lida, mas que julguei conveniente fazê-lo. E o faço porque concordo, e, se concordo, é obvio que me solidarizo com suas idéias e com o objetivo que pretende alcançar, que é nobre e procura sanar injustiças. Todas elas haverei de defender e emprestar o meu voto, para que possam ser inseridas no texto constitucional que haverá de ser votado.

É hora de o Congresso se manifestar com independência. É preciso ter coragem. É necessário repor perante a opinião pública tantos e quantos homens públicos e empresários da melhor categoria, cuja honra, apesar de decorridos muitos anos, ainda está sob suspeita, e punidos por crimes, e não lhes foi dada a oportunidade de se defenderem.

Muitos já desapareceram, mas o desaparecimento não apagou as suspeitas. As famílias aí estão, e a elas deve-se conceder o prêmio da veneração aos seus maiores.

Muitos são os exemplos, e todos nós os conhecemos. Calar, ser omissos, faltar à coragem para incluí-los não seria um caminho digno do Congresso Nacional.

Leio a carta, Sr. Presidente:

“Brasília, 30 de julho de 1979.

Meu caro Senador Alexandre Costa,

Preparei, para que figurasse nos Anais do Senado, uma apreciação meditada sobre Anistia. Nela, examino-a louvando a sensibilidade e destemor do Presidente João Figueiredo quando remete ao congresso a Mensagem que a concretizará. S. Exa., ao mesmo tempo em que mostra às escâncaras o desejo de reconciliação dos brasileiros, até então tão atritados, permite ao País que de corpo inteiro avalie o seu comando forte, que não tolera contestações na hora das grandes decisões.

Estas, Senador Alexandre Costa, são inevitáveis face à estrutura humana de cada qual. É quando o homem de Estado as repele quando improcedentes, com a sua segurança que a consciência lhe confere do dever histórico a cumprir

Não permitiu o destino com seu meandro de mistérios, e eu tanto esperava que tivesse saúde para, da Tribuna da nossa Augusta Casa, manifestar a minha opinião sobre tão palpitante problemática, julgo o projeto abrangente e merecedor de encômios. Nele sente-se também a sensibilidade política e os conhecimentos jurídicos do nosso eminente Ministro da Justiça, Petrônio Portella.

Mas como não há obra humana perfeita, apresentei algumas emendas, que, *data venia*, complementam-no com o aplauso daqueles que discordaram de alguns dos seus termos. Longe de mim a pretensão de que, com a aprovação das minhas emendas, o projeto passe a ter o global do aplauso nacional. Isto é impossível de obter. O que importa é a afirmação no campo político e jurídico das nossas crenças doutrinárias.

Estarei me operando em São Paulo, na hora em que a sua presença delegada na tribuna dizendo algo que gostaria de afirmar, mas que não posso fazê-lo.

Deus lhe pague por tanto, e aos companheiros de labuta parlamentar agradeço a atenção e apreço que sempre me dispensaram e rogo a sua atenção para o que passo a pronunciar por seu valioso intermédio.”

No fim de julho a início de agosto de 1979, o Senado Federal aprovou a importante e histórica Mensagem do saudoso e inesquecível Presidente da República João Figueiredo sobre a Anistia. E foi uma data importante para o povo e a Nação. Tanto o Presidente João Figueiredo como também o Senador Henrique de La Rocque serão sempre lembrados, por todos os brasileiros amantes da Paz e a Reconciliação, em uma situação tão difícil. E que ninguém se iluda ou se engane: o nosso povo, que acompanha tudo pela Televisão e os Jornais, se encontra desesperado, angustiado e revoltado. E somente com uma União Nacional entre nosso povo e as nossas Gloriosas Forças Armadas, poderemos salvar o Brasil e a Amazônia.

A minimalist line drawing of a man's face and upper torso. He is wearing glasses and a suit jacket. The drawing is composed of simple black outlines on a white background.

Capítulo 3

Discursos e outras manifestações proferidos
por Henrique de La Rocque Almeida

Discurso publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 26/4/1975

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A crença e a fé são mais importantes do que a vitória e o sucesso. Só os convictos vencem com o intacto da fé e o imperecível da crença. A transigência não é palavra que pronunciem na busca do ideal perquirido.

Esta linha de raciocínio me vem à mente porque vou falar de quem venceu de pé, não se curvando jamais à prepotência e ao arbítrio dos poderosos. Refiro-me a Aliomar Baleeiro. Deu-se à Pátria na incorporação da sua História, que conservará dele a lembrança viva de um exemplo. Homens tais são recordados pela terra inteira.

Teve, sem dúvida, os seus momentos de desencanto. Quem não os teve? Mas superou-os, mergulhando em seu coração o desânimo que sentia, sem deixar brotar o desalento.

Sobre ele falará também o eminente Senador Paulo Brossard, que, por certo, com o seu talento, dirá à Casa muito do que não assinaei. O nobre Senador Ruy Santos, com a respeitabilidade que lhe é peculiar, já teve procedimento idêntico.

Felizes aqueles que, ao término da missão cumprida, recebem louvores assim.

O Sr. RUY CARNEIRO (Paraíba) – Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Pois não.

O Sr. RUY CARNEIRO (Paraíba) – No momento em que V. Exa. presta homenagem a uma das maiores figuras do Parlamento e da Magistratura brasileira, que é o eminente Ministro Aliomar Baleeiro, quero trazer-lhe os meus aplausos e a minha solidariedade. V. Exa. faz muito bem ao exaltar, nesta sessão do Senado Federal, a figura excepcional do Ministro, que, no momento, o preceito constitucional priva o Supremo Tribunal Federal da sua valiosa e substancial atuação como jurista dos mais eminentes. O Ministro Aliomar Baleeiro merece este preito de louvor que V. Exa. está prestando com toda a justiça e o brilho do seu grande talento. V. Exa., Senador La Rocque, com a sua palavra brilhante e autorizada, fala de um homem que está na História Política do País e se consagrou como um dos mais dignos e mais íntegros Magistrados desta República.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Muito obrigado, nobre Senador Ruy Carneiro. Quando inicio o meu pronunciamento acerca da conduta deste brasileiro tão ilustre, a palavra de V. Exa. me alenta e me conforta.

O eminente Ministro Aliomar Baleeiro, por aposentar-se, deixa o Supremo Tribunal Federal.

Designado membro da mais alta Corte de Justiça da República em 25 de novembro de 1965, este preclaro brasileiro, ao lado dos seus eminentes pares, dignificou a instituição judiciária, dando-lhe nobreza e brilhantismo.

Notável juiz, deu interpretação sábia aos textos legais, prevalecendo o superior propósito de exercer serenamente os primados da justiça.

Envergando a toga como o faziam os Magistrados romanos, a lei foi o símbolo permanente para o seu labor, e em nome dela exerceu irrepreensível sacerdócio.

As cintilações de seu enorme talento compunham-se com as atitudes inalteráveis, privativas dos sábios. Não cedia às derivações do passionalismo verbal, nem se confinou entre os domínios mortos do silêncio que inquieta.

O uso da palavra, meditada e poderosa, deu-lhe a dimensão do grande homem.

Ministro da Casa de Justiça mais elevada da Nação, não omitiu as forças telúricas que lhe pulsam no espírito, experimentado em tantos embates de uma indormida vida pública.

O Sr. NELSON CARNEIRO (Rio de Janeiro) – V. Exa. dá licença para um aparte?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Com muita honra.

O Sr. NELSON CARNEIRO (Rio de Janeiro) – Faz V. Exa. muito bem em ressaltar a passagem, pelo Supremo Tribunal Federal, do eminente brasileiro Ministro Aliomar Baleeiro. Nós, que nascemos na Bahia, como os ilustres Senadores Heitor Dias, Ruy Santos e Luiz Viana, acompanhamos, desde a juventude, a brilhante carreira pública de Aliomar Baleeiro. Vimo-lo disputando um brilhante concurso na Faculdade de Direito da Bahia, depois de um largo tirocínio na vida profissional como advogado. Mais tarde, a compartilhando como Deputado Federal pela Bahia, Constituinte e Deputado Federal pelo Estado da Guanabara e, afinal, membro do Supremo Tribunal Federal. Em todos os postos por onde S. Exa. passou e outros por que, certamente, ainda passará no curso da sua vida, que desejamos longa e proveitosa, deixou e há de deixar marcados esses traços que V. Exa. realça, os quais caracterizam a sua própria existência.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Nobre Senador Nelson Carneiro, o aparte de V. Exa. robustece, de muito, o meu pronunciamento, de vez que, conhecendo de perto o talento, a obra e a ação de tão eminente filho do Estado da Bahia, pode depor com segurança no que está afirmando.

O Sr. BENJAMIM FARAH (Rio de Janeiro) – Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Com muita honra.

O Sr. BENJAMIM FARAH (Rio de Janeiro) – No momento em que V. Exa. homenageia o ilustre brasileiro Professor Aliomar Baleeiro, eu, que fui seu companheiro em muitas legislaturas, na Câmara dos Deputados, onde me acostumei a admirar o seu talento e a sua bravura, não poderia ficar indiferente, nem mudo. Gostaria, mesmo, de trazer a minha solidariedade ao discurso brilhante e oportuno de V. Exa. Aliomar Baleeiro, na Câmara dos Deputados, foi um dos mais combativos e eficientes parlamentares, sempre respaldado pela sua inteligência brilhante e cultura invulgar. Já se disse aqui que ele representou a Bahia na Câmara Federal e o povo da Guanabara na Constituinte do meu Estado e, também, na Câmara Federal. Quando a deixou, para assumir, no Supremo

Tribunal Federal, o seu posto de Ministro, recebeu dos Deputados verdadeira consagração. Foi um dia de festa, mas também de tristeza. Foi um dia paradoxal: de tristeza, pela saída, e de festa, pela promoção. Enquanto íamos perdendo um grande companheiro, aquele mosqueteiro famoso, que deixou a marca da sua presença e que tanto dignificou aquela Casa, iria, naturalmente, defender, num posto mais alto, os supremos interesses da Nação. Foi homenageado, com maior justiça, na Câmara dos Deputados. Realmente, no Supremo, se houve com igual dignidade e com a mesma eficiência. Por isso merece o nosso respeito, a nossa admiração, os nossos aplausos e os nossos votos de outros êxitos na sua carreira, porque Aliomar Baleeiro ainda pode prestar muitos serviços ao Brasil em novos postos, em outras oportunidades. Por isso, dou a minha solidariedade a V. Exa., cujo discurso é, realmente, digno de menção honrosa. V. Exa. está homenageando uma figura que merece toda a gratidão do povo pelos serviços que prestou ao Brasil.

O Sr. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) – Permite V. Exa. um aparte, eminente Senador La Rocque?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Apenas um instante, nobre Senador Lourival Baptista.

A minha convicção, nobre Senador Benjamim Farah, no acerto de trazer lema para mim altamente sentimental, ou seja, homenagear tão eminente estadista, se firma depois de aparte tão significativo, qual seja o de V. Exa., trazendo sua solidariedade e seu apoio à minha manifestação.

Ouçõ V. Exa., com o maior prazer, nobre Senador Lourival Baptista.

O Sr. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) – Eminente Senador Henrique de La Rocque, associe-me inteiramente às homenagens que V. Exa. presta, neste momento, ao Ministro Aliomar Baleeiro. Professor universitário, Deputado Federal pela Bahia, durante muitos anos, e Constituinte na Guanabara, Aliomar Baleeiro é, sem dúvida, uma das grandes figuras deste País, com a vida intensa de trabalho e notáveis serviços prestados ao Brasil. Dotado de grande inteligência e cultura, Aliomar Baleeiro é, também, dotado de excepcional capacidade de trabalho, que sempre soube colocar a serviço do bem comum, das idéias e ideais que motivaram a sua intensa vida pública. Como membro do Supremo Tribunal Federal, também destacou-se pela operosidade, inteligência e perfeita noção da difícil missão de um Juiz, especialmente daqueles que compõem a nossa mais alta Corte. Muito poderia falar para exaltar a personalidade de Aliomar Baleeiro, o que, no entanto, já é feito com V. Exa. Quero, apenas, associar-me às homenagens a esse notável brasileiro, salientando que o Ministro Aliomar Baleeiro sempre foi, talvez antes e acima de tudo, uma esplêndida figura humana, indispensável me parecendo o conhecimento desse detalhe, para a boa compreensão de sua vida de professor. Político e magistrado, deu, especialmente, vazão ao ímpeto que caracteriza as grandes almas, aquelas que colocam, acima de tudo, ideais imperecíveis. A homenagem prestada por V. Exa., eminente Senador Henrique de La Rocque, ao ilustre mestre e digno magistrado é merecida e acredito que tem o apoio desta Casa.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Nobre Senador Lourival Baptista, V. Exa., também com indiscutível autoridade, traz o seu depoimento sobre a cultura, o valor e as imensas qualidades que ornaram o espírito do grande homenageado, neste instante, por mim, no Plenário do Senado da República.

O Sr. DANIEL KRIEGER (Rio Grande do Sul) – V. Exa. me permite um aparte?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Com imensa honra, nobre Senador Daniel Krieger.

O Sr. DANIEL KRIEGER (Rio Grande do Sul) – Quero associar-me à justa homenagem que V. Exa. presta ao Ministro Aliomar Baleeiro. Ele foi um homem que enobreceu, pela cultura, pelo talento, o Magistério, o Parlamento e a Magistratura.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – V. Exa., nobre Senador Daniel Krieger, com o seu aparte, chegou até a me comover e, com imensa autoridade que possui, vem, de maneira realmente forte, decisiva, mostrar como procedi certo, quando decidi prestar uma homenagem ao ilustre filho da Bahia.

A Bahia, velho sustentáculo da estrutura cultural brasileira, foi-lhe o berço generoso e conferiu a esse respeitável expoente do País um legado de forças espirituais nem sempre tão conhecidas. Já como Deputado à sua Assembléia Constituinte, em 1935, revelou as qualidades meridianamente afirmativas do homem de Estado. E já ficavam, a esta altura, delineados os traços do tribuno consagrado.

Deputado à Assembléia Nacional Constituinte, em 1946, o seu nome foi, de imediato, deslocado para o âmbito da República, tornando-se uma das figuras mais representativas da vida política da Nação.

Deputado Federal de 1946 a 1958; de 1960 a 1965, a sua presença no Parlamento definiu-se como a de um dos mais imbatíveis lutadores pela causa da democracia.

O Sr. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) – V. Exa. permite um aparte?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Com muita honra, nobre Líder.

O Sr. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) – V. Exa. não precisa de delegação para falar em nome da Maioria, tão qualificado é.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Grato a V. Exa.

O Sr. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) – Mas peço que já agora expressamente o faça, pois ninguém com mais títulos para exaltar, enaltecer o homem público, o Juiz, o Deputado, o professor de qualidades insuperáveis que é o Ministro Aliomar Baleeiro. Seja pois V. Exa. o intérprete da Maioria, dizendo, dessa tribuna, das homenagens justas que todos nós prestamos ao ínclito cidadão.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – V. Exa., nobre Líder Petrônio Portella, valoriza, realmente, o meu pronunciamento, de vez que autoriza o seu liderado a falar em nome da Maioria, a qual, com muita honra, integro.

Não se cingindo a um caráter jurídico específico, a sua cultura altamente humanística iluminava o plenário, sustentando idéias que sempre nutriu com imperturbável dignidade.

Mas, assinala-se nele o conhecedor emérito das finanças. O seu saber sobre Legislação Tributária tornou-o mestre insigne.

Como os nautas da Antiguidade, que atravessavam as tormentas e chegavam ao porto com a recordação recente dos relâmpagos, Aliomar Baleeiro cruzou tempestades políticas, sem reccar as nuvens turvas, aninhadas no horizonte.

Via de regra, distinguia-se entre os mortais pela serena coragem, inspirada no altruísmo das suas manifestações.

Lúcido no exame de problemas de Estado, sempre se manifestou oponente aos dogmas liberticidas constantes das ideologias extremistas. Tal como os deuses veementes da mitologia, as virtudes da justiça e da misericórdia lhe douravam a índole criadora.

Jamais o viram patrocinar o iníquo ou compor-se com as coisas menos grandiosas.

Aguerrido e combatente no campo das idéias, havia nele, sobretudo, um senso de moderação, próprio aos nobres apóstolos da civilização.

Aprendi a admirá-lo assim, Sr. Presidente, porque li e interpretei a sua personalidade, como se estivesse examinando um apaixonante documento humano. E a carta náutica do peregrino do tempo não apresentava a sinuosidade dos hesitantes.

Formei esse juízo a seu respeito. Chamá-lo coerente e digno não implica em denominação nova. Pois ele, invariavelmente, é e soube sê-lo nas mais diversificadas circunstâncias da vida pública.

O Sr. LUIZ VIANA (Bahia) – V. Exa. me permite um aparte?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. LUIZ VIANA (Bahia) – Seria desnecessário acrescentar qualquer palavra ao justo e brilhante perfil que V. Exa. faz do eminente Ministro Aliomar Baleeiro, que, dentro de poucos dias, será atingido pela compulsória. Como notório amigo, companheiro e colega de Aliomar Baleeiro, não me sinto, entretanto, constrangido em dizer a V. Exa. que sou inteiramente solidário com essas homenagens, porque raros são os homens, no Brasil, que podem receber homenagem como a que agora V. Exa. presta, com os aplausos do Senado Federal. Aliomar Baleeiro, realmente, desde a sua mocidade, como político, jornalista, parlamentar e professor, destacou-se pela cultura, inteligência, caráter e civismo. Poucos homens, na vida brasileira, podem se vangloriar de terem seguido trajetória tão reta e tão brilhante quanto a de Aliomar Baleeiro. Sou assim inteiramente solidário com o justo perfil que V. Exa. faz desse eminente homem público do Brasil.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Nobre Senador Luiz Viana, o aparte de V. Exa. tem um conteúdo de autoridade, autoridade de quem, conhecendo sobejamente o Professor Aliomar Baleeiro, pode depor, na História, sobre seu exemplar comportamento na vida pública, como magistrado, como professor e como cidadão.

O brilhantismo incomum, os reflexos rápidos, a postura inalterável fizeram de S. Exa. o Deputado de extraordinária dimensão.

Também os dotes de analista profundo de uma paisagem social, o poder incessante da indagação jurídica, o elevado sentimento de isenção tornaram-no o magistrado de austera grandeza.

Mestre universitário, soube honrar a cátedra, revelando-se cioso condutor de gerações.

Nascido na cidade de Salvador a 5 de maio de 1905, já era advogado aos 21 anos, isto é, em 1926. Estendendo-se esse sacerdócio do espírito até este ano de 1975, vê-se que o Dr. Aliomar Baleeiro escreveu um capítulo de linhas afirmativas durante 50 anos!

Filho de Arnaldo Baleeiro e de D. Maria Isaura de Andrade Baleeiro, S. Exa. formou-se em Direito pela Universidade da Bahia, fazendo o doutorado nessa mesma instituição superior.

Foi consultor jurídico do Instituto de Pecuária da Bahia; Professor do Regime Aduaneiro, Comparado e Política Comercial, na Faculdade de Ciências da Universidade da Bahia.

O Sr. JOSÉ SARNEY (Maranhão) – V. Exa. dá licença para um aparte?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Com imensa honra, nobre Senador José Sarney.

O Sr. JOSÉ SARNEY (Maranhão) – É um orgulho para a nossa terra, o Maranhão, seja V. Exa., Senador Henrique de La Rocque, com a sua inteligência e o seu grande coração, quem esteja fazendo, nesta Casa do Congresso Nacional, o elogio desta excepcional figura de brasileiro que é o Ministro Aliomar Baleeiro. Li, há algum tempo, no *New York Times*, um estudo sobre como os historiadores do futuro analisariam a história atual dos Estados Unidos daqui a alguns séculos, de que o nosso tempo não seria conhecido como a era atômica, mas sim como a era do Juiz Warren, o grande juiz da Corte Suprema dos Estados Unidos. Porque fora ele, justamente, quem iniciara o processo da integração racial, através dos direitos civis. O juiz da Corte Suprema exerce missão, também, de caráter grandemente político porque a ele cabe não só interpretar a letra da Constituição, mas também o seu espírito. É grande honra para nós, da classe política, tenha saído justamente da classe política Juiz tão íntegro, jurista tão claro, enfim personalidade tão extraordinária e caráter tão firme quanto o de Aliomar Baleeiro. A sua passagem pelo Supremo Tribunal, sem dúvida, marcará época. Ele tem o seu lugar, hoje definido na história do Supremo Tribunal como um grande juiz, como um grande político, como um grande constitucionalista. Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Nobre Senador José Sarney, o aparte de V. Exa. traz, sem dúvida, o sentido de grandeza à minha manifestação de hoje. Digo de grandeza, porque V. Exa. conhece porque conviveu, intimamente, com o Ministro Aliomar Baleeiro, conhece o seu valor, a sua trajetória política, a sua condução como professor, o seu comportamento exemplar como Deputado.

E V. Exa. sabe bem que essa conceituação da Suprema Corte Norte-Americana é, exatamente, a conceituação concebida pelo eminente magistrado

que, neste instante, procuro homenagear neste augusto recinto do Senado da República.

O Sr. HELVÍDIO NUNES (Piauí) – V. Exa. me permite um aparte?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Com imensa honra, Senador Helvídio Nunes.

O Sr. HELVÍDIO NUNES (Piauí) – Nobre Senador Henrique de La Rocque, não conheço pessoalmente o Ministro Aliomar Baleeiro. Conheço-o, entretanto, através dos livros que publicou, dos discursos que proferiu e de alguns dos votos que prolatou na Suprema Corte de Justiça do nosso País. De maneira que, nesta rápida intervenção, peço a V. Exa. acolha as minhas mais profundas homenagens ao eminente brasileiro que, sem sombra de dúvida, é o Ministro Aliomar Baleeiro.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Agradeço, sensibilizado, o aparte do nobre Senador pelo Estado do Piauí e digo a V. Exa. que Aliomar Baleeiro é, exatamente, o que a sua obra reflete; lendo-a, conhecendo-a, V. Exa., realmente, conheceu e conhece o eminente Ministro que, dentro de poucos dias, deixa o Supremo Tribunal Federal.

Professor Catedrático de Ciências das Finanças da Universidade da Bahia; Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara; Professor de Economia Política no Curso de Doutorado da mesma Faculdade; Professor de Ciências e Finanças e Direito Tributário da Universidade de Brasília.

Membro do Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade de Direito do Conselho Universitário da Universidade do Estado da Guanabara; Diretor do Instituto de Estudos Econômicos, Políticos e Sociais da Universidade da Guanabara; membro das Comissões Examinadoras de Concursos nas Faculdades de Direito da Guanabara, Santa Catarina, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais e nas Faculdades de Economia do Rio e de Minas Gerais.

Como jornalista de fôlego, dedicando-se aos temas mais empolgantes, escreveu na *Imprensa, Imparcial, A Tarde, Diário da Bahia, Estado da Bahia*, do qual foi Diretor de 1933 a 1935, *Diário de Notícias*, da Bahia e do Rio, *Correio da Manhã, Diário de Pernambuco, O Estado de S. Paulo* e outros órgãos.

Dirigiu a revista *Forum*, da Ordem dos Advogados da Bahia, a revista *Agora*, da Universidade do antigo Estado da Guanabara.

É detentor do título honorífico, como cidadão acriano, por lei estadual, por ter atuado na elaboração da Constituição do Estado do Acre. É Professor Emérito da Universidade do Estado do Acre. É Professor Emérito da Universidade do Estado da Guanabara. Representante da Seção da Bahia, no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Membro do Instituto dos Advogados da Bahia e dos Institutos dos Advogados Brasileiros.

Honorary Lecturer, do *American Institute for Foreign Trade*, de Phoenix; membro do Instituto Brasileiro de Direito Financeiro, do *Instituto Uruguayo de Derecho Tributário*, da *International Fiscal Association*, da *National Tax Association*; ex-membro do *Permanent Fiscal Law Committee of American Association*.

Membro da Associação Nacional de Escritores (Seção de Brasília) e da Academia Brasiliense de Letras.

É autor de diversas obras, como *Direito dos Empregados no Comércio*, em colaboração com o Prof. Luiz Viana Filho, *Imposto sobre a Renda, A Tributação e a Imunidade da Dívida Pública, Alguns Andaimas da Constituição*, reunião de documentos parlamentares – *Rui, um Estadista no Ministério da Fazenda, Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, A Política e a Mocidade* (ensaios), *Uma introdução à Ciência das Finanças, Clínica Fiscal, Direito Tributário da Constituição, Cinco Aulas de Finanças e de Política Fiscal, Direito Tributário Brasileiro, O Supremo Tribunal Federal, esse outro desconhecido*, com a colaboração de José Pedroso.

Escreveu, ainda, artigos, ensaios, estudos, pareceres, divulgados em folhetos ou revistas, como: “A Democracia e as Realidades Brasileiras”, “Codificação do Direito Fiscal na Argentina”, “*Evolución del impuesto sobre la renta en el Brasil*”, “*L'imposition des plus-values immobilières au Brésil*”, na *Revue de Science et Législation Financière*, de Paris, dirigida pelos Professores Jéze e Lamfeuborget, “Isenção dos Pequenos Produtores e o Imposto de Vendas”, “Problemas da Constituinte”, “Contra o Derrotismo Financeiro”, “A Reforma do Imposto de Renda”, “Isenções ou Reduções de Impostos Federais Concedidas por Lei Federal”, “Consciência Fiscal”, “A Revolução Municipal”, “Variações sobre o Imposto de Exportação”, “Apólices”, “Banco Central”, “Cânones da Tributação”, “*Bis-in-idem*”, “Codificação do Direito Financeiro” e “Contribuições do Direito Financeiro”, “Contribuição de Melhoria”, “Amaro Cavalcanti, financista e político”, “Proteccionismo e Industrialismo”, “Guicciardini”, “Planificação”, “O Estado Empresário”, “Um Mundo sem Impostos”, “Relatório da Subcomissão de Discriminação de Rendas”, “Machiavelli, desertor da Liberdade”, “Porque Parlamentarismo”, “Rui e a Constituição”, “Rui, Homem de Letras”, além de outras produções de indiscutível valor intelectual.

Analisados os traços biográficos de Aliomar Baleeiro, sinto a imposição de um dever: o de homenagear a excepcional figura humana desse jurista, jornalista, estadista, escritor, pensador.

Ele não se deteve como mestre nas aulas admiráveis que ministrou e elas foram tantas. Debitou a si próprio o dever de documentar a vida do País em seus variados ângulos. A sua existência fecunda transpôs obstáculos, e quantos não o foram, para se firmar na certeza da verdade. E, que verdade é essa, indagam os que me ouvem. A sua verdade, a política, a ética, a jurídica. Todos nós defendemos a nossa verdade. E, se nela cremos, nada mais exemplar e edificante do que a sua defesa, na qual é depositada a fé que estrutura a grandeza da própria crença.

O Professor festejado caminhou assim ao amparo do sol, que aqueceu sempre a sua consciência. É um empolgado pelos movimentos válidos de uma sociedade humana em permanente movimentação. Não contemplou jamais impávido a inutilidade dos gestos sem nobreza, mas, muito ao contrário, viveu na intimidade das lutas lastreadas pelo bem comum. A sua ansiedade

em ensinar e julgar com acerto retrata o professor dedicado e veraz e o juiz atento e bem destemido.

A sua existência, ele a construiu com os propósitos que levam à verdade e à justiça. A sua rota: a oposta à opressão.

“A honra é a consciência moral dos grandes”, já sentenciava Daventant, pensador inglês do século XVII. Esta honra jamais lhe faltou nos gestos e na ação.

A humanidade se depara, Sr. Presidente, frente a quadros de apaixonantes contradições. Procurou superá-las. Ele sabe que a vida não tem dimensão biológica. Ela é medida pela História, que julga a todos pelo que fizeram e pelo que não realizaram. Permitiu que as partes recebessem com as suas sentenças o direito imperativo.

Os povos são guiados por exemplos edificantes ou estarrecedores.

Mirando Aliomar Baleeiro, deparo com a verticalidade de uma convicção que nunca transigiu na genuflexão aos poderosos.

Foi, sem dúvida, um captador de cultura. A sua lucidez de mestre permitiu-lhe capitalizar o significado da existência humana em uma permanente viagem de confiança e beleza.

Ao Magistrado cabe, sem dúvida, uma vigilância permanente na defesa do processo jurídico e social. A civilização nele encontra um fator preponderante de controle. Na desobriga dos seus pesados encargos judicantes, retorna o biografado tranqüilo ao lar, sem a gangrena da paixão, que julga no desalinho da sua insensatez.

Com a alma incontamada e a consciência em paz, Sr. Presidente e Srs. Senadores, depois dos apartes com que me honraram os eminentes Senadores, companheiros desta Casa, Aliomar Baleeiro recebe, sem dúvida, o reconhecimento da Pátria (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas!).

Discurso publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 3/5/1975

O SR. PRESIDENTE (MAGALHÃES PINTO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique de La Rocque.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Falo sobre tema que será exposto também, de forma minudente, com o seu habitual brilhantismo, pelo líder José Lindoso. Quase que inútil seria acrescentar algo sobre o que relatará S. Exa. com objetivação e segurança. Mas impus a mim mesmo o dever de dizer algo sobre a imensidão do mundo internacional do passado que se foi, do presente e do futuro que se avizinha.

E a tal me proponho quando o eminente Ministro Azeredo da Silveira sacode de forma magnífica as energias da diplomacia nacional. Na mente uma recordação surge: a do Senador Antonio Azeredo, seu avô eminente, figura que por esta Casa passou com tom acolhedor e sempre misturando uma ação imediata a uma perseverança sem fim. Por certo, personagem tão ilustre há de inspirar o brilhante Ministro das Relações Exteriores do Brasil em sua ação, que também é de obstinação no caminho do relacionamento cada vez maior com o internacionalismo trepidante. Foi por isso que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, classificou-o, saudando-o no “Dia do Diplomata”, como um “exemplo de eficiência e dedicação à Pátria”. E então o Titular da Pasta, saudando o Primeiro Magistrado da Nação, disse: “A política externa brasileira é formulada pelo Presidente da República, pelo Chefe do Itamaraty. O ‘pragmatismo responsável’ é de Vossa Excelência”. E prosseguiu: “O ‘ecumenismo’ é de Vossa Excelência e todas as decisões importantes deste Ministério são tomadas em estreitas consultas com o Presidente, que faz questão de acompanhar de perto os assuntos de política exterior”.

V. Exa., Sr. Presidente Magalhães Pinto, deve agora ser lembrado pela eficiente passagem na Pasta das Relações Exteriores, onde agiu com critério e descortino patriótico.

E prossigo:

Devem ser realçados os esforços da diplomacia brasileira ao longo da História do País. Ocorreu-me, por isso mesmo, a iniciativa de prestar esta homenagem ao Itamaraty, ao ensejo do transcurso, a 20 de abril último, do Dia do Diplomata, de que é patrono o Barão do Rio Branco.

Sem dúvida alguma, José Maria da Silva Paranhos, de cuja data de nascimento originou-se esse evento simbólico, foi o verdadeiro estrategista de nossa política internacional.

E, por imperativo de inocultável gratidão, evoco a sua memória com o maior respeito.

Nome que se vincula ao nosso passado por feitos diplomáticos que o immortalizaram, o Barão do Rio Branco – tão ilustre quanto seu pai, o Visconde do Rio Branco – soube dirimir, de forma pacífica, várias questões limítrofes de inegável gravidade.

A sua primeira experiência na vida pública ocorreu com a designação que recebera para servir em Liverpool, na qualidade de Cônsul-Geral do Brasil. Fora, antes, Deputado Geral durante dois mandatos pela Província de Mato Grosso.

Nascido a 20 de abril de 1845 e falecendo em 10 de fevereiro de 1912, prestou colaboração relevante à Monarquia e à República, colocando-se em posição de nobre isenção quanto ao estilo dos regimes monárquico e republicano, desde que o importante seria ajudar a sua Pátria.

Esteve como Comissário Imperial junto à Exposição Internacional de São Petersburgo, exercendo, a seguir, a Superintendência dos Serviços de Emigração para o Brasil na Europa, em Paris.

Ocorrendo o falecimento, na capital norte-americana, do Barão Aguiar de Andrade, em 1894, foi nomeado seu substituto, na condição de Ministro Plenipotenciário Brasileiro perante o Governo de Washington.

Neste ensejo, dirigiu a missão incumbida de preservar e defender os interesses de sua Pátria, na pendência fronteiriça com a Argentina, encaminhada pelo Rio de Janeiro e Buenos Aires ao exame e arbitragem do então Presidente Cleveland, dos Estados Unidos.

O Barão do Rio Branco detivera-se, durante 8 meses, nessa tarefa, quando pôde elaborar a memória brasileira, respaldada em irrecusável documentação; diante de demonstração tão irrefutável, a sentença arbitral de Cleveland foi favorável ao Brasil, incorporando-se ao nosso mapa uma área de 30.622 quilômetros quadrados, do Território das Missões.

Registrou-se, após, a questão limítrofe do Oiapoque, caracterizada como uma das contendas diplomáticas mais sérias, em que estavam envolvidos o Brasil e a Guiana Francesa. Encontrava-se, então, em jogo a região do Amapá. Designado para árbitro da questão o chefe de Estado Suíço, Barão do Rio Branco pôde, ao longo de dois anos de obstinada pesquisa no âmbito histórico e geográfico, reunir argumentos irretorquíveis. Favorável ao Brasil a decisão arbitral, incorporavam-se definitivamente ao território nacional cerca de 250.000 quilômetros quadrados.

A solução desse litígio secular deu ao ilustre diplomata alto conceito cultural e propriamente jurídico no plano internacional.

Depois de ocupar o posto de Ministro Plenipotenciário na Alemanha, foi designado nosso chanceler no Governo Rodrigues Alves, em 1902.

Pouco tempo passou, e irrompeu a ruidosa pendência de limites entre a Bolívia e o Acre, depois de deflagrada uma acirrada luta, em que foram sacrificados bolivianos e brasileiros.

Atuando com equilíbrio e sabedoria, esse notável vulto de nossa diplomacia logrou êxito pleno em suas gestões, obtendo a aquiescência de Plácido de Castro, chefe da rebelião acriana. Firmou-se, assim, honroso acordo sobre

a área contestada, advindo, da incorporação de cerca de 152.000 quilômetros quadrados ao território brasileiro, a solução indenizatória compensadora a La Paz. Esse tratado, firmado em Petrópolis, a 17 de novembro de 1903, pôs fim não apenas a uma dissensão internacional, mas sustou o desdobramento de cruento morticínio.

No problema ligado à República Oriental do Uruguai, Barão do Rio Branco interveio de modo não menos sábio, pacificando as Nações contendoras, enquanto o Brasil reconhecia a Montevideú o direito ao condomínio às águas do rio Jaguarão e da Lagoa Mirim.

Os Governos da República que sucederam ao de Rodrigues Alves, como os de Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca, mantiveram José Maria da Silva Paranhos na Pasta das Relações Exteriores, pela alta segurança que impunha aos negócios internacionais da Pátria.

Escreveu o preclaro estadista, além de outras obras, um *Esboço da História do Brasil*, em francês; trabalho biográfico sobre Pedro II; *História Militar do Brasil*; *Episódios da Guerra do Prata*; esboço biográfico do General José de Abreu, Barão do Serro Largo; *Efemérides Brasileiras*, tendo trazido a *História da Trílice Aliança*, de Schneider.

De sua inolvidável e marcante personalidade, resultou a criação e denominação de nossa escola de formação de diplomatas, o Instituto Rio Branco, que tem preparado um número incontável de valores, tão indispensáveis à condução da política externa do País.

Na formulação deste registro, quando a nação assiste à passagem do Dia do Diplomata, inclino-me à figura legendária de José Maria da Silva Paranhos, como vulto que dignifica a nossa História, e testemunho-lhe a minha profunda veneração.

A nossa política externa, consagrada pela revolução de março de 1964, é marcada pela dinâmica. À frente do Ministério das Relações Exteriores, o Embaixador Azeredo da Silveira tem procurado de forma objetiva dar um sentido de internacionalização às nossas diretrizes diplomáticas. Cronologicamente, seria lícito distinguir, na dinâmica da política exterior implantada pela Revolução de 64, três fases ou etapas sucessivas, ao longo de anos. Ela, em sua trajetória, teve uma evolução criadora, e sua política exterior sofreu a influência de fatores externos e internos predominantes na conjuntura que se situou. A primeira destas fases, iniciada no Governo Castello Branco poder-se-ia denominar de restauradora, por isso que destinada a estabelecer a credibilidade externa de nossa política internacional. Esse objetivo foi alcançado através do fiel cumprimento das obrigações internacionais, livremente contraídas, como condição essencial ao saneamento da imagem do Brasil no exterior.

A fase imediatamente seguinte, iniciada pelo Presidente Costa e Silva e prosseguida pelo Presidente Emílio Médici, veio maximizar os benefícios colhidos na etapa anterior.

Alargaram-se os horizontes de nossa ação diplomática, na medida em que os resultados da política econômica e financeira se faziam sentir no âmbito externo

e eram postos a serviços do desenvolvimento nacional. O Itamaraty passou a participar mais ativamente do esforço para a conquista de novos mercados de exportação através de um programa de promoção comercial devidamente estruturado e de uma presença atuante nos organismos e foros internacionais, em defesa do acesso ao mercado dos países industrializados e de uma política de preferências comerciais generalizadas.

A fase atual, inaugurada pelo Presidente Ernesto Geisel, dotou a política exterior da Revolução de 3 parâmetros básicos: o Pragmatismo – como filosofia de ação; o Ecumenismo – como expressão política da interdependência; e a Responsabilidade – garantia e fundamento da sua continuidade.

Esses balizamentos constituem um índice do grau de maturidade atingido pela política externa na primeira década da Revolução, a fim de fazer face aos problemas apresentados pela complexidade crescente da problemática internacional. Sua criteriosa aplicação, segundo prioridades globais e setoriais, permite acrescentar uma dimensão mais adequada ao comportamento da nossa convivência com os demais Estados, baseada na harmonização dos interesses recíprocos, na eliminação das divergências possíveis e na supressão dos alinhamentos automáticos.

Nessa ordem de idéias, cumpre destacar o reconhecimento da nova fronteira atlântica africana, a política de solidariedade continental e a liberdade de ação manifestada em relação a áreas em que o comércio proporciona formas de convívio isentas de contaminação ideológica, além de outras manifestações de pragmatismo responsável na área da política comercial e econômica. Não tenho receio de contestação em afirmar que a política exterior da Revolução atingiu no Governo do Presidente Geisel a sua maioridade.

Eram estas, Sr. Presidente, as considerações que desejava fazer (Muito bem! Palmas!).

O Sr. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) – Nada mais havendo que tratar, vou declarar encerrada a presente sessão, designando para a de segunda-feira, dia 5, a seguinte.

Discurso publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 27/5/1975

O SR. PRESIDENTE (LOURIVAL BAPTISTA) – Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Henrique de La Rocque.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requeri a transcrição, nos Anais do Senado, de artigo do renomado jornalista Odylo Costa Filho, inserto no Jornal de Brasília de 23 do corrente.

Apresentou-o ao mundo leitor da Capital da República o consagrado homem de imprensa Carlos Castello Branco. E, em festejando o evento, afirma ser privilégio ler as suas crônicas, num reencontro com o seu estilo suave e rico de nuances de erudição.

O tema da sua primeira crônica – e serão semanais – é a trasladação dos restos de Saldanha da Gama para a Cidade de Campos. Nela, deparo com admiráveis conceitos. Um deles:

“A verdade é que a glória de Saldanha excede a sua classe e de sua cidade natal. Há que cultuá-la nacionalmente. Se não cultuarmos nacionalmente os heróis, que vamos cultivar? Os anti-heróis?”

O fato auspicioso, Sr. Presidente, da colaboração, na imprensa brasiliense, do meu erudito conterrâneo, membro da Academia Brasileira de Letras, deve ser, assim, saudado com entusiasmo, pelo que significa face à projeção indiscutível do festejado maranhense, patrimônio moral e intelectual do meu Estado.

Pertinente é o meu requerimento, Srs. Senadores, de vez que a trasladação dos restos de Saldanha da Gama, comentada por Odylo Costa Filho, fora solicitada, com o ritual de solenidades adequadas, pelo nobre Senador Vasconcelos Torres.

O Sr. PRESIDENTE (Lourival Baptista) – O nobre Senador Henrique de La Rocque acaba de enviar à Mesa requerimento que, na forma do disposto no art. 259, nº III, do Regimento Interno, será lido na próxima Hora do Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Lourival Baptista) – Não há mais oradores inscritos.

Discurso publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 23/8/1975

CONCEDO A PALAVRA AO NOBRE Senador Henrique de La Rocque.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Terça-feira última, fomos premiados com uma magnífica exposição, de autoria do eminente Ministro José Carlos Moreira Alves, culto integrante do Supremo Tribunal Federal, que dissertou na Câmara dos Deputados, especialmente convidado para tal, sobre o Projeto do Código Civil remetido ao Congresso Nacional, após intenso e desvelado estudo por consagrados juristas brasileiros, e, entre estes, o expositor.

Foi quando, de forma magistral, porque objetiva e erudita, nos transmitiu, em esplêndida preleção, os textos mantidos e os inovados no Código referido.

O Ministro José Carlos Moreira Alves, embora jovem, possui já uma indiscutível cultura jurídica. S. Exa., Professor da Faculdade de São Paulo, convocado pelo ex-Ministro Alfredo Buzaid, assistiu ao ex-titular da Pasta da Justiça quando ao eminente Professor de Direito coube a Pasta dos Assuntos da Justiça Brasileira. Nessa época, tornou-se conhecido nacionalmente e demorou, pelo seu mérito pessoal, para a Procuradoria-Geral da República. De lá, numa escolha bem inspirada por Sua Excelência, o Presidente da República, foi convidado a integrar o STF e ocupa, com muita honra, uma das cadeiras da Suprema Corte de Justiça do nosso País.

Assistimos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a uma aula magnífica. Ouvimos de S. Exa., entre tantas afirmações procedentes e válidas, uma que gravei como síntese. Dizia o eminente Magistrado:

“Nenhuma legislação pode ser perfeita, e o Código que para aqui veio, e que certo o Congresso Nacional retocará, melhorando-o naquilo que considerar indispensável, esse Código, que nós o sabemos, embora tivéssemos procurado lhe dar a perfeição possível, reconhecemos que isto é impossível a toda e qualquer criatura humana.”

Dizia mais o Ministro Moreira Alves:

“Quando alguém se debruça sério sobre uma missão a cumprir, ou dela sai apaixonado ou passa a odiá-la mortalmente.”

“Pelo estudo do futuro Código Civil me apaixonei e é por isso que, defendendo as suas inovações, aqui estou” – dizia ele – “para defender o seu texto, explicando aquilo que os Srs. Deputados e Senadores desejarem, para mostrar a convicção com que o elaboramos” – dizia S. Exa. aos componentes da comissão.

O Código inova algo, e no bom sentido, no sentido progressista, no sentido de avançar num terreno tão importante para as letras jurídicas nacionais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, cabe afirmar – e neste instante o fazemos como afirmação prioritária – que a convivência parlamentar deve ser sobre-

tudo fraterna. Aqui chegam aqueles que, na luta política, aprenderam que ela é sobretudo exercício da humildade. Nela, agredidos com frequência, somos obrigados, tantas vezes, reconhecendo a paixão e o ódio daqueles que nos insultam, a aguardar o veredito sereno da verdade.

Ontem, o Supremo Tribunal Federal resolveu arquivar o processo-crime instaurado contra o nosso colega, representante do Estado de São Paulo, o nobre Senador Orestes Quércia. E aproveitamos a oportunidade para assinalar ao Senado que foi relator da respectiva decisão S. Exa., o Ministro Leitão de Abreu, que com tanto brilho ocupou a Casa Civil do ex-Presidente Médici. Aquele magistrado, oriundo do Governo da Revolução, não se aproveitou de um processo em que figurava como indiciado um adversário do Governo que ele integrou. Procurou na Corte Suprema praticar um ato de justiça, e, quando se sustenta a tese de que o Judiciário está a serviço das determinações do Poder Central e dos desejos da Revolução, temos agora um exemplo concreto, indiscutível e irrefutável a demonstrar o contrário. Submetido à Justiça um companheiro nosso, lá teve ele a certeza, a convicção de que os Ministros – e Leitão de Abreu foi nomeado pela Revolução – têm uma única e exclusiva preocupação: aplicar as leis.

Sr. Presidente, minhas considerações são perfeitamente cabíveis, porque numa hora de paixão é preciso que se esclareça o povo. Temos ouvido por aí afora, várias vezes, a declaração de que o Supremo Tribunal Federal, até ele tem sido faccioso em seus vereditos quando políticos.

Não, Sr. Presidente! O julgamento de ontem é a contestação a tais inverdades. Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente (Muito bem! Palmas.).

Discurso publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção 2, de 8/10/1975

CONCEDO A PALAVRA AO NOBRE Senador Henrique de La Rocque.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA-Maranhão. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A figura do magistrado marca pela sua cultura e pelo exemplo.

De Arthur Almada Lima, Juiz do Maranhão, a História passou a se ocupar em suas páginas, as destinadas aos homens de bem. Ele firmou este conceito. O Juiz, mais do que ninguém, é todo dádiva à causa da lei. Só dela é escravo e em seu nome sentencia. E, quando julga com acerto, conceito adquire.

Mas ninguém é infalível em conceituar. E o Juiz tem permanentemente de fazê-lo. Mas, sendo um bom julgador, o seu crédito não se extingue, quando o seu modo de encarar a legislação não lhe facultou um válido veredito.

Pelo magnífico magistrado que foi, exemplar chefe de família, daqui, à viúva e aos seus dez filhos, a minha comovida homenagem. Dele, que se deu por inteiro em 50 anos da sua existência, digo: quem foi um nobre juiz, a sua lembrança há de comover sempre.

E agora um comentário que é meu, sempre foi meu e no futuro será também.

Que venha o restabelecimento das garantias ao magistrado, que elas lhe sejam reintegres em toda a sua plenitude, Delas, ele não precisa, dizem alguns.

Respondo:

É à sociedade que cabe restabelecê-las, para maior estabilidade do seu apostolado, na ânsia de uma segurança coletiva reimplantada. Nunca dádiva, Sr. Presidente, mas retorno espontâneo.

Outro tema: o jovem e talentoso causídico Técio Lins e Silva, que carrega vida afora, com brilho, a vocação jurídica de sua família, voltada para o culto do Direito, dirigiu-me uma exposição que encerra matéria pertinente aos Códigos Penal e de Processo Penal, ora sob apreciação do Congresso.

As suas sugestões mereceram categorizado apoio do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Rio de Janeiro – e as trago ao conhecimento do Senado da República, como solicita o missivista.

Ei-las:

“É fato público que os projetos do Código de Processo Penal e do Código Penal, ora em tramitação no Congresso Nacional, em regime de urgência, têm merecido a preocupação dos especialistas, que não dispuseram de tempo suficiente para o oferecimento de sugestões e emendas. Certo é que o Regimento Interno da Câmara estabelece prazos exíguos, havendo, inclusive, proposta para a sua reforma neste ponto.

O final do prazo para a formulação de sugestões, embora inicialmente previsto para o dia 15 de agosto último, foi prorrogado por mais 30 dias, o que justifica a presente indicação, em caráter de urgência.

Muitos seriam os dispositivos de ambos os Códigos que poderiam merecer sugestões para o seu aprimoramento.

Esta tem sido a opinião dos mais respeitáveis especialistas em matéria penal.

Encontramos em cada um dos Códigos disposições que devem interessar especificamente aos Advogados, na medida em que dispõem sobre o exercício da profissão, razão por que deve este Conselho, no desempenho de seu elevado dever de contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas, pronunciar-se a respeito.

No novo Código Penal (Decreto-lei nº 1.004, de 21-10-69), está previsto:

‘Art. 148. Não constitui injúria ou difamação:

I – a irrogada em juízo, na discussão da causa por uma das partes ou seu procurador contra a outra parte ou seu procurador;’

O Código Penal Vigente (Decreto-lei nº 2.848, de 7-12-40) prevê:

‘Art. 142. Não constitui injúria ou difamação punível:

I – a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou seu procurador;’

Ora, desde logo se observa que a redação limitativa do novo diploma não se justifica. Isto porque a imunidade judiciária deve ser sempre ampla. Ao Advogado incumbe, por dever de ofício, discutir todo o processo, comentá-lo, criticá-lo, enfim, apresentar objeções às testemunhas infieis, aos peritos inidôneos, etc.

Pela nova redação, a imunidade somente abrange as eventuais ofensas contra a outra parte ou seu procurador, excluindo-se, inexplicavelmente, as demais e inúmeras circunstâncias em que, por exemplo, o advogado tem que denunciar o arbítrio da autoridade, a falsidade da testemunha ou o faccionismo dos peritos.

Segundo o novo Código Penal, se assim for tornado definitivo, os Advogados estarão sempre e miseravelmente sujeitos ao processo criminal, numa incomportável limitação e ameaça à sua independência, à sua liberdade de dizer, enfim, impedidos de agir sem ‘nenhum receio de desagradar a Juiz ou a qualquer autoridade, nem de incorrer em impopularidade’ para o ‘cumprimento das suas tarefas e deveres’ – Art. 88 da Lei nº 4.215, de 27-4-63.

Já no Direito Romano a imunidade judiciária era acolhida – CODEX, II, 6, 6, § 1º –, passando ao direito intermédio e chegando aos nossos dias como uma salutar imunidade penal por presunção *juris et de jure* de ausência de dolo, atendendo a motivos de ordem política, como reclamo da necessidade de amplitude da defesa de direitos em juízo.

Para a proteção de valores que o próprio Direito reconhece, a lei deve consagrar tais motivos não de forma tímida e limitativa, com o que a defesa estaria cerceada pelo temor no agente de incidir na prática de um crime. Não obstante pareça alargarem-se as causas de exclusão da ilicitude já previstas na Parte Geral, como a legítima defesa e o estado de necessidade, aqui, o que sempre houve e o que se quer manter é uma especialização daquelas causas, para a salvaguarda de interesses legítimos tutelados pela própria lei, como o sagrado e constitucional direito à ampla defesa.

A matéria está consagrada em todos os importantes Códigos Penais do mundo e todos os autores, nacionais e estrangeiros, observam a necessidade da imunidade judiciária. Não há novidade nisto.

Aliás, já há mais de 30 anos passados, em 10-2-1944, o próprio Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, então Seção do Distrito Federal, quando se procurava compreender o alcance do recente e revolucionário Código Penal de 1940, discutia o mesmo tema. Nesta ocasião, por unanimidade de votos entendeu o Conselho que a imunidade abrangia até mesmo as duras e ofensivas expressões dirigidas aos Juízes. Tal decisão mereceu, à época, acendrado artigo de Néelson Hungria, publicado na *Revista de Direito*, Vol. 148, 1944.

Vê-se, pois, que a OAB sempre se portou em defesa das prerrogativas da ampla defesa. E uma vez mais, quando o tema surge relocado, justifica-se a sua mobilização para efetivamente contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas.

Pelas razões expostas, entendendo justificado que o direito de defesa, sob o ponto de vista constitucional, deve ser assegurado em sua amplitude ilimitada, parece-nos que a redação primitiva do Código Penal vigente (de 1940) é a que mais se aproxima da forma ideal. Demonstra, ainda, a experiência de sua trintenária existência que nenhum argumento pode justificar a ausência da calúnia, dentre as hipóteses de exclusão de crime. A ofensa de uma maneira geral, proferida no ardor natural da defesa e acusação, pode nascer da veemência com que se argumenta, surgindo alusão ofensiva à honra de outrem. Não há por que a limitação, por tudo o que já se disse.

Finalmente, limites há, sim, como assinalam os mesmos doutrinadores, em relação à discussão da causa e observando-se a moderação da linguagem, cabendo aos Juízes a faculdade de coibir os eventuais abusos, em resguardo da própria autoridade judiciária e da dignidade da Justiça, exercendo ação fiscalizadora, como hoje se vê normalmente, mandando que sejam riscadas nos autos quaisquer frases ofensivas por evidentes, inúteis ou excessivas.

Objetivando a sugestão para a modificação do art. 148 do Código Penal (Decreto-lei nº 1.004, de 1969), propomos a seguinte redação:

‘Art. 148. Não constitui calúnia, injúria ou difamação:

I – a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador;’

Em relação ao Projeto do Código de Processo Penal – Projeto de Lei nº 633, de 1975, Mensagem nº 159/75, do Poder Executivo –, ora em tramitação perante a Comissão Especial, nossa tarefa se tornou simplificada.

Isto porque, no recente ciclo de conferências realizado pela OAB/RJ para o debate a respeito dos novos Códigos, no tocante ao Processo Penal, a matéria foi ventilada e discutida pelo eminente Professor Hélio Tornaghi, um dos doutos membros da Comissão elaboradora do Projeto, estando a sua valiosíssima opinião constando do texto gravado em fita magnética e ora sendo transcrito para publicação.

Trata-se da redação dada ao § 3º do art. 255, assim disposta:

‘Art. 255.

§ 3º A autoridade policial poderá permitir ao Advogado do ofendido ou de seu representante legal, e ainda ao indiciado, que acompanhem as inquirições.’

Como se observa da simples leitura, concede-se a faculdade de permitir ou não a presença do Advogado durante o curso do inquérito.

Sendo o inquérito inquisitorial e não contraditório, não se quer que o Advogado participe dos atos realizados pela autoridade policial, mas tão-somente que ele acompanhe as inquirições, o que, evidentemente, não se pode impedir ao Advogado, sob pena de se pôr a perder a elementar garantia da ampla defesa, bem como a prerrogativa básica para o exercício de seu *munus*, castrando-lhe o seu primeiro direito consagrado no inciso I do art. 89 da Lei nº 4.215, de 27-4-63: ‘exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional, na defesa dos direitos ou interesses que lhe forem confiados’.

O dispositivo aludido, na forma em que ficou concebido no Projeto, viola, dentre tantos outros, as alíneas ‘b’ e ‘c’ do inciso VI do art. 89 da Lei nº 4.215/63, *verbis*:

‘Art. 89 – São direitos do Advogado:

II – ingressar livremente:

.....

b) nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, tabelionatos, ofícios de justiça, inclusive dos registros públicos, delegacias e prisões;

c) em qualquer edifício ou recinto em que funcione repartição judicial, policial ou outro serviço público onde o advogado deva praticar ato ou colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional, dentro do expediente regulamentar ou fora dele, desde que se ache presente qualquer funcionário;’

Tão nítida e cristalina a objeção que se faz à redação do art. 255, § 3º, do Projeto do Código de Processo Penal, que nenhum argumento a mais se faz necessário para justificar a proposta de sua modificação.

Recolhendo e aproveitando a observação do próprio abalizado Professor Hélio Tornaghi, nesta OAB/RJ, na oportunidade referida, vimos propor, na forma de seu expresso reconhecimento quanto à possível falha redacional, a substituição do verbo ‘poderá’ pelo verbo ‘deverá’, ficando assim a forma final:

‘Art. 255.

§ 3º – A autoridade policial deverá permitir ao Advogado do ofendido ou de seu representante legal, e ainda ao indiciado, que acompanhem as inquirições.’

Desta forma, sem dúvida alguma, estarão asseguradas as prerrogativas indispensáveis para o exercício profissional, oferecendo-se aos cidadãos maiores garantias contra os possíveis excessos da autoridade, resguardando-se ao Advogado a prestação do serviço público que o faz, nos termos da lei, ‘elemento indispensável à administração da Justiça’ – art. 68 da Lei nº 4.215/63.”

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem! Palmas.).

Discurso publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 23/10/1975

O SR. PRESIDENTE (BENJAMIM FARAH) – Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique de La Rocque.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA-MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Senadores:

De início, a nossa solidariedade também, quando ao Plenário chega a notícia de que, no Congresso de Cancerologia realizado em João Pessoa, na Paraíba, foi prestada homenagem a um ilustre companheiro nosso que já se foi desta vida para uma melhor. Refiro-me a Janduhy Carneiro.

Dizer algo do ilustre filho da Paraíba, com quem convivi de perto mais de duas dezenas de anos, é lembrar a sua dedicação à causa pública e a sua compostura como parlamentar. Era filho do rincão do Nordeste brasileiro, que a vida inteira se dedicou totalmente ao povo, procurando instrumentar a sua ação política, voltada toda ela para a sublimação exata do seu mandato. Nunca fez da representação paraibana um instrumento de ódio e de vingança; nunca se lhe ouviu palavra de rancor e de desprezo por aqueles que não pensavam e não compartilhavam de suas idéias. Foi grande parlamentar, excepcional amigo.

E, neste instante, receba, quem nesta Casa o seu sobrenome ilustre e o seu sangue também tem a correr nas veias, as homenagens do Maranhão, as homenagens de quem, conhecendo de perto o homenageado na Paraíba, lastima lá não ter estado, também, para, com o seu aplauso e com a sua solidariedade, dizer que ele merecia e muito aquele preito que o povo paraibano lhe estava prestando.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo, agora, focalizar outro assunto.

Bem lançado e de conteúdo pleno, o renomado comentarista político Edison Lobão dedica o seu enfoque de ontem no *Correio Braziliense* ao nosso berço comum: o Maranhão. E o faz de forma lúcida e válida, como de hábito. Pela sua importância e significado, o trabalho jornalístico do nosso ilustre conterrâneo merece destaque e, por assim entender, trago-o ao conhecimento oficial da Casa. Nele, Edison Lobão mostra o quinhão histórico e substancial que o Maranhão tem a ofertar ao País nesta hora grave da crise do petróleo.

Assim escreveu ele:

“O Maranhão é um Estado de largas perspectivas. Lá está a região de Barreirinha, prometendo ao País uma ampla contribuição em petróleo. Carajás é outra promessa, assim como tantas outras. Mas não é possível que se perca esta oportunidade de fixação do homem à terra com a eliminação do desemprego. O maranhense não está sequioso de emprego público; ele quer uma oportunidade para produzir e desenvolver-se.

Eis por que entendemos que esse Estado não pode estar à margem das primeiras prioridades na batalha do álcool, que, lá, tanto poderá ser destilado

da cana-de-açúcar como da mandioca. Há ainda milhares e milhares de hectares de terras favoráveis, quase ideais ao cultivo dos dois produtos. E mais: o Maranhão é um Estado com longa tradição no aproveitamento da mandioca para extração do álcool, assim como da cana-de-açúcar. Por que não aproveitar, portanto, essa experiência em lugar de partir para regiões onde a mão-de-obra seja escassa e ainda necessite ser formada?

Lucrará o Governo na medida em que se decidir – e logo – pela aplicação de recursos destinados à batalha do combustível também no Maranhão, com a instalação, ali, das primeiras usinas e o oferecimento de crédito farto, fácil e barato aos produtores. Aos Ministros da Indústria, da Agricultura, das Minas e Energia, do Planejamento e da Fazenda que neste momento examinam o assunto, este colunista, que é maranhense e conhece sua terra, remete as sugestões aqui esboçadas. E ao Presidente do Banco da Amazônia, Francisco de Jesus Penha, estudioso dos problemas daquela imensa região – exuberante em potencialidades, mas ainda escrava do subdesenvolvimento –, o mesmo apelo.”

Lemos o seu comentário na íntegra pela importância de que se reveste para o País e para o Maranhão:

“COMO SALVAR O MARANHÃO?”

Mesmo antes de se decidir pelos contratos de risco, que visam a dar ao País a sua autossuficiência em petróleo, pensava o Governo em derivar para a utilização máxima do álcool na gasolina. Agora, já por decisão oficial do Presidente da República, depois de ouvidos todos os seus ministros, o recurso ao álcool ficou definido, tendo sido fixado até mesmo o percentual da mistura, que será de 20%. O xisto não será desprezado, mas a ênfase primeira será para o álcool.

Este colunista, que sempre se bateu pelos contratos de risco como fórmula final e duradoura para resolver o nosso impasse no setor dos combustíveis, jamais deixou de apoiar a solução intermediária do álcool por considerá-la mais fácil, de resultados mais rápidos e porque viabiliza uma participação ponderável da mão-de-obra e das terras do Norte e Nordeste brasileiros. E, nesta fase das decisões governamentais, não pode o jornalista deixar de ver em sua terra, o Maranhão, o grande oásis ainda inexplorado e do qual se irão remover as espessas cortinas que o separam de outros Estados já beneficiários de uma política de prioridades que agora não cabe discutir.

Ao se decidir pelo álcool, o Presidente Ernesto Geisel objetivou uma solução técnica para nossas carências de combustível, mas não lhe faltou às preocupações de estadista a componente social, sem a qual tudo o mais seria utópico. Extrair álcool da cana-de-açúcar e da mandioca passou a ser uma operação economicamente favorável, ela que esteve fora de cogitações pelo alto custo do produto acabado. Mas há que conectar o objetivo econômico ao social, e é precisamente para isto que pretendemos pedir a atenção do Governo, levando em conta o fato de ser o Maranhão um Estado mediterrâneo, com 340 mil quilômetros quadrados e uma população a exibir um dos menores índices nacionais de renda *per capita*. Mergulhado numa pobreza secular, como se fosse perseguido por um castigo bíblico, o Maranhão não tem recebido dos governos da União as atenções que

o seu vasto território e as suas extraordinárias condições de respostas econômicas merecem. Os quatro milhões de maranhenses trabalham e produzem em condições de tal modo precárias que somente isto já lhes daria o direito de reivindicar mais, muito mais do Poder Central. As estradas, que de alguns anos para cá começaram a riscar esse vasto território de terras fertilíssimas, despertam no povo uma ânsia de progresso que não raro conduz à frustração pela ausência de estímulos financeiros federais em grau merecido. Pedir ao Governo estadual que realize uma infraestrutura, em estradas e atendimento creditício, neste momento, é não conhecer a sua situação orçamentária muito próxima do limite crítico. Basta dizer que o orçamento deste ano foi estruturado à base de uma receita de 11 bilhão e 200 milhões de cruzeiros, enquanto que a dívida pública, para resgate imediato, vai além de 800 milhões de cruzeiros. Nem mesmo o novo Estado do Rio de Janeiro, resultante da fusão, viu-se, este ano, com dificuldades (guardadas as proporções) tão grandes” (Muito bem!).

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!).

O Sr. PRESIDENTE (Benjamim Farah) – Tem a palavra o nobre Senador Franco Montoro.

O Sr. FRANCO MONTORO (MDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Recebemos memorial que nos foi encaminhado por 200 trabalhadores, empregados da fábrica de papel e papelão das Indústrias Matarazzo.

Neste documento, os trabalhadores apresentam uma situação que exige providências da parte do Poder Público.

Informam os signatários do requerimento que, por decreto do Senhor Presidente da República, referendado pelo Ministro do Trabalho, Júlio Barata, em agosto de 1972, foi concedida permissão à empresa Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo para funcionar aos domingos e nos dias feriados civis e religiosos.

Em caráter excepcional, foi baixado esse decreto. Entretanto, o decreto impõe condições que não estão sendo respeitadas pela empresa. Por exemplo, o decreto exige que, no trabalho descrito no mesmo documento, sejam empregados 270 trabalhadores, e o memorial informa que a empresa está exigindo a realização do trabalho por apenas 200 empregados. Além disso, a escala do trabalho, respeitando aqueles mínimos estabelecidos por lei, não estaria sendo respeitada, efetivamente, pela empresa.

Neste sentido, Sr. Presidente, encaminhamos ao Sr. Ministro do Trabalho cópia do memorial que temos em mãos, pedindo as providências de S. Exa., para que, mediante uma fiscalização na fábrica, determine às autoridades competentes o respeito àquele mínimo de exigências estabelecido em nossa legislação, ficando atendida, assim, a pretensão de justiça invocada pelos trabalhadores.

Além desta representação, Sr. Presidente, temos ainda em mãos algumas outras que nos chegam de entidades interessadas na anunciada reforma da Lei das Sociedades Anônimas. A esse respeito pedem estas representações – a Associação Comercial de São Paulo, representação do Professor Gastão Ban-

deira Abreu e outras entidades interessadas em aspectos da referida Lei – que não seja aprovado, na propositura a ser encaminhada à Casa pelo Ministério da Fazenda, artigo que consta da minuta divulgada, que determina a publicação dos atos apenas dos órgãos oficiais.

A divulgação dos atos das sociedades anônimas é de interesse de todos os acionistas. E ela é feita, tradicionalmente, em jornais de grande circulação. Algumas das emendas que estamos encaminhando ao Sr. Ministro da Fazenda, para que sejam consideradas na elaboração desse projeto que virá, oportunamente, à Casa, exigem, inclusive, que a publicação seja feita sempre no mesmo órgão, para que os acionistas, principalmente os pequenos, possam acompanhar a publicação dos atos que lhes dizem respeito.

Esta é uma sugestão particular. Mas há uma consideração de ordem geral que queremos fazer, neste momento, e que consiste na comunicação que recebemos – e agora já divulgada também pela Imprensa – de que o Ministério da Fazenda decidiu não considerar como anteprojeto oficial aquela minuta relativa ao Projeto de Lei sobre as sociedades anônimas.

Tivemos oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de, em nome do Movimento Democrático Brasileiro, alertar o Executivo Federal sobre aspectos negativos do projeto que estava sendo distribuído e divulgado como anteprojeto oficial do Governo. Mostrávamos que este projeto, em lugar de beneficiar a empresa brasileira, na realidade visava e estava beneficiando a grande empresa, que, na sua maioria, não é brasileira. O Ministro da Fazenda recebeu, seguramente, ao lado dos debates aqui travados, outras representações sobre o assunto e acaba de divulgar nota, onde informa que a minuta apresentada tem exatamente aquele caráter por nós aqui anunciado. É o estudo de dois ilustres advogados, mas não chega a ser um anteprojeto de lei, porque não é um documento elaborado e encaminhado pelo Poder Executivo. O Sr. Ministro da Fazenda informa que receberá essa sugestão como contribuição para o estudo que será feito por juristas do próprio Ministério da Fazenda. Será outro projeto.

Com esta declaração, o Sr. Ministro da Fazenda desautoriza aquela notícia de que o projeto seria uma medida já aceita pelo Ministério, a ser encaminhada ao Congresso Nacional. A notícia equivale, praticamente, à desautorização daquela nota amplamente divulgada, de que este era um projeto do Governo.

O projeto é ruim – denunciemos desta tribuna – e agora o Ministro declara: o projeto não é do Governo. Queremos congratular-nos com o Sr. Ministro da Fazenda por esta declaração. Trata-se de uma sugestão de juristas ilustres, mas que atende ao interesse de um setor das sociedades anônimas, aquele que representa as grandes empresas que, como sabemos, na sua maioria, não são empresas nacionais.

Congratulamo-nos com o Sr. Ministro da Fazenda e com o Senado da República, que, no debate aqui travado, desaprovou, por unanimidade, algumas das medidas que estavam contidas naquela proposta.

Estão de parabéns o Ministério da Fazenda e o Congresso Nacional, pela anunciada remessa de outro projeto, que vai, esperamos, atender ao interesse da empresa brasileira.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!).

O Sr. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) – Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Ainda há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique de La Rocque,

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente e Srs. Senadores:

A Viação Aérea São Paulo – VASP – completou ontem 42 anos de sua útil existência. Tantos encômios dela se pode fazer que melhor me parece assinalar o evento, desejando-lhe que continue na trilha de um sucesso que não é seu nem de São Paulo apenas, mas do Brasil todo. Ao Governador de São Paulo, ao Presidente da Empresa, aos seus Diretores e à totalidade dos seus auxiliares, as minhas efusivas congratulações.

O Sr. HEITOR DIAS (ARENA-BA) – Dá licença para um aparte, nobre Senador?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA-MA) – Com muita honra.

O Sr. HEITOR DIAS (ARENA-BA) – V. Exa., ao registrar a passagem de mais um ano de atividade da Viação Aérea São Paulo – VASP –, conta com a minha solidariedade, não só pelo fato de reconhecer o que tem sido o trabalho dessa Companhia – autenticamente nacional –, mas também porque tenho sido, como todos os brasileiros, e de um modo particular como elemento do Norte, beneficiário dos serviços da VASP. Devo frisar que não só a competência dos comandantes das aeronaves como também o cavalheirismo e a dedicação de toda a sua tripulação fazem jus aos maiores elogios e recomendam essa Companhia ao apreço e à estima de todos nós.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA-MA) – Muito grato, nobre Senador Heitor Dias. Não só ao Estado da Bahia, mas também a nós outros do Maranhão, a VASP tem prestado e continuará prestando os seus mais relevantes serviços.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, assunto da maior gravidade trago ao conhecimento da Casa, qual seja o ultraje ao imortal Santos Dumont formulado pela *Enciclopédia Mirador Internacional*, que nega ser o nosso extraordinário patricio o Pai da Aviação. O grave não é só a negativa, mas a sua divulgação. O Ministério da Educação e Cultura, com o respaldo do Ministério da Justiça, precisa interditar a circulação dessa *Enciclopédia*, que invectiva contra um dos nossos heróis mais autênticos. Em sua página de número 11.333, do Volume 20, é atribuída a americanos a primazia do vôo em biplano de motor a explosão, relegando o brasileiro a posição secundária.

A Sociedade Brasileira de Direito Aeroespacial já profligou atitude tão audaciosa, apelando às autoridades competentes para que providências imediatas sejam tomadas.

Quero, da tribuna do Senado, em nome de quantos amam a Pátria e a sua História, unir-me aos que protestam e reclamam contra o abuso desmedido. À Sociedade Brasileira de Direito Aeroespacial, na pessoa de seu ilustre Pre-

sidente, o Marechal-do-Ar Hugo da Cunha Machado, os nossos aplausos pelo comportamento de repulsa e energia adotado.

À Força Aérea Brasileira, a quem o País tanto deve, pela bravura e dedicação dos seus integrantes, trago a minha solidariedade neste instante em que o Pai da Aviação é pretensamente relegado a um plano de inferioridade.

Colega nosso da Câmara dos Deputados, ontem, investiu contra vários Ministros de Estado, sob alegação de que os mesmos não prestam aos parlamentares a merecida atenção. Pediria ao ilustre colega que reexaminasse o assunto. A mim não cabe a defesa de todos, mas pelo menos que esta revisão de conceito se fizesse com referência aos Ministros Arnaldo Prieto, Ney Braga e Armando Falcão, que, no meu entender, toda a assistência têm procurado prestar aos seus ex-colegas.

Sáíram da nossa Casa para ocupar importante missão e timbram em não esquecê-la, pelo que acho justas as palavras que profiro em sua defesa. O conceito que deles tenho gostaria que o honrado Deputado passasse a formar.

Muito grato, Sr. Presidente (Muito bem!).

Discurso publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 21/11/1975

O SR. PRESIDENTE (MAGALHÃES PINTO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique de La Rocque, que falará em nome da Aliança Renovadora Nacional.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA-MA. Em nome da ARENA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Senado acabou de ouvir a palavra do Líder do MDB, Senador FRANCO MONTORO, traçando o perfil de Oscar Pedroso Horta, em seus vários aspectos. Ele era um convicto sem ser, contudo, um radical, mas a sua figura extrapolava as fronteiras partidárias e, em assim entendendo, na tribuna estou para, em nome da ARENA, procurar também homenageá-lo.

De início, os agradecimentos à Liderança do meu Partido pela honra de, em seu nome, falar sobre quem muito admirei e em sua morte vislumbro, antes de mais nada, o amigo fidalgo que partiu para a grande viagem. Aqui não me encontro para lamentos estudados nem elogios vãos. Não é meu propósito um estudo biográfico em termos clássicos e absolutos. A cordialidade e mesmo a candura eram-lhe companheiras inseparáveis, regendo-lhe as ações. Mas a máxima de Santo Agostinho sacode a todos de segundo a segundo: *Non est longus quod aliquando finitur*. Tudo que tem o seu fim não pode ser eterno. Morreu assim, na esteira do cotidiano, mais um eminente brasileiro. E em Oscar Pedroso Horta, digo eu, não deparo apenas o homem público corajoso e firme, não o revejo apenas como o jurista respeitado e sempre ouvido que, com categoria, exerceu a Pasta da Justiça. Louvo-lhe também pelo notável advogado que foi. O jurista nele palmilhava irmanado com o causídico resoluto e brilhante. Tantos, bem o sei, se beneficiaram do seu talento em pugnas forenses memoráveis. E neste particular a lembrança me socorre: a sua insuperável defesa em favor de Adhemar de Barros, agigantando-se em peça jurídica antológica. Refiro-me à sua petição de *habeas corpus*, em que figurava como paciente o ex-Governador de São Paulo; fez ruir pedra por pedra de uma engenhosa acusação, onde não se percebia se o ódio superava a imaginação. Do Hotel Plaza Copacabana, comandou uma das maiores batalhas forenses travadas no País. Ele era meticuloso, seguro, obstinado. E aos que lhe indagavam por que tanta cautela no exercício do mandato profissional respondia: o Ministro Hannemam Guimarães, relator do feito, é um sábio do Direito, purificado no sofrido físico e não admite dúvidas nem sofismas no que julga e mais – prosseguia – os seus eminentes companheiros de Tribunal rezam pela mesma cartilha. Não serei derrotado pela inépcia nem pelo descuido.

E o que ocorreu? Decisão unânime da nossa maior Corte de Justiça reconhecendo total procedência em sua impetração, com a concessão da ordem. Ele era assim: leal e idealista. No biênio 49/50 encontramos-lo de parceria com Danton Coelho e Wladimir Toledo Piza, esquematizando o retorno de Getúlio

Vargas à Presidência da República. E eles, em contactos permanentes com Itu e São Borja, executavam com maestria os planos que delineavam nos amplos salões do majestoso Hotel Esplanada, em São Paulo. Venceram e jamais se compensaram pelo trabalho dispendido.

Em 1960, percorre com Emílio Carlos o País por inteiro, nas articulações políticas que antecederam à estrepitosa vitória de Jânio Quadros.

O Sr. DIRCEU CARDOSO (MDB-ES) – Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA-MA) – Pois não.

O Sr. DIRCEU CARDOSO (MDB-ES) – Nobre Senador Henrique de La Rocque, entrávamos em plenário quando o ilustre Líder do meu Partido terminava a sua brilhante e oportuna oração. Portanto, o meu aparte veio a desorara, porque destinado a se encruvar no discurso do meu eminente Líder. Mas quero servir-me de V. Exa., para fazer esse registro. Na hora em que o Brasil tentava os primeiros passos do MDB, foi em São Paulo que tivemos os picos dominantes da nossa atuação partidária, com Pedroso Horta como Líder da Câmara, com Ulysses Guimarães como Presidente do Partido e com Franco Montoro, Líder do Senado. Devo dizer, nobre Senador Henrique de La Rocque, que esses foram os criadores de esquina, não marcharam pelos caminhos dos outros, criaram um caminho, e criaram um sentido novo em nosso Partido. Hoje, quando estou no Senado, já tendo convivido com Pedroso Horta, na Câmara, onde ele foi meu eminente Líder, prestando relevantes serviços ao meu Partido, presto também uma homenagem a Franco Montoro, pelo trabalho de gigante que ele tem tido, liderando a nossa organização partidária aqui no Senado. Portanto, curvo-me, também, em nome do meu Estado, baixando a minha bandeira partidária, em face do corpo que a terra generosa de São Paulo cobre hoje – esse grande político, esse grande Chefe, esse Líder que foi Pedroso Horta.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA-MA) – Muito grato, nobre Senador Dirceu Cardoso, pelo aparte que acaba de proferir.

O Sr. DINARTE MARIZ (ARENA-RN) – Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA-MA) – Com muita honra, nobre Senador Dinarte Mariz.

O Sr. DINARTE MARIZ (ARENA-RN) – Quero solidarizar-me com as homenagens que estão sendo prestadas nesta hora, através das duas lideranças da Casa, à memória do Dr. Pedroso Horta. Sem dúvida alguma, foi um político merecedor da admiração de todos os brasileiros. A sua ação, onde ela se fez sentir, sempre foi corajosa, correta e autêntica na sua maneira de ser e no comportamento perante os compromissos que tomou. Conheci Pedroso Horta na campanha de Jânio Quadros, com este convivi. Devo dizer que não tive durante todo o convívio, e posteriormente, embora em partidos opostos, não tive da sua pessoa uma decepção; ao contrário. Ele morre merecendo o respeito e as homenagens de todos os homens públicos deste País, que têm o dever de reconhecer o quanto um homem público pode representar na legitimidade e na defesa de suas idéias. Eram essas as palavras que desejava proferir.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA-MA): – Nobre Senador Dinarte Mariz, as palavras que acaba de somar à oração que estou a proferir,

de muito a valorizam, de que V. Exa., conhecendo de perto aquele que neste instante estamos reverenciando, colocou a sua pessoa ainda num pedestal mais elevado, por argumentação segura de quem, conhecendo de perto, depôs para a História.

O Sr. EURICO REZENDE (ARENA-ES) – Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA-MA) – Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. EURICO REZENDE (ARENA-ES) – Quero dar, também, o meu depoimento pessoal. Não tive, obviamente, muita convivência no Congresso Nacional com o ilustre desaparecido. Mas tivemos contatos freqüentes no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, no Ministério da Justiça. Lá nos reuníamos e posso testemunhar que o Dr. Pedroso Horta, de envolta com uma invejável cultura jurídica e uma paixão acentuada pela liberdade, foi o homem que cumpriu, exemplarmente, com plenitude, as suas tarefas de Líder opositorista, fazendo-o com moderação e eficácia. Daí por que me filio às manifestações do Senado, exaltando a sua personalidade. Mas faço questão de esclarecer: estive e estou de acordo com a homenagem que o eminente Senador Franco Montoro rendeu à sua memória, na exaltação da sua vida e da sua obra. A minha discordância foi apenas com grande parte do seu discurso, distorção que, felizmente, não está sendo praticada por V. Exa.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA-MA) – V. Exa., nobre Senador Eurico Rezende, enfocou um dos aspectos mais fascinantes da personalidade de Oscar Pedroso Horta, o seu amor intransigente à liberdade, aos direitos da pessoa humana.

O Sr. NELSON CARNEIRO (MDB-RJ) – Permite-me V. Exa. um aparte?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA-MA) – Com muita honra, nobre Senador Nelson Carneiro.

O Sr. NELSON CARNEIRO (MDB-RJ) – Tive a honra de integrar o Conselho de Direitos da Pessoa Humana, juntamente com Pedroso Horta (ele era o Líder na Câmara dos Deputados e eu, Líder no Senado) até o dia em que, por força de lei depois votada, aquele Conselho passou ao esquecimento e, afinal, desapareceu dos nossos quadros políticos. Pedroso Horta foi, realmente, como lembrou o Senador Eurico Rezende, uma grande voz naquele Conselho, uma voz intrépida, uma voz constante, uma voz permanente em favor dos direitos da pessoa humana. Não houve um instante, não houve processo em que ele não se fizesse ouvir, em que não protestasse sempre contra qualquer violência acaso denunciada. Ele realmente teve, na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, uma posição destacada, que era igual a toda a sua pregação, igual a toda a sua liderança como Chefe da Bancada, na Câmara dos Deputados, do Movimento Democrático Brasileiro.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA-MA) – Senador Nelson Carneiro, vê bem V. Exa. como acertado andou o nobre Líder Franco Montoro quando patrocinou, pleiteou e obteve esta parte da sessão do Senado da República para homenagear aquele que deu sua vida inteira à defesa da liberdade.

O Sr. BENJAMIM FARAH (MDB-RJ) – Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA-MA) – Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. BENJAMIM FARAH (MDB-RJ) – V. Exa. citou, há pouco, a defesa que o ilustre morto fez, no Supremo Tribunal Federal, do Dr. Adhemar de Barros. Tive oportunidade, juntamente com V. Exa. e outros políticos do antigo Distrito Federal, de assistir àquela defesa. Já conhecia o Dr. Pedroso Horta de nome e, naquele dia, de corpo presente, vi a maneira extraordinária com que se portou defendendo um dos grandes líderes deste País, que foi o Dr. Adhemar de Barros. Realmente, ele foi um gigante naquela defesa, como também em várias oportunidades onde evidenciou, sempre, sua cultura, seu preparo e o seu destemor pelas grandes causas, sobretudo a da liberdade e da justiça. A classe política está carente de grandes figuras, mas passa por momentos difíceis, não só aqui, e sim em toda parte, porque hoje há uma transformação no mundo e a classe política está pagando um tributo muito pesado, a que o Brasil também não pode fugir. Por tudo isso, quero dizer a V. Exa. que esta perda é, realmente, uma grande perda para a classe política. Expresso a V. Exa. e à família de Pedroso Horta os meus sentimentos por este acontecimento, que todos nós lastimamos, porque não só foi ele um grande advogado, um grande defensor da justiça e da liberdade, como também um dos grandes companheiros do Movimento Democrático Brasileiro.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA-MA) – V. Exa., nobre Senador Benjamim Farah, fez bem em reviver aquela tarde histórica. Estou, como V. Exa., voltando ao passado. Estou ouvindo, ainda, aquela defesa monumental, alicerçada naquele arrazoado admirável que era a petição inicial do *habeas corpus*. E aqueles dez Ministros, todos eles, sem nenhuma exceção, levando os seus votos escritos, davam verdadeiras aulas de Direito, mas todos eles se referindo com apreço muito grande à peça inicial com que Pedroso Horta trouxe da Bolívia, fazendo retornar à Pátria, o nosso ex-Chefe e grande amigo Adhemar de Barros.

Em Maranhão, recordo-lhes a visita. Em quarto do Hotel Central, receberam os amigos e correligionários e ditaram-lhes a estratégia política. Pedroso Horta foi sempre um vanguardeiro nos movimentos de que participou. Em 1961, era nomeado Ministro da Justiça e do cargo jamais se utilizou em proveito próprio. A renúncia de Jânio Quadros o traz, posteriormente, à Câmara dos Deputados como representante do grande Estado de São Paulo pela legenda do MDB. Foi Líder, exercendo as importantes funções a que o levaram os componentes do seu partido.

A sua conduta no comando da bancada foi serena e coerente com os postulados a que se propusera defender. Doença atroz não permitiu que continuasse atuando no Parlamento como uma das suas figuras mais preeminentes. Lutou bravamente, também, contra a morte, mas esta, que a ninguém perdoa, venceu-o. Mas, dele se comentando, manda a verdade histórica que se diga que em sua vida nada há que o diminua. Fiquei a dever-lhe, Srs. Senadores, muito

pela estima que nos unia e, agora, quando dele algo falo, o faço curvado ante a sua lembrança e o seu exemplo, afirmando que a Pátria perdeu quem muito a amou e serviu, numa constante amostragem de bravura e ideal. Descansa em paz Pedroso Horta e é esta a palavra da ARENA, porque todos os que lhe queriam bem, em seu túmulo fixaram a reverência da saudade, que não fenece quando traz a marca do respeito e da admiração conscientes (Muito bem!).

Discurso publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 27/11/1975

O SR. PRESIDENTE (WILSON GONÇALVES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique de La Rocque.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Fomos alertados pela imprensa diária de uma crise entre dois estabelecimentos de ensino de Brasília, que ameaça estender-se a alunos e professores, gerando assim um clima de intranqüilidade e insegurança, de desagradáveis conseqüências não só para os dois colégios, mas atingindo, por reflexo, aos meios docente e discente.

Nossa interferência neste assunto, que se nos afigura como problema resultante de incompreensão e desconhecimento da lei vigente, visa apenas buscar o encaminhamento de uma solução que evite o conflito e faça retornar a harmonia entre os dois grupos. Positivamente, num país carente de educação como o nosso, não podemos nos permitir a hipótese de assistir à quebra de uma rotina escolar ou à solução de continuidade dos estudos de uma pequena parcela que seja, com prejuízos evidentes para grande número de famílias aqui residentes.

Estou-me referindo ao litígio tornado público entre o Colégio La Salle e o Centro Educacional Laser.

Ao que apuramos, o histórico do problema é o seguinte:

Em 1971, o Laser foi autorizado a funcionar pelo Conselho de Educação do Distrito Federal em dependências do Colégio La Salle, iniciando o seu trabalho com apenas 15 alunos. Em 1972, por acordo entre as duas entidades, o Colégio La Salle se propôs a construir mais uma ala, desde que o Laser assumisse o compromisso de alugá-la, proporcionando, assim, os meios necessários à sua amortização. Iniciava-se então a expansão do Centro Educacional Laser.

Quatro anos depois, atendendo a mais de mil alunos – hoje mais de 1.500 –, o Laser é um dos mais bem conceituados estabelecimentos de ensino de Brasília.

Desde 1973, como resultante de sua expansão, vem o Laser tentando adquirir do Governo do Distrito Federal o terreno necessário à construção de sua sede própria. Com a autorização recentemente expressa pela TERRACAP, inicia-se a segunda etapa da expansão do Colégio, onde se prevê um investimento superior a doze milhões de cruzeiros, o que, para uma instituição que vive de recursos próprios, não recebendo qualquer contribuição governamental ou gozando de qualquer privilégio especial, se dedica à educação de nossos filhos, representa um esforço que não pode ser ignorado, sob pena de desídia.

Vendo vencer o seu contrato e não tendo onde instalar-se em emergência, o Laser solicitou ao La Salle prorrogação de contrato por mais um ano, tentando todas as composições possíveis: não foi atendido.

Desconhecemos os verdadeiros motivos que induziram os Irmãos Lassalistas, cuja tradição de mestres a serviço público merece a nossa maior atenção, a agirem em discordância com a filosofia da Lei nº 6.239, de 19 de setembro de 1975, sancionada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em defesa dos estabelecimentos de saúde e ensino ameaçados de despejo pelos interesses comerciais de seus locadores.

O que verificamos é que, enquanto se propõe uma disputa judicial, conflitam-se os interesses sociais da educação, perturba-se a paz e a tranqüilidade das famílias, em prejuízo evidente para a comunidade, a quem nos cabe defender por mandato público.

Assim, este pronunciamento visa a apelar às autoridades de Educação do Distrito Federal, especialmente ao Sr. Secretário da Educação, Embaixador Vladimir Murtinho, através da Comissão do Distrito Federal, para que interceda, como natural mediador, junto à Associação Brasileira de Educadores Lassalistas e o Centro Educacional Laser, na busca de solução que alcance os interesses comuns das organizações envolvidas, sem, no entanto, que seja sequer arranhado o interesse prioritário das mil famílias que vivem a expectativa angustiada do futuro escolar de seus filhos.

Aproveito a oportunidade para encaminhar aos Srs. membros da Comissão do Distrito Federal no Senado os subsídios que possuo sobre o assunto, confiando integralmente em sua ação.

A nossa fala vale apenas, sabemo-lo, como um pedido. A contenda já está no pórtico da Justiça. Ele leva o desejo de concórdia e que uma solução honrosa surja sem o sacrifício da honra e do patrimônio das partes em conflito.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores (Muito bem!).

La Rocque despede-se da Câmara após vinte anos de legislatura (*O Imparcial*, São Luís, Maranhão, edição de 8/12/1974)

O SR. PRESIDENTE (FLÁVIO MARCÍLIO) – Tem a palavra o Sr. Henrique de La Rocque.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui cheguei, há vinte anos, pelo sufrágio popular, o único legitimador dos mandatos legislativos. Agora, novamente, o voto livre e soberano do povo maranhense impõe-me, como um dever irrecusável e, sobretudo, honroso, uma nova etapa em minha vida política, qual seja a de representá-lo no Senado Federal.

Finda-se, nesta Legislatura, um marco da minha vida parlamentar, aqui vivida em toda a sua plenitude, e envaidece-me, particularmente, o respeito e o apoio dos meus Colegas, que, em ocasiões diversas, no decorrer destes anos, me elevaram, por muitos anos, a cargos de direção na Mesa e, finalmente, à Presidência da Comissão de Redação.

Foi nesta Casa, tão cheia de tradições marcantes da nossa vida política, que aprofundi as minhas convicções democráticas e aprendi a lição de que, sem o voto livre e legitimamente exercido, não há liberdade autêntica e perene.

Não gostaria, aqui, neste instante, de evocar o passado político com o qual convivi intimamente. As recordações, embora inelutáveis nos instantes de despedida, nos trazem, é verdade, momentos de alegria, mas, inexoravelmente, nos levam a trilhas sentimentais que, muitas vezes, nos conduzem a lembranças pouco amenas.

Neste recinto, vivi e participei de momentos históricos marcantes, que só os pósteros poderão julgar em toda a sua extensão. Assisti ao êxtase de vibração cívica, a governos findarem-se em convulsões cívico-militares de que toda a Nação participou.

Esta Câmara, pelos seus membros, eco autêntico das manifestações populares e, por isso mesmo, tão incompreendida, não ficou imune a estes acontecimentos. Muitas vezes as suas estruturas foram abaladas. Parecia que não resistiria aos vendavais políticos que, com ímpeto inusitado, sacudiram o País. Embora não raras vezes incompreendida, felizmente não soçobrou aos vendavais mais inclementes. Ressurgiu sempre, na sua majestade de Poder representativo do povo brasileiro.

É verdade que, nesses dois lustros em que aqui representei substancial parcela do povo maranhense, muitos dos meus Colegas sucumbiram nas lutas em que se empenharam. Uns tombaram no combate consagrado a um ideal; outros, quis a Providência Divina retirá-los dos embates político-partidários. Aos que saíram, compulsoriamente, da peleja, a minha palavra de homem e de

político acostumado à compreensão, pois as alternativas da vida terrena não nos permitem um julgamento definitivo.

Não estou fazendo uma despedida do Poder Legislativo. Nele continuarei, no Senado Federal, integrando-o com o mesmo entusiasmo, porque nele acredito, como fonte legítima de Poder.

Entendo que, nesta quadra da vida política brasileira, as nossas responsabilidades se avultam. Estamos atravessando um estágio histórico que desafia a sensibilidade de todos aqueles que compõem os três Poderes da República. Temos responsabilidades definidas. Resta-nos, apenas, que saibamos exercitá-las com as vistas voltadas para os interesses nacionais, sem comprometimentos subalternos, mas nos fixando tão-somente nos altos interesses nacionais.

Aos novos que aqui chegam, com vigor cívico, gostaria de lhes dizer que a arte política está menos no entusiasmo do que na perfeita diagnose da realidade nacional. A política não é a arte daquilo que gostaríamos de realizar, mas aquilo que o momento permite fazer. A estes pondero, com a minha vivência, que a paciência é uma virtude das mais eficazes na vida pública. O desespero tem não raras vezes conduzido a catástrofes, mas o bom senso jamais levou grupos ou multidões à hecatombe.

A juventude, que respeito e admiro, não deve seguir os seus ímpetos senão quando conduzam a um objetivo válido.

A História de uma Nação não é escrita no tempo biológico de seus componentes. É preciso que se compreenda e que se entenda – se são realmente verdadeiros patriotas – que existe acima de nossas próprias vidas um tempo sociológico, que, este sim, escreverá com a nossa contribuição a verdadeira História do País.

Isso não traduz, de modo algum, conformismo, mas, antes de tudo, pragmatismo, para que se atinja ao verdadeiro *desideratum* democrático buscado por todos nós que integramos o Poder Legislativo, o qual acreditamos ser a fonte legítima da expressão popular.

Todos os movimentos políticos que empolgaram o Poder no Brasil foram, sem dúvida, legítimos, porque exprimiram a vontade popular. Assim foi na República, expressando as aspirações da grande maioria das forças vivas da Nação. Assim foi em 1930 e 1964, quando o caos ameaçava seriamente as instituições do regime e as Forças Armadas procuraram restabelecer o primado da ordem e da liberdade. Lamentavelmente, porém, até hoje, pelo recrudescimento da luta antidemocrática em todo o mundo, ainda não foi possível encontrar o estuário para restabelecer plenamente o regime pelo qual aspira o povo brasileiro. Mas isto não se deve ao espírito de determinação daqueles que fizeram a Revolução de 1964, mas, particularmente, aos inimigos da democracia, que em seu nome procuram solenemente negá-la ou renegá-la.

Felizmente tanto o povo brasileiro quanto seus dirigentes compreenderam, com rara lucidez, o instante em que vivemos. Houve eleições livres, nas quais o povo brasileiro pôde, sem pressões, expressar o seu pensamento, embora estas tenham sido largamente adversas aos candidatos da ARENA. De outro

lado, tiveram a compreensão louvável dos nossos governantes, que acataram a decisão soberana das urnas, numa demonstração inequívoca de que acima das paixões episódicas está a vontade popular.

O Sr. TANCREDO NEVES – Deputado Henrique de La Rocque, no momento em que V. Exa. se despede da Câmara dos Deputados, para exercer outro mandato no Senado da República, a nós, seus Colegas de várias Legislaturas, corre o dever de não apenas expressar o nosso pesar, mas o de registrar, em meio ao seu discurso, o louvor que V. Exa. *merece, pela sua notável atuação, todas as vezes que veio para esta Casa*, em cumprimento a um mandato popular. Parlamentar culto, inteligente, operoso, lúcido, pôs a serviço da causa pública as qualidades de moderação, de equilíbrio e de conciliação, que sempre fizeram de V. Exa. um dos Deputados mais ouvidos, mais acatados e mais respeitados. Como Deputados, lamentamos seu afastamento, mas como democratas nos rejubilamos e felicitamos o povo brasileiro, que terá em V. Exa., no Senado Federal, a serviço do seu glorioso Estado e da democracia, um velho líder daquelas causas sem as quais a vida não seria digna de se viver (Palmas.).

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE – Nobre Deputado Tancredo Neves, honra-me sobremaneira o aparte de V. Exa., velho admirador seu. Ambos servimos a um Governo totalmente dedicado ao povo – o Governo de Vargas. São bem conhecidos o meu apreço e a imensa admiração que sempre dediquei ao nobre Deputado pelo Estado de Minas Gerais. Nos meus momentos de dúvida política, tantas vezes abusamos de sua boa vontade e amizade. Temos conversado e debatido problemas nacionais. É que sempre vi na pessoa do nobre representante mineiro não só um companheiro, mas o mestre sereno e culto, sempre atento ao diagnóstico da situação nacional que vivemos.

O Sr. CÉLIO MARQUES FERNANDES – Nobre Deputado, nós, do Rio Grande do Sul, gostamos muito de destacar homens de bem, homens decentes, dignos e, acima de tudo, que prestam relevantes serviços à Pátria. Por isso, desde que cheguei a esta Casa, aproximei-me de V. Exa. e habituei-me a respeitá-lo como parlamentar dos mais atuantes e mais precisos na defesa de seus pontos de vista. No momento em que V. Exa. deixa a Câmara dos Deputados e vai para o Senado da República, sabemos que não se afastará do nosso convívio e sentimo-nos muito honrados em vir a esta tribuna falar em nome da Bancada do Rio Grande do Sul. Queremos dizer-lhe da nossa solidariedade e do nosso desejo de que continue alcançando o maior êxito, pois a alegria de V. Exa. será também a nossa, que nos habituamos a admirá-lo, já que apreciamos os homens decentes e de palavra. Parabéns a V. Exa.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE – Nobre Deputado Célio Marques Fernandes, considero V. Exa. um dos mais atuantes Deputados do Rio Grande do Sul na Câmara. O aparte de V. Exa. muito nos comove e valoriza sobremodo o que dizemos como despedida da Casa que tanto amamos.

O Sr. JAIR MARTINS – Nobre Deputado Henrique de La Rocque Almeida, o conhecimento que temos de V. Exa. e da sua efetiva participação na vida pública brasileira data de longos anos. Como radialista, recebi, com a minha

classe, grandes benefícios originados de sua atuação à frente do Instituto dos Comerciantes. Deixou V. Exa., em nosso meio radiofônico, um lastro de reconhecimento pelo muito que deu de sua inteligência, de sua bondade e de seu espírito público em benefício de nossa classe. Sr. Deputado, V. Exa. acaba de participar de uma eleição *sui generis* e, merecidamente, foi eleito *hors-concours*. Aliás, V. Exa. seria eleito em qualquer Estado do Brasil, tanto fazendo parte da legenda da ARENA quanto da do MDB. Portanto, V. Exa. seria consagrado nas urnas pelo que representa, como homem bom, como figura humana, e por sua capacidade de trabalho. Eu, como milhões de brasileiros, Sr. Deputado Henrique de La Rocque, aprendi a admirar e querer bem a V. Exa. Se eu fosse eleitor no Maranhão, sufragaria, para honra minha, o nome de V. Exa. para o Senado da República.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE – Sr. Deputado Jair Martins, neste instante V. Exa. me comove porque faz com que eu me volte para os idos de 51 a 53, quando, de perto, convivi com V. Exa., meu querido companheiro, e com tantas outras figuras marcantes do rádio brasileiro. Sabe V. Exa. que sou dos poucos brasileiros que têm o título de Grande Benemérito do Rádio Brasileiro, recebido em solenidade que até hoje não esqueci, presidida por Manoel Barcelos. O rádio brasileiro então conferia ao modesto Presidente do Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Comerciantes a sua maior comenda por aquilo que, embora tendo sido pouco, foi alguma coisa do que aspirava e desejava a grande classe dos Radialistas, à qual muito devo. Assim, relembro este fato com emoção, satisfação e respeito.

O Sr. NINA RIBEIRO – Caro e eminente Deputado Henrique de La Rocque, quero dizer a V. Exa. que a admiração que nutria e nutro pela vida pública exemplar de V. Exa. precedeu mesmo a minha modesta atuação nesta Casa. Antes de pisar neste Plenário, já admirava em V. Exa. a cultura, sua ponderada sabedoria sobre a vida pública, do admirável jurista. Hoje, quando V. Exa. anuncia que deixará nosso convívio, temos certeza de que V. Exa. continuará, no Senado, a brilhar da mesma maneira como pontificou, e de maneira admirável, nesta Casa. Na Câmara Alta, V. Exa. há de continuar, certamente, dentro dos mesmos princípios fundamentais, basilares, que iluminaram as pegadas maravilhosas que traçam sua trajetória na vida pública. Poderia V. Exa. estar no Supremo Tribunal Federal, ou outro cargo, porque, em qualquer setor, sempre haverá de traduzir o mesmo grau de cultura e de idealismo, além do trato pessoal ameno, de convívio profundo, que a cada momento encanta seus Colegas, particularmente a mim. Por esse seu aspecto pessoal e emotivo, pela sua ação exemplar na vida pública, desejo, na exigüidade de um aparte, cumprimentá-lo pelo que, como modelo, representa na vida pública brasileira.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE – Nobre Deputado Nina Ribeiro, V. Exa., sem favor, embora muito jovem, é uma das expressões mais atuantes da Câmara dos Deputados. Já o conhecia também de longa data, por sua brilhante trajetória na Assembléia da Guanabara. E V. Exa. para aqui veio com o mesmo entusiasmo, com a mesma fé democrática. Neste meu discurso de despedida,

sinto-me altamente confortado com o aparte de V. Exa., pela sua categoria. Para mim, ele teve um sentido altamente emotivo, pela admiração que nutro por V. Exa., jovem representante do Estado da Guanabara.

O Sr. GARCIA NETO – Nobre Deputado Henrique de La Rocque, é com muito prazer e com muita honra mesmo que, nesta hora, represento a Liderança da ARENA, nosso Partido nesta Casa do Congresso. Neste momento, V. Exa. não se despede da Câmara dos Deputados, mas apenas nos saúda com um “até logo”. V. Exa., que honrou esta Casa, vai honrar o Senado da República. Congratulo-me com V. Exa., primeiramente, pela sua eleição; em segundo lugar, porque V. Exa., aqui, sempre teve correção no trato com seus Colegas, com a sua sinceridade, com seu alto espírito cívico e público. Esta Casa, naturalmente, vai sofrer uma lacuna, mas estamos satisfeitos porque sabemos que V. Exa. sempre estará presente às sessões do Congresso Nacional. Congratulo-me com V. Exa., portanto, em nome da Liderança da ARENA. Eu, que também vou deixar esta Casa, porque assumirei outra função, guardarei recordação de V. Exa., justamente em face desses anos que aqui passei, em convívio harmônico agradável com V. Exa., pessoa sempre serena e firme. Que V. Exa. seja, no Senado, um grande Senador, como, nesta Casa, foi um grande Deputado.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE – Meu eminente Líder Garcia Neto, V. Exa., que neste instante deve estar preocupado, sem dúvida, com as perspectivas do Governo de Mato Grosso, honra-nos com este aparte. Acredite que a admiração que há pouco demonstrou pelo representante do Estado do Maranhão é verdadeiramente recíproca. A V. Exa., como Líder e como Deputado, os nossos mais sinceros e melhores agradecimentos.

O Sr. ANTÔNIO ANNIBELLI – Nobre Deputado, confesso a V. Exa. que, apesar de ser humilde e simples, de talvez ter falta de cultura para pertencer ao Congresso Nacional, sou um dos brasileiros que maior honra teve, em toda a sua vida, de pertencer a esta Casa. Dessa honra partilha V. Exa., por seu trato com os Deputados, por servir à Nação brasileira com inteligência, com cultura, com espírito público. Sempre V. Exa. pontificou com esses atributos, com essa qualidade, com esse valor, no Congresso Nacional do meu País. Também vi em V. Exa. aquilo que em poucos pude ver, o lado humano. Apesar de não termos muita intimidade, sempre meu coração bateu ao lado do seu. A humildade e o sentido humano de V. Exa., a par da grandeza de seu espírito público, foram apanágios que muito me honraram de pertencer ao Congresso Nacional. Divirjo daqueles que dizem que esta Casa perde um dos seus homens mais brilhantes. A Câmara sente-se honrada em enviar um dos maiores homens da vida pública brasileira para o Senado Federal. Homens desta Casa, do mais alto gabarito e do mais alto valor, como V. Exa., só podem honrar o Congresso Nacional. Por isso, quero dizer, ao apartear V. Exa., que seu lado humano e seu espírito público são os maiores atributos que posso ver num homem público. Por isso o meu aparte; por isso os meus parabéns ao Congresso brasileiro; por isso eu saúdo o Maranhão por ter um filho tão nobre, tão fidalgo, de tantos atributos, de tantos valores, de tantas qualidades para, além de ter dado tudo de si à Câmara dos Deputados, ainda poder dar mais para o Senado Federal, ao Congresso Nacional.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE – Nobre Deputado Antônio Annibelli, V. Exa. sabe que somos velhos e fraternos amigos e o que nos uniu nesta Casa foi a identidade dos sentimentos. V. Exa. trouxe para ela a sinceridade do povo paraense, e justamente essa sinceridade sempre me comoveu. Em função dela é que fui um grande admirador de quem, neste instante, teve a ventura de, também partindo, deixar como lembrança de sua passagem brilhante na Câmara Federal o seu filho, prolongamento, por certo, da sua crença, da sua convicção, da sua fé democrática. A V. Exa. os meus mais profundos agradecimentos.

O Sr. MILTON BRANDÃO – Eminentíssimo Deputado Henrique de La Rocque, é um dever manifestar-me desta tribuna, para me solidarizar com os companheiros nos aplausos a V. Exa., no reconhecimento que oferecem ao seu padrão de homem público, às suas virtudes cívicas e morais e, sobretudo, à sua elevada camaradagem com todos os companheiros. Durante muitos anos companheiros nesta Casa, pude acompanhar bem a sua vida, a sua trajetória política, a sua vida como homem público, medir mesmo o conceito de todos os Colegas a seu respeito. Posso afirmar, em meu nome e em nome da representação do meu Estado, o Piauí, que V. Exa. granjeou um conceito, um título, como bem poucos o conseguiram nesta Casa. V. Exa., além de ser reconhecido como homem de alto valor, de alto espírito público e, sobretudo, reconhecido como um homem modesto, simples e bom, afeito aos seus companheiros. Jamais V. Exa., pelo seu prestígio e posição, se colocou em superioridade a qualquer um dos seus Colegas. V. Exa. sempre quis ser um dos nossos, igual a todos nós, embora seu prestígio e seu conceito fossem muitas vezes maiores do que o de muitos dos que aqui vivemos. Deputado Henrique de La Rocque, V. Exa. não se despede: V. Exa. é um dos integrantes do Parlamento Nacional, premiado que foi para o Senado, merecidamente. V. Exa. continuará nesta Casa, dando o seu trabalho, a sua contribuição cívica, o seu esforço permanente, exaltando sempre nossa região. Nós, do Piauí, unidos ao Maranhão pelo Rio Parnaíba, nós, daquela gleba querida, dos babaçuais, estaremos juntos trabalhando com o mesmo zelo, com o mesmo denodo pela grandeza deste País.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE – Nobre Deputado Milton Brandão, V. Exa. não desconhece que, em sua pessoa, não vi apenas o Deputado, o companheiro de tantos anos. Sempre percebi o irmão de todas as horas, esse irmão que, filho do Piauí, sente os mesmos problemas que o filho do Maranhão. E essa afinidade, essa aproximação diária, fez com que, através de tantos anos, firmássemos uma amizade imorredoura, que muito me honra e sensibiliza. A V. Exa. também os meus melhores agradecimentos.

O Sr. ARGILANO DARIO – Nobre Deputado Henrique de La Rocque, aprendi a admirá-lo e até a acompanhá-lo desde quando, Presidente do IAPC, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, fazia justiça na Previdência Social. Aqui nesta Casa, desde 1962, acompanhando-o nesse procedimento retilíneo de grande representante do povo do Maranhão, cresceu ainda mais em mim a admiração por V. Exa. Eleito agora Senador da República – o mais alto posto do Congresso Nacional –, estará certo todo o povo maranhense, como

o povo brasileiro, de que V. Exa. continuará brilhando com essa inteligência extraordinária, com essa modéstia que cativa a todos nós. Cumprimentamos V. Exa. dizendo que não se afastará de nós porque aqui estará nas reuniões do Congresso, continuando a mostrar essa sabedoria a que todos nos referimos, essa bondade que todos admiramos. Cumprimento-o, em nome da representação do meu Partido no Espírito Santo, pelo brilhantismo da sua carreira; e a todo o povo do Maranhão por tê-lo mandado a esta Casa.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE – Nobre Deputado Argilano Dario, meus comovidos agradecimentos ao aparte de V. Exa. Temos crenças comuns, ideais conexos, pensamos da mesma forma em vários aspectos, julgamos de maneira idêntica personalidades que dominaram este País – refiro-me a Getúlio Vargas. Receba do companheiro do Maranhão, com a maior gratidão, as palavras de afeto e apreço que acabo de pronunciar.

O Sr. ALCIR PIMENTA – Nobre Deputado Henrique de La Rocque, em 1953, no Estado da Guanabara, V. Exa. já brilhava na vida pública. Eu era então, como ainda o sou, apenas e tão-somente um estudante apaixonado pelas coisas que dizem respeito ao nosso País. Lembro-me perfeitamente da noite em que Campo Grande, engalanada, recebeu V. Exa. como candidato a Deputado Federal, em companhia do nosso comum amigo Raimundo Barbosa Júnior. V. Exa. adentrou o salão em que era recepcionado com a sua cabeleira negra, ainda muito jovem, entusiasta, acenando ao povo, agradecendo-lhe os encomiásticos aplausos que então recebia. Creia, nobre Deputado, naquele momento comecei a admirá-lo e não posso afirmar se aquele não foi o meu primeiro incentivo à vida pública e à carreira política.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE – Muito grato, nobre Deputado Alcir Pimenta. V. Exa., recordando-me o passado, me dá realmente vida ao presente. Muito grato a V. Exa. por uma recordação para mim guardada no fundo do coração de forma muito especial, que foi esta solenidade a que V. Exa. se referiu.

O Sr. ALBERTO COSTA – Prezado colega, Deputado La Rocque, em 1967, quando aqui cheguei, dentre os muitos colegas que me foram recomendados especialmente pelo meu irmão Plínio, que aqui serviu, estava nos primeiros lugares o nome de V. Exa. A recomendação do meu irmão transcendeu em muito o que poderia esperar de V. Exa. V. Exa., com seu comportamento, com sua cultura, com seu patriotismo, com sua inteligência e com o trabalho que teve nesta Casa, levará para o Senado da República o acervo de brilhante passagem por esta Casa. Muito obrigado a V. Exa. pela oportunidade de apartear-lo.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE – Nobre Deputado, V. Exa., neste instante, falando duplamente por si e pelo seu irmão Plínio, que, deixando esta Casa, foi ser vice-governador do Paraná, me comove duplamente. Agradeça também a ele as homenagens que está prestando, neste instante, ao seu modesto Colega.

Prossigo, Sr. Presidente. A Revolução existe. Mas ela não quer impor vontades ou prioridades que não se coadunem com o espírito da nossa gente. Por isso, ela é democrática em sua essência e em seu conteúdo doutrinário, o que lhe dá um crédito de confiança popular até então desconhecido nos movimentos revolucionários contemporâneos.

O Sr. JAIRO BRUM – Nobre Deputado Henrique de La Rocque, no exercício da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, em nome da minha Bancada, saúdo V. Exa. e o ilustre Estado que o elegeu para o Senado da República. As suas palavras caracterizam bem a situação nacional. No que tange à sua eleição, nós, do Movimento Democrático Brasileiro, não nos sentimos vencidos no Maranhão, porque tem V. Exa. a simpatia de todos nós e certamente terá tido, para sua condução àquela alta Câmara, quantidade de voto enorme de emedebistas. Desejo ressaltar, finalmente, que V. Exa., um dos discípulos mais diletos do grande Presidente Getúlio Vargas, há de cumprir, no Senado da República, a mesma tarefa brilhante que soube executar na Câmara dos Deputados. Desejamos a V. Exa. pleno êxito nas suas novas funções.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE – Nobre Deputado Jairo Brum, o aparte de V. Exa. tem um valor todo especial para mim. Deixo esta Casa, nunca esquecendo que, em determinada oportunidade, quando V. Exa. homenageava a memória de Getúlio Vargas, pedi-lhe um aparte, ouvindo do então Líder Jairo Brum esta afirmação que morrerá comigo: “Deputado Henrique de La Rocque, V. Exa. é dos poucos Deputados que, na Câmara dos Deputados, podem falar pela ARENA e pelo MDB”. Cria, meu querido – permita que assim o chame – Líder Jairo Brum, esses gestos de simpatia, essas afirmações tão categóricas não poderão jamais ser esquecidas. Receba de seu companheiro da ARENA os agradecimentos de agora e os permanentes agradecimentos por ter, naquele instante, me comovido com uma qualificação tão honrosa e, conseqüentemente, inesquecível.

Ouçõ com muito prazer o nobre Deputado Adhemar de Barros Filho.

O Sr. ADHEMAR DE BARROS FILHO – Nobre Deputado Henrique de La Rocque, ouvindo, da Comissão de Orçamento, o seu pronunciamento de despedida, não poderia deixar de vir a esta tribuna para trazer-lhe os nossos cumprimentos pela brilhante vitória que constrói no Maranhão, mercê da decisão majoritária do povo, e, ao mesmo tempo, dizer da satisfação com que vemos o seu Estado representado pelo novo Senador Henrique de La Rocque. Congratulando-nos com sua vitória, com grande satisfação vemos que todo um passado comum de lutas, de muito trabalho e de muita construção se converte, hoje, numa realidade há muito esperada por todos os seus amigos. Que tenha muito sucesso no novo Senado que se formará em 1975.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE – Imensamente grato, nobre Deputado Adhemar de Barros Filho. V. Exa., neste instante, não é apenas o colega muito querido, muito estimado e muito admirado. V. Exa. traz à lembrança de quem fala a imagem de seu pai, um dos meus grandes amigos, um dos meus inesquecíveis chefes, que, enquanto viveu, liderou soberanamente a política do meu Estado, dando-lhe conteúdo humano. V. Exa. trouxe para esta Casa as qualidades de seu pai, revistas e melhoradas, talvez por ser mais jovem e estar mais em contato com o momento em que vivemos. Receba, pois, V. Exa. e todos os seus, neste instante, a homenagem que devo permanentemente a Adhemar de Barros e a todos aqueles que constituem a sua família.

Continuo, Sr. Presidente. Não desejava fazer um discurso de simples despedida a esta Casa sem, contudo, situar a problemática histórica que estamos vivendo. A minha experiência no Parlamento e a minha responsabilidade pública não permitiriam um pronunciamento isento de análise política.

Não quis, propositalmente, dar a esta fala um colorido literário, de formal despedida, sem que nela estivesse contida uma formulação política da atualidade nacional. Seria até mais cômodo, mas deixaria de ser efetiva, máxime quando aqui vão ingressar, pela primeira vez, representantes dos dois partidos, os quais têm neste instante responsabilidades da mais alta significação para o futuro deste País e cujos deveres no mundo atual assumem proporções de marcado relevo histórico para a Humanidade.

Ao Maranhão, ao seu bravo povo, o agradecimento, o mais comovido, pelo privilégio de representá-lo por tantos anos. As minhas deficiências sempre foram relegadas pela dádiva do carinho dos meus conterrâneos. Continuarei a servi-los, sem desfalecimento, em busca permanente de uma vida melhor, que sinto bem próxima para o admirável povo do meu Estado.

Aos funcionários, todos da melhor categoria, que constituem a infra-estrutura da Casa Legislativa, o meu mais sentido obrigado. Confesso dever-lhes muito. Por fim, aos caros companheiros que representam a imprensa local, nacional e internacional, aos quais a minha dívida, sei, é bem alta, a minha homenagem ao seu exemplar desempenho no labor do dia-a-dia, tão vital ao Poder que integro.

A homenagem é extensiva à Mesa Diretora dos nossos trabalhos, comandada pelo incansável Deputado Flávio Marcílio e às vezes que a antecederam.

Aos meus eminentes Pares, da ARENA e do MDB, ao meu Líder e Vice-Líderes, até sempre, aqui ou onde a Providência Divina determine que me encontre.

Era o que tinha a dizer (Palmas prolongadas.).

Discurso de La Rocque no Senado em homenagem à posse do Governador Dr. Osvaldo da Costa Nunes Freire

O SR. PRESIDENTE (MAGALHÃES PINTO) – As listas de presença acusam o comparecimento de 42 Srs. Senadores e 313 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Senador Henrique de La Rocque.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Pronuncia o seguinte discurso.) – Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional; Srs. Senadores, Srs. Deputados:

Assumi hoje o Governo do Estado do Maranhão o Dr. Osvaldo da Costa Nunes Freire. Integrou por vários anos o Poder Legislativo Federal, de 1967 a 1975, após alguns mandatos de Deputado Estadual, de 1951 a 1966, tendo exercido a presidência da Assembléia Legislativa do nosso Estado.

Médico de renome, gozou sempre da melhor reputação moral e intelectual. Foi Secretário de Saúde, se desincumbindo de forma excelente das missões que o Estado lhe outorgou. Entre nós, foi membro efetivo da Comissão de Agricultura e Política Rural e Suplente das de Saúde e Valorização Econômica da Amazônia.

Escolhido como nosso Governador, trouxe-nos a sua preferência a certeza de que teremos um quadriênio executivo atuante e exemplar. Deve-lhe o Maranhão muito pelo que o seu esforço produziu a favor da terra comum.

Homem que honra os compromissos assumidos, cordial com os seus colegas, dedicado aos amigos, discreto e operoso, com muita honra e satisfação transmito, como assinalei, a sua posse. Falo, sem dúvida, por toda a nossa bancada arenista, que aqui não se encontra porque foi assistir à solenidade.

Afeito ao trato dos problemas da terra, a agricultura será, sem dúvida, uma das suas metas preferidas.

O Maranhão vive estágio que prenuncia a sua total grandeza econômica. Por tantos motivos válidos, congratulo-me com o povo maranhense e com a Nação, no momento em que se empossa o seu novo Governador, a quem auguro a mais tranqüila e exemplar gestão (Muito bem!).

Publicado no Diário do Congresso Nacional de 1º/4/1975.

Discurso publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 3/4/1975

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados que aqui se encontram, trazendo-nos a lembrança da Casa que nos abrigou por vinte anos, ensinando-nos cada vez mais a amar o Brasil; dela nos recordamos neste momento com respeito e admiração. E aos profissionais da imprensa falada, escrita e televisionada, a nossa homenagem de apreço.

Todos temos em nossas vidas sonhos a concretizar. Entre eles, um era o desafio do nosso dia-a-dia político: o privilégio de aqui nos encontrarmos na companhia de tão nobres colegas, que chegaram, como nós, pela luta autêntica do voto no comício livre das urnas.

Alcançamos a nossa meta sem rancores, encontrando na vivência fraterna dos companheiros o clima propício para o pelejar contínuo a que nos impusemos. Encontramo-nos com velhos soldados da democracia em nossas hostes e fora delas. Tantos, e são muitos, os já envelhecidos a serviço da Pátria.

Saudamos a todos os que integram o Senado da República porque cada um simboliza a síntese das aspirações de centenas de milhares de representados e até mesmo, alguns, de milhões de brasileiros.

Reservou-nos assim a Providência a grata emoção de falar a Vossas Exceências como integrante desta Alta Casa do Congresso brasileiro.

Eleito Senador no pleito de 15 de novembro do ano passado, percebemos, na renovação das forças políticas do País, uma oportunidade excepcional para que a Revolução fosse revitalizada frente a percalços surgidos e desafios a aceitar.

Considerando-se o crescimento do índice da representação popular do Movimento Democrático Brasileiro, estamos bem certos de que os ilustres colegas da Oposição na Câmara e no Senado estarão unidos conosco, os mandatários eleitos pela ARENA, para o encaminhamento dos grandes temas nacionais. Somos uma democracia em aperfeiçoamento, e evidentemente o êxito das medidas progressivas programadas pela Nação demandará, também, o nosso esforço harmônico.

O momento histórico vivido pelo País mostra-nos as características cotidianas de uma potência continental que se quer agigantar.

Há, evidentemente, no quadro de programações do Governo que se propõe, a revigoração profunda de uma Nação cujas esperanças antevêem destino mais fecundo para todos. Desde a instauração da ordem nacional até aqui, quando se cumpriram os mandatos dos estadistas Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Médici e agora do Presidente Ernesto Geisel, pôs-se em vigor uma filosofia de trabalho que visaria à mudança fundamental de nossos conceitos de Governo. Porque, antes de mais nada, adotou-se a norma da lógica administrativa e da velocidade da programação.

Sem omitirmos, por justiça, os valores humanos de passado recente que se destacaram pelo pioneirismo como estadistas, pois aí estão Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, exaltamos, na Revolução de 64, o mérito de redescobrir o Brasil, chamando suas áreas sonolentas à faixa dinâmica do País.

A nossa história, exposta à curiosidade do filmador do fantástico, era de certa forma um enorme fabulário com molduras ficcionais.

O Congresso Nacional – o Senado, sob a presidência do eminente Senador Magalhães Pinto, enquanto preside a Câmara o ilustre Deputado Célio Borja – está adequado aos imperativos da realidade nacional. Cremos, sem sombra de dúvida, que, em face do produtivo relacionamento político entre o Legislativo e o Executivo, haverá o desejado desembaraço nos planos de ação do regime revolucionário.

Lembre-mos de que esta Nação tem assistido atentamente às perigosas oscilações políticas do teatro internacional.

A comunidade das nações colocou-se dramaticamente a reboque de crises quase insuperáveis.

Do problema do petróleo adveio a depressão econômica alarmante, incidindo, com graves danos, sobre o sistema monetário de nações superdesenvolvidas, sejam os Estados Unidos, sejam os países da Europa.

E segue-se o frio prognóstico da FAO, que situa o mundo próximo à fronteira da fome.

Sob o signo da Providência, e diante dos critérios lúcidos do Governo, o Brasil organiza-se gradualmente, para resistir a impactos de ordem internacional.

Temos ouvido notáveis discursos proferidos no plenário dos nossos trabalhos. É a Oposição, simbolizada no MDB, criticando; é o Governo, na voz da ARENA, em defesa permanente de suas atitudes políticas e econômicas. O tema central das falas oposicionistas é, sem dúvida, a ausência, no País, do estado de direito. Alega-se que a institucionalização democrática tem tardado e, se prometida, ainda não foi cumprida. Ouvimos precisas respostas aos talentosos adversários políticos, através de pronunciamentos dos eminentes Senadores Petrônio Portella, Jarbas Passarinho, Eurico Rezende, José Sarney, Luiz Viana, Dinarte Mariz e alguns mais, destacando-se, também, pela importância do tema debatido, o discurso sereno e irrespondível do Senador Virgílio Távora, que mostrou e demonstrou o acerto da política econômica do Governo que apoiamos.

Hoje algo também desejamos dizer.

Em nosso pronunciamento, não enfocaremos especificamente o que a Revolução vem realizando no campo político, econômico e social. Sua ajuda (assistência) à agricultura e à indústria foi e será objeto de análise profunda de nobres Senadores da nossa bancada. Preferimos a crítica da sua conduta ético-humana. Não iremos sustentar a inexistência de algumas incompreensões no seu transcurso de onze anos. O nosso depoimento é categórico num particular: essa forma de proceder nunca mereceu, nem merece aprovação de seus responsáveis maiores. Muito pelo contrário, dos quatro Presidentes, a repulsa a tais atitudes foi e é uma constante e uma norma.

Na coluna do Castello, nunca demasiadamente louvada pelo seu excelente conteúdo profissional, lemos em data recente: “Os êxitos da repressão são notórios e evidentes e a agitação subversiva no País é hoje apenas residual: as Forças Armadas alcançaram o seu objetivo e o nível de ordem no País é, hoje, dos melhores, o que não significa tenha sido suprimida, pelas razões acima apontadas, toda e qualquer ameaça”. E louve-se a sinceridade do Presidente Geisel, que, sem subterfúgios, revelou à Nação a existência de guerrilhas rurais combatidas pelas Forças Armadas.

A Revolução se autolimita, Sr. Presidente, Srs. Senadores, e estabelece o prazo da sua duração face a fatores importantes e completos. Todo movimento revolucionário, a História nos narra, repele tutores. Eles são dirigidos por sistemas que se compactuam com as diretrizes a que se propõem. E, quando sanadas as suas motivações, a normalização institucional vai-se pressentindo com o retorno ao leito legal. A Revolução brasileira ainda não exauriu todas as metas a que veio. Ela, rasgando novos horizontes na concepção da realidade brasileira, permitiu uma dimensão bem mais ampla no significado da nossa grandeza.

Toda revolução, bem o sabemos, é a ruptura da ordem legal. O restabelecimento do império da lei, após a eclosão revolucionária, tem que ser lento e seguro.

Lento, de vez que ela eclode quando aqueles que a comandam e os que a apoiam convencidos estão do total desacerto do governo que depõem, pelo que a desinstitucionalização de uma constante sua.

Assim o foi em 1964. Eram tantos, entre velhos e jovens, mulheres e homens, padres e freiras, que clamavam pela derrocada do governo de então, que as Forças Armadas, depondo-o, interpretaram fidedignamente a vontade de substancial parcela do povo.

E o que pretendia e pretende ainda o sistema revolucionário que nos dirige?

A correção dos fatores que originaram aquele descontentamento generalizado é a resposta.

Mas hão de por certo nos indagar: os governantes da nossa última década têm procurado atingir esse desiderato, ou seja, o cumprimento ideológico da Revolução?

Respondemos, sem receio, que sim. Sabemos que a redemocratização almejada caminha *pari passu* com o fator “segurança”, para que não se corra o risco da prejudicialidade no esquema da sua específica execução.

Qualquer gesto precipitado pode ser mortal para o seu objetivo, se ele for praticado fora do ritmo do esquema previsto.

E quantos não torcem pelo tropeço mortal? E isso, exatamente isso, que não pode nem deve ocorrer: seria o retrocesso que nos levaria à escuridão da violência e ao tropejar da prepotência. Mas volvemos ao passado, e é exatamente quando, erecto, tranqüilo e nobre, revemos o Presidente Castello Branco. Ele está no Plenário da Câmara dos Deputados para o seu compromisso de posse. E foi quando proclamou: “a Revolução que encarno foi deflagrada para garantir o funcionamento livre do Congresso Nacional, periclitante nos últimos dias que a antecederam”. Afirma assim aquele grande brasileiro que, no ideário da Revolução, encontrava-se de forma específica o resguardo do Poder Legislativo.

E, logo após, visitava Sua Excelência o Supremo Tribunal Federal, reverenciando a Catedral do Direito, homenageando os seus componentes e enaltecendo a sua História de fidelidade à lei. Eis quando pronunciou a frase histórica: “não há ministro revolucionário, mas, sim, leis revolucionárias”. Estava definida a posição ideológica do seu Governo perante os dois Poderes da República.

O Presidente Castello Branco honrou os compromissos solenemente assumidos.

Não foi apenas o seu Governo, em seu todo, que lutou pela palavra empenhada. Foi ele, o próprio Presidente, que se entregou por completo, de corpo e alma, na busca da harmonia entre os Poderes.

O Sr. LEITE CHAVES (Paraná) – Senador Henrique de La Rocque, permite V. Exa. um aparte?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Com muito prazer.

O Sr. LEITE CHAVES (Paraná) – Estamos ouvindo o seu discurso com muita atenção. É uma peça muito educada, parece-me que muito ao molde de V. Exa.. Entretanto, Senador, gostaríamos que V. Exa. atentasse para um particular. O nosso caso, por exemplo: não vimos da vida pública; saímos do meio do povo. Deixamos de ser advogado para ser representante de um Estado nesta Casa. Durante a campanha, a linguagem que o partido de V. Exa. usou foi esta, de louvação. Nós aceitamos essa louvação, inclusive, incontida. Mas hoje, que temos interesse em que a própria ARENA dispute conosco os anseios e a preferência popular, peço-lhe que use outra linguagem. Está havendo excesso de litania: que a História guarde o Marechal Castello Branco e o Marechal Costa e Silva. Mas a realidade de hoje é a seguinte: o homem do campo nunca esteve tão desamparado quanto agora. No meu Estado, existe inclusive uma coisa que acusa este Governo de uma maneira violenta: é o “bóia-fria”, um atentado à dignidade humana, O próprio AI-5 diz que a Revolução foi feita para preservar a dignidade humana e V. Exa. haverá de ver, e pode ver, que no meu Estado, um dos mais ricos do País, é esta a deplorável situação em que se encontra esse homem, o “bóia-fria”. O estudante, Exa., está lutando por liberdade, o operário não tem bom salário, não há preço para a produção agrícola. No meu Estado, não há preço conveniente para a soja, para o milho, para o arroz, para o feijão, Os próprios advogados, hoje, como anunciam no País, estão sendo presos e encapuçados. Então, a realidade é esta, diferente dessa louvação.

O Sr. EVANDRO CARREIRA (Amazonas) – Muito bem!

O Sr. LEITE CHAVES (Paraná) – Então, Exa., gostaríamos que a ARENA, como partido que deve ser, e é, dispute conosco as preferências, fale de realidade, e não de sonhos nem de História. A realidade do Brasil é outra, Exa. Muito obrigado.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Nobre Senador, V. Exa. traz, por certo, ainda o entusiasmo da campanha da qual saiu tão vistosamente vitorioso.

Dissemos, de início, que estávamos procurando depor para a História. Pediríamos a V. Exa. que atentasse um pouco mais para a continuação do nosso

discurso, onde procuraremos demonstrar que o Presidente Castello Branco, assumindo a Presidência da República, deu o que qualquer um dos mais dignos homens de Estado poderia dar em benefício do seu povo e da sua pátria.

V. Exa. tem uma posição ideológica e política contrária à que defendemos. Participamos da Revolução, assistimos a vários de seus lances e pedimos licença a este Senado para declarar que, especificamente, não iríamos defender o Governo no que diz respeito a sua política econômica e social. Dissemos-lhe que prestaríamos um depoimento sobre a conduta da Revolução na sua parte ética e humana, e é justamente para esta parte que solicitamos ao vibrante advogado, hoje nobre Senador pelo Paraná, que nos escute, para, no fim, aparteando após as nossas declarações, em seu conteúdo maior, possa delas divergir com mais segurança. É o que solicitamos do nobre colega.

O Sr. LEITE CHAVES (Paraná) – Peço desculpas, mas pediria licença apenas para observar que V. Exa. nos colocou em pontos ideológicos diferentes. Não sei a que ideologia V. Exa. se refere. Quero dizer o seguinte, nobre Senador: quando resolvemos participar da própria campanha política, procuramos ajudar, também, ao País, porque, participando, mesmo como Oposição, estamos, inclusive, dando ao Governo condições de fazer alguma coisa de concreto. Não concordamos com o exagero do elogio, que não constrói coisa alguma. Queremos voltar para a realidade palpável, que nos está agredindo. De forma que aprecio o discurso de V. Exa., e, se ousei apartear, foi porque não neguei aparte a ninguém e creio que, no instante em que não tivermos diálogo, não encontraremos mais sentido para esta Casa. Muito obrigado.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Somos muito gratos pelo diálogo que V. Exa. permite tenhamos com o nobre Senador. Mas voltamos à primeira página do nosso pronunciamento, onde está dito:

Alcançamos a nossa meta sem rancores, encontrando na vivência fraterna dos companheiros o clima propício para o pelear contínuo que nos impusemos. Encontramo-nos com velhos soldados da democracia em nossas hostes e fora delas.

É uma referência expressa, categórica, de que nós, da ARENA, reconhecemos o patriotismo e a bravura cívicos de V. Exas., também.

Pedimos permissão para continuar o nosso pronunciamento.

Nesta dádiva, sem jamais descer de sua condição presidencial, dialogou com parlamentares, os seus contatos conosco eram quase permanentes, e até visitas pessoais fazia a alguns de nós, tudo com um único objetivo: a normalização democrática do País. Mas não era fácil a sua missão. As feridas sangravam e algumas delas jamais cicatrizaram.

Os tropeços iam surgindo e ele pessoalmente os dirimia, procurando dar-lhes imediata solução.

Passamos a narrar alguns fatos, para que os Srs. Senadores conheçam a extensão de seus esforços em busca da paz política e social. Eles documentam para a História que ele não era um homem odioso, vingativo e frio perante os problemas alheios, traços que os seus detratores procuram fixar como marcantes de sua personalidade.

Ordem superior determinara que as famílias dos parlamentares cassados desocupassem as suas moradias no prazo de trinta dias. Recebemos então vários apelos para – na sequência da missão que nos impusemos, de amparar, dentro da Lei e com um total respeito à Revolução, os ex-parlamentares cassados e suas famílias – evitar a concretização daquela ordem. Solicitamos, através de seu ajudante-de-ordens, o Comandante Júlio Pessoa, uma audiência e de logo nos foi marcada. Explicamos a Sua Excelência o objetivo da nossa presença. Enfatizamos as dificuldades que surgiriam com as mudanças de tais famílias, cujos chefes encontravam-se presos, exilados ou foragidos. Procuramos argumentar juridicamente, com a vigência contratual que lhes socorria. Ele ouviu-nos e, mesmo não recebendo como procedente o nosso argumento da locação, respondeu categórico: “vá, Deputado, a sua exposição convenceu-nos. Ninguém deixará o seu lar por imposição revolucionária”. E assim foi.

E, se V. Exa. desejar – novo que é nesta Capital – a comprovação da minha assertiva, encontrará ex-colegas seus, infinidades deles, com seus apartamentos mantidos e com suas famílias lá residindo, e eles trabalhando honestamente para mantê-las.

Eis, Srs. Senadores, um Chefe de Estado, Comandante Supremo de uma revolução vitoriosa, humanizando-se perante dificuldades alheias e decidindo a favor daquelas famílias desesperadas que lhe batiam à porta por intermédio de quem ora vos fala. Que exemplo maior poderia dar Sua Excelência de sua humanização e da grandeza da sua alma?

Esta uma passagem de sua conduta, uma página de sua vida, a que assistimos e cujo relato espero se some a fatos tais que permitam a construção do pedestal da sua personalidade, tantas vezes mal interpretada por julgamentos apressados e injustos.

O seu Governo foi indiscutivelmente de defesa da Revolução que ele encarnava. Esta não poderia, e não pode, ficar inerme quando pretendiam desmoralizá-la e, mais do que isso, se exibiam em desafios contínuos, numa contestação de violência e de sangue.

Srs. Senadores, estou falando sobre o passado.

Ela tem exercido o direito de legítima defesa quando se depara com seqüestros, mortes e provocações variadas.

Nenhum dos seus defensores jamais advogou, nem advogará por certo, que se faça tábua rasa dos direitos individuais, que não são conquistas de uma geração, mas de tantas outras que tombaram em busca da consagração de tais princípios.

A Revolução tem o direito e o dever de se defender, defender o Estado que ela encarna e defender o povo que ela governa.

Lembramo-nos bem, e ainda convém relatar, de que certo dia, em visita ao íntegro Ministro Álvaro Ribeiro da Costa, então presidindo o Supremo Tribunal Federal, ouvimos, em seu lar honrado, a seguinte narrativa: “o advogado Sobral Pinto”, dizia-nos Sua Excelência, “telefonou-me ontem ao fim do dia, comunicando que o alvará de soltura expedido a favor de Miguel Arrais ainda não

fora cumprido. A autoridade custodiante não o soltara. Liguei para o Presidente Castello Branco”, prosseguia o Ministro Ribeiro da Costa, “e relatei-lhe o fato. Sua Excelência, o Presidente, solicitou-me trinta minutos para uma resposta sobre assunto tão importante. E assim ocorreu. Do Presidente da República recebi a comunicação de que as autoridades militares informavam que Miguel Arrais não estava preso pelos fatos objetos do *habeas corpus* concedido. Respondi ao Presidente”, continuava Ribeiro da Costa a relatar-nos, “já em um apelo veemente, para que ordenasse a soltura do paciente e que, após essa medida, se outras razões houvesse para sua detenção, que ela então fosse executada. O Presidente respondeu imediatamente: determinarei a soltura de Miguel Arrais. O Supremo Tribunal Federal pode ter certeza de que as suas decisões em meu Governo não serão desrespeitadas. E foi o que ocorreu”.

Esse o homem que alguns querem e insistem que passe à História como um ditador. Não, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o que ele não permitiu, e os seus sucessores também, é que se repetisse no Brasil a tragédia de 1935, quando, dormindo, militares foram assassinados; e que outros quartéis fossem bombardeados como o foi o da Praia Vermelha na luta que se tornou necessária para que a traição não vingasse e os extremistas se vitoriassem.

Bem sabemos que nesta Casa só habitam aqueles que a amam, integrando um Poder da República que, tendo Deus para protegê-lo, jamais será palco de atrocidades tais.

E como procedeu a Revolução com o Parlamento nos primeiros dias da sua eclosão? De forma correta.

Era Comandante das tropas sediadas no Planalto o General Souza Aguiar. Logo no segundo dia da sua erupção, era detido um representante do povo. Tivemos a missão de procurar o General-Comandante. Fizemo-lo sabendo que era árdua a tarefa a cumprir. Sua Excelência recebeu-nos de início com reserva, achando estranho que uma Revolução vitoriosa devesse prestar contas sobre o porquê de suas primeiras atitudes. Fizemos ver a S. Exa. o penoso do nosso trabalho. Dialogamos e de logo vislumbramos naquele viril general uma extroversão sincera e nunca uma arrogância mesquinha. Voltamos constantemente à sua presença todas as vezes que ex-colegas eram detidos. Tornamo-nos amigos. E foi nesse contato que tivemos a ventura de conhecer um dos mais corretos e mais dignos oficiais superiores do Exército brasileiro. Da Embaixada da Iugoslávia, com seu expresso consentimento, após as devidas buscas no serviço de segurança, retiramos um sem-número de ex-parlamentares que, incorporados à coletividade, vivem hoje, mercê do seu trabalho, felizes e realizados. Não citamos seus nomes porque tantos deles, totalmente afastados da política, não gostariam dessa nomeação, que lhes traria certamente a melancolia da recordação de tantos instantes difíceis e trágicos.

Tudo fizemos com conhecimento pleno da Revolução, porque era preciso que ela marcasse também a sua posição com gestos de solidariedade humana indispensáveis em toda e qualquer coletividade,

E, aqui, cabe-nos relatar também que, em determinado dia, convocados fomos pelo Presidente da Câmara dos Deputados com a comunicação de que

caro amigo nosso, Deputado atuante, então integrante das hostes do Partido Trabalhista Brasileiro, havia sido detido no Rio Grande do Sul. Partimos *incontinenti* para o Palácio do Planalto. Anunciamo-nos. Alguém, com a maior cortesia, com a maior atenção, nos ouviu. Indagou o nome do parlamentar. Respondemos-lhe. Indagou, mais, se a Câmara tinha notícia da motivação de sua detenção. Respondemos-lhe que a Presidência soubera que, em sua residência, haviam sido encontradas armas de uso privativo do Exército. E esse general disse-nos: “Conheço o Deputado detido. Pertence às hostes do Partido Trabalhista Brasileiro. Mas, *incontinenti*, determinarei a sua soltura, porque sei que não praticará nenhum ação contra a Pátria e contra o Estado do Rio Grande do Sul”.

Esse nobre Deputado não teve a sua carreira tisonada com essa detenção. Naquele momento, cumpria um mandato iniciado em 1962. Reelegeu-se em 1966, reelegeu-se em 1970 e reelegeu-se em 1974, para continuar integrando as hostes do Movimento Democrático Brasileiro, trabalhando com o maior entusiasmo que sempre tem pelos interesses maiores do Estado do Rio Grande do Sul, que representa na Câmara dos Deputados.

Cabe-nos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, e de forma um pouco mais emocionante, um pequeno histórico da detenção de ex-colega nosso, representante, como nós outros, do Estado do Maranhão. Referimo-nos ao ex-Deputado Neiva Moreira. Preso o nosso companheiro de bancada – integrávamos as hostes do Partido Social Progressista –, de logo, preocupamo-nos com a sua situação. Fomos ao General Souza Aguiar e ele disse-nos que poderíamos ficar absolutamente tranqüilos, porque não só a sua detenção em Brasília não seria prolongada, mas que a sua família nada receasse sobre sua integridade física. Fizemos então um relatório a sua senhora, D. Naná, do que havíamos ouvido do General Comandante das tropas de Brasília, e recebíamos do ex-Deputado Neiva Moreira uma carta, carta de amigo para amigo, em que ele dizia: “As informações que lhe foram prestadas pelo General Souza Aguiar correspondem à verdade. Tenho tido um ótimo tratamento por parte de todas as autoridades militares. Fique tranqüilo que nada me tem acontecido de maior”.

O ex-Deputado Neiva Moreira, em seguida, é transferido para depor no então Estado da Guanabara. E recolhido à Fortaleza de São João. Demandamos ao Estado-Maior de Artilharia da Costa, sediado no Forte de Copacabana, e lá encontramos um General de escol, o General Moraes de Barros, que fidalgamente acolheu-nos, reconhecendo que ali representávamos um Poder da República. E, depois de mostrar-nos o IPM a que respondia o ex-Deputado, autorizou-nos a visitar o ex-companheiro. Fomos a Fortaleza e lá encontramos o ex-Deputado em companhia de duas figuras conhecidas nacionalmente na área política. Confidenciamos ao ex-Deputado Neiva Moreira que sentíamos que ele seria solto no dia seguinte. Discutimos o destino que ele deveria seguir e ele preferiu o exterior, num ato de opção. Dizia-nos ele, naquele momento, que, sendo um ex-Parlamentar marcado pela Revolução, qualquer coisa que ocorresse no Território Nacional lhe poderia ser debitado, e por isso preferia seguir para o Uruguai, lá se encontrando até hoje.

E mais; Srs. Senadores, era tal o escrúpulo do Presidente Castello Branco em não permitir a violência, que, no IPM feito acerca da Rádio Nacional de Brasília – IPM constante de vários volumes (e os folheei todos) –, nele está envolvida a figura respeitável de Dom José Newton, que houvera falado na véspera da Revolução naquela emissora. É chamado à Presidência da República o Dr. Pedro Aleixo, Líder do Governo, e recebe uma determinação fria do Presidente da República para que não permita que Dom Newton sofra um arranhão em sua liberdade, em tudo aquilo que dizia respeito à sua segurança pessoal e sacerdotal. Dr. Pedro Aleixo convoca-nos imediatamente para a tarefa do exame do processo e das providências a adotar, e, com assistência do honrado Procurador-Geral do Distrito Federal, Professor Guimarães Lima, Sua Excelência Reverendíssima foi, na conformidade dos desejos do Presidente da República, Castello Branco, excluído da denúncia então apresentada naquele volumoso inquérito policial militar.

E mais: ex-colega nosso foi intimado para depor em inquérito policial militar. À data marcada, procurou-nos o ex-parlamentar e, categoricamente, confidenciou-nos que, escudado na Constituição, só depor na Câmara e em nosso gabinete de Secretário dela. No dia fixado, recebemos do presidente do inquérito a indagação do porquê de não comparecer o intimado ao Batalhão de Guarda. Dissemos-lhe da sua posição e ele declarou-nos que o aguardaria até as doze horas. Em frente à nossa mesa de trabalho, sentado desde as 10 horas da manhã, estava o indiciado na disposição que preestabelecera. Ao receber o último telefonema da autoridade processante, consultando a nossa consciência, partimos para o diálogo com o Comandante do Batalhão de Guarda. Não o encontramos de logo, e a oficialidade convidou-nos para que almoçássemos no cassino em que faziam as refeições, o que de pronto aceitamos. Aguardamos inquietos a hora da chegada de quem procurávamos. E assim foi. Dirigimo-nos ao brilhante coronel, hoje, para honra do Exército, um dos seus generais. Narramos-lhe os fatos e rogamos-lhe a sua compreensão. Enfocamos que, acima da pessoa do Deputado, estava o Poder que ele representava. E aquele fidalgo e honrado coronel, após algumas conferências, dizia-nos que o assunto estava encerrado e que voltássemos para a Câmara em que funcionávamos sem temer nenhuma represália do Batalhão que ele comandava.

Ora, Srs. Senadores, onde o poder despótico apregoado do homem de farda? Mas Castello Branco morre tão tragicamente, deixando o seu Governo, mas julgado por certas áreas da opinião nacional. É nosso dever, pois, assentar na História a realidade do seu extraordinário Governo, enaltecendo-lhe as qualidades pessoais e contando o mínimo do que foi a sua ação e a sua obra em favor da pátria que ele tanto amou. Este o Governo Castello Branco que conhecemos e de que privamos, sempre assessorado de forma extraordinária e segura pelo Chefe da sua Casa Civil, hoje honrando o Senado da República, o Senador Luiz Viana, pelo Chefe da sua Casa Militar, General Ernesto Geisel, e pelo Chefe do Serviço Nacional de Informações, General Golbery do Couto e Silva.

Segue-se-lhe a gestão Costa e Silva. Outro estilo, outro temperamento, outra ação. Procurou honrar o cargo que lhe confiaram. Teve um governo

difícil. O caso Márcio Alves, gerador do AI-5, e uma série de obstáculos, cada qual mais complexo. Mas nunca guerreou o Poder que integramos. Dele, como símbolo da sua alma democrática, relatamos depoimento, altamente ilustrativo, do honrado Professor Pedro Aleixo.

Em visita que lhe fizemos, contava-nos o bondoso e saudoso mestre: “estava participando de um coquetel no Clube das Forças Armadas, quando o Presidente, após longa conversa com um dos seus Ministros militares, chamou-me e pediu-me que sentasse ao seu lado. Falava-me com o maior entusiasmo do estudo profundo que estava fazendo do texto da carta constitucional que ele pretendia oferecer à Nação e sobre a reabertura do Congresso Nacional, o que faria sem delonga. Tudo era dito”, contava-nos o mestre ilustre, “em um misto de preocupação e ânsia, notando-se um grande cansaço, que se retratava na sua face tensa. Dias após, soube que viajava o Presidente para o Rio e, justamente pela forma fraternal com que me tratara, fui ao aeroporto militar para dele despedir-me. Qual não é a minha surpresa quando vejo o automóvel presidencial parar junto à aerovane e dele saltar o General Costa e Silva, que, ao ver-me, segura por minutos a minha mão, não desejando que a retire da sua, sem conseguir proferir uma única palavra. Percebi lágrimas que rolavam dos seus olhos cansados”. E continuou o mestre Pedro Aleixo: “aliei os dois encontros. Ele ali por certo se recordava, sem poder fazer qualquer referência, da longa conversa que tivera comigo no Clube das Forças Armadas”.

Este fato, rigorosamente verdadeiro e histórico, na esteira de passagem do discurso do eminente Senador Jarbas Passarinho, mostra quanto sofreu o Presidente falecido por não ter podido assistir à reabertura do Congresso, cujo recesso, por ironia do destino, decretara. E não pudera, também, ver chegar ao fim o texto constitucional com que sonhara.

Morto o presidente, é seu substituto o General Emílio Médici. Dele só saudades e uma lembrança imorredoura tem o povo brasileiro. Argumenta-se que governou sem a devida contatação congressional. O seu temperamento por certo não lhe facilitava essa comunicabilidade parlamentar, tão do agrado de Castello Branco. Mas indagamos: faz mau governo quem sai consagrado pela opinião pública? Quem pode negar que o Presidente Médici, ao terminar o seu período presidencial, deixou a sua imagem, na maioria compacta dos lares brasileiros, entre querido e festejado e até mesmo amado do povo? Ninguém, de boa-fé, pode negá-lo. Deu de si tudo que estava ao seu alcance e dentro de suas forças para que o desempenho de seu mandato fosse marcadamente popular. A sua caneta presidencial esteve quase sempre extraviada quando tinha que apor a sua assinatura no que concerne às implicações do AI-5. A Transamazônica, a obra gigantesca de integração nacional, é no presente e há de ser ainda mais no futuro um testemunho vivo de um verdadeiro homem de Estado. Se hoje ela encontra contestadores, no porvir essa negação desaparecerá face ao sentido indiscutível de integração nacional que lhe destina a História. Ela é, sem dúvida, o obstáculo maior à cobiça internacional, que sempre vislumbrou na Amazônia a realização de grandes esquemas contrários à nossa soberania. Continuou e

terminou o governo Médici as obras do seu antecessor destacando-se, entre tantas, a monumental ponte Rio-Niterói. E o homem foi, sem dúvida, a meta primordial e prioritária das suas preocupações e da ação do seu Governo. Falar do Governo Médici é premiar o povo com a recordação de um Presidente a quem ele passou a querer bem, o bem que se destina aos bons, aos honestos e aos puros de coração. O amparo aos brasileiros das cidades e dos campos, pobres, ricos, velhos e jovens, foi uma constante em seu Governo.

E hoje, por sua escolha sábia, nos governa a figura por tantos títulos respeitada do Presidente Ernesto Geisel. Preparado como poucos, o seu Governo está com a autoridade moral e política que ele soube construir. Fora de dúvida, a sua ação tem permitido a distensão necessária para a reconquista do Estado de Direito, pelo País almejado. Permitiu que o pleito de 15 de novembro se realizasse sem a menor coação, e, quando os pescadores de águas turvas se agruparam para esquemas antidemocráticos, surge o Presidente, Comandante Supremo das Forças Armadas, e diz em síntese que não há como, nem por que desrespeitar a vontade do povo.

A ARENA que se reequipasse e lutasse para recuperar a área eleitoral que perdera. Ninguém diria melhor, ninguém sentenciaria com mais precisão. Esta a amostragem mais viva, mais palpável, mais objetiva de que o Presidente Geisel deseja caminhar, lentamente mas de forma segura, para o Estado de Direito. Sentimos a liberdade que temos, a de sustentar as nossas idéias e debater as nossas dúvidas quando as nossas manifestações são publicitadas pela imprensa nacional. Não há como se lhe negar a sinceridade de propósito. Ainda o *Jornal do Brasil*, de 23 de março, publicava entrevista, que reputamos da maior importância, do Líder do MDB, o destemido e brilhante Senador Franco Montoro, na qual está dito, na qual está proclamado que vários passos já foram dados pelo Governo em sua caminhada para a abertura política, todos eles muito significativos. Pela importância do pronunciamento, ele integra o nosso discurso para que aqueles que não tenham lido o grande órgão de imprensa que o publicou dele tomem agora conhecimento:

“MONTORO CULPA ESQUERDA E DIREITA

São Paulo – ‘A grande barreira que o Brasil encontra hoje para entrar no regime democrático são os radicais de esquerda e de direita, que se ajudam reciprocamente. A cada provocação da esquerda corresponde uma reação da direita e vice-versa. O fortalecimento desses movimentos extremos pelo sistema de auxílio mútuo não constitui uma ameaça apenas ao povo, mas ao próprio Presidente da República.’

A análise é do Líder da Oposição no Senado, Sr. Franco Montoro (MDB-SP), que luta agora para que o Governo Federal dê seu quarto passo de abertura política, ou a retomada do estado de direito: ‘Queremos a superação do regime de exceção da vida pública brasileira e a passagem para o estado normalidade institucional’.

A lenta caminhada

O Senador enumerou os passos já dados pelo Governo em sua caminhada para a abertura política, passos lentos, mas muito significativos.

Em primeiro citamos o seu reconhecimento do resultado das eleições diretas de 15 de novembro último; depois a eliminação da censura em grandes órgãos da imprensa brasileira e, finalmente, o diálogo aberto verificado hoje entre Governo e Parlamento, e entre a Oposição e a Situação. Podemos afirmar que o Congresso voltou a seus grandes dias de debates abertos e especialmente francos.

– Um dos mais importantes frutos que a eleição de 15 de novembro deixou – disse o Senador – foi o sistema de revezamento que daqui para a frente ocorrerá no Governo. O voto popular fortaleceu a Oposição e destruiu a ameaça da existência no País do partido único. Deu-se uma transformação radical em nossa vida pública, pois passamos do modelo mexicano ao modelo inglês. No primeiro há um Partido único, o PRIN (Partido Revolucionário Institucional), uma falsa democracia. Já no modelo inglês, há uma segurança, determinada pelo revezamento no Poder dos Partidos Conservador e Trabalhista.

Responsabilidade maior

Para o Sr. Franco Montoro, essa troca temporária de Poder torna superior a responsabilidade crítica e a objetividade do Governo.

– Por isso – disse – terá que se pensar bastante antes de qualquer crítica, pois os pontos que denunciarmos hoje teremos que executar amanhã. Será um jogo muito cauteloso e honesto. Essa é a razão pela qual atualmente não aceitamos a participação no Governo. A ARENA trabalha e nós fiscalizamos. No próximo Governo, nós trabalhamos e eles fiscalizam.

A certeza da conquista do Governo pelo MDB para a próxima gestão, pelo menos a nível estadual, faz sentido a partir do volume de votos conseguidos pelo Partido nas últimas eleições em todo o País, quando arrecadou 15 milhões de votos, contra 10 milhões da Arena. E em 1978 já está praticamente acertada a candidatura do Senador Franco Montoro ao Governo paulista.

Três grandes objetivos

O Senador voltou a falar dos três grandes objetivos do seu Partido para o ano de 1975 – o político, o social e o econômico.

– O fato de o Governo federal já ter dado seu três primeiros passos não permite ainda que afirmemos nada semelhante à “normalização democrática”. Nosso desenvolvimento é ainda paternalista. Volto a dizer que nosso desenvolvimento é um gigante com pés de barro. E aqui entra o quarto passo pelo qual lutamos. Precisamos instalar o estado de direito, como ponto fundamental de todos os demais aspectos do desenvolvimento. Sem um mínimo de democracia, nunca haverá um desenvolvimento adequado à realidade brasileira.

– Mas – disse – temos uma barreira: os radicais. A qualquer manifestação de extrema esquerda surge uma igualmente repreensível reação da extrema direita. Esse é o grande prejuízo. Os dois extremos se fortalecem e o povo sofre. O Governo também.

Entretanto, o Senador diz que os reflexos daqueles passos de abertura já permitem sua intervenção nesta luta pelo estado de direito.

Para isso temos três armas: o debate parlamentar; a função fiscalizadora; e a função legislativa, esta através de emendas à Constituição que vamos apresentar, para a normalização institucional do País.”

Na mesma viela de considerações, *O Estado de S. Paulo*, em suas “Notas e Informações”, tão lidas e meditadas porque oriundas de um órgão de imprensa com cem anos de lutas democráticas, referindo-se à criação da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a atividade das empresas multinacionais, assinala:

“NOTAS E INFORMAÇÕES

Com menos ousadia que fortaleza

Com o peso e medida que lhe reconhecíamos há poucos dias, ao se completar seu primeiro ano à frente do governo, o presidente Ernesto Geisel reagiu à criação da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a atividade das empresas multinacionais: a iniciativa da oposição merece ser acolhida como “uma contribuição altamente salutar”, indispensável a um assunto mundialmente debatido; e capaz de orientar um governo que não pretende valer-se apenas dos pareceres técnicos, muito embora abalizados, de sua assessoria mais imediata.

Ficou patente o respeito pela autonomia do Poder Legislativo e a confiança, por princípio, na seriedade e objetivos patrióticos de seus trabalhos. Patente também o estímulo ao diálogo, alargado para além da esfera ministerial; e a serenidade com que o governo se expõe às críticas que fatalmente advirão do diálogo promovido e incentivado.

Este é o tom que se espera num país suficientemente amadurecido para arquivar no passado governos autocráticos e paternalistas. E a linguagem adequada à Nação, senhora de seus destinos, a serem decididos no campo aberto de todas as manifestações e interesses e não mais sob as asas de instituições jejunas em matéria política e, como tais, incompetentes para orientá-la. Firma-se a rotina de jamais avocar à própria instância, a pretexto de ser a mais alta, o que é de interesse comum. O governo quer dividir responsabilidades, para depois, por todos e em nome de todos, arcar com o ônus histórico de assumi-las na prática e nas consequências.”

O grande órgão *O Globo*, da imprensa carioca, em seu editorial também do dia 23, bem lançado, cheio de verdades e de advertências patrióticas, pondera:

“ENQUANTO É TEMPO

A distensão política corajosamente iniciada e até agora conduzida pelo Presidente Ernesto Geisel corresponde antes de mais nada à sua profunda consciência democrática. Ao convocá-lo para o Governo, a Revolução, pelas forças que a mantêm viva, operante e dominante no quadro político nacional, aprovava o largo passo dado no sentido do paulatino restabelecimento de certas franquias que o combate à subversão obrigara a suspender.

Nenhum fator externo à vontade da Revolução impôs a política de abertura. A situação econômica do País saiu-se esplendidamente num ano – o de 1974 – em que todo o resto do mundo estagnou, atolado no lamaçal da crise do petróleo; e igualmente a ordem interna se manteve sem qualquer abalo ou mesmo sem que se vislumbrasse qualquer ameaça de tumulto. Só o imperativo moral de refletir a vocação democrática do povo brasileiro pode ser encontrado na raiz desse gesto supremo e magnânimo da Revolução, sob a incontestável liderança do General Ernesto Geisel.”

Vemos assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o Governo do Presidente Ernesto Geisel, com um ano apenas de exercício, já marca posição firme na política e na economia, e no campo social, de vez que a sua preocupação para com o homem é tão fermentada que Ministério específico ele criou para se dedicar, em completo, à problemática que gira em torno de meta tão prioritária. Atento às implicações oriundas de uma conjuntura internacional, procurando superá-las, marcha, sem dúvida, para que, ao término do seu mandato, tenha realizado obra fecunda e patriótica, que jamais será olvidada pela Nação que governa. Nós que aqui estamos, os da ARENA e os do MDB, sabemos que é preciso esperar para vencer. Quem não possui a sensibilidade da espera nada obterá, porque não merece o sabor do triunfo conquistado.

O Sr. FRANCO MONTORO (São Paulo) – Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Com muito prazer.

O Sr. FRANCO MONTORO (São Paulo) – Nobre Senador, como V. Exa. nos honrou com a citação de declarações nossas sobre os passos dados no sentido da normalidade democrática, que merecem total apoio da Liderança, da Direção e de todo o MDB, desejo tornar claro que esta afirmação não nos leva à conclusão de um louvor à atuação dos governos após 1964. Há uma diferença que precisa ser afirmada. Na parte final da oração de V. Exa., há uma esperança de que o Presidente Ernesto Geisel terminará o seu Governo com grandes realizações. A exigência do MDB – e é aí, parece, que está a diferença – é de que a normalização deve vir logo, não pode continuar demorando. O nosso pensamento: aquele que foi expresso por Milton Campos, que foi Ministro da Revolução. Diz ele:

“A Revolução há de ser permanente como idéia e inspiração. O processo revolucionário, porém, há de ser transitório e breve, porque a sua duração tende à consagração do arbítrio, que elimina o Direito, intranqüiliza os cidadãos e paralisa a evolução do meio social.”

Ao lado dos elogios que V. Exa. faz aos esforços dos Presidentes – que não foram contestados por nenhum dos nossos oradores; pelo contrário, os oradores do MDB que aqui falaram reconheceram o propósito, o empenho, mas tiveram que dizer que, desalentadamente, não conseguiram realizar esse propósito fundamental –, nós continuamos a afirmar o mesmo princípio: essa normalização não pode tardar, porque a falta do estado de direito, o fato de não se respeitarem princípios que estão na Constituição, como aquele do art. 153, § 4º, que diz:

“A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual.”

E artigo da Constituição, no § 52, diz:

“Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente.”

“Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral do detento e do presidiário.”

São princípios básicos que estão em nossa Constituição, mas que, em virtude de uma disposição de exceção, não estão sendo cumpridos. Se houve os

atos magnânicos a que V. Exa. se refere, há atos como aqueles que aqui foram denunciados, como a carta do general denunciando, com toda a sua autoridade, a tortura de que foi vítima seu filho, recentemente. Esses fatos não podem ser esquecidos. O depoimento que V. Exa. presta para a História, e que é válido, mostra bons sentimentos, bons propósitos, mas não invalida a grande tese, se quisermos a grande acusação que se faz, onze anos decorridos, sem que o objetivo fundamental, que é o estado de direito, tenha sido alcançado. O Brasil não é inferior a outras nações que superam crises mais sérias respeitando a Lei. Para punir os subversivos, os agitadores radicais da esquerda e direita, nós temos a Lei, os Tribunais e a Justiça. Não é preciso violar a Lei, desrespeitar a Constituição, transgredir preceitos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, para realizar esses propósitos.

Quero assinalar com este aparte, ao lado do reconhecimento da veracidade do depoimento de V. Exa., as diferenças de posições que marcam a atitude e a posição do MDB e aquela defendida por V. Exa.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Muito grato, nobre Líder Franco Montoro, pelo aparte de V. Exa., que, por certo, dará maior importância ao nosso pronunciamento.

De início declaramos que havíamos ouvido discursos os mais veementes, partidos de eminentes Senadores do MDB, clamando pelo estado de direito.

Quem não deseja o estado de direito, nobre Líder Franco Montoro?

A nossa divergência apenas consiste em que V. Exas. entendem que ele deve vir já.

O Sr. FRANCO MONTORO (São Paulo) – Já vem tarde.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Nós achamos, respeitando o ponto de vista de V. Exas., que ele virá...

O Sr. FRANCO MONTORO (São Paulo) – O de Milton Campos.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Deus há de permitir que não tardará esse dia. Ele virá. Virá como fator de segurança que o Governo considera necessário para que, realmente, ele seja restabelecido em toda a sua plenitude.

O Sr. FRANCO MONTORO (São Paulo) – O estado de direito é a melhor forma de segurança.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – A nossa divergência não é tão fundamental, nobre Líder: a nossa divergência está justamente no que diz respeito às possibilidades de ele ser restabelecido.

Acredita V. Exa., por certo, que essas possibilidades existem no momento; os responsáveis pela ordem pública entendem de forma diferente – embora o desejando muito, acham que não chegou ainda a hora do seu retorno, como disse, em todo o seu vigor.

O Sr. LEITE CHAVES (Paraná) – Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Com muita honra.

O Sr. LEITE CHAVES (Paraná) – O nobre Senador Franco Montoro tem toda a razão quando põe a questão nestes termos – que é a questão do nosso

Partido. Queremos um termo. Não é possível que um regime seja indefinido. Ele teve a vocação de transitoriedade. Queríamos aproveitar esse instante para que se ordenassem os princípios dessa finalização. O Presidente atual, veja V. Exa., é, de todos os que houve neste decênio de Governo, o que mais mereceu o respeito do povo. Digo isso com a autoridade de quem saiu de uma eleição recente e fizemos questão de preservar essa autoridade. Enquanto Sua Excelência tiver essa autoridade, enquanto a Revolução tiver essa autoridade, ela poderá comandar a normalização. À proporção que o tempo passa, ela vai perdendo substância, porque o tempo desgasta os Governos. Por melhor que seja um homem, ele, só pelo fato de elastecer a sua posição no tempo, implica em que se desgaste e, depois, não haverá nem autoridade, nem força alguma que faça com que a normalização seja autoritariamente comandada. A autoridade a que nos referimos não é a autoridade da força – essa é transitória, é frágil demais. É a autoridade da moral e do respeito. A força da Revolução só existe enquanto houver, da parte do povo, um respaldo e um reconhecimento. Queremos dizer a V. Exa. que, a esta altura, é o MDB que está dando respaldo ao Presidente da República; o MDB que saiu vitorioso, que saiu com dezesseis milhões de votos das urnas. Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Muito grato, nobre Senador, pelas afirmações renovadas em que, enaltecendo a vitória do seu Partido no Estado do Paraná e em tantos outros da Federação, procura, e o faz com autoridade, marcar a sua posição de apoio, também, ao Governo Geisel. Nós o apoiamos com toda a fé e com toda a fidelidade. V. Exa. acabou de nos trazer essa grata notícia de que também o apóia.

O Sr. LEITE CHAVES (Paraná) – Confessamos, de público, que apoiamos o Presidente; apoiamos, como dissemos em repetidos discursos, porque este Presidente precisa ser apoiado por todos nós, por todo o País; ele está sendo o grande líder do Partido de V. Exa., está sendo o Líder civil. Sua Excelência não é um homem preocupado com a reeleição ou com o mandato de amanhã; creio que Sua Excelência está preocupado com o futuro deste País. E por esta razão que estamos apoiando o Presidente sem qualquer vexame para nós, porque criticamos o Governo naquilo que ele tem de falho. De sorte que, quando apelamos para que o Partido de V. Exa., a Aliança Renovadora Nacional, busque conosco fatos reais, dispute o voto, é porque queremos que ele seja um partido expressivo, que, até no próximo pleito, venha a ganhar de nós. Mas é preciso que ele exista para que existamos, e só existindo partidos é que existe Democracia. Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Todos nós da ARENA somos muito gratos a V. Exa. pelos elogios calorosos que acaba de fazer ao Presidente de honra da nossa agremiação partidária.

O Sr. RUY SANTOS (Bahia) – V. Exa. me permite um aparte?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Com muita honra, nobre Líder.

O Sr. RUY SANTOS (Bahia) – É dever nosso, de seus companheiros de Bancada, apenas ouvi-lo com o devido respeito, no depoimento que V. Exa.

está dando de fatos a que assistiu, de que foi testemunha, de que participou. O nobre Senador Franco Montoro quer o restabelecimento pleno da Democracia já e já. Professor de Sociologia, se não me falha a memória, como S. Exa. é, sabe S. Exa. que, muitas vezes, mais fortes que nós mesmos são os fatos e os acontecimentos. O AI-2, como já ficou demonstrado, implicou num recuo dos propósitos do restabelecimento pleno da Democracia, tão do desejo desse eminente brasileiro que foi Humberto de Alencar Castello Branco. O AI-5, e ninguém contesta o empenho – e o depoimento do Senador Jarbas Passarinho foi claro nesse sentido –, o propósito de Costa e Silva quanto a este restabelecimento. E os acontecimentos, sempre os acontecimentos, mais fortes que nós mesmos, a imporem recuo e retrocesso na vontade desejada. O eminente Presidente Médici também declarou que era seu desejo, ao fim de seu Governo, o restabelecimento pleno da Democracia. Não lhe foi possível. Nós não queremos o restabelecimento já e já de um estado de direito, estado de direito que todos defendemos, mas queremos um restabelecimento de um estado de direito quando já não seja possível recuo nem retrocesso; esse estado de direito virá gradual e lentamente. Temos paciência; os ilustres representantes da Oposição não têm paciência, mas nós temos paciência porque queremos a felicidade do povo brasileiro.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Nobre Líder Ruy Santos, o aparte de V. Exa., sem dúvida, credencia para a História o nosso pronunciamento de hoje, dando-lhe ênfase de uma forma muito especial.

O Sr. GILVAN ROCHA (Sergipe) – Permite V. Exa. um aparte, nobre Senador?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Com muita honra.

O Sr. GILVAN ROCHA (Sergipe) – É apenas para acrescentar algo ao que o nobre Senador Ruy Santos disse – que a Oposição está impaciente. Lembro a S. Exa. que ele está falando aqui, neste Plenário, para 70% de brasileiros que têm menos de vinte e cinco anos, o que significa dizer que, à época da Revolução, tinham doze, treze ou quatorze anos. Então não é impaciência não. Estamos temendo que não nos encontremos vivos quando chegar a normalidade.

O Sr. RUY SANTOS (Bahia) – Não queremos a morte de V. Exa. tão cedo. V. Exa. viverá até lá...

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Muito grato, nobre Senador, pelo aparte que acabamos de ouvir.

O Sr. JARBAS PASSARINHO (Pará) – Permite-me V. Exa. um aparte, nobre Senador Henrique de La Rocque?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Com imensa honra.

O Sr. JARBAS PASSARINHO (Pará) – Tenho até um certo constrangimento em chamar a atenção de V. Exa. para alguns fatos paralelos ao seu discurso: é que a experiência parlamentar de V. Exa. é infinitamente superior à minha. Mas, no decorrer do discurso de V. Exa., os apartes da nobre Oposição parecem ter pretendido deixar sem resposta algumas afirmações que são inteiramente descabidas. Em primeiro lugar, V. Exa. ouviu de um nobre Senador da Oposição uma informação de que, enquanto V. Exa. se referia ao passado, o Brasil de hoje,

o Brasil real, demonstra um quadro no campo que, segundo as expressões de S. Exa., o nobre Senador Leite Chaves, são evidências de que nunca o homem brasileiro do campo foi tão abandonado. Ora, fui Ministro do Trabalho e Previdência Social, e uma das farsas que encontramos naquele Ministério foi precisamente a sua fiscalização. Um Ministério que pretendia ser exatamente o fiel da balança entre o empregador e o empregado, e, mais do que isso, um Estado que não se dá mais ao luxo de ser apenas um Estado “gendarme”, mas um Estado intervencionista, deve ter o cuidado de proteger o mais fraco, e o mais fraco, no caso, era o sindicato do empregado, e não o sindicato patronal. A fiscalização, portanto, fazia falta substancialmente ao empregado, ao trabalhador, e não ao patrão. E encontramos em todo este País 900 fiscais, e sabe Deus de que forma arregimentados para o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Então, foi a Revolução Brasileira que, neste ponto como em outros que teremos oportunidade de aqui dissecar, palmo a palmo, peça por peça, trouxe para este País, em princípio, o respeito pelo trabalho desempenhado por categorias não econômicas e, acima de tudo, a garantia para ele. Começamos pela cidade, nobre Senador Henrique de La Rocque. Em relação ao homem do campo, ao qual se refere o nobre Senador Leite Chaves, foi com esta Revolução, foi nestes 11 anos de Governo – que estão sendo aqui contestados, em grande parte, como não tendo ainda satisfeito às aspirações nacionais – que se criou o embrião da Previdência Rural, na greve do cabo, e posteriormente ampliada, ao tempo do Presidente Médici. Ainda ontem, o nobre Senador Luiz Viana nos deu aqui números. Se não me falha a memória, falou ele em 16 milhões de párias, como qualificou S. Exa.

O Sr. RUY SANTOS (Bahia) – Onze milhões.

O Sr. JARBAS PASSARINHO (Pará) – ... ou 11 milhões de párias, que estavam inteiramente afastados e marginalizados do processo da Previdência Social. E nós fomos um dos que verificaram que, se a Previdência tem seus defeitos, desgraçados daqueles que nem a ela podem recorrer, como acontecia em relação aos homens do campo, até então desassistidos. Foi o Fundo Rural que deu início a essa assistência. Agora o Presidente Geisel vai mais longe e abrange os homens de mais de 70 anos de idade que nunca, jamais, contribuiriam para a Previdência, para serem por esta Previdência assistidos. Então, não é justo que a Revolução receba este tipo de crítica sem o nosso protesto. Segundo – se V. Exa. me permite – o nobre Senador Franco Montoro, ao referir-se ao estado de direito – professor que ele é –, quero crer que misturou alguns fatos, que poderíamos chamar de incidentais, com fatos que são inteiramente institucionais. Quando S. Exa. mais uma vez aqui se referiu à tortura de um filho de um Sr. General, parece ter feito uma articulação que, de nossa parte, não pode passar sem reparo – e por isso digo parece ter feito – porque o estado de direito, na sua plenitude, não conseguirá evitar fatos que não são resultantes de uma sistemática de governo, mas que podem ocorrer por parte de qualquer pessoa que, infelizmente, detenha determinado poder e não saiba exatamente como usá-lo sem exorbitar desse poder. Mas queria que, paralelamente a este

fato do presente, citado aqui pelo nobre Senador Franco Montoro, V. Exa. acolhesse, no seu discurso, através do aparte deste seu pobre colega, a carta do nobre advogado Gay, que o *Jornal do Brasil* publicou na edição, se não estou equivocado, de domingo. É um dos nomes citados, em suspense, numa tarde, neste Congresso, pelo nobre Sr. Senador Paulo Brossard. Era um dos advogados encapuzados a que se referiu S. Exa. Estou custando a ler a notícia, partida do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Rio Grande do Sul, para associar-se às palavras do Dr. Gay, quando declarou não só o bom tratamento que recebeu, como, em determinada parte, diz até que recebeu um tratamento carinhoso da Polícia Federal. Um homem de coragem, como demonstrou na sua carta, que se volta contra a forma infame de delação de integrantes do ex-Partido Comunista Brasileiro. Então, a tortura, se ela existe, existe em qualquer país do mundo, mesmo em países de estrutura milenarmente garantida por estado de direito, como resultado de atividades individuais que este governo, em nenhum dos 11 anos da Revolução brasileira, jamais perfilhou. É fácil, Sr. Senador, apontar os defeitos. Citou-se Milton Campos, mas apenas uma frase dele. Tomemos-lhe a obra por inteiro. Tomemos uma expressão dele, que dizia que é um penoso privilégio deter o poder em países subdesenvolvidos. Também em países desenvolvidos. Ainda há dias eu lia a notícia da chacina da Universidade de Kentucky, nos Estados Unidos da América, com dezenas de estudantes mortos. E, por mais que se perquiria, por mais que se investigue, não se apontará, em relação a esta Revolução, um número parecido sequer com aquele dos estudantes norte-americanos abatidos em seu *campus* universitário. Veio ao Brasil uma repórter italiana e foi preciso que, através dela, nós soubéssemos o que acontecia no México, com estudantes fuzilados às dezenas e feridos às centenas, em protestos num país que a nobre Oposição admite esteja sob um estado de direito. Finalmente, em relação ao aparte do nobre Senador Gilvan Chaves.

O Sr. GILVAN ROCHA (Sergipe) – Gilvan Rocha.

O Sr. JARBAS PASSARINHO (Pará) – Já é a segunda vez que as chaves abrem as rochas de V. Exa., indevidamente, (risos) – O nobre Senador Gilvan Rocha é natural que fale em relação à juventude. Este País, realmente, tem mais de 50% da sua população constituída de pessoas de menos de 21 anos de idade.

O Sr. GILVAN ROCHA (Sergipe) – 67%.

O Sr. JARBAS PASSARINHO (Pará) – 50% com menos de 21 anos e 70% com menos de 30. Se houver dúvida, convido V. Exa. a irmos ambos à Biblioteca para vermos recenseamento do IBGE de 1970. A menos que o recenseamento a que V. Exa. se refere seja de 1974...

O Sr. GILVAN ROCHA (Sergipe) – 67% com menos de 25 anos.

O Sr. JARBAS PASSARINHO (Pará) – As três referências são válidas e não conflitam. Eu me referi a 20, 21 e 30 anos. É justo, como dizia um escritor inglês, que aos dezoito anos se seja incendiário, pois é preciso, aos quarenta anos, ser um bom capitão dos bombeiros, e quem não for incendiário aos dezoito não será um bom capitão de bombeiros aos quarenta. É justo que a juventude tenha esse

açodamento. Mas o que eu peço que o nobre Senador pelo Estado do Maranhão incorpore ao seu discurso, se aquiescer com a minha tese, é que se preste atenção às dificuldades existentes aos países democráticos, nos países que lutam por esta plantinha tenra – parece que é uma definição consagrada de Otávio Mangabeira – para que a democracia seja, afinal, uma realidade. O que eu peço, repito, é atenção para as dificuldades não derivadas dos humores de cada Presidente, mas derivadas, isto sim, de circunstâncias que muitas vezes ultrapassam a própria capacidade de decisão dos presidentes. É que não se enxerguem unilateralmente as causas. Por isso convocamos a Oposição, para que estudemos as causas no seu complexo.

O Sr. GILVAN ROCHA (Sergipe) – É preciso identificá-las, isto é que é importante.

O Sr. JARBAS PASSARINHO (Pará) – Peço desculpas à Mesa, naturalmente, porque estou dialogando com o Senador Gilvan Rocha, através de – se me permite a expressão – “tabela de bilhar potente”, que é do Maranhão. O açodamento da juventude vem ao encontro dos nossos desejos. Pediria apenas à nobre Oposição, que se tem comportado de maneira tão admirável, desempenhando o seu papel, não se deixasse fascinar pelas palavras de efeito, como, por exemplo, quando se criticou a palavra do Presidente Ernesto Geisel, chamando-a de “dosimetria democrática”. Essa expressão, em Química, é perfeitamente conhecida. Utilizada na Política, parece-me que teve um tom de relativa ironia, que só traduz o seguinte: é muito fácil reclamar as providências; extremamente difícil, às vezes, é, desejando dar essas providências, fazê-lo sem que a Nação corra o risco de, amanhã, as vozes de V. Exas. serem tão silenciadas quanto as nossas. É apenas este o drama e o dilema que o Governo tem (Palmas.).

O Sr. ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) – V. Exa. me permite um aparte?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Com muita honra.

O Sr. ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) – Falou-se aqui na luta do homem do campo. Gostaria, neste instante, de prestar uma homenagem a um ex-Deputado que muito pensou no homem do campo, na sua luta, o ex-Deputado Fernando Ferrari (Muito bem!). Falou-se também na medida de Previdência Social dada aos homens de setenta anos. E nós aplaudimos essa medida do Governo. Mas amanhã mesmo nós pretendemos, nesta Casa, apresentar uma modificação desse projeto. Já que se exige, deste homem de setenta anos, que tenha contribuído com pelo menos doze meses de Previdência Social, uma vez que se exige, desse homem de setenta anos, uma série de medidas para provar que realmente é um homem pobre, amanhã, aqui nesta Casa, nós pretendemos introduzir modificações no projeto que permitam realmente dar ao ancião, ao mais velho de setenta anos, a verdadeira Previdência Social. Falou-se também em Milton Campos, esse ilustre mineiro. Sempre que se fala em Milton Campos, sobretudo o homem que foi Ministro da Justiça, é preciso que se situe também a posição desse ilustre mineiro face ao Ato Institucional nº 1 e face à não-posse de Pedro Aleixo na Presidência da República.

O Sr. LEITE CHAVES (Paraná) – Permite V. Exa. um aparte? Só para um esclarecimento ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Com prazer.

O Sr. LEITE CHAVES (Paraná) – Nobre Senador, uma coisa é o projeto, a lei publicada no Diário Oficial. Outra é a sua aplicação na realidade. Criou-se, de fato, esta assistência ao homem do campo, mas ela não está sendo aplicada. Eu, com estes olhos, vi mais de dez casos: homens fenecerem na expectativa de sair o benefício a cada mês, e esse benefício não sair; e morrerem esses homens na extrema pobreza. Diariamente tenho recebido cartas de homens do campo, do Paraná, cartas as mais angustiantes possíveis, refletindo a situação em que eles vivem. Se não as exibo aqui, agora, é porque aguardo a oportunidade. É uma situação conflitante. O Governo não poderá esquecer, um instante sequer, um minuto sequer, o caso do homem do campo. Esses decretos feitos para o Diário Oficial, para a imprensa, eles não valem, eles não servem de prova. A prova é a realidade que vivemos e que constatamos, realidade essa que deu, em forma de voto, vitória à Oposição, porque sensível a esses temas.

O Sr. FRANCO MONTORO (São Paulo) – Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Pois não.

O Sr. FRANCO MONTORO (São Paulo) – Aparte necessário, para responder ao nobre Sr. Senador Jarbas Passarinho, que contraditou, em parte, ou interpretou, a meu ver indevidamente, o aparte que eu havia formulado. Este é o lugar do debate dos temas nacionais. Mencionamos a carta daquele general sobre tortura porque é um fato concreto, não explicado. Não explicado e não apurado, em virtude do momento de exceção que vivemos. É apenas uma amostra plena da grande mancha que há na vida brasileira e que não pode ser minimizada. Estamos num regime de exceção. Não há nada mais grave na vida pública de um país do que estar fora da normalidade constitucional. Este é o Poder Legislativo. Fazemos leis. A Lei Magna é a Constituição. Ela não está sendo cumprida. E o que é próprio dos países cultos e civilizados, o que caracteriza o estado de direito nessa hierarquia das normas é que haja uma superior – a Constituição. É isto que reclamamos. Por que se nega isto?! Não nos apresentem argumentos de forças que não permitiram aos Presidentes do passado realizar o que desejavam. Vamos, aqui, verificar se as razões são fundadas. Por que eliminar o estado de direito? Para segurança?! Então o estado de direito não serve de garantia para a segurança?! O que a História, o Direito, a Sociologia ensinam é que a melhor garantia da segurança é a normalidade democrática e a ordem constitucional. Querem V. Exas. um exemplo? País democrático há duzentos anos, Estados Unidos. Ali os atos são apurados, até os do Presidente da República. O seu desenvolvimento econômico-social se processa como liderança no desenvolvimento mundial. Querem V. Exas. a falsa segurança? Portugal de Salazar, durante quarenta anos. Qual a segurança que trouxe aquele regime de exceção?

O Sr. RUY SANTOS (Bahia) – E hoje, Excelência?

O Sr. FRANCO MONTORO (São Paulo) – Passaram-se quarenta anos, e ficamos numa ditadura de direita. Dez dias depois, aquela garantia contra a subversão da esquerda teve a fragilidade que hoje se apresenta de um Portugal

ameaçado de uma ditadura de esquerda. Tenhamos a coragem de ver a realidade. Segurança é a Democracia, e não a ditadura, e não a exceção, e não o fascismo, e não a interrupção da ordem constitucional. A melhor defesa contra o comunismo, ou contra o fascismo – é a única –, é a Democracia, e por isso que lutamos.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – De início, os agradecimentos ao nosso Líder Jarbas Passarinho, que trouxe, sem dúvida, maior textura para o nosso pronunciamento.

Em nosso discurso, permita meu caro mestre e amigo, Senador Jarbas Passarinho, havíamos dito que com muita ênfase, com referência ao Governo Médici, se deu amparo aos brasileiros das cidades e dos campos, pobres e ricos, velhos e jovens, foi uma constante do seu Governo. Ao analisarmos o Governo Geisel, dizíamos que ele já marca uma posição firme na política e na economia, e no campo social, de vez que a sua preocupação para com o homem é tão fermentada que ministério específico ele criou para se dedicar, em completo, à problemática que gira em torno de meta tão prioritária.

No texto da nossa oração, estava justamente a resposta ao combativo e talentoso Senador Leite Chaves. Quanto ao aparte do nobre colega Senador Itamar Franco, de início os agradecimentos por nos trazer à lembrança duas figuras inesquecíveis do País e de nós outros, Fernando Ferrari e Milton Campos. Fomos amigos dos dois, privamos com os dois e sabemos o que eles fizeram a favor da Pátria e do povo, que eles tanto amaram.

Sr. Presidente, duas coisas os novos aprenderam no Senado: que o tempo é realmente inclemente para quem se encontra nesta tribuna, mas, em compensação, em contrapartida, outra coisa aprendemos também: a conhecer a liberalidade de V. Exa., para a qual apelamos no sentido de que nos conceda mais alguns minutos, a fim de que possamos terminar o nosso pronunciamento.

O Sr. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) – Atenderei a V. Exa., mas pediria não concedesse mais partes.

O Sr. HENRIQUE DE LA ROCQUE (Maranhão) – Nobre Líder Franco Montoro, confessamos, no texto do nosso pronunciamento, que, em 11 anos, algumas incompreensões haveriam de existir, mas que o nosso depoimento era categórico num particular. Nesta forma de proceder, se alguma violência foi praticada, nunca mereceu, nem merece a aprovação dos seus responsáveis maiores. Muito pelo contrário, dos quatro Presidentes, a repulsa a tais atitudes foi uma constante, uma norma.

Em qual governo, nobre Líder Franco Montoro, não se praticou violência? Em que governo não se praticou a prepotência? E justamente o que os homens que nos governam desejam e querem muito é que o nosso País não se torne uma Argentina e um Portugal, com as suas implicações altamente perigosas no que concerne ao futuro.

Resta-nos pronunciar algumas palavras sobre o papel do Judiciário na fase revolucionária brasileira.

Pertencemos ao grupo daqueles que sustentam que os tribunais de nossa Pátria têm cumprido com o seu dever. Sabem todos que do magistrado foram

retiradas as garantias maiores. Essa supressão decorreu da própria marcha da Revolução. Mas abençoada a pátria que possui magistrados como o Ministro Xavier de Albuquerque, que afirma, com coragem e altivez, que o dever de bem julgar não é inseparável dessas garantias. O verdadeiro Juiz, diz S. Exa., não precisa do escudo desta segurança para que julgue na conformidade de que a lei determina.

Não há, pois, como contestar o bom desempenho da nossa maior Corte de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, do Superior Tribunal Militar e do Tribunal Federal de Recursos. Todos os seus honrados componentes têm procurado cumprir com a missão que o Estado lhes outorgou. E é muito importante que se diga que de gregos e troianos ouvimos também a afirmação solene de que o Superior Tribunal Militar atingiu, nesta década, o seu período áureo na missão difícil de julgar. São os advogados, são as partes, que não se cansam de tal assertiva.

E, hoje, Sr. Presidente, o Tribunal mais antigo da nossa Pátria faz exatamente 167 anos de existência. Criado em 1808 por Dom João VI, o Superior Tribunal Militar, hoje, com tais credenciais, comemora mais um ano de sua fecunda existência.

Temos assistido, Srs. Senadores, a inúmeros julgamentos, partidos daquela alta Corte de Justiça. Mesmo em nossa área maranhense, inúmeros foram os *habeas corpus* por nós requeridos, sustentados e deferidos por aquela Corte. Em inúmeros IPMs, obtivemos do Tribunal a concessão de *habeas corpus* para trancar a denúncia. Somos, pois, um crente de sua justiça.

Dizer do esforço imenso que exige a função de decidir sobre interesses antagônicos seria desnecessário. Mas reafirme-se que cada Ministro desses Tribunais tem sob a sua apreciação milhares de processos acumulados no dia-a-dia do seu intenso labor. Falar do Supremo Tribunal Federal é sempre comovente e honroso, numa demonstração contínua de esforços que se impuseram os seus Juizes, ao longo da sua história. Louve-se, a bem da verdade, a labuta e a exemplaridade dos integrantes dos demais tribunais referidos e que constituem a cúpula da magistratura brasileira.

Esses nossos aplausos chegam até aos Conselhos Permanentes das Auditorias Militares, constituídos de jovens oficiais, que têm iniciado a vida em mister tão difícil, mas com total correção. Neste particular, enalteça-se, de forma especial, o comportamento do Conselho Permanente da Auditoria Militar de Brasília. Em julgamentos recentes e enfáticos, tem ele dado prova de que não é preciso ser velho, não é necessário ser civil para julgar com acerto e respeito à lei.

Ainda recentemente, Srs. Senadores, 21 jovens – suas idades de 21 a 26 anos – respondiam a processo perante a Auditoria Militar de Brasília. Julgamento prolongado que se iniciou às 9h da manhã e se encerrou às 8h da noite. A grande parte dele assistimos. Era comovente verificar-se a presença daqueles jovens no banco dos réus. A expectativa era muito grande: falaram dez advogados, meia hora cada um. O tempo passava; as famílias angustiadas. E, neste processo, o Conselho Permanente da Justiça Militar de Brasília absolveu todos os vinte e

um jovens, inclusive os sete revéis que não estavam presentes para aguardar as suas sentenças, numa amostragem, numa demonstração de total isenção. Nós, que passamos lá cerca de 6 horas, assistindo àquele julgamento – e faz o quê? cinco dias que ele se realizou –, observávamos a tensão daqueles jovens militares, atentos, anotando a argumentação do Promotor, anotando a argumentação dos advogados de defesa. E, quando os próprios advogados não esperavam que a absolvição atingisse até os sete réus revéis, vem o jovem presidente e proclama que, por decisão soberana daquele Conselho, estavam todos absolvidos e por unanimidade, numa total demonstração de serenidade e justiça.

E é por isso, face a esses exemplos, face a esses fatos a que temos assistido, que convocamos, pois, o Movimento Democrático Brasileiro a que nos ajude, acreditando no Governo do Presidente Geisel, porque, em assim fazendo, assim agindo, estamos todos contribuindo para a paz, tranquilidade e progresso da Pátria comum (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.).

Palavras proferidas pelo Dr. Henrique de La Roque na sessão especial realizada em 27/8/1980, após haver tomado posse no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União

A VIDA TEM COINCIDÊNCIAS SUMAMENTE agradáveis. Tantos anos trabalhamos juntos na Câmara dos Deputados e agora o revejo integrando, com dignidade e saber, esta colenda Corte de Contas.

Senhor Presidente, as palavras do Ministro Luciano Brandão, nas quais demonstrou mais uma vez o seu manancial de amizade, saudando o companheiro que aporta, me foram comoventes e salutares. É o velho amigo que indica, a quem chega, o caminho a percorrer e aponta os deveres a cumprir.

Após aproximadamente vinte e sete anos de labuta parlamentar ininterrupta, aqui chego para, orientado por eminentes brasileiros, honrar a confiança de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, João Figueiredo, no desempenho do cargo para o qual tão generosamente me nomeou. Devo a Sua Excelência a reverência renovada do meu apreço e o agradecimento mais sincero por haver, em sua soberania constitucional, escolhido o meu nome para compor um colegiado de alto gabarito, que serve à Pátria desde 1890.

Por esta Casa passaram vultos da maior imponência patriótica, e aqui mostraram dedicação e desvelo. E, ao deixá-la, o nome de cada um ficou na lembrança da História, com a perpetuidade de sua ação.

Aqui encontro alguns companheiros de Legislativo que, após desempenho feliz na Casa do Povo, continuam, na jornada da vida, a tarefa de servir ao País, fiscalizando as contas em busca do bom emprego do dispêndio público.

Nesta Corte de Contas, chego para substituir quem, dirigindo a Câmara dos Deputados e tendo presidido este Tribunal, se conduziu, nos dois postos, com a maior dignidade e eficiência. Fui Secretário da Mesa Diretora presidida pelo eminente homem público por dois períodos e posso depor sobre as suas raras qualidades de administrador e de juiz. É uma honra substituí-lo, embora com a certeza de que jamais serei capaz de acompanhar as invulgares qualidades intelectuais e morais do Ministro Baptista Ramos.

Aproveito também a chance que se me apresenta para dizer da minha satisfação em encontrar, na Chefia da Procuradoria, quem também dignificou o Poder Legislativo como um dos seus integrantes: o Dr. Ivan Luz, sempre fidalgo comigo. A ele, o meu abraço fraterno pelo reencontro.

O entrosamento do Poder Legislativo com este Tribunal só benefícios, e os maiores, traz à Nação. Todos, creio, assim entendem o nosso árduo mister. Em busca dele, minhas já enfraquecidas energias serão convocadas. Elas não me hão de faltar. Se não faliram no passado, digo-lhes que me amparem no presente. E para tanto a dedicação dos eminentes titulares do Tribunal de Contas da

União, sob a Presidência honrada do Ministro Gilberto Monteiro Pessoa, será uma convocação desafiante para que, embora não possa me igualar a eles, que são mais brilhantes e experimentados, siga o seu comportamento dignificante.

Este Tribunal cumpre o seu dever sem o rigorismo demagógico que tantas vezes leva à injustiça. O acerto do veredito consiste no seu equilíbrio intrínseco. Ele não deve jamais descambar para a indulgência que compromete, sem, contudo, se deixar desviar para o excesso que não enobrece.

O importante é a busca da verdade, a dissecação das causas que determinaram o ato *sub judice* e a análise dos seus efeitos. As interpretações convulsas não devem levar ao tumulto mental, que nos distancia, tantas vezes, da verdade perquirida. No Parlamento brasileiro, vivi um quarto de século, aprendendo, no dia-a-dia que se renova, as formulações mais válidas e objetivas de servir ao povo brasileiro e, quiçá, de forma específica, à gente maranhense.

Peço vênua ao Tribunal para, por alguns instantes, reter a minha lembrança na gente simples do meu Estado, tão habituada ao sofrimento que o destino lhe impõe e tão conformada com as dificuldades que enfrenta. O maranhense é humilde e resignado e busca o fortalecimento do seu espírito na própria intensidade do labor a enfrentar. As minhas homenagens ao bravo povo do Maranhão, que tanto me dignificou com a sua confiança sempre revigorada.

No Congresso, escola de civismo, só recebi atenções, em uma amostragem contínua do bem-querer dos meus companheiros, que até a toga que hei de honrar, mercê de Deus, por eles me foi fraternalmente ofertada. Desejo, pois, nesta hora, expressar, da forma mais enfática, o que do fundo do coração salta numa explosão incontida: o agradecimento, o mais robusto, àqueles que tanta grandeza afetiva exibiram.

Senhor Presidente e Senhores Ministros, já agradei a Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, por neste instante poder falar na condição de integrante desta Corte. Já expressei a minha gratidão sem fronteiras aos meus companheiros de Congresso no passado e no presente. Já enviei à gente do Maranhão a minha fala de profunda gratidão. E agora, aos que aqui estão, aos que vieram abraçar-me neste dia tão importante para mim, o obrigado pelo gesto que cativa e que é, na realidade, inesquecível.

Muitos vieram de longe, e o Tribunal de Contas do Maranhão aqui está completo em sua composição para festejar este conterrâneo, o que na realidade é muito honroso e significativo.

Recebam, pois, sem exceção, o mais profundo agradecimento, os meus e de minha esposa, por uma festa tão plena de amizade, em que os integrantes deste Tribunal, sob a Chefia esclarecida do seu Presidente, abrem as portas a quem vem se reunir neste eremitério de Contas, onde, como trapistas no ontem honroso e no presente de trabalho austero, tanto dignificam e honram a Pátria comum.

Discurso de La Rocque ao ser homenageado na Câmara de São Luís (*Jornal de Hoje*, São Luís, Maranhão, edição de 18/8/1980)

Discurso feito por La Rocque na Câmara dos Vereadores, quando recebeu o título de “Cidadão de São Luís”

Apresentação

DEFENSOR DA LIBERDADE, AMANTE DAS leis, das artes, da literatura, enfim de todas as manifestações de inteligência, em tudo imprimindo o sinete da sua formação democrática e de respeito aos códigos da alma humana. Em meio a este mundo conturbado e muitas vezes triste, figuras como a de La Rocque saltam à nossa mente como uma porta aberta à compreensão.

No turbilhão da vida política, onde muitos preferem as farpas, ofensas, de vingança ou do ódio, parece ele como ponto de convergência, coração ao alto, a todos envolvendo no fraterno abraço. Sem nada pedir em troca do que faz, La Rocque sempre tem a palavra exata no momento certo, a orientação segura, o parecer sereno. Nós temos para com ele uma devida gratidão. Por mais que nos esforcemos, não conseguiremos deter a nossa emoção neste momento. Queremos dizer ao Senhor Dr. La Rocque que não esquecemos jamais o que por nós foi feito, uma humildade servidora de todo um povo, não só como Deputado Federal, como ainda na qualidade de Vereador.

Sempre com a marca da simplicidade, pediu-nos apenas isto: servir sempre melhor a nossa cidade e a sua nobre gente. Cremos que chegou a hora, o momento de perdoar. Antes, queremos dizer-lhe repetindo como Tagore: “Sejamos sempre cordeiro diante dos fracos e sempre um leão perante os fortes”. Sempre um amigo do Maranhão, sempre um defensor da justiça. A unanimidade do Senador Federal, aprovando o seu nome para o Tribunal de Contas da União, fala mais alto do que qualquer elogio. Resta-nos, portanto, agradecer a Deus a felicidade de gozar da tua amizade com essa dimensão humana, possuir um guia com essa sabedoria jurídica e ter um coestadano com essa dimensão histórica. Muito obrigado.

Discurso de La Rocque

Srta. PRESIDENTA – Com a palavra o Senador Henrique La Rocque Almeida.

Sr. HENRIQUE LA ROCQUE ALMEIDA – Exmo. Sr. Dr. José Maria Silva, neste instante tem o privilégio de representar nesta Casa do povo o Sr. Governador do Estado. Meu amigo, Prefeito Roberto de Pádua Macieira, já na Assembléia Legislativa dizia que, em conversa com a gente simples do Maranhão, com a gente sofrida desta Pátria, eles acham que cada Prefeito vai bem, sim, quem fala é pobre, e o pobre não tem a sua situação garantida. Mas, Sr. Prefeito, continue a lutar por essa gente brava, tão heróica, que a capital de nosso Estado, ela é considerada no bom sentido uma ilha rebelde, rebelde contra o ardor, rebelde porque não acredita que poderosos sejam eternos Poderosos. Sr. Prefeito de São Luís, V. Exa. teve a felicidade de dirigir os destinos da nossa São Luís e, sendo filho de um médico que muito se dedicou à pobreza, com a sua sapiência, lutou contra a morte dos que necessitavam. Ele se entregou tantas vezes – no leito daquele que sofria, sobre a cama do que gemia, sobre o angustiado procurando socorro para a amenização do seu sofrimento físico.

Sr. Prefeito, filho de um homem ilustre, consagrado pelo saber, foi buscar para sua companhia e para sua esposa, quem também conhece de perto as aflições do desespero de grande parte da população da nossa capital. Sr. Enoc Vieira, Presidente da Assembléia Legislativa do Maranhão, esta Assembléia que há pouco me prestou uma homenagem tão cheia de calor humano, onde várias lideranças, onde várias filosofias foram expressas, mas todas procurando chegar a um mesmo objetivo. Lá eu ouvi a palavra de Haroldo Sabóia Gervásio Santos e outros, com os seus pronunciamentos humanos e corajosos, Dr. Nivaldo Macieira, Presidente do Tribunal de Contas do nosso Estado, homem que tem dado tudo de si para a completa grandeza da nossa Pátria. Dr. José Almeida Silva, Corregedor do Tribunal de Justiça, homem que luta com o seu talento, o ajuda por certo a conscientizar a todos, Deputado Edison Lobão e José Machado, meus velhos irmãos em lutas contínuas, todos buscando sempre algo para a grandeza da nossa terra. Dr. Dionisio Nunes, uma das revelações deste Estado, nasceu para ser juiz, tem a compostura que se exige no Magistério. Srs. Deputados Estaduais, que me honram nesta tarde com as suas presenças, meus amigos que aqui se encontram, todos acompanham com suas senhoras, minhas jovens estudantes, que me premiaram com flores, eu vejo aqui esta mocidade que desabrocha, esta mocidade que é a revelação do Maranhão e do Brasil. Nesta Casa, depois de abraçar os que aqui vieram, sem exceção, eu diria, Presidenta, que agora chegou a vez de dirigir às autoridades maiores desta Assembléia deste Estado. Diria, Presidente Lia Varela, que nesta Casa eu sinto cheiro de povo, eu sinto cheiro do povo porque a Câmara dos Vereadores é a primeira caixa de ressonância, é a informante primeira de um Estado. O Vereador é também um representante do povo. Com um gesto e uma atitude de total reflexão e procedência, ele procura resolver os problemas que afligem o nosso povo. E eu gostaria de dizer, respondendo ao meu velho amigo Hilton Rodrigues, amigo de tantos anos, amigo de outras jornadas, que tem como genro uma figura de destaque na política do Maranhão, a quem sempre me ligaram laços de estima, de apreço. Eu diria a Hilton Rodrigues que a minha

luta pelo povo e a sua liberdade é uma imposição quase divina. É uma missão divina e conferida a quem ama o povo, a quem é solidário e a quem é fraterno a esse povo. Não é possível, numa ilha como a nossa, ter tanta carência, e os seus filhos sintam a dor no fundo do coração ao ouvir o choro da criança que não se alimentou ainda, e já são quase quatro horas da tarde; o chefe que vai para o seu serviço sem se alimentar; aquela pessoa que chega à casa de um político e que nele confia e diz: “Meu amigo, hoje não tive o café em casa para dar aos meus filhos”. Tudo isso, meus amigos, é um direito natural, não é um direito imposto nos códigos e nem nas leis; é um direito que não se aprende nas faculdades; se aprende na faculdade da vida, se aprende no dia-a-dia, na visita à casa de um amigo, um companheiro que está necessitando da nossa ajuda e que espera ansiosamente pela ajuda divina, que não falha. E, na minha concepção e no meu entender, o Vereador é o alicerce nacional de uma estrutura política que não poderia sobreviver se os senhores não existissem (Palmas.).

É preciso que se fale claro, a respeito dos seus subsídios de Vereadores de Câmaras, a falta de mordomia, que não existe para os legisladores do município, estes não conhecem, estes estão num outro mundo, estes estão fora da realidade da vida. A minha palavra é de aplauso, agradecendo ao Vereador Hilton Rodrigues pela sua conduta na Câmara Municipal de São Luís e que sempre cumpriu com o seu dever. Eu tenho confiança do elevado da nossa gente, do voto da nossa gente, do voto do nosso povo. Hilton, receba o meu agradecimento, que é muito sincero e lhe escolheram muito bem para ser o orador pela maioria, nesta sessão.

Ao Edison Lobão eu diria que é um deputado incansável, que é um Deputado que pensa todas as horas e todos os dias na felicidade da gente maranhense. Que, como todo aquele que principia, e ele está no primeiro mandato, pouco mais do primeiro ano do mandato, ele que é tão meu amigo, é meu irmão, ele não tem ainda a sensibilidade e a percepção que nós outros temos do que seja o povo. Ele é um homem de mérito intelectual, invulgar, ele é um homem que empolga o cenário nacional, ele é um homem realmente da melhor qualificação parlamentar e quando me dizem: Deputado Edison Lobão é tudo isso, mas ele não ama o povo como o senhor ama. E eu digo o seguinte: ele ama o povo como eu amo, ele não sabe é ainda fazer a declaração de amor ao povo que nós outros sabemos, e que vai adquirir com a experiência parlamentar.

Nós temos que entrar na escola do dia-a-dia e do conhecimento dos mistérios que nos são impostos. Os senhores conhecem bem Carlos Gutierrez, que já é um campeão, é um grande campeão, conhece de perto o sentimento da gente maranhense e da gente da zona rural. Certa vez, num comício da minha vida pública, ele, que é cunhado de um grande amigo meu, Dr. João da Oliveira Itapary, ajudou-me muito, e eu sei, conheço a sua capacidade de ação, não é do nosso partido, mas o que interessa é que é também do partido do povo, o que interessa é amar o povo, entender o povo com o seu patriotismo, com a sua honradez, com o seu amor de brasileiro. Assim também o faz o Presidente Figueiredo, eu que conheci também tantos presidentes que também se lança-

ram, que deram tudo que possuíram em favor deste povo brasileiro. Quem conhece de perto o Presidente Figueiredo sente a grandeza do seu coração, a emoção com que ele fala da necessidade do seu povo, do desespero em que se nota, quando se conversa com ele, porque ele ainda não conseguiu combater a inflação, o desespero que ele fica, o dilema em que se encontra, mas ele sabe que o problema não causado pelos seus Ministros, todos nós sabemos que a inflação não é só um problema nacional, é um problema também internacional; e todos nós sabemos que a humanidade é quem sofre diante de tudo isso. E ele deseja, até o término do seu Governo, combater a inflação, pelo menos tentar minorar a chamada inflação, lutar para que depois, quando voltar para sua casa, vitorioso ou não, ele terá a certeza de que tudo fez para servir a sua Pátria e ao seu povo, e, se isso não conseguir, foi porque realmente não foi possível sanar o seu mais desejado pensamento, como já disse, o da inflação. Observe bem para isto que pouca gente faz; no fim do dia, cada um de nós, consultem as suas ações, anotem o que foi feito, observem suas atividades diárias e vejam que às vezes foi feito 10% do que desejavam, 90% foram as circunstâncias que determinaram, 90% foram de motivações diversas que levaram a praticar aquelas ações e aquelas atitudes. Nós somos uma máquina a serviço do destino, que nos sacode todos os dias, à noite, ao amanhecer, e não somos responsáveis por uns certos fatos. E, quando observarem que nos açougues dos subúrbios a carne subiu desesperadamente, quando verificarem que o feijão preto sumiu do mercado, quando vocês constatarem fatos assim, saibam que muitas vezes não dependem do poder público. Eu me recordo, para ilustrar a minha tese, que, em 1950, já entrando para o ano de 1951, um inesquecível Presidente para mim, o inesquecível Presidente Vargas, em uma de suas sérias confidências comigo, dizia-me:

“La Rocque, a minha grande preocupação é não permitir que a carne suba mais um tostão, você vai prestar a seu amigo um grande favor, vai procurar o delegado mais rigoroso do Rio de Janeiro, para que não deixe a carne subir, um delegado, La Rocque, que seja rigoroso na sua ação de trabalho, se até possível punir aqueles que não cumprirem as determinações dele, no caso os açougueiros. Eu escolhi para Prefeito do então Distrito Federal um General que é violento, vai em nossas construções e age violentamente, agora eu quero um delegado para assumir esta responsabilidade, punir aqueles que querem furtrar a bolsa do povo humilde.”

Eu escolhi um amigo meu, porque era impossível, não havia dinheiro que o comprasse, o meu grande amigo Fernando Eurache. Fui à casa dele e disse:

“Fernando, o Presidente Vargas me incumbiu de uma difícil missão, mas lhe conheço e sei que você satisfaz naquilo que o Presidente Vargas almeja. Você vai ser nomeado para o cargo de delegado e vai cumprir uma missão: a de não permitir que a carne suba, você vai ter o apoio integral dele e apoio integral do Prefeito.”

E qual foi a tristeza do Presidente, ele que esta lá em cima me ouvindo, quando 90 dias depois a carne tinha subido, à revelia da sua vontade, e ele se

tornara desesperado, mandava apurar a responsabilidade, e nessa hora nunca ninguém acha quem é o responsável e a carne subiu. A coisa muito difícil, alguém tem que ter compreensão e tolerância, e essa compreensão e tolerância cabe também a quem? Aos Srs. Vereadores. V. Exas. são, na realidade, também uns sacerdotes. Eles vêm à procura dos senhores para confessar o que sentem; não uma confissão aos gritos, porém uma confissão cheia de humildade, esta que caracteriza a gente de São Luís; e, em cada Vereador, uma palavra de coragem, uma palavra que não faça com que ele volte pra casa naquele estado psicológico com que ele foi procurar o representante do povo, aquele em quem ele tanto confiou, para receber uma palavra de conforto, uma palavra de carinho, enfim uma palavra cheia de ternura e de esperança. Nessas horas, lembrem-se daquele que não conseguiu dormir, martirizado pela insônia devida à preocupação do dia-a-dia, ou melhor, do dia de amanhã.

À Presidenta Lia Varella, os meus agradecimentos, e com o grande agradecimento à minha querida amiga que tanto ajudou na minha política. Eu agradeço ao Vereador Manoel Ribeiro a placa que me ofertou em nome dos seus colegas. Agradeço à Presidenta Lia Varella a outra placa que me ofertou e lhes digo que o momento é tão dramático, é tão preocupante, que na Câmara de Vereadores, encerrando o dia de hoje, eu tenho apenas, e devo fazê-lo, que pedir a Deus que tenha piedade, que seu amor duplique, triplique a favor da nossa gente, da gente maranhense, que faça dos representantes de São Luís a gente brava de nossa terra (Palmas.).

Srta. Presidenta, antes de encerrar, quero agradecer a presença das autoridades aqui presentes e ao povo em geral. Convoco uma sessão para amanhã na hora regimental. A sessão está encerrada.

Discurso de La Rocque na Câmara dos Deputados

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS:

Ao início dos trabalhos desta Casa, que representa a soberania popular e expressa a consciência cívica do nosso povo, mais do que natural, porque constitui dever indeclinável, que caiba ao representante do povo maranhense ocupar esta Tribuna para um pronunciamento sobre o maior empreendimento brasileiro deste final de século.

Vivemos todos sob o impacto da conquista efetiva da Amazônia. O sonho de incorporação daquela gigantesca área ao dinamismo criador da sociedade nacional, sonho que, desde os tempos coloniais, empolgou o Brasil, está em vias de se transformar numa palpitante realidade.

Começa a Amazônia, o paraíso perdido da frase de Euclides da Cunha, no Oeste e nos vales úmidos de minha terra. O Maranhão não é apenas o ponto de encontro do Norte com o Nordeste. É, antes de tudo, o pórtico da Amazônia. E se geograficamente a Hiléia começa em terras maranhenses, também historicamente fomos o berço da Amazônia. Da Ilha de São Luís partiram os heroicos legionários que conquistaram a grande área, devida inicialmente ao Brasil pelos portugueses.

De São Luís partiu para as suas selvas o Padre Antônio Vieira, apóstolo da dignificação dos nossos índios, aos quais levou assistência espiritual, completando a obra de devassamento físico da grande bacia hidrográfica que Humboldt previu um dia haveria de ser o celeiro da humanidade.

A tarefa gigantesca de penetração na Floresta Amazônica foi, depois, num segundo lance de sua história verdadeiramente épica, promovida por nordestinos, em particular cearenses e maranhenses. Às margens do Solimões e de outros rios amazônicos, plantaram os maranhenses cidades, das quais o exemplo maior é Lebréia. Se, nos tempos coloniais, quando se criou o Estado do Maranhão e Grão-Pará, sua capital foi São Luís e não Belém, também ao se instaurar o Ciclo da Borracha palmilharam os meus conterrâneos o solo amazônico, penetraram os seus rios, internaram-se em suas selvas, aprofundando o esforço nacional de conquista do Vale, de sua incorporação à economia nacional. Não é por acaso que a história da Amazônia guarda e reverencia o nome insigne de dois maranhenses que renovaram, remodelaram as duas grandes metrópoles amazônicas: Belém e Manaus.

Antônio Lemos, no Pará, e Eduardo Ribeiro, no Amazonas, foram esses magníficos maranhenses que deram, o primeiro a Belém, o segundo a Manaus, as feições metropolitanas que hoje elas ostentam, e que as duas capitais permitiram se transformassem nos dois grandes pólos dinâmicos da gigantesca área. Está assim o Maranhão presente, incorporado, geográfica e historicamente, física e culturalmente, à vida da Amazônia desde os seus primórdios;

portanto, explicável que, quando se faz destes anos 70 a década da Amazônia, um representante do Maranhão venha congratular-se com o ato governamental que levou às desperdadas populações amazônicas, mais do que a esperança, a certeza de um novo destino histórico.

Ocupando 59% do nosso território, a Amazônia não é apenas uma região brasileira – é mais do que isso; e mais da metade do Brasil. Não obstante, participa apenas com 4% na formação da renda nacional, enquanto o Centro-Sul, que ocupa somente 26% do total do nosso território, tem a sua participação fixada em 80%. Se considerarmos que a Amazônia constitui assim o nosso território e que a Amazônia brasileira representa 62,4% da Amazônia Continental, a qual se estende pela Bolívia, Equador, Venezuela, Peru e Colômbia, vemos como foi sábia a decisão do atual Governo de proceder à dinamização da nossa Hiléia, uma das maiores áreas desérticas do mundo – apenas 0,7 de habitante por km².

Deve o Brasil ao Presidente Médici a abertura do processo de incorporação efetiva da Amazônia à sociedade nacional e ao complexo produtivo brasileiro. Na sua clarividência de estadista; nas inspirações de seu patriotismo; no descortino de sua visão cívica encontrou o Senhor Presidente da República as forças que o animaram a assumir a resolução histórica de transformar a Amazônia em área efetivamente brasileira, não se conformando em tê-la como simples paisagem inserida no mapa da nossa Pátria.

Está na consciência desta Casa, como na de todo brasileiro, que, desde os tempos imemoriais em que os espanhóis propuseram a Amazônia como tema de cogitações universais, nas primeiras décadas do século XVI, nações e povos estrangeiros passaram a alimentar o desejo de ocupá-la, desintegrando-a do Brasil. Desde que passamos a ficar expostos à sanha daquilo que Artur César Ferreira Reis, figura máxima da cultura amazônica, ex-governador do Estado por ato da Revolução, chamou de cobiça internacional. Seu grande livro, em que faz o inventário dessa cobiça, aí está, como testemunho e denúncia. No Império, pretendeu-se inclusive que a Amazônia fosse entregue aos negros que se libertassem dos Estados Unidos, pretensão barrada pela intervenção diplomática de Dom Pedro II. Durante todo o período republicano, as investidas visando à alienação da Amazônia jamais cessaram. Elas se prolongaram até recentemente, quando uma dessas pretensões foi travada pelo Marechal Humberto Castelo Branco ao tempo em que, como Comandante da Região Militar da Amazônia, impediu a entrega de imensa área do rio Jari a uma *corporation*.

O nível explosivo do crescimento demográfico mundial levou as grandes potências modernas a considerar os espaços tropicais como áreas de reserva e captura. Não só políticos e chefes de Estados estrangeiros pensam assim. Também cientistas afinam pela mesma clave seus diagnósticos neocolonialistas. Eis uma das principais razões pelas quais, sobretudo a partir dos meados deste século, a Amazônia voltou a ficar exposta ao perigo de se desintegrar do Brasil. Mas esse perigo já está conjurado. Ao adotar a decisão de promover a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia, o Presidente Médici assegurou para o Brasil a posse efetiva do grande Vale, que está caminhando para deixar de ser o paraíso perdido da sentença do grande Euclides.

Instrumento fundamental da incorporação efetiva da Hiléia ao Brasil são a Transamazônica, a Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém, a Manaus-Porto Velho e toda a gigantesca malha rodoviária que o Governo da República está implantando no outrora chamado Inferno Verde. Não vai o Governo Médici esgotar, porém, a sua obra de ressurreição amazônica com a implantação dessa rede colossal de rodovias que, começando no Nordeste, devassarão a Hiléia, chegando algumas delas às fronteiras do Brasil com vários países da América Andina. A implantação dessa malha rodoviária está associada a projetos que vão desde a criação de agrovilas – planos de colonização – até a prospecção e exploração mineralógica das grandes reservas da Amazônia. A saúde, a educação, as comunicações, os transportes fluviais e aéreos, a renovação das atividades agropastoris e a industrialização são itens de todo um amplo programa de planejamento regional destinado a, descobrindo a vocação econômica da Amazônia, dar alto sentido social e humano à colossal área, que – é bom insistir – representa mais da metade do Brasil. O seu futuro está sendo pensado em nível de grandeza, consoante a própria magnitude física da região, no papel que ela está destinada a desempenhar no Brasil integrado.

Pensou o Governo no problema amazônico também em termos de Nordeste. Compreendeu que as duas regiões complementam-se, em vez de se repelirem, e porque assim o concebeu é que o Maranhão, área de transição entre o Nordeste e a Amazônia, não poderia deixar de, na câmara dos Deputados, exaltar a decisão do Presidente Médici de incluir entre as suas metas prioritárias a revalorização socioeconômica do Brasil Setentrional.

A reconquista da Amazônia significa ampliação do mercado interno; interiorização do desenvolvimento; eliminação das nossas disparidades regionais; renovação de estruturas arcaicas; dignificação do homem brasileiro, pela posse da maior parcela territorial de sua pátria.

Eis uma ação de governo que credencia à gratidão nacional o estadista que a concebeu e a está executando.

Quando o centro da vida nacional se desloca do nível da política tradicional, substituindo esses valores clássicos pelos valores dos quais possa depender fundamentalmente o desenvolvimento brasileiro, cabe a esta Casa, síntese da soberania popular, não só exaltar, mas dar todo o seu apoio ao Chefe de Estado que começa a transformar em realidade um sonho secular da nacionalidade, como esse maior entre os maiores, que vê a Amazônia constituindo um Brasil novo e grande que fomos chamados a construir.

Representando o Estado que, como disse, é o pórtico da Amazônia, tenho o dever cívico de propor à Câmara Federal a solidariedade que devemos ao Presidente Médici pela coragem, num ato de brasilidade, com que se lançou ao empreendimento que tem a dimensão da epopéia. Fundam-se as nações com atos dessa magnitude. Através deles é que elas se reencontram com o seu destino e a sua predestinação histórica.

Vivemos uma época de indiscutível recuperação nacional no setor econômico, tão fundamental à vitalidade de uma nação; o País vive a euforia do sucesso.

O *Jornal do Brasil*, em seu editorial de oito do corrente mês, com a seriedade que marca a sua conduta, assim se expressava: “Três empréstimos externos somando 480 milhões de dólares garantem desde já ao Brasil sua segunda expansão siderúrgica antes do fim da década. O plano siderúrgico brasileiro deixou de ser uma aspiração para adquirir a viabilidade que esta prova financeira da confiança internacional assegura por antecipação”.

E continua, entre outras apreciações, o grande órgão da imprensa brasileira: “a cada dia temos demonstrações de que a economia brasileira goza de boa saúde aos olhos dos organismos internacionais de financiamento”.

Não é segredo para ninguém que tais organizações de crédito decidem exclusivamente com base em dados objetivos; a prova definitiva é esta demonstração, que reúne a elevada soma de quase meio bilhão de dólares, de três autorizadas vertentes de crédito para realizar o segundo salto industrial brasileiro.

O Governo brasileiro conseguiu conduzir com objetividade e sem alarde um projeto prioritário, assegurando-lhe viabilidade, além da confiança externa e sua contrapartida interna no plano econômico-financeiro. Podemos esperar como certo também o efeito multiplicador social, pois agora entraremos de uma vez por todas no nível de desenvolvimento, que se mede, entre outras coisas, pela produção do aço. Mas tudo isto é realizado sob a proteção de Deus.

Lendo o *Correio Braziliense* de sexta-feira, deparei, da autoria do Octavio Costa, coronel do Exército Brasileiro, entre os mais cultos e inteligentes, com a profissão de fé de que me socorro, renovando-a tiszada com o vermelho da crença ardente e o colorido da verde-esperança: “A minha Pátria é íntima de Deus, por isso unida, e por isso confiante, e por isso caminhando os seus próprios caminhos; cedo, muito cedo, há de cumprir a missão que Deus lhe deu. A minha pátria é inteira de Deus”.

Publicado no Diário do Congresso Nacional de 14/4/1971.

Bibliografia e outras fontes de pesquisa

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História Administrativa e Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: FENAME, 1970.
- AZEVEDO, J. Lúcio D'. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e colonização*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1901; Secretaria de Cultura; 1999.
- BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará*. 2. ed. rev. aum. Belém: CEJUP, 1986.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). Ministros do Tribunal de Contas da União: dados biográficos. 7. ed. Brasília: TCU, Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais, 2008. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2058944.PDF>>. Acesso em: 30 nov. 2012.
- CASTRO, Mathilde Costa Viveiros de. *Terras encantadas*. Rio de Janeiro: SENAI, [19--?].
- EM CRÔNICAS com Lord Byron. Portal Lajedo, O Jornal, Garanhuns, 29 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.portallajedo.com/ojornal/em-cronicas-com-lord-byron>>. Acesso em: 30 nov. 2012.
- GAZETA DE NOTÍCIAS. Homenagem a La Rocque no Senado Federal. *Gazeta de Notícias*, 23 ago. 1983.
- JORNAL DE HOJE. Discurso de La Rocque ao ser homenageado na Câmara de São Luís. *Jornal de Hoje*, São Luís, 18 ago. 1980.
- _____. Nome de La Rocque não será esquecido. *Jornal de Hoje*, São Luís, 19 ago. 1990.
- JORNAL PEQUENO. Depoimento de Neiva Moreira. *Jornal Pequeno*, São Luís, 7 abr. 1982a.
- _____. La Rocque era um semeador de bondade. *Jornal Pequeno*, São Luís, 18 ago. 1982b.
- _____. Saudação a La Rocque feita pelo Vice-Presidente do TCU, Ministro Mário Pacini. *Jornal Pequeno*, São Luís, 18 ago. 1982c.
- _____. La Rocque homenageado na Assembléia do Estado. *Jornal Pequeno*, São Luís, 18 ago. 1982d.

_____. Exaltação a La Rocque. *Jornal Pequeno*, São Luís, 18 ago. 1982e.

_____. Pronunciamento de Alexandre Costa, no Senado, sobre a morte de La Rocque. *Jornal Pequeno*, São Luís, 19 ago. 1980.

_____. O último encontro com La Rocque. *Jornal Pequeno*, São Luís, 19 ago. 1982.

LA ROCQUE, Emília Guimarães de. *Gente de minha vida*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

LIMA, Carlos de. *História do Maranhão*. Brasília: Senado Federal, 1981.

LIVRO DE REGISTRO de Entrada de Imigrantes da Capitania de São Luís, Maranhão. Biblioteca Municipal de São Luiz, CADASTRAMENTO FEITO DE 1831 A 1855. Documentos avulsos, originais, dos respectivos anos.

O IMPARCIAL. La Rocque despede-se da Câmara após vinte anos de legislatura. *O imparcial*, São Luís, 8 dez. 1974.

REINHOEFER, Maria Magdalena Mac Dowell. *Rumos de uma família*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2000.

RHEINGANTZ, Carlos G. *História do comércio do Maranhão*. [S.l.]: [s.n.], 1954. v.1.

_____. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro: séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965.

SOUZA, Henrique Arthur de. *Entrelaços de famílias*. Brasília: [s.n.], 2003.